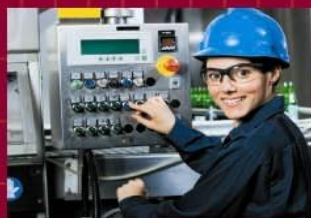


FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2010





Presidente:

Roberto Smith

Diretores:

José Alan Teixeira da Rocha
José Sydrião de Alencar Júnior
Luiz Carlos Everton de Farias
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Jânia Maria Pinho Sousa

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Marcos Falcão Gonçalves

Revisão Vernacular:

Hermano José Pinho



Equipe Técnica:

Marcos Falcão Gonçalves – Coordenador

Iracy Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Luiz Fernando Gonçalves Viana
Renato Alves dos Santos
Osias Pereira da Silva
Artur Ícaro de Moraes Pinho – Bolsista
Tereza Cristina Felix dos Santos – Contratada

Colaboradores:

Aírton Saboya Valente Júnior
Alan Coelho Silva
Aline Maria Souza Menezes
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Cláudio Pereira Bentemuller
Cristiane Garcia Barbosa
Francisco Ribeiro Barroso
João Bosco Ximenes Carmo
Kennedy Montenegro Vasconcelos
Luísa Maria Tessman
Pedro Pucci de Mesquita
Silvana Batista Lima Silva
Tibério Rômulo Romão Bernardo
José Wandemberg Rodrigues Almeida – Contratado
Roberto Alves Gomes – Contratado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	13
2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE.....	15
3. A EXECUÇÃO DO FNE	20
3.1 Contratações Setoriais	28
3.1.1 Setor Rural	30
3.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).....	36
3.1.2 Setor Agroindustrial.....	45
3.1.3 Setor Industrial e Turismo	48
3.1.4 Setor Infraestrutura	53
3.1.5 Setor Comercial e Serviços.....	56
3.2 Valores Programados e Valores Realizados.....	59
3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE	64
3.3.1 Contratações por Estado.....	64
3.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido.....	71
3.3.2.1 Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido	75
3.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário.....	77
3.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE	79
3.4 Repasse do FNE a Outras Instituições	82
3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE	91
3.5.1 Prioridades Setoriais	91
3.5.2 Prioridades Espaciais.....	106
3.6. O FNE no Contexto da PNDR	109
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE.....	127
4.1 Resultados Soja	129
4.2 Resultados Bovinocultura de Corte	139
4.3 Resultados Bovinocultura de Leite	147
4.4 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Exercício de 2010.....	157

4.4.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto	157
4.4.2 Impactos Sócio-econômicos do FNE – Contratações no Exercício de 2010.....	159
4.4.2.1 Os Efeitos de Vazamento do FNE.....	161
4.4.2.2 Impactos das Atividades Seleccionadas dos Estados	162
5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL	164
5.1 Inadimplemento das Operações.....	164
5.2 Recuperação de Crédito.....	167
5.3 Operações Renegociadas com Base no Art. 15-B, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989	168
6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	168
6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Exercício de 2010.....	169
6.2 Ações Realizadas.....	169
6.3 Principais Ocorrências.....	170
7. RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	171
REFERÊNCIAS.....	182
ANEXOS	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB - Nordeste e Brasil.....	17
Tabela 2 – FNE - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira - Exercício de 2010	20
Tabela 3 – FNE - Prospecção de Negócios - Posição: 31.12.2010.....	25
Tabela 4 – FNE - Demonstrativo do Patrimônio Líquido - Exercício de 2010	25
Tabela 5 – FNE - Ingressos Mensais de Recursos - Exercício de 2010.....	26
Tabela 6 – FNE - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades - Exercício de 2010	27
Tabela 7 – FNE - Participação Setorial nas Contratações (1) - Período: 1998 a 2010	29
Tabela 8 – FNE – Contratações (1) no Setor Rural –2010.....	31
Tabela 9 – FNE - Setor Rural - Contratações (1) Estaduais - Exercício de 2010	35
Tabela 10 – FNE - Contratações(1) no Pronaf - Exercício de 2010.....	41
Tabela 11 – FNE Contratações (1) no Setor Agroindustrial – Exercício de 2010	46
Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações (1) Estaduais – Exercício de 2010	47
Tabela 13 – FNE - Contratações (1) no Setor Industrial/Turismo – Exercício de 2010.....	49
Tabela 14 – FNE - Setor Industrial/Turismo – Contratações (1) Estaduais – Exercício de 2010	52
Tabela 15 – FNE - Contratações (1) por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2010.....	54
Tabela 16 – FNE - Contratações (1) por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2010	55
Tabela 17 – FNE - Contratações (1) por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2010	55
Tabela 18 – FNE - Contratações (1) por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2010.....	56
Tabela 19 – FNE - Contratações (1) por Região nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2010.....	57
Tabela 20 – FNE - Contratações(1) por Porte nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2010.....	58
Tabela 21 – FNE - Contratações (1) por Estado nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2010.....	58
Tabela 22 – FNE - Contratações (1) Programadas e Realizadas, por Setor e Programa - Exercício de 2010.....	59
Tabela 23 – FNE - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões – Exercício 2010.....	63
Tabela 24 – FNE - Contratações e Demanda de Recursos por Estado - Exercício de 2010	64
Tabela 25 – FNE - Contratações (1) Acumuladas por Estado - Período: 1989 a 2010.....	66
Tabela 26 – FNE - Contratações (1) Estaduais e Setoriais - Exercício de 2010.....	67
Tabela 27 – FNE - Contratações(1) em Relação ao Número de Beneficiários - Exercício de 2010.....	68
Tabela 28 – FNE - Contratações (1) em Relação à População Residente – Exercício de 2010	70
Tabela 29 – FNE - Contratações (1) em Relação ao PIB (3) dos Estados - Exercício de 2010	71
Tabela 30 – FNE - Contratações (1) Acumuladas por Região - Período: 1989 a 2010.....	71
Tabela 31 – FNE - Contratações (1) por Região - Exercício de 2010.....	72

Tabela 32 – FNE - Contratações (1) Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) - Período: 1989 a 2010	74
Tabela 33 – FNE - Contratações (1) por Região (Exclui o Estado do Maranhão) - Exercício de 2010.....	75
Tabela 34 – FNE - Contratações (1) Acumuladas por Porte de Beneficiários - Período: 1989 a 2010.....	77
Tabela 35 – FNE - Beneficiários por Porte e Setor - Exercício de 2010	78
Tabela 36 – FNE - Contratações (1) por Porte dos Beneficiários e Setor - Exercício de 2010	79
Tabela 37 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos - Exercício de 2010	79
Tabela 38 – FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Exercício de 2010 ..	80
Tabela 39 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Exercício de 2010.....	81
Tabela 40 - FNE - Contratações por Tipo de Município (1) - Exercício de 2010.....	81
Tabela 41 – FNE - Bancos Repassadores - Exercício de 2010.....	83
Tabela 42 – FNE - Bancos Repassadores - Desempenho Operacional – Contratações - Exercício de 2010.....	83
Tabela 43 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações(1) por Atividade no Setor Rural - Exercício de 2010.....	84
Tabela 44 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações(1) por Atividade nos Setores Industrial/Turismo - Exercício de 2010.....	85
Tabela 45 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações (1) por Atividade nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2010.....	85
Tabela 46 – FNE - Bancos Repassadores - Inadimplência(1) - Posição: 30.12.2010.....	86
Tabela 47 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações (1) por Região - Exercício de 2010	87
Tabela 48 – FNE - Bancos Repassadores - Beneficiários por Porte e Setor - Exercício de 2010	87
Tabela 49 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações (1) por Porte e Setor do Beneficiário - Exercício de 2010	88
Tabela 50 – FNE - Bancos Repassadores - Saldos Devedores das Operações(1) - Posição: 30.12.2010.....	89
Tabela 51 – FNE - Bancos Repassadores - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Exercício de 2010.....	89
Tabela 52 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações por Município - Exercício de 2010	90
Tabela 53 – FNE - Programa FNE Industrial - Exercício de 2010	91
Tabela 54 – FNE - Opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP - Exercício de 2010.....	92
Tabela 55 – FNE - Projetos de Ovinocaprinocultura - Exercício de 2010.....	93
Tabela 56 – FNE - Projetos de Ampliação Contratados(1) em Fruticultura Irrigada (2)....	94
Tabela 57 – FNE - Projetos relacionados ao desenvolvimento endógeno - Exercício de 2010	95
Tabela 58 – FNE - Projetos de produção de grãos - Exercício de 2010.....	96
Tabela 59 – FNE - Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos - Exercício de 2010.....	97
Tabela 60 - FNE - Contratações(1) Espelho D'Água (2).....	98
Tabela 61 – FNE - Projetos de Geração de Energia a Partir de Fontes Renováveis - Exercício de 2010.....	100

Tabela 62 – FNE - Projetos de geração de energia a partir de fontes renováveis - Contratações por estado – Exercício de 2010	100
Tabela 63 – FNE - Projetos considerados prioritários no PDNE - Exercício de 2010	101
Tabela 64 – FNE - Projetos de Infraestrutura - Exercício de 2010	102
Tabela 65 – FNE - Contratações em Apoio ao PAC	103
Tabela 66 – FNE - Projetos Turísticos - Exercício de 2010	103
Tabela 67 – FNE - Projetos Turísticos - Exercício de 2010	104
Tabela 68 – FNE - Projetos da Indústria de Calçados.....	105
Tabela 69 – FNE - Projetos Contratados(1) no Setor de Indústria Extrativa de Minerais - Exercício de 2010	106
Tabela 70 – FNE - Projetos de Serviços de Manutenção para Metal - Mecânica	106
Tabela 71 – FNE - Projetos Contratados(1) por Região - Exercício de 2010	107
Tabela 72 – FNE - Contratações(1) de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados (2) Públicos.....	108
Tabela 73 – FNE - Projetos Contratados(1) na Tipologia PNDR - Exercício de 2010.....	110
Tabela 74 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Porte - Exercício de 2010.	112
Tabela 75 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Setor - Exercício de 2010.	113
Tabela 76 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Estado - Exercício de 2010	113
Tabela 77 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Região - Exercício de 2010	115
Tabela 78 – FNE - Projetos Contratados(1) nas Mesorregiões SPR(2) - Exercício de 2010	117
Tabela 79 – FNE - Contratações em Mesorregiões por Porte - Exercício de 2010	120
Tabela 80 – FNE - Contratações em Mesorregiões por Estado - Exercício de 2010.....	121
Tabela 81 – FNE - Contratações em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões - Exercício de 2010.....	122
Tabela 82 – FNE - Contratações em Mesorregiões por Setor - Exercício de 2010	124
Tabela 83 – FNE - Contratações na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Município - Exercício de 2010.....	125
Tabela 84 – FNE - Contratações na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Setor - Exercício de 2010	126
Tabela 85 – FNE - Contratações na RIDE Timon-Teresina - Por Município - Exercício de 2010	126
Tabela 86 – FNE - Contratações na RIDE Timon-Teresina - Por Setor - Exercício de 2010	127
Tabela 87 – Cultivo de Soja - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1990-2008 (1)	138
Tabela 88 – Atividades Desenvolvidas na Pecuária de Corte.	140
Tabela 89 – Outros Cultivos para Alimentação Animal (ha).	141
Tabela 90 – Animais Vendidos (cab.) por Ano pelos Estabelecimentos Financiados.....	142
Tabela 91 – Pesos Médios dos Animais Vendidos pelos Estabelecimentos Financiados.	142
Tabela 92 - Adoção de Tecnologias, nos Estabelecimentos Financiados.	143
Tabela 93 - Tipo de assistência técnica recebida, nos estabelecimentos financiados....	143
Tabela 94 – Indicador de Importância dos Diferentes Mercados na aquisição de Recursos Produtivos, nos Estabelecimentos Financiados.	146
Tabela 95 – Criação de Bovinos de Corte - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998/2008 (1)	147
Tabela 96 – Bovinocultura de Leite nas Propriedades Rurais Avaliadas.....	149

Tabela 97 – Dados sobre as Aplicações do FNE na Bovinocultura de Leite.	150
Tabela 98 – Principais Fontes de Recursos para Investimento e Custeio na Bovinocultura de Leite nas Propriedades Rurais Estudadas	150
Tabela 99 – Número e Produtividade das Vacas em Lactação e Produção Diária de Leite nas Propriedades Rurais Avaliadas.	151
Tabela 100 – Ocupação da Terra nas Propriedades Rurais Avaliadas	152
Tabela 101 – Avaliação de Tecnologias de Gestão e Produção nas Propriedades Rurais Estudadas.....	154
Tabela 102 – Mercados de Aquisição de Recursos Produtivos para a Bovinocultura de Leite nas Propriedades Rurais Avaliadas.....	155
Tabela 103 – Mercado onde os Produtores Comercializam a Produção.	156
Tabela 104 – Criação de Bovinos de Leite - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-2008 (1)	156
Tabela 105 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE - 2010 (1).....	161
Tabela 106 - Impactos no Nordeste das Contratações do FNE em Atividades Seleccionadas, por Estado – 2010	163
Tabela 107 – FNE - Saldos das Aplicações e Atraso por Porte de Beneficiários - Posição: 31.12.2010.....	164
Tabela 108 – FNE - Saldos em Atraso por Setor – Posição: 31.12.2010	165
Tabela 109 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação - Posição: 31.12.2010.....	166
Tabela 110 – FNE - Recuperação de Dívidas (1) - Exercício de 2010	167
Tabela 111 – FNE - Liquidações pelo Equivalente Financeiro - Resolução 30/2010, do CONDEL.....	168

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 – Características Gerais das Propriedades Rurais Avaliadas - Situação no Ano de 2009.....	130
Quadro 2 – Aspectos Gerais da Produção Agrícola nas Propriedades Rurais Avaliadas	131
Quadro 3 – Principais Fontes de Recursos para Investimentos e Custeios na Produção de Soja das Propriedades Rurais Estudadas.....	132
Quadro 4 – Mercados de Aquisição de Recursos Produtivos para a Produção de Soja nas Propriedades Rurais Avaliadas.....	133
Quadro 5 – A Produção de Soja nas Propriedades Rurais Avaliadas.....	133
Quadro 6 – Avaliação de Aspectos de Produção e de Gestão da Exploração Sojícola nas Propriedades Rurais Estudadas.....	134
Quadro 7 – Assistência Técnica nas Propriedades Rurais Estudadas.....	135
Quadro 8 – Emprego de Mão de Obra nas Propriedades Rurais Avaliadas.....	135
Quadro 9 – Avaliação de Aspectos Ambientais nas Propriedades Rurais Estudadas....	136
Quadro 10 – Dados sobre a Comercialização da Produção de Soja das Propriedades Rurais Estudadas.....	137
Quadro 11 - FNE - Detalhamento das Operações de Acordo com os Encargos Pactuados – Posição: 31.12.2010.....	180
Gráfico 1 – FNE - Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercício de 2009 e 2010	27
Gráfico 2 – Agroamigo - Volume Contratado Acumulado por Ano.....	44
Gráfico 3 – Agroamigo - Volume Contratado Ano a Ano.....	44
Gráfico 4 – Contratações Programadas e Realizadas - Rural e Agroindustrial.....	60
Gráfico 5 – Contratações Programadas e Realizadas - Indústria, Turismo e Infraestrutura.....	61
Gráfico 6 – Contratações Programadas e Realizadas - Comércio e Serviços.....	62
Gráfico 7 – Contratações Programadas e Realizadas - Programas Especiais.....	63
Gráfico 8 – Distribuição dos Produtores por Porte, segundo a Região.....	140
Gráfico 9 - Distribuição das vendas do gado (gordo ou em pé) segundo os tipos de compradores, nos estabelecimentos financiados.....	145
Gráfico 10 – Propriedades por Porte e Região.....	149
Gráfico 11 – Número de Empregados e Produtividades da Mão de Obra.....	153
Gráfico 12 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Exercício do Ano de 2010.....	169
Gráfico 13 – FNE – Volume de recursos contratados, exercícios de 2009 e 2010.....	174
Gráfico 14 - Participação do valor contratado com recursos do FNE, exercício de 2010	175
Gráfico 15 – Participação do valor contratado com recursos do FNE, por setor econômico, exercício de 2010.....	175
Figura 1 - Mapa do Semiárido Nordeste.....	15
Figura 2 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB.....	111
Figura 3 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB.....	118

APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional o **Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**, referente ao ano 2010. Além de informações sobre a execução do Fundo, foram incorporados no presente relatório os resultados e impactos do FNE, objeto das avaliações concluídas no referido período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB investiu de 1989 a 2010, R\$ 79,0 bilhões¹ em recursos do FNE. No ano 2009, foram contratados R\$ 10,8 bilhões, representando 399 mil operações de crédito.

O presente relatório está dividido em sete capítulos. O **Sumário Executivo** faz uma síntese dos principais resultados das aplicações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, **Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste** apresenta um panorama da economia nordestina, que serve de subsídio para compreensão da dinâmica do Fundo.

A **Execução do FNE** discrimina a aplicação do Fundo, analisando em consonância com os cortes por setor, Estado, região climática (dentro e fora do semiárido), porte dos empreendimentos, mesorregiões e tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) além das prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Em sequência, o capítulo **Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE**, faz uma análise das externalidades provocadas na economia regional e brasileira, utilizando-se da Matriz de Insumo-Produto Regional, bem como o resultado da Avaliação do FNE Rural, desenvolvida ao longo do ano 2010.

A **Gestão do Ativo Operacional** analisa o comportamento da inadimplência do FNE no período e o processo de recuperação de crédito, enquanto o **Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados** faz uma síntese das visitas ao longo de 2010, as principais ações e ocorrências.

1 Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial/venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/1995 – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2010.

Finalizando, o capítulo sete trata das **Recomendações do Ministério da Integração Nacional**, contidas no ofício nº 02 DFD/SDR/MI, de 13.01.2011.

José Narciso Sobrinho
Superintendente do ETENE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. As operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no ano 2010, alcançaram o montante de R\$ 10,8 bilhões, representando 399 mil operações de crédito.
2. Em termos de demanda por recursos, no fim do ano 2010, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 5,5 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 4,7 bilhões.
3. Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas com o meio rural absorveram R\$ 3,7 bilhões ou 34,0% do total contratado pelo FNE no ano 2010, enquanto que o Setor Industrial e Turismo foi beneficiado com R\$ 2,9 bilhões (26,7% do total contratado) e o Setor de Infraestrutura aportou R\$ 2,0 bilhões (18,8% do total contratado). O Setor Comercial e Serviços obteve R\$ 2,0 bilhões (18,4% do total contratado) e o Setor Agroindustrial recebeu R\$ 220,5 milhões (2,1% do total contratado)
4. As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R\$ 4,6 bilhões, de modo que mais de 725 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste.
5. Os mini, micro e pequenos empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 2,8 bilhões. Mais de 1,1 milhão de beneficiários do FNE, no ano 2010, pertenciam a essa categoria.
6. A agricultura familiar, por meio do PRONAF, foi beneficiada com recursos do Fundo no total de R\$ 1,1 bilhão. Os empréstimos do FNE beneficiaram mais de 1,1 milhão de pessoas pertencentes a esse Programa.
7. O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação. 1.989 municípios, ou 100,0% do total pertencentes à área de atuação do FNE, foram beneficiados com contratações do Fundo no ano 2010.
8. A Avaliação do FNE Rural para o período 1998 a 2008 demonstrou que a grande maioria dos financiamentos à produção de soja (88,5%) é constituída por entidades que operam sob o regime de pessoa física, o que, de certa forma, justifica o fato de que, em apenas 11,5% delas, a administração não é realizada pelo próprio produtor ou por outro membro da família.

9. Antes dos projetos baseados no uso de recursos do FNE Rural, os números médios de empregados por propriedade e para cada 100 hectares de soja eram, respectivamente, de 13,3 e 1,3. A situação pós-financiamento revela que houve aumento expressivo no número de empregados por estabelecimento: passou para 25,2, que representa aumento ao redor de 89,5%. Para cada 100 hectares cultivados com soja, passou-se a utilizar 1,4 empregado, que indica aumento da ordem de 7,7%.

10. Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, afere-se que as contratações realizadas no ano de 2010 pelo FNE geraram para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 24,9 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 14,1 bilhões; geração de 1,1 milhões de ocupações; pagamento de salários por volta de R\$ 4,1 bilhões e geração de impostos estimada em R\$ 3,5 bilhões. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km², o equivalente a 19,5% do território nacional. A Região possui uma expressiva área semiárida (Figura 1) com 986,9 mil km² que se estende do Piauí à Bahia. De acordo com os dados preliminares do Censo 2010, o Nordeste possui uma população de 53,1 milhões de habitantes, o que representa 28% da população brasileira. Registrou-se na última década uma taxa de crescimento populacional anual de 1,07%, na comparação com o Censo 2000, inferior ao da população brasileira que foi de 1,17%.

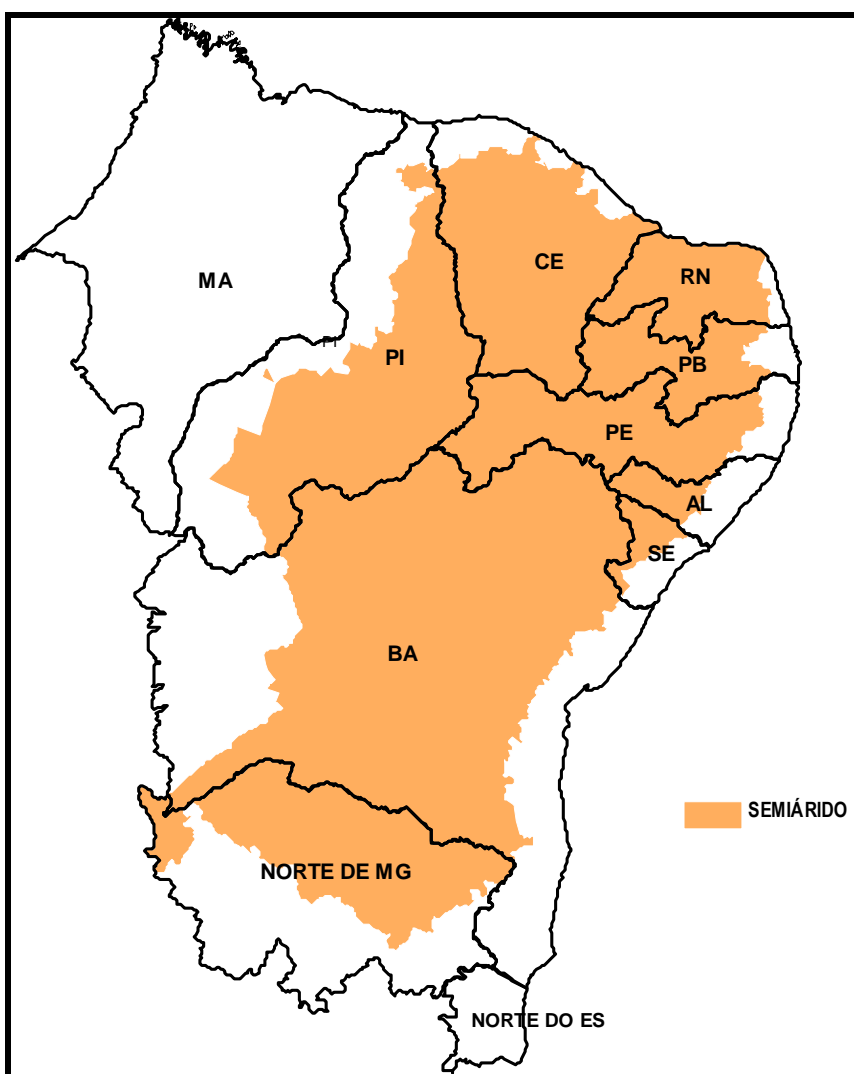


Figura 1 - Mapa do Semiárido Nordestino.

Fonte: SIGBNB – Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste.

A redução do crescimento da população nordestina, dentre outros fatores, tem ocorrido em função da combinação da queda na taxa de fecundidade e da ampliação da expectativa de vida.

A taxa de fecundidade total no Nordeste caiu de uma média de 3,6 filhos por mulher, em 1992, para 2 filhos por mulher em 2009, segundo dados das PNADs de 1992 e 2009. Em 1970, essa média era de 5,8 filhos por mulher. Para o Brasil, atualmente essa taxa é de 1,8, ficando acima de dois filhos por mulher em todos os estados nordestinos, exceto na Bahia (1,87) e em Sergipe (1,84) que ficam abaixo desse patamar.

A esperança de vida ao nascer no Nordeste (70,4 anos), embora tenha sido ampliada em 3,7 anos na última década, ainda está bem abaixo daquela verificada nas demais regiões do País, a maior delas registrada na Região Sul: 75,2 anos. A taxa de mortalidade infantil está em 33,2 por mil, também a mais elevada do País. Em 1999, essa taxa era de 53 por mil nascidos vivos. A taxa bruta de mortalidade, por sua vez, frequência com que ocorrem os óbitos em uma população, é de 6,56% (IBGE, 1999, 2009).

Tem-se verificado também um processo de inversão do fluxo migratório da Região. Segundo dados da PNAD 2009, em comparação com 2001, houve uma redução de 37,4% no número de nordestinos residindo em outras regiões do Brasil, ao passo que ocorreu um aumento de 10,4% de residentes nordestinos provenientes de outras regiões brasileiras, notadamente nos Estados de Sergipe (36,8%) e Bahia (45,6%). Dados que corroboram a visão de que existe uma tendência à redução do histórico déficit migratório do Nordeste para outras regiões do Brasil. Tem-se observado, inclusive, aumento do número de emigrantes das regiões Sudeste e Sul com destino ao Nordeste, especialmente, para o litoral e o cerrado.

A razão de dependência total do Nordeste, segundo dados da PNAD 2009, é de 52,7% enquanto a do Brasil é de 47,2%. Essa medida expressa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a população (15 a 64 anos de idade) potencialmente ativa. Vê-se, portanto, que existem cerca de 53 inativos para cada 100 ativos no Nordeste, proporção abaixo da População em Idade Ativa - PIA que é de 61%, o que é um indicativo de que, com uma estrutura demográfica diferenciada, o Nordeste está há alguns anos atrás do Brasil no que diz respeito à passagem do bônus demográfico, o que nos permite planejar melhor e realizar investimentos para que essa oportunidade não seja desperdiçada. Em outros termos, existirá uma menor carga de dependência que se traduzirá em oportunidades, na medida em que existem expectativas de

aumento da poupança doméstica e, portanto, crescimento da oferta de capital, que aliada a uma oferta maior de trabalho traduz-se em aceleração do crescimento econômico.

Essas mudanças no quadro demográfico nordestino evidenciam a necessidade de estratégias públicas adequadas à Região, tais como o fortalecimento de projetos estruturantes, principalmente no que diz respeito a investimentos em estradas, escolas, distribuição de energia elétrica, telecomunicações, moradia, saneamento, água tratada, coleta de lixo, hospitais e equipamentos de lazer.

No âmbito econômico, o Nordeste apresentou expressivo crescimento entre 1970 e 1980, período em que o PIB regional obteve um crescimento médio de 8,7% a.a., tendo superado a taxa de crescimento média do Brasil para esse mesmo período (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e dos elevados índices de inflação, com rebatimentos na crise fiscal e financeira do País, e a consequente adoção de políticas restritivas ao crescimento (ALBUQUERQUE, 2002).

Mesmo no período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000), a economia nordestina apresentou, em alguns anos, crescimento econômico superior à média brasileira. A partir de 2003, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um razoável patamar de crescimento, superior à média brasileira, embora ainda inferior aos números obtidos na década de 1970. Em virtude da crise econômico-financeira mundial, as taxas de crescimento do PIB reduziram-se significativamente no Brasil e no Nordeste em 2009 (Tabela 1). Entretanto, as estimativas do PIB para os próximos períodos indicam recuperação econômica.

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB - Nordeste e Brasil

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006	4,8	4,0
2007	4,8	6,1
2008	5,5	5,1
2009	-0,1	-0,6
2010	8,3	7,5
2011-2020	5,3	4,9

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
----------------	---------------------	-------------------

Fontes: Fundação Getúlio Vargas - FGV / Centro de Contas Nacionais - IBRE (1970 a 1984) para o Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE/DPG/PSE (1970 a 1984) para o Nordeste. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1985 a 2010 para o Brasil e 1985 a 2009 para o Nordeste. Estimativas do BNB-ETENE: 2010 para o Nordeste e projeções 2011 a 2020 para o Brasil e Nordeste.

No que se refere aos grandes setores produtivos do Nordeste, verificou-se nos últimos 50 anos um intenso processo de modernização. Em 1970, o Setor Comércio/Serviços representava 59,3% do PIB regional, seguido do Setor Agropecuário (22,4%) e Industrial (18,3%). Em 2008, por sua vez, a composição do produto regional passou a ser: Comércio/Serviços (67,3%), Indústria (24,1%) e Agropecuária (8,6%) (BRASIL, 2006; IBGE, 2010).

Em contrapartida, ocorreu um aumento na participação da indústria no PIB do Nordeste, com destaque para os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metal-mecânico, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Atividades que praticamente inexisteram no Nordeste até meados do século XX (ALBUQUERQUE, 2002).

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão das atividades de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, shopping centers e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras (BRASIL, 2005).

Assim, o crescimento da indústria e, principalmente, dos serviços superou o crescimento da agropecuária, de forma que a participação relativa desses setores no total da economia do Nordeste modificou-se. A infraestrutura do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere à geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. Embora essa Região responda por somente 8% das exportações brasileiras, a participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. Ocorreram, ainda, mudanças na tipologia dos

produtos industrializados exportados, pois a Região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de softwares e demais produtos de tecnologia da informação.

O Nordeste obteve relevantes melhorias em seus indicadores sociais entre 1960 e 2009. De acordo com os microdados da PNAD/IBGE (2009), a taxa de analfabetismo na Região diminuiu de 59,3% para 19,4,% no período. A esperança de vida ao nascer do nordestino aumentou de 48 para 70,4 anos. É oportuno ressaltar que é ainda a região brasileira com o maior número de analfabetos, 52,2% das pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de idade do Brasil estão no Nordeste. A taxa de escolarização cresceu 22,5% na última década, mas a média de anos de estudo das pessoas com 15 anos ou mais de idade é de 6,3. Outro aspecto importante a ser mencionado é que a Região registrou um aumento de 41% no PIB per capita, em termos reais, no período 1985-2008.

A mudança nesses indicadores sociais propiciou uma melhoria na principal medida de desenvolvimento humano. Assim, o IDH do Nordeste que era de apenas 0,306 em 1970, classificado como baixo pelos parâmetros estabelecidos pelas Nações Unidas, passou para um nível intermediário de 0,749 em 2007 (BRASIL, 2009). No entanto, apesar do crescimento de 144,7% nesse indicador, os estados do Nordeste continuam com IDH inferior aos demais estados do Brasil, e apresentaram as piores classificações no *ranking* nacional.

Os indicadores de saneamento básico também registraram avanços, tanto que o percentual de domicílios com canalização interna de água aumentou de 16,0% em 1970 para 78,0% em 2008; e o percentual de domicílios urbanos com coleta de lixo passou de 41,0% para 75,4% no mesmo período. A rede coletora de esgotamento sanitário passou de 2,0% dos domicílios em 1970 para 55,0% em 2008, PNAD 2008.

Desse modo, em decorrência da persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza existente no Nordeste, a Região demanda políticas que contribuam para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, a exemplo de um amplo programa de reforma agrária, massificação da educação, ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais devem ser acompanhadas por uma ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional.

3. A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE no exercício de 2010 somaram de R\$ 10,8 bilhões, registrando um incremento de 17,7 % em relação ao exercício de 2009, ocasião em que foram contratados R\$ 9,1 bilhões. O total das contratações do FNE no período em análise, excluindo-se o Pronaf, situou-se em torno de R\$ 9,7 bilhões, com incremento de 16,8% em relação ao ano de 2009, quando essas aplicações foram da ordem de R\$ 8,3 bilhões (Tabela 2).

Nestes valores são acrescentadas as contratações feitas através do Art. 9º - A da Lei nº 7.827/89, que autoriza o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais aos próprios bancos administradores para que estes realizem operações de crédito em seu nome próprio e com seu risco exclusivo.

Observa-se que alguns setores apresentaram crescimento das aplicações, em relação ao ano de 2010: Industrial e Turismo (55,6%), Rural (27,5%) e o Infraestrutura (5,3%). Entretanto, os setores Agroindustrial e de Comércio e Serviços apresentaram decréscimo de 39,9%, e 6,9%, respectivamente, em relação a 2009 (Tabela 2).

Tabela 2 – FNE - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira - Exercício de 2010

Setores e Programas	Nº de Operações	Contratações (1)			Valores em R\$ Mil
		Quant. Benef.	Valor	%	Valor das Propostas em Carteira (2)
RURAL	378.434	1.132.064	3.657.290	34,0	541.057
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL)	11.840	32.368	2.440.998	22,7	392.776
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	7.302	21.906	134.227	1,2	11.543
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	330.888	992.664	599.029	5,6	16.037
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	1.709	5.127	5.267	-	12
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	45	135	260	-	-
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	26.488	79.464	361.264	3,4	24.259
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA)	101	257	52.310	0,5	87.833
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	59	137	53.220	0,5	3.240

Setores e Programas	Nº de Operações	Contratações (1)		%	Valor das Propostas em Carteira (2)
		Quant. Benef.	Valor		
Programa de Financiamento à Regularização e Recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanentes Degradadas (PRÓ-RECUPER. AMBIENTAL)	-	-	-	-	-
Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA PESQUEIRA)	2	6	10.715	0,1	5.357
Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO)	-	-	-	-	-
AGROINDUSTRIAL	261	429	220.544	2,1	239.410
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN)	152	153	212.600	2,0	228.868
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-AGROINDÚSTRIA)	109	276	7.944	0,1	10.542
INDUSTRIAL E TURISMO	2.893	2.893	2.866.451	26,7	1.842.460
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	703	703	1.999.487	18,6	1.233.066
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA)	1.912	1.912	163.258	1,5	68.934
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	40	40	375.680	3,5	318.850
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-TURISMO)	232	232	71.540	0,7	24.877
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	4	4	256.345	2,4	195.514
Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO)	2	2	141	-	1.219
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	-	-	-	-	-
INFRAESTRUTURA	12	12	2.020.477	18,8	2.039.190
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	9	9	1.576.980	14,7	1.499.856
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	3	3	443.497	4,1	539.334
COMÉRCIO E SERVIÇOS	17.640	17.640	1.990.401	18,4	858.529
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	2.112	2.112	974.851	9,0	577.866
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	2	2	14.593	0,1	-

Valores em R\$ Mil

Setores e Programas	Contratações (1)			%	Valor das Propostas em Carteira (2)
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor		
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	-	-	-	-	3.285
Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO)	10	10	882	-	2
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-COMÉRCIO E SERVIÇOS)	15.516	15.516	1.000.075	9,3	277.376
Total	399.240	1.153.038	10.755.163	100,0	5.520.646

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Os Setores Rural e Agroindustrial absorveram, em conjunto, soma de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões, representando cerca de 36,1% do total contratado do FNE no período sob análise. O Setor Indústria e Turismo teve contratações de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões ou 26,7 % do FNE total. No Setor de Infraestrutura foram contratados cerca de R\$ 2,0 bilhões ou 18,8% das contratações do FNE, enquanto no Setor Comércio e Serviços o volume de recursos contratados no exercício de 2010 foi de cerca de R\$ 2,0 bilhões ou 18,4% das contratações do FNE. Além disso, dos quase 1,2 milhão de beneficiários do FNE em 2010, 98,2% foram atendidos no âmbito do FNE Setor Rural, sendo que do total de beneficiários do setor, 99,7% pertencem à categoria de mini, micro e pequenos produtores rurais (Tabela 35).

O Setor Rural continuou sendo em 2010 o setor com maior participação nas aplicações do FNE, com valor contratado da ordem de R\$ 3,7 bilhões, representando 34,0% das aplicações do Fundo. Em 2009, o Setor representava 32,4% do volume de financiamentos.

Do montante financiado no Setor Rural, cerca de R\$ 2,4 bilhões foram contratados no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL), com participação de 66,7% no Setor Rural e com 22,7% no FNE total, apresentando acréscimo de 24,4% em relação ao mesmo período de 2009. No âmbito do Pronaf, foram contratados R\$ 1,1 bilhão, representando 30,1% das contratações do FNE no Setor Rural e cerca de 10,2% das contratações do FNE total, com acréscimo de 26,7% das suas contratações em relação ao ano de 2009.

Ainda no Setor Rural, destacam-se as aplicações realizadas no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste

(AQUIPESCA), tendo sido contratados R\$ 52,3 milhões, correspondendo a 1,4% das aplicações do Setor Rural e a 0,5% das aplicações totais do FNE, no período, com decréscimo nas aplicações de 45,0% quando comparado ao mesmo período de 2009. O FNE VERDE para a agricultura, programa que financia a conservação do meio ambiente, obteve contratações da ordem de R\$ 53,2 milhões, participando com 1,4% das contratações do setor e com 0,5% das contratações do FNE total, com decréscimo de 49,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As contratações no Setor Agroindustrial somaram R\$ 220,5 milhões de recursos aplicados no exercício de 2010, representando 2,1% das contratações totais do FNE, com decréscimo de 39,9% em relação ao exercício de 2009.

As contratações do FNE no Setor Industrial e Turismo foram da ordem de R\$ 2,9 bilhões no ano de 2010, dos quais R\$ 2,0 bilhões foram aplicados no Programa de Apoio ao Setor Industrial, representando 69,8% das contratações do Setor Industrial e 18,6% das contratações globais do FNE no período, com um acréscimo, nesse segmento, de 87,4% em relação às contratações de 2009. Quanto ao Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR), foram contratados R\$ 375,7 milhões, representando 13,1% das contratações do Setor e 3,5% das contratações do FNE no período sob análise, também apresentando incremento no volume de aplicação nesse segmento, de 88,5%. O FNE VERDE para a Indústria e Turismo contou com R\$ 256,3 milhões, representando 8,9% das contratações do setor e 2,4% das contratações do FNE. O Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO), no âmbito do Setor Industrial e Turismo, contratou duas operações que juntas somaram R\$ 141,0 mil.

As aplicações em Infraestrutura, através do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) somaram R\$ 1,7 bilhão, representando 5,3% das aplicações do FNE, com incremento de 31,2% em relação ao ano de 2009. O volume de recursos alocados nesse setor demonstra a clara preocupação do Fundo com a infraestrutura regional, principalmente por considerar a importância do investimento em infraestrutura para se evitar o estrangulamento do setor produtivo. Assim, ao financiar também esse setor, o FNE contribui indiretamente para alavancar os demais setores econômicos.

Em relação ao Setor de Comércio e Serviços, as contratações atingiram aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, totalizando 18,4% dos recursos aplicados pelo FNE e decréscimo de 6,9% em relação ao mesmo período de 2009. Cabe aqui salientar que tal redução teve o propósito de enquadrar ao limite de financiamento para o Setor em 20,0%, conforme determinação legal (em 2009 esse percentual

atingiu 23,9%). No âmbito do Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA), o Setor contratou R\$ 14,5 em 2010 e não apresentou valores aplicados em 2009. No Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-COMÉRCIO E SERVIÇOS), tivemos aplicado R\$ 1,0 bilhão, representando 50,2% do setor e 9,3 % do FNE total.

Diante das observações acima realizadas, verifica-se que o exercício de 2010 apresentou importantes resultados, destaques para o apoio às MPE's e à Infraestrutura. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes para o entendimento do desempenho apresentado pelo FNE:

1. Os bons resultados vêm sendo obtidos considerando o contínuo esforço e ações do BNB em aprimorar seus processos de crédito, dentre as quais se destacam: i) o maior rigor na seleção de clientes; e ii) ênfase no acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;
2. Cenário econômico favorável, havendo otimismo dos agentes nos bons indicadores das economias brasileira e regional.
3. O Pronaf obteve incremento nas aplicações e continua sendo um Programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme espelham seus números no ano de 2010; a ampliação nas aplicações reflete o compromisso do Banco com os agricultores familiares, bem como o zelo para com a utilização de recursos do FNE, além da adequada aplicação das orientações emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação aos créditos inadimplidos nos municípios;
4. O apoio do BNB às obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal, bem como investimentos para as obras da Copa do Mundo de 2014.
5. Alguns programas não tiveram aplicações no período, são eles: i) INOVAÇÃO RURAL; ii) o Programa de Financiamento à Regularização e Recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanentes Degradadas (PRÓ-RECUPERAÇÃO AMBIENTAL) que vem complementar o FNE VERDE; iii) PROCULTURA Indústria e Turismo que carecem de avaliação dos condicionantes desse comportamento e ajustes, se for o caso.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do exercício de 2010, o estoque de propostas em carteira (pendentes de análise e/ou em fase de contratação) totalizou quase R\$ 5,5 bilhões. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 36,9% do Setor de Infraestrutura; 33,4% do Setor de Indústria e Turismo; 15,6% do Setor Comercial e Serviços; 9,8% do Setor

Rural e 4,3% do Setor Agroindustrial. Cabe esclarecer que esse montante de R\$ 5,5 bilhões refere-se apenas às propostas que já se encontram em tramitação no BNB (Tabela 2).

Além das propostas em carteira, existem prospecções de negócios da ordem de R\$ 4,7 bilhões, destacando-se como estados com maiores volumes de prospecções por ordem: Ceará (R\$ 1,6 bilhão), Bahia (R\$ 1,2 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 659,0 milhões) e Pernambuco (R\$ 571,9 milhões). Em conjunto, esses estados apresentaram em 31.12.2010, volume de negócios prospectados de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, representando 76,2% dos negócios em vias de realização (Tabela 3).

Tabela 3 – FNE - Prospecção de Negócios - Posição: 31.12.2010

Valores em R\$ Mil	
Estados	Projetos em Negociação (1) (2)
Alagoas	35.110
Bahia	1.203.858
Ceará	1.635.613
Espírito Santo	20.890
Minas Gerais	68.630
Maranhão	63.200
Paraíba	143.300
Pernambuco	571.852
Piauí	106.646
Rio Grande do Norte	659.063
Sergipe	127.994
Extra Regionais	22.010
Total	4.658.166

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consulta aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo passou de R\$ 29,5 bilhões, em 31.12.2009, para R\$ 33,3 bilhões em 31.12.2010, apresentando crescimento nominal de 13,1%. Referido acréscimo decorreu dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (Tabela 4).

Tabela 4 – FNE - Demonstrativo do Patrimônio Líquido - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil	
(1) Até 31.12.2009	29.454.928
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	28.854.696
. Resultados Acumulados	600.232

(2) No Exercício de 2010	3.871.703
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	4.083.917
. Resultado do Exercício	(182.495)
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	(29.719)
Patrimônio Total em 31.12.2010 (1) + (2)	33.326.631

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No exercício de 2010, o Ministério da Integração Nacional repassou ao BNB recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para crédito ao FNE, da ordem de R\$ 4,1 bilhões (Tabelas 4 e 5), com acréscimo de 7,8% em relação ao exercício de 2009, cujos repasses totalizaram cerca de R\$ 3,8 bilhões. No Gráfico 1 verifica-se que os repasses mensais de recursos em 2010 foram menores, em comparação a 2009, apenas nos meses de janeiro e novembro.

Tabela 5 – FNE - Ingressos Mensais de Recursos - Exercício de 2010

Mês	Ingressos	Valores em R\$ Mil
		Ingressos Acumulados
Janeiro	302.919	302.919
Fevereiro	369.843	672.762
Março	274.740	947.502
Abril	329.179	1.276.681
Maio	405.287	1.681.968
Junho	351.738	2.033.706
Julho	258.646	2.292.352
Agosto	346.638	2.638.990
Setembro	289.362	2.928.352
Outubro	311.494	3.239.846
Novembro	373.408	3.613.254
Dezembro	470.663	4.083.917

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

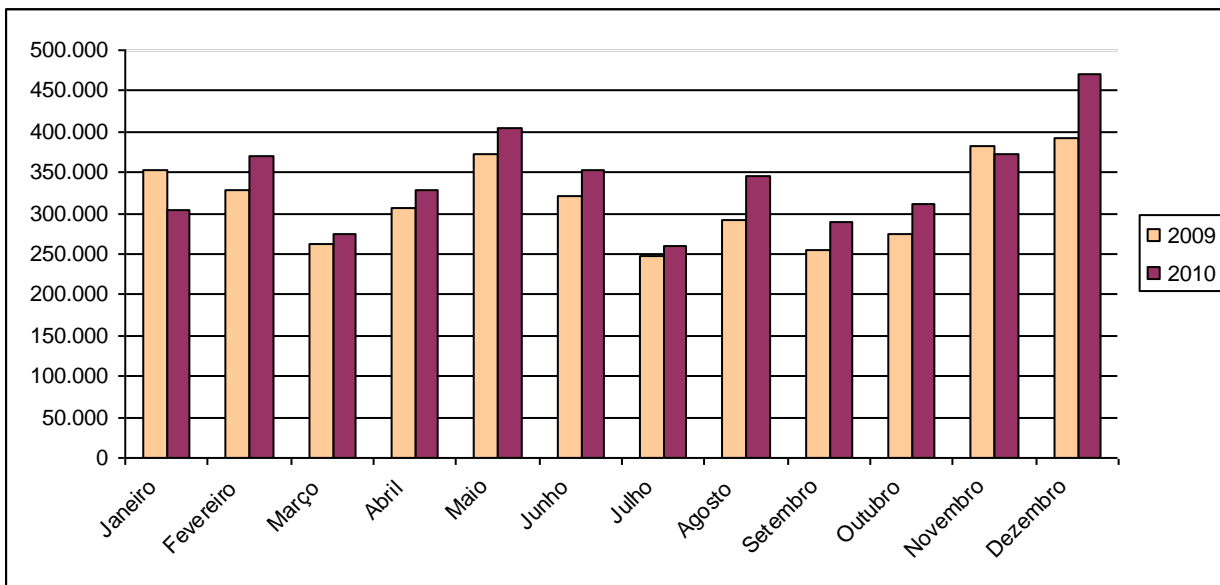


Gráfico 1 – FNE - Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercício de 2009 e 2010

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Os reembolsos dos recursos emprestados aumentaram de R\$ 4,8 bilhões em 2009, para R\$ 6,1 bilhões em 2010, com incremento nominal de 27,8%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do exercício de 2010, de 2,9% em relação ao final do exercício de 2009. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 3,7 bilhões ao final de 2010, dos quais R\$ 1,8 bilhão representado por valores a liberar por conta de operações já contratadas, restando, pois, R\$ 1,9 bilhão para contratação de novos financiamentos (Tabela 6).

Tabela 6 – FNE - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades - Exercício de 2010

	Valores em R\$ Mil
Disponibilidades em 31.12.2009	3.550.828
Disponibilidades para Novas Contratações	274.304
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	3.276.524
Disponibilidades em 31.12.2010	3.653.134
Disponibilidades para Novas Contratações	1.896.520
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	1.756.614
Variação das Disponibilidades	102.306
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	4.083.917
- Remuneração das Disponibilidades	315.708
- Reembolsos Ops. Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	6.169.492
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	187.738

- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	45.904
- Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	461
- Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	9.153
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	2.577
- Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	472
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	7.451
- Desembolsos de Repasse ao BNB	(400.000)
- Desembolsos de Ops. Crédito/Repasses Outras Instituições	(8.620.937)
- Taxa de Administração	(816.783)
- Del Credere do BNB - Repasses Lei 7.827, Art. 9º A	(22.044)
- Del Credere do BNB - Demais Operações	(668.182)
- Del Credere Instituições Operadoras	(3.891)
- Remuneração do BNB sobre Operações PRONAF	(71.028)
- Prêmio de Performance do BNB sobre Operações PRONAF	(136)
- Despesa Auditoria Externa	(71)
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES-Estiagem 98	(247)
- Bônus/Dispensas Ops. PJ-Parcela Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	(152)
- Conversão de Ops. para o FNE - Lei 10.464/10.696	(15.260)
- Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322	(1.660)
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	(45.890)
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	(30.477)
- Bônus/Dispensa Reclassif/Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322/11.775	(526)
- Descontos Ops. Lavoura Cacaueira - DESENBAHIA - Lei 11.775	(538)
- Bônus Adimplência Ops. Base Repasses BNB - Art. 9º A Lei 7.827	(5.141)
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249	(15.424)
- Outros Eventos	(2.180)
Total	102.306

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

3.1 Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE, no exercício de 2010, sofreram algumas alterações quando comparadas com o exercício de 2009. Além disso, percebe-se uma desconcentração dos investimentos no Setor Rural, com forte incremento nas aplicações em todos os setores. Aliás, o crescimento dos demais setores reflete

bem o pensamento do BNB em diversificar os recursos do FNE na Economia Nordestina, reduzindo a concentração no Setor Rural (Tabela 7).

Apesar deste esforço, o meio rural continuou recebendo tratamento diferenciado por parte do Banco do Nordeste, de forma que as aplicações rurais continuaram se destacando no quadro de financiamentos do Fundo. Assim é que 34,0% do total contratado foram investidos no Setor Rural (Tabela 7), contra 32,4% aplicado em 2009.

Tabela 7 – FNE - Participação Setorial nas Contratações (1) - Período: 1998 a 2010

Ano	Em Porcentagem					
	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	85,8	1,2	13,0	-	-	100,0
1999	78,3	0,9	20,8	-	-	100,0
2000	69,6	1,0	29,4	-	-	100,0
2001	48,6	2,1	47,6	-	1,7	100,0
2002	76,3	0,6	13,7	-	9,4	100,0
2003	45,1	2,1	43,4	-	9,4	100,0
2004	40,4	1,4	16,9	23,8	17,5	100,0
2005	50,4	3,4	23,4	13,2	9,6	100,0
2006	50,5	2,7	22,5	9,3	15,0	100,0
2007	48,6	3,0	17,0	10,3	21,1	100,0
2008	36,2	3,5	22,8	16,9	20,6	100,0
2009	32,4	4,2	20,2	19,3	23,9	100,0
2010	34,0	2,1	26,7	18,8	18,4	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Quanto aos demais setores, com exceção do Setor Agroindustrial, observa-se uma alternância nas posições nos últimos anos, demonstrando a forte participação destes setores na economia do Nordeste e Norte de Minas Gerais e Espírito Santo. No ano de 2010, o Setor Industrial/Turismo foi o segundo no ranking das aplicações setoriais (26,7%);

Já em relação ao Setor de Infraestrutura, as primeiras contratações do FNE foram realizadas no ano de 2004. Observando-se, desde então, significativa participação desse Setor, tendo sido responsável por 18,8% das contratações do FNE em 2010. Trata-se de um considerável aporte de recursos na ampliação e

modernização da infraestrutura da área de atuação do Fundo, de fundamental importância para o aumento da competitividade do setor produtivo regional.

Em 2010, o Setor de Comércio e Serviços ficou na quarta posição nas aplicações do FNE com 18,4% e o Setor Agroindustrial continua ocupando a quinta posição com 2,1%. Nas próximas seções, será analisado de forma detalhada o desempenho de cada setor no ano de 2010.

3.1.1 Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no exercício de 2010, totalizaram cerca de R\$ 3,7 bilhões, representando 34% das aplicações do FNE, com incremento de 27,3% em relação ao ano de 2009 (R\$ 2,9 bilhões). O incremento verificado refletiu-se no aumento da participação relativa do setor no período sob análise, em relação ao mesmo período de 2009, que passou de 32,4 para 34,0% (Tabela 7). A quantidade de beneficiários atingiu 1.132 mil, significando 98,2% dos beneficiários de recursos do FNE (Tabela 2).

Considera-se importante o estímulo ao Setor Rural, pois o fortalecimento do meio rural é crucial para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo, objetivando, inclusive a redução das migrações do campo para as cidades.

Afora isso, a crise mundial de alimentos tem exigido amplo esforço do Governo Federal no apoio à agricultura, estratégico não apenas para atender à demanda, mas também para conter o processo inflacionário. Portanto, o BNB, por intermédio do FNE, assume, na sua área, papel cada vez mais importante como agente do Governo Federal para a Região, no cumprimento dessa estratégia de superação da crise de alimentos, uma oportunidade para os agentes de negócios do meio rural. Assim, o Banco vem adotando política de estímulo ao financiamento aos agricultores familiares e aos míni e pequenos produtores rurais.

O incremento nas aplicações do FNE Setor Rural confirma o que já se vislumbrava ao final de 2009, ante o expressivo volume de propostas em carteira (R\$ 650 milhões). Da mesma forma, vislumbram-se importantes incrementos nas aplicações para 2011, apesar de haver redução das propostas em carteira em 31.12.10, de 16,8% em relação ao ano de 2009; o valor das propostas em carteira (R\$ 541 milhões) é significativo (Tabela 2).

Registre-se ainda que o FNE Setor Rural (excluindo o Pronaf) registrou aplicação da ordem de R\$ 2,6 bilhões, representando acréscimo de 27,9% no

volume de contratações em relação ao mesmo período de 2009, cujo volume de aplicações foi de R\$ 2,0 bilhões (Tabela 2).

Dos recursos aplicados no FNE Setor Rural no ano de 2010, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural obteve a melhor performance, totalizando cerca de R\$ 2,4 bilhões em aplicações, correspondente a 66,7% dos recursos aplicados no referido Setor e 22,7% das aplicações do FNE. Em seguida, vem o Pronaf no qual foram aportados R\$ 1,1 bilhão, respondendo por 30,1% das aplicações do FNE – Setor Rural e 10,2% do total do FNE.

No ano em análise, o FNE atendeu a 1,2 milhão de beneficiários. Deste total, o Setor Rural respondeu por 98,2%. O Pronaf, programa de largo alcance econômico e social respondeu, no período analisado, por 97,1% dos beneficiários do FNE Setor Rural e por 95,3% dos beneficiários do FNE (Tabelas 2 e 10).

No que tange às aplicações por atividades no período em análise, a pecuária foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, respondendo por 41,5% das contratações do FNE Setor Rural e por 14,1% das aplicações do FNE. Observou-se acréscimo das aplicações em 27,3% em relação ao mesmo período de 2009. No exercício de 2009, a pecuária apresentou participação de 42,1% e 13,6% no Setor Rural e no total do FNE, respectivamente, registrando-se, portanto, aumento da participação no total do FNE e diminuição em relação ao Setor Rural (Tabela 8).

Nas agriculturas de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R\$ 1,8 bilhão, respondendo por 48,0% das contratações do setor e por 16,3% das aplicações do Fundo, em 2010. O volume de recursos aplicados obteve acréscimo de 38,0% em relação ao mesmo período de 2009 (R\$ 1,3 bilhão).

Tabela 8 – FNE – Contratações (1) no Setor Rural –2010

Valores em R\$ Mil				
Atividades	Valor	% Setor	% FNE	
PECUÁRIA	1.518.992	41,5	14,1	
Bovinocultura	1.200.014	32,8	11,16	
Avicultura	86.511	2,4	0,80	
Ovinocaprinocultura	138.590	3,8	1,29	
Suinocultura	66.157	1,8	0,62	
Apicultura	9.855	0,3	0,09	

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Equinocultura	1.252	-	0,01
Bubalinocultura (Búfalo)	1.048	-	0,01
Outras Atividades (2)	15.565	0,4	0,14
AQUICULTURA E PESCA	59.313	1,7	0,6
Carcinicultura	42.083	1,2	0,39
Piscicultura	17.230	0,5	0,16
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	1.259.069	34,5	11,7
Grãos	718.985	19,7	6,69
Fibras e Têxteis	331.982	9,1	3,09
Fruticultura	72.619	2,0	0,68
Gramíneas	76.169	2,1	0,71
Raízes e Tubérculos	18.413	0,5	0,17
Bebidas e Fumos	36.796	1,0	0,34
Outras Atividades (3)	4.105	0,1	0,04
AGRICULTURA IRRIGADA	499.049	13,5	4,6
Fruticultura	205.134	5,6	1,91
Bebidas e Fumo	128.843	3,5	1,20
Gramíneas	64.904	1,8	0,60
Grãos	40.360	1,0	0,38
Fibras e Têxteis	17.271	0,5	0,16
Olericultura	14.457	0,4	0,13
Raízes e Tubérculos	19.359	0,5	0,18
Flores	1.173	-	0,01
Oleaginosas	290	-	0,00
Mudas e Sementes	6.386	0,2	0,06
Cactáceas	44	-	0,00
Outras Atividades (4)	828	-	0,01
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	320.867	8,8	3,0
Processamento e Benef Cana de Açúcar	3.047	0,1	0,03
Process.e Benef Castanha de Cajú	21	-	
Process.e Benef Frutas e Hortaliças	184	-	
Florestamento e Reflorestamento	79.364	2,2	0,74
Extração Vegetal	11.201	0,3	0,10

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Atividades não Agrícolas no Rural (5)	227.050	6,2	2,11
Total	3.657.290	100,0	34,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericultura, avestruz, rancultura e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosa, especiarias e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (5) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras.

A aquicultura e pesca, cujas aplicações no exercício de 2010 totalizaram R\$ 59,3 milhões, responderam por apenas 1,7% das aplicações dirigidas ao FNE Setor Rural e por 0,6% das aplicações totais do Fundo, no período em referência. Tais participações são superiores às constatadas no exercício de 2009, as quais foram 2,5% e 0,8%, respectivamente. Nessa atividade, a carcinicultura participou com contratações de R\$ 42,0 milhões, respondendo por 1,2% das aplicações do FNE Setor Rural e por 0,4% dos recursos do FNE no período, tendo a piscicultura participação de 0,5% das aplicações do Setor Rural e 0,2% do FNE. As outras atividades rurais financiadas foram responsáveis por 8,8% das contratações do Setor Rural e 3,0% do FNE, o que representa redução em relação ao mesmo período de 2009, quando essa participação foi de 11,1% e 3,6%, respectivamente.

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, que respondeu por 32,8% das aplicações do Setor Rural e por 11,2% das aplicações do FNE no período sob análise. Observando um crescimento de 32,2% em relação ao ano de 2009, que apresentou, em contratações, um volume de R\$ 907,4 milhões, com recuperação de investimentos na atividade em 2010 (R\$ 1,2 bilhão). Outras atividades financiadas foram a Ovinocaprinocultura (R\$ 138,6 milhões), a Avicultura (R\$ 87,0 milhões) e a Suinocultura (R\$ 66,1 milhões), com participação de 3,8%, 2,4% e 1,8%, respectivamente (Tabela 8).

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no Setor em 2010 foram grãos (20,7%), Fibras e Têxteis (9,6%), Fruticultura (7,6%) e Bebidas e Fumos (4,5%), com aplicações de R\$ 759,3 milhões, R\$ 349,3 milhões, R\$ 277,8 milhões e R\$ 165,6 milhões, respectivamente. Juntas, essas atividades responderam por 88,3% das aplicações na agricultura. Observe-se que, em relação ao mesmo período de 2009, houve incremento das aplicações em grãos em 47,5%; Fibras e Têxteis, de 27,0%; na

Fruticultura, de 35,0 % e Bebidas e Fumos 35,1%. Além das atividades citadas, Gramíneas e raízes/tubérculos registraram aplicações de R\$ 141,0 milhões e R\$ 37,8 milhões, respectivamente (Tabela 8).

Fazendo-se a análise por segmento, a agricultura de sequeiro participou em 2010 com 34,5% das aplicações do FNE Setor Rural e com 11,7% das aplicações do FNE, resultando em R\$ 1,3 bilhão, contra R\$ 938,7 milhões contratados no mesmo período de 2009, com incremento de 34,1% nas aplicações entre os dois períodos. As atividades que receberam os maiores volumes de recursos no ano foram: grãos (R\$ 719,0 milhões), Fibras e Têxteis (R\$ 332,0 milhões), gramíneas (R\$ 76,2 milhões) e Fruticultura (R\$ 72,6 milhões) participando com 19,7%, 9,1%, 2,1% e 2,0%, respectivamente (Tabela 8).

Participando com 13,5% e 4,6% das contratações do FNE Setor Rural e do FNE total, respectivamente, a agricultura irrigada totalizou, em 2010, R\$ 499,0 milhões, 48,9% superior ao volume de recursos aplicados no mesmo período em 2009, o qual totalizou R\$ 335,3 milhões. As atividades que receberam os maiores volumes de aplicações neste segmento no período foram fruticultura (R\$ 205,1 milhões); bebidas e fumo (R\$ 128,8 milhões); gramíneas (R\$ 65,0 milhões) e grãos (R\$ 40,4 milhões). Mencionadas atividades responderam no período por 5,6%, 3,5%, 1,8% e 1,0% das aplicações do Setor Rural, respectivamente (Tabela 8).

Quanto às outras atividades rurais, observamos que os volumes contratados em 2010 (R\$ 320,9 milhões) sofreram uma pequena redução em relação ao mesmo período de 2009 (R\$ 326,3 milhões). As atividades não agrícolas no Rural, que são compostas por serviços auxiliares à agropecuária, à caça, à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras, tiveram dentro do Setor 6,2% de participação no ano 2010, com valores nominais de R\$ 227,0 milhões, 6,8% inferior ao mesmo período de 2009, quando teve participação de 8,3% e valor nominal de R\$ 243,7 milhões.

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R\$ 1,4 bilhão ao final do exercício de 2010, contra R\$ 1,1 bilhão no exercício de 2009, representando incremento de 22,9% nas aplicações. Registre-se ainda que, do total de recursos aplicados pelo FNE no Semiárido em 2010, ou seja, R\$ 4,6 bilhões, o FNE Setor Rural contribuiu com 30,8% dessas aplicações. Enquanto isso, as contratações do FNE Setor Rural fora do Semiárido, no exercício de 2010, foram da ordem de R\$ 2,3 bilhões, representando 36,4% das aplicações dos recursos do FNE nessa Região, as quais totalizaram, em torno de R\$ 6,2 bilhões (Tabelas 1 A e 2 A).

Os estados que apresentaram as melhores performances em aplicações de recursos no Semiárido em 2010, no âmbito do FNE Setor Rural, foram o Ceará, com 31,9% do total aplicado nessa região, seguido da Bahia com 16,0% e do Rio Grande do Norte com 14,8%. Também foi representativa a participação de Pernambuco (14,8%) (Tabela 1.A).

O FNE Setor Rural destinou R\$ 1,5 bilhão aos mini e pequenos produtores no ano de 2010, representando 41,2% dos recursos deste Setor, atendendo a 1,1 milhão de beneficiários ou 99,7% dos beneficiários do Setor Rural. Aos médios produtores foram destinados R\$ 347,6 milhões ou 9,5% dos recursos contratados no âmbito do FNE Setor Rural, atendendo a 2.759 beneficiários ou 0,2% do total de beneficiários nesse Setor. Aos grandes foram destinados aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, atendendo a 1129 beneficiários (Tabelas 35 e 36).

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural, sendo que este segmento possui a maior capilaridade em termos de acesso ao crédito dentre os setores do FNE. Assim, dos 1.989 municípios da área de atuação do FNE, 1.906 municípios foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, representando 95,8% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 38).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE – Setor Rural foram Bahia (R\$ 1,1 bilhão); Maranhão (R\$ 592,1 milhões); Minas Gerais (R\$ 392,8 milhões) e Piauí (R\$ 381,1 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 68,6% dos recursos aplicados no Setor Rural. Por outro lado, os estados com menor desempenho em aplicações foram Espírito Santo (R\$ 59,4 milhões), Paraíba (R\$ 92,7 milhões), Alagoas (R\$ 120,6 milhões) e Rio Grande do Norte, com R\$ 122,6 milhões (Tabela 9).

Tabela 9 – FNE - Setor Rural - Contratações (1) Estaduais - Exercício de 2010

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	120.643	3,3
Bahia	1.140.154	31,2
Ceará	333.296	9,1
Espírito Santo	59.385	1,6
Maranhão	592.058	16,2
Minas Gerais	392.801	10,7
Paraíba	92.658	2,5

Valores em R\$ Mil		
Estado	Valor	%
Pernambuco	264.144	7,2
Piauí	381.122	10,5
Rio Grande do Norte	122.620	3,4
Sergipe	158.409	4,3
Total	3.657.290	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio, e em 1996 adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996. Vinculado, institucionalmente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Pronaf representa a culminância de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais brasileiros, que obteve ressonância nas instâncias internas do Governo Federal.

Em 2006 foi sancionada a Lei 11.326, de 24/07/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que passa a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo-se, assim, a institucionalização das políticas públicas voltadas para esse setor.

O Pronaf tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, público-alvo e finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

É importante salientar que o Pronaf é um programa em permanente construção. Assim, desde sua criação, o Programa tem passado por uma série de modificações, que se destinam ao atendimento das reivindicações de seu público-alvo.

Quanto ao BNB, na qualidade de principal financiador do Pronaf na Região, o Programa é operacionalizado com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Descrevem-se, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

Pronaf Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares beneficiários pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

Pronaf Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (Pronaf Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 6,0 mil. Os créditos atendem às atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como à implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários,

entendendo-se por prestação de serviços as atividades não-agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola para os agricultores do Grupo “B” são permitidos quando estes participarem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou explorarem as culturas de girassol, amendoim e mamona, solteiras ou consorciadas, em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel.

Pronaf Investimento a Agricultores Familiares (Comum) – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E. As faixas, limites e juros para o custeio e investimento são os seguintes:

Custeio – Limites e Taxas	
Faixa I	Até R\$ 10.000,00 juros de 1,5% ao ano
Faixa II	Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00, juros de 3% ao ano
Faixa III	Mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00, juros de 4,5% ao ano

Investimento – Limites e Taxas	
Faixa I	Até R\$ 10.000,00, juros de 1% ao ano
Faixa II	Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00 juros, de 2% ao ano
Faixa III	Mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00 juros, de 4% ao ano

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes,

adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado;

Crédito para Cotas-partes de Agricultores Familiares Cooperativados (Pronaf Cota-Parte) – Beneficia agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais que tenham, no mínimo, 70,0% (setenta por cento) de seus sócios ativos classificados como agricultores familiares enquadrados no Pronaf e que, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) da produção beneficiada, processada ou comercializada sejam oriundas de associados enquadrados no Pronaf. Financia a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção e aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.²

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até 2 (dois) financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher.

² o BNB não operacionaliza essa linha.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinada à modalidade Pronaf Agricultores Familiares (Comum).

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (PRONAF ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinada à modalidade Pronaf Agricultores Familiares (Comum).

Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (Pronaf Mais Alimentos) – Destinado a agricultores familiares enquadrados no Pronaf, para o financiamento das seguintes atividades: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo e para fruticultura, olericultura, apicultura, aqüicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Os agricultores devem comprovar que, no mínimo, 70% da renda da unidade familiar é proveniente destas atividades.

É importante observar que as regras para o Pronaf são as definidas nos Planos Safra. O Plano Safra 2010/2011 disponibilizou R\$ 16,0 bilhões, valor 666% maior do que os R\$ 2,4 bilhões disponibilizados no Plano Safra 2002/2003. Outra medida trazida pelo Plano foi a criação do seguro de clima para as operações de investimento pelo Seguro da Agricultura Familiar (SEAF).

As aplicações realizadas pelo BNB no Pronaf, em 2010, totalizaram R\$ 1.105,1 milhões, dos quais, R\$ 1.100,0 milhões foram por intermédio dos recursos do FNE, correspondendo a 99,5% dos recursos aplicados no Pronaf. Outra fonte utilizada no financiamento do Pronaf, trata-se de recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que participaram com 0,5% dos investimentos realizados no Programa. Foram beneficiadas 1,1 bilhão de pessoas no ano de 2010, representando 95,3% do total de beneficiários do FNE e 97,1%

do FNE Setor Rural. Considera-se como beneficiário do Pronaf o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família. O valor financiado pelo FNE no Pronaf totalizou 10,2% dos recursos investidos pelo FNE (R\$ 3,5 bilhões) em 2010 (Tabela 10). Em relação ao mesmo período de 2009, as contratações do Pronaf pelo FNE tiveram incremento de 26,7% nos valores contratados.

Tabela 10 – FNE - Contratações(1) no Pronaf - Exercício de 2010

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Pronaf Grupo A	21.906	2,0	134.227	12,2
Pronaf Grupo B	992.664	90,3	599.029	54,5
Pronaf Grupo C	5.127	0,5	5.267	0,5
Pronaf Grupo A/C	2.877	0,3	3.560	0,3
Pronaf Semiárido	6.723	0,6	16.850	1,6
Pronaf Mulher	1.992	0,2	5.760	0,5
Pronaf Comum	31.104	2,8	90.409	8,2
Pronaf Demais Grupos	36.903	3,3	244.945	22,2
Total	1.099.296	100	1.100.047	100

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere às aplicações nos grupos do Pronaf, observa-se que o Grupo B tem a maior participação nos recursos (54,5%), contratando R\$ 599,0 milhões e beneficiando 992.664 pessoas.

Em seguida, se apresenta o Grupo Agricultores Familiares (Comum), dirigido aos agricultores cuja renda familiar nos últimos 12 meses anteriores à contratação foi de até R\$ 110 mil, para o qual o FNE investiu R\$ 90,4 milhões, beneficiando 31.104 pessoas.

Vale registrar o montante contratado no Grupo A (R\$ 134,2 milhões), cujos valores foram destinados aos agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário, objetivando a estruturação de suas unidades produtivas. Foram beneficiadas 21.906 pessoas pertencentes a esse grupo, em 2010.

Os três grupos acima referidos receberam 74,9% dos recursos do FNE destinados ao Pronaf. Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 10.

Em 2010 foram implantadas diversas ações objetivando o aperfeiçoamento do gerenciamento do Pronaf e o atendimento de Clientes, dentre as quais destacamos:

- ⇒ Lançamento do “Guia de Orientação para Gestão das Carteiras” para os segmentos AgroAmigo, Pronaf e Mini/Pequeno Produtores Rurais;
- ⇒ Implantação de programa de treinamento presencial em parceria com o Ambiente de Educação Corporativa, para os Gerentes de Negócios PRONAF, alcançando a 210 colaboradores;
- ⇒ Disponibilização, em parceria com o Ambiente de Educação Corporativa, do Curso Virtual de Aprendizagem - CVA “Agricultura Familiar e Pronaf” destinado a Analistas Bancários, com 412 colaboradores treinados;
- ⇒ Firmatura de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA para ampliação e qualificação do acesso ao crédito para as trabalhadoras rurais, assentadas da reforma agrária, quilombolas, extrativistas, pescadoras artesanais, indígenas e ribeirinhas, na área de atuação do Banco do Nordeste;
- ⇒ Participação na comissão, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, de revisão das condições operacionais do Pronaf para o Plano Safra 2010/2011;
- ⇒ Realização de reunião com todas as Unidades Técnicas Estaduais - UTE do Programa de Crédito Fundiário para definição de metas de contratação do Pronaf Grupo A;
- ⇒ Realização de 66 eventos *Dia da Agricultura Familiar*, com a participação de 44.000 agricultores familiares, em municípios dos 9 estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais, objetivando atendimentos diversos aos agricultores familiares;
- ⇒ Implementação e acompanhamento do plano de promoção de financiamento de custeio agropecuário no âmbito do Pronaf;
- ⇒ Realização do Acordo de Cooperação com a Petrobras objetivando o financiamento aos agricultores familiares para produção de biocombustível.

AgroAmigo

O Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste (AgroAmigo) tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf (agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 6.000,00), mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Trata-se de metodologia diferenciada de ação, uma iniciativa pioneira no Brasil, que visa expandir o atendimento rápido e desburocratizado, mediante a concessão de

microcrédito rural direcionado às famílias de menor nível de renda no meio rural. Destacam-se, como principais objetivos do AgroAmigo:

- ✓ Conceder crédito produtivo e orientado, com acompanhamento aos agricultores familiares que realizam atividades agropecuárias e não agropecuárias;
- ✓ Agilizar o processo de concessão do crédito;
- ✓ Expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares, com redução de custos para o usuário;
- ✓ Proporcionar maior proximidade com os clientes e atendê-los na própria comunidade;
- ✓ Atender o agricultor familiar buscando identificar necessidades de serviços financeiros e bancários, ofertando acessibilidade a outros produtos microfinanceiros;
- ✓ Trabalhar a educação financeira e ambiental dos produtores;
- ✓ Promover a inclusão financeira do produtor através do processo de bancarização.

A operacionalização do AgroAmigo, além da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), conta também com a participação de uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Instituto Nordeste e Cidadania – INEC, que disponibiliza uma equipe de assessores de microcrédito rural qualificada que atua diretamente nas comunidades junto aos agricultores, fazendo o diagnóstico de suas necessidades e orientando-os na elaboração de seus projetos. Em 2010, foram realizadas 329 mil operações em toda área de atuação do Banco, correspondente a R\$ 595,8 milhões, com valor médio de R\$1.810,37. Destacamos que 100 % de todos os financiamentos são realizados com recursos do FNE e que 47% da carteira AgroAmigo foi contratada com mulheres.

Registramos que o AgroAmigo foi escolhido dentre as dez melhores experiências em Inovação na Gestão Pública Federal, eleito por meio de concurso promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

Desde o início da operacionalização do AgroAmigo, no ano de 2005, até dezembro de 2010, foram contratadas 1.147.728 operações, no montante de R\$ 1,7 bilhão, apresentando elevada adimplência. No quadro a seguir verificamos a evolução das contratações acumuladas ano a ano.

Agroamigo
Volume Contratado Acumulado por Ano - R\$ Mil
Posição: Dezembro/2010

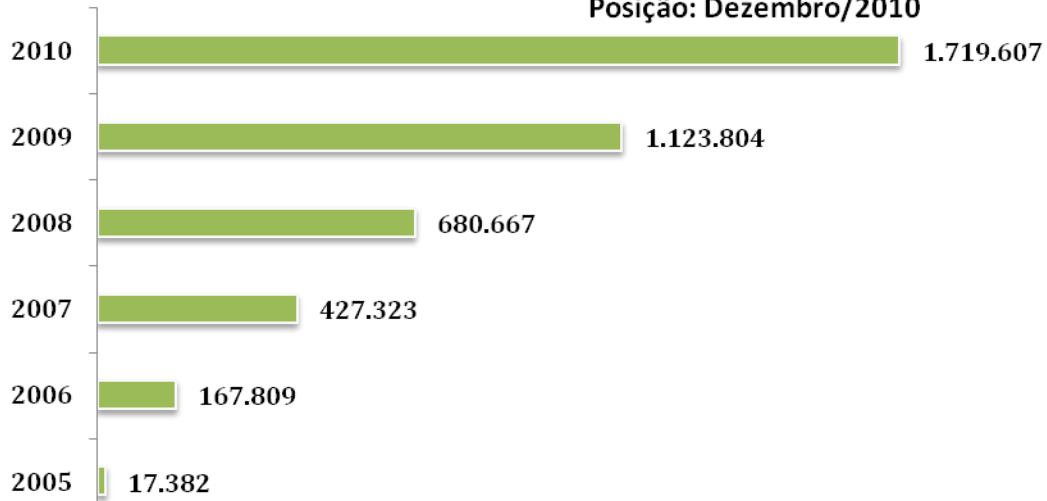


Gráfico 2 – Agroamigo - Volume Contratado Acumulado por Ano

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário

O gráfico a seguir mostra os valores contratados, ano a ano, que denota a consolidação do programa na região Nordeste.

Agroamigo
Volume Contratado Ano a Ano - R\$ Mil

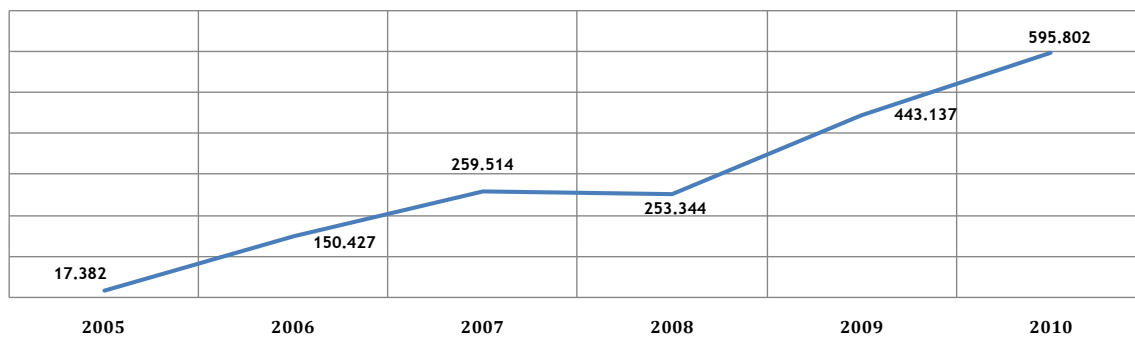


Gráfico 3 – Agroamigo - Volume Contratado Ano a Ano

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário

As realizações no âmbito do AgroAmigo buscaram consolidar a sua imagem institucional e o aperfeiçoamento gerencial, destacando-se:

- ✓ Criação das Gerências Estaduais de Microfinanças do AgroAmigo em 11 regionais;

- ✓ Consolidação do modelo de gestão, por meio da contratação, pelo INEC, de Coordenadores para todas as Unidades;
- ✓ Realização de evento comemorativo aos 5 anos do AgroAmigo, com a participação do Presidente Lula, Ministro Guilherme Cassel e outras autoridades, além da Diretoria do Banco. O evento foi realizado em sistema de videoconferência, e ao todo participaram cerca de 4.000 pessoas, sendo 2.600 somente em Fortaleza;
- ✓ Articulação com o MDA para celebração de convênio entre aquele Ministério e o INEC para aquisição de 200 motocicletas para utilização pelos assessores de crédito rural no atendimento aos clientes;
- ✓ Lançamento de cartilha sobre meio ambiente para distribuição com os clientes;
- ✓ Apresentação do AgroAmigo em Assembléia Geral da ALIDE – Asociacion Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo;
- ✓ Criação do prêmio Assessor de Sucesso com o objetivo de reconhecer os profissionais que obtiveram o melhor desempenho no AgroAmigo;
- ✓ Reconhecimento dos melhores clientes do AgroAmigo através do Prêmio BNB de Microcrédito.

3.1.2 Setor Agroindustrial

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN) tem por objetivo promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais, tendo como finalidade financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e realocação de empreendimentos agroindustriais (Programação FNE 2010). Vale ressaltar que o FNE AGRIN, conta com o apoio do programa multissetorial FNE Micro e Pequenas Empresas – Programa de Financiamento às MPE'S, que visa fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas do Setor.

O FNE Setor Agroindustrial aplicou, no decorrer do exercício de 2010, R\$ 220,5 milhões, o que representa 2,1% do volume contratado através do FNE no período, beneficiando assim 429 empreendimentos (Tabela 2). Em relação ao exercício anterior, as contratações do Setor apresentaram redução de cerca de 40,0% nas aplicações.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a de processamento e beneficiamento da cana de açúcar, foi responsável pelo maior volume de recursos contratados, cerca de R\$ 95,7 milhões (43,5%). Também merece destaque a indústria de combustíveis nucleares, petróleo e álcool, que absorveu 19,7% (R\$ 43,5 milhões) das contratações do FNE Agroindustrial. Juntas, essas atividades

foram responsáveis por mais de 60,0% do valor aplicado no referido Setor (Tabela 11).

Tabela 11 – FNE Contratações (1) no Setor Agroindustrial – Exercício de 2010

Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Abate e Prep. Prod. Carne, Aves e Pescado	25.477	11,6	0,3
Bebidas e Fumo	70	-	-
Laticínios	10.968	5,0	0,1
Process. Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais	4.495	2,0	-
Beneficiamento de Fibras	349	0,2	-
Proces. Benef. Castanha de Caju	3.543	1,6	-
Process. Benef. Cana de Açúcar	95.960	43,5	1,0
Ind. Prod. Alimentícios	3.094	1,4	-
Prod. e Distr. Eletricidade, Gás e Água	700	0,3	-
Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e Álcool	43.486	19,7	0,4
Process. Benef. Frutas e Hortaliças	27.186	12,3	0,3
Outras Atividades (2)	5.216	2,4	-
Total	220.544	100,0	2,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria, cosméticos, indústria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, indústria, moagem e beneficiamento, indústria da transformação, apicultura, raízes e tubérculos, intermediação financeira e Serv. Aux. de Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura.

Os investimentos realizados no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 115 municípios, que representam 5,8% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 38). O Estado de Sergipe foi o que obteve maior percentual de participação nas aplicações do Setor, absorvendo R\$ 68,1 milhões (30,9%), dos quais 56,8% (R\$ 38,6 milhões) foram aplicados na atividade de indústria de combustíveis nucleares, refino de petróleo e álcool. Em seguida, surgem os estados da Bahia (23,5%) e de Alagoas (19,9%). Juntos, esses estados foram responsáveis por 74,3% das contratações no Setor Agroindustrial (Tabela 12).

Do total das contratações em beneficiamento de cana de açúcar, atividade que absorveu o maior volume de recursos no Setor Agroindustrial, 43,1% foram aplicados no Estado de Alagoas. Dados da produção agrícola municipal mostram que o Estado é o principal produtor de cana de açúcar do Nordeste, tendo em 2009, sido responsável por 36,0% da área colhida e por 38,3% da quantidade produzida de cana de açúcar na Região.

Seguindo a tendência já apresentada no primeiro semestre de 2010, o Estado da Bahia foi o que apresentou maior incremento no volume de recursos, em relação ao exercício anterior, tendo em 2010, contratado cerca de R\$ 51,8 milhões, frente aos R\$ 9,8 milhões aplicados em 2009. Segundo a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia, o ano de 2010, pode ser considerado o ano da agroindustrialização baiana, além dos investimentos feitos em 2010 em beneficiamento de grãos, frutas e fibras, a projeção é de que até 2013 novos empreendimentos agroindústrias sejam recebidos no Estado.

Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações (1) Estaduais – Exercício de 2010

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	43.807	19,9
Bahia	51.780	23,5
Ceará	5.734	2,6
Espírito Santo	10.162	4,6
Maranhão	247	0,1
Minas Gerais	702	0,3
Paraíba	24.008	10,9
Pernambuco	7.852	3,6
Piauí	1.827	0,7
Rio Grande do Norte	6.336	2,9
Sergipe	68.089	30,9
Total	220.544	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

As contratações na região do semiárido nordestino, através do FNE Setor Agroindustrial, foram de R\$ 40,2 milhões, representando 18,3% das contratações realizadas por esse segmento e 1,0% do total aplicado na região semiárida. As contratações efetuadas fora do semiárido significaram 81,7% do valor contratado (R\$ 180,3 milhões) e 2,9% do total contratado pelo FNE fora do semiárido, no exercício de 2010 (Tabelas 1.A e 2.A). Apesar da redução no volume de recursos contratados, em relação ao exercício anterior, a região semiárida, apresentou crescimento em sua participação no total das aplicações do Setor, tendo em 2009, sido responsável por 11,6% das contratações, frente aos 18,3% de 2010.

O fato das contratações do Setor Agroindustrial do FNE concentrarem-se na região fora do semiárido pode ser justificado, pelo fato da forte presença de agroindústrias na região litorânea, propiciado pelas condições edofoclimáticas,

tendo em vista a preponderância do processamento e beneficiamento de cana de açúcar na região.

Em relação ao porte dos beneficiários, o FNE Agroindustrial destinou R\$ 8,0 milhões para mini e pequenos empreendimentos, perfazendo 3,7% do total das contratações do Setor, em 2010. Os empreendimentos de médio porte obtiveram cerca de R\$ 91,3 milhões, correspondendo a 41,4% das contratações. Para os grandes empreendimentos foram destinados R\$ 121,2 milhões, totalizando 55,0% das contratações. Apesar do percentual significativo do volume de recursos nos segmentos de grande e médio portes, 65,5% dos empreendimentos beneficiados são de mini e pequeno portes (Tabelas 35 e 36).

O valor das propostas em carteira no Setor Agroindustrial apresentou redução de 43,4%, em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 239,4 milhões, no fim de 2010 (Tabela 2). O cenário se mostra desfavorável quanto ao incremento no segmento para 2011, tendo em vista que a programação do FNE prevê projeção de aplicação no valor de R\$ 292,0 milhões, uma previsão de redução de 20,4% no volume de recursos contratados em 2011.

3.1.3 Setor Industrial e Turismo

O FNE Setor Industrial/Turismo é composto pelo programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (Industrial), que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do Setor Industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, ampliação da capacidade produtiva e inserção internacional e pelo programa de Apoio ao Turismo Regional (Proatur), que objetiva integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis (Programação FNE 2010) e alguns programas multissetoriais.

Em 2010, o Setor Industrial/Turismo contratou cerca de R\$ 2,9 bilhões, correspondendo a 26,7% das contratações do FNE no período, o que representou um acréscimo de 55,6% no volume de recursos contratados, em relação ao exercício de 2009. Deste total, as atividades manufatureiras absorveram 22,5% das contratações, o que correspondeu a R\$ 2,4 bilhões; já as atividades turísticas receberam R\$ 447,2 milhões (4,2%), beneficiando 2.893 empreendimentos (Tabelas 2 e 13).

As atividades manufatureiras apresentaram, no exercício de 2010, incremento de 71,2%, em relação ao ano anterior, quando foi aplicado R\$ 1,4 bilhão. Este percentual expressivo pode ser atribuído ao crescimento da produção

industrial no Brasil, que em 2010 foi de 10,5% e, mais especificamente na Região Nordeste que apresentou crescimento de 8,1%³.

A indústria de transformação foi a principal responsável pelo incremento da produção industrial nordestina, tendo crescido 8,7% em relação a 2009. Apesar do ano de comparação (2009), ainda sofrer os efeitos negativos da crise econômica mundial de 2008, o percentual pode ser considerado relevante, já que em anos anteriores o crescimento da indústria no Nordeste ficou em torno de 2,0% e 3,0%⁴.

Dentre os segmentos produtores, o de bens de consumo intermediário merece destaque, tendo absorvido 55,5% do total das aplicações do FNE no Setor Industrial/Turismo. Considerando-se apenas a Indústria, a participação foi de 65,7%. Entre as atividades financiadas nesse segmento 45,7% (R\$ 727,7 milhões) do volume de recursos foi destinado para a indústria de produtos químicos, em seguida, com 9,7% e 9,4% respectivamente, estão as atividades de minerais não metálicos e metal mecânica. Seguindo o crescimento apresentado nas contratações do Setor Industrial/Turismo, em 2010, os bens de consumo intermediário aplicaram um volume de recursos três vezes maior do que no exercício anterior.

As contratações com bens de consumo não duráveis atingiram o total de R\$ 800,9 milhões, o que representou 28,1% das contratações do Setor e 33,1% quando considera-se apenas o Setor Industrial. A atividade com o maior volume de recursos contratados foi a de têxteis (R\$ 289,8 milhões), seguida por produtos alimentícios (R\$ 130,8 milhões). Os segmentos de bens de capital e de consumo duráveis, registram aplicações no valor de R\$ 27,0 milhões no exercício de 2010, o que corresponde a 0,9% do total contratado no Setor Industrial/Turismo, sendo a totalidade desses recursos aplicada no setor mobiliário (Tabela 13).

Tabela 13 – FNE - Contratações (1) no Setor Industrial/Turismo – Exercício de 2010

Atividades	Valor	Valores em R\$ Mil	
		% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	800.906	28,1	7,4
Calçados	105.407	3,7	1,0
Produtos Alimentícios	130.786	4,6	1,2
Têxteis	289.819	10,1	2,7
Gráfica	43.386	1,5	0,4
Cosméticos	33.920	1,2	0,3

3 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Em 2010, produção industrial cresceu em todos os 14 locais pesquisados - <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/>, 09/02/2011.

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.

Atividades	Valor	Valores em R\$ Mil	
		% Setor	% FNE
Celulose e Papel	4.626	0,2	-
Bebidas	33.883	1,2	0,3
Eletroeletrônica	22.287	0,8	0,2
Vestuários e Acessórios	32.101	1,1	0,3
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	22.467	0,8	0,2
Outras Atividades (2)	82.224	2,9	0,8
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	1.591.300	55,5	14,8
Indústria Siderúrgica	5.396	0,2	0,1
Produtos Químicos	727.705	25,4	6,8
Produtos Plásticos	91.749	3,2	0,9
Tintas, Vernizes e Esmaltes	12.122	0,4	0,1
Minerais não Metálicos (Incluído Extr. Min. Não Metal)	154.741	5,4	1,4
Metal-mecânica	150.951	5,3	1,4
Madeira, exceto Mobiliário	4.209	0,1	-
Extração de Minerais Metálicos	2.917	0,1	-
Produtos de Borracha	4.885	0,2	-
Resinas e Elastômeros	31.685	1,1	0,3
Outras Atividades (3)	404.940	14,1	3,8
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	27.025	0,9	0,3
Mobiliário	27.025	0,9	0,3
TURISMO	447.220	15,5	4,2
Hospedagem	168.379	5,9	1,6
Transportes	14.166	0,3	0,1
Alimentação	4.693	0,2	-
Entretenimento	254.523	8,9	2,4
Outras Atividades (4)	5.459	0,2	0,1
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	-	-	-
Total	2.866.451	100,0	26,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras Atividades referem-se a Laticínios, Proces.Benef.Óleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado. (3) Outras Atividades referem-se a Ind.Combust.Nucleares, Refino Petróleo e Alcool e Ind.Fibras, Fios, Cabos e Filamentos Artificiais. (4) Artesanato e Transporte Turístico. (5) Incluindo a Extração de Minerais Não Metálicos.

As contratações das atividades ligadas ao Turismo, também apresentaram incremento significativo nas aplicações, tendo em 2010, aplicado R\$ 447,2 milhões frente aos R\$ 82,1 milhões aplicados em 2009. Tal crescimento pode ser atribuído ao lançamento, em março de 2010, do Proatur Copa, uma ação do BNB juntamente com o Ministério do Turismo, com o objetivo de dotar as capitais do Nordeste, que serão sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014 (Fortaleza,

Natal, Recife e Salvador), de uma melhor infraestrutura turística para a realização dos jogos (Tabela 13).

Poderão ser beneficiários do crédito do Proatur - Copa, empresas privadas de resorts, hotéis, pousadas, restaurantes, arenas multiusos, agências de viagem e turismo, entre outros segmentos que compõe a infraestrutura turística. Para 2010 foram disponibilizados R\$ 523,6 milhões, através de recursos internos e do FNE⁵.

Dentre as atividades financiadas ligadas ao Turismo, R\$ 254,5 milhões foram aplicados ao entretenimento, respondendo assim por 9,0% das contratações no Setor Industrial/Turismo e cerca de 57,0% quando consideramos apenas os valores do Setor Turismo. Vale ressaltar que 98,2% desses recursos foram aplicados na construção de arenas multiusos, já com o objetivo de apoiar os investimentos para a Copa do Mundo de 2014.

Também merece destaque o item hospedagem que absorveu 37,6% dos recursos destinados ao Turismo (R\$ 168,3 milhões), um incremento relevante em relação ao exercício de 2009, quando foram aplicados R\$ 65,3 milhões (Tabela 13).

O Estado do Ceará foi o responsável pela aplicação de 37,6% do Setor Industrial/Turismo, a maior parcela dentre os estados, o que representou cerca de R\$ 1,1 bilhão, incremento significativo em relação ao exercício anterior, quando foram aplicados R\$ 526,3 milhões. Juntamente com Pernambuco e Bahia, foram responsáveis por 76,6% das contratações. A exceção do Maranhão, Rio Grande do Norte e de Sergipe, os outros estados da área de atuação do Banco obtiveram crescimento das aplicações, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Do total das contratações do FNE Setor Industrial/Turismo no Estado do Ceará, 94,6% (R\$ 1,0 bilhão) foi destinado ao Setor Industrial, sendo que 48,5% dessas aplicações ocorreram através da indústria de produtos químicos. Em Pernambuco, o destaque vai para a indústria têxtil, que foi responsável por cerca de 38,0% das contratações do Setor Industrial, no qual o Estado aplicou 96,1% (R\$ 644,8 milhões) de seus recursos. Já na Bahia, o Setor Turístico foi responsável por 58,7% (R\$ 262,6 milhões) das aplicações, dos quais 95,2% foram destinados ao ramo do entretenimento, em especial às arenas multiusos.

5 Notícias do BNB – Edição nº 9/2010.

O FNE Setor Industrial/Turismo atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 498 municípios em 2010, o que representa 25,0% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 38).

Tabela 14 – FNE - Setor Industrial/Turismo – Contratações (1) Estaduais – Exercício de 2010

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	260.615	9,1
Bahia	447.054	15,6
Ceará	1.076.702	37,6
Espírito Santo	9.837	0,3
Maranhão	61.121	2,1
Minas Gerais	15.609	0,5
Paraíba	60.123	2,1
Pernambuco	670.925	23,4
Piauí	58.029	2,0
Rio Grande do Norte	97.438	3,5
Sergipe	108.998	3,8
Total	2.866.451	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 1,2 bilhão dos recursos do FNE Setor Industrial/Turismo no exercício de 2010, correspondendo a 42,0% das contratações. Do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Industrial/Turismo contribuiu com 26,3%. No que se refere às contratações fora do semiárido foi aplicado cerca de R\$ 1,7 bilhão, o que representa 58,0% do total contratado nesse Setor e 27,0% dos recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabelas 1.A e 2.A).

Quanto ao porte dos beneficiários, observou-se que 71,1% dos recursos foram aplicados em empreendimentos de grande porte, o que representou R\$ 2,0 bilhões; já a categoria de médio porte foi responsável por cerca de 20,0% (R\$ 568,9 milhões), enquanto que os mini e pequenos absorveram 9,1%. O expressivo percentual de aplicações nos empreendimentos de grande porte pode ser atribuído ao fato de que as atividades que envolvem os setores da indústria e do turismo são em sua maioria intensivas em capital, o que exige grandes investimentos. A quantidade de beneficiários mostra a predominância de empreendimentos de mini e pequeno portes, representando 75,3% do total de beneficiários do Setor (Tabelas 35 e 36).

O incremento no segmento do FNE Setor Industrial/Turismo, mostra-se favorável para 2011, tendo em vista que o valor das propostas em carteira totalizou R\$ 1,8 bilhão, no fim de 2010, um aumento de 9,3% em relação ao exercício de 2009 (Tabela 2). Além disso, está previsto para 2011, aplicações na ordem de R\$ 2,5 bilhões, o que representa um incremento de 35,3% em relação ao programado para o ano de 2010 (R\$ 1,8 bilhão).

3.1.4 Setor Infraestrutura

Base de sustentação para o processo de desenvolvimento econômico de um país, o Setor de Infraestrutura é parte fundamental para que esse desenvolvimento ocorra de maneira sustentável. Assim sendo, tal Setor passa a desempenhar um papel essencial na busca do acesso a serviços básicos e melhorias no bem-estar da população.

Deve-se observar que a infraestrutura física, a nível regional, desempenha papel fundamental e integrador nas economias, oferecendo suporte às atividades sócio-econômicas e proporcionando as condições necessárias para implementação das políticas públicas sociais, criando um ambiente favorável à expansão dos negócios.

A infraestrutura regional adquire, portanto, importância para que se mantenha e aumente a competitividade dos diferentes segmentos da economia. Entretanto, a área de atuação do Banco, que engloba os estados do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, depara-se, a exemplo das demais regiões do País, com uma situação ainda precária em termos de infraestrutura. Essas condições podem limitar o crescimento da Região e impedir avanços no combate às desigualdades regionais.

Ressalte-se, ainda, que os projetos de infraestrutura, pelas suas características, com altos custos, elevada relação capital-produto e de longa maturação, dependem do apoio financeiro das linhas de crédito.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste – numa perspectiva estratégica das políticas de desenvolvimento – é chamado a desempenhar papel complementar no fortalecimento da infraestrutura regional, tanto aquela que condiciona o desenvolvimento humano de suas populações, como a que viabiliza o crescimento econômico, com geração de renda e de postos de trabalho.

Desse modo, o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste – Proinfra financia a implantação, expansão, modernização e

relocalização de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não governamental, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou mais de R\$ 2,0⁶ bilhões no ano de 2010, o que correspondeu a 18,8% do total contratado pelo FNE no mesmo período. Em relação ao ano de 2009, houve um crescimento de 5,3% ante os R\$ 1,9 bilhão contratado no ano anterior. Ressalte-se que a Lei Complementar nº 125, de 2007, retirou o limite de 10,0% dos recursos previstos para o FNE no referido Setor (10,0%).

As atividades do Setor que obtiveram recursos foram as relacionadas com a produção e distribuição de eletricidade, gás e água, as quais obtiveram a maior participação no volume de recursos, representando 89,5% das contratações no período, e atividades auxiliares de transporte com 10,5% destinados ao Setor, conforme detalhado na Tabela 15.

Tabela 15 – FNE - Contratações (1) por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2010

Atividade	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil
			% FNE
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água*	1.808.736	89,5	16,8
Ativs.Aux.Transportes	211.741	10,5	2,0
Total	2.020.477	100,0	18,8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

* Essa atividade se refere somente a Produção e Distribuição de Energia Elétrica.

No que tange à distribuição dos recursos por região climática, R\$ 1,2 bilhão (58,5%) do valor contratado neste Setor foram destinados à região semiárida, enquanto R\$ 837,7 milhões (41,5%) foram para outras regiões (Tabela 16). Observe-se a maior destinação destes recursos para o semiárido, o qual havia participado, em 2009, com apenas 21,6% dos recursos dirigidos ao Setor. Essa virada percentual deve-se as características desse Setor, que em poucos projetos, dependendo dos valores financiados e dos municípios demandantes (Tabela 40-A), pode modificar a configuração dos números, pois a destinação dos recursos depende de bons projetos estruturantes, sejam no semiárido ou fora dele.

6 Incluídos os valores aplicados pelo FNE com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/89.

Tabela 16 – FNE - Contratações (1) por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2010

Região	Valor	Valores em R\$ Mil
		% Setor
Semiárida	1.182.759	58,5
Outras Regiões	837.718	41,5
Total	2.020.477	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações", entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição dos recursos por Estado, foram destinados recursos a seis estados da área de atuação do FNE. Em 2009, foram oito os estados beneficiados com recursos para o Setor. Em 2010, destaca-se o estado da Bahia, com a aplicação de 34,9% dos recursos (R\$ 705.453 milhões), seguido pelos estados do Rio Grande do Norte (19,7%), Pernambuco (19,4%) e Paraíba (12,8%), conforme Tabela 17.

Tabela 17 – FNE - Contratações (1) por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2010

Estado	Valor	Valores em R\$ Mil
		%
Alagoas	-	-
Bahia	705.453	34,9
Ceará	-	-
Espírito Santo	-	-
Maranhão	45.675	2,3
Minas Gerais	-	-
Paraíba	258.126	12,8
Pernambuco	392.474	19,4
Piauí	220.000	10,9
Rio Grande do Norte	398.749	19,7
Sergipe	-	-
Total	2.020.477	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações", entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

De outra forma, os recursos foram destinados a 12 municípios, representando 0,6% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 39). Em

2009, 13 municípios foram beneficiados. Dentre os municípios financiados em 2010, destacam-se Guamare-RN, com 19,7% (R\$ 398,7 milhões), Candeias-BA, com 18,9% (R\$ 382,3 milhões), seguidos de Jacobina-BA (14,1%), Campina Grande-PB (11,9%) e Ipojuca-PE (9,9%), conforme a Tabela 40 A, anexa. Os efeitos, porém, desses financiamentos, tendem a beneficiar o tecido econômico e social regional.

3.1.5 Setor Comercial e Serviços

O FNE Setor Comercial e Serviços contratou no exercício de 2010 cerca de R\$ 2 bilhões, representando 18,4% do total do FNE. Com relação ao número de operações, observa-se, no período em questão, a contratação de 17.640 operações no setor. Ressalta-se que o limite de financiamento de 10,0% dirigidos ao referido setor foi alterado em maio de 2008 (MP nº 432), para 20% podendo chegar a 30%, desde que autorizado pelo conselho deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do Setor Serviços na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No contexto do setor, as atividades ligadas ao Setor Comercial obtiveram significativa participação de 54%, cerca de R\$ 1,1 bilhão, enquanto o segmento de serviços obteve 46% com R\$ 915,1 milhões dos valores contratados. Observa-se incremento de 23,9% no Setor de Serviços e decréscimo de 23,2% no Comércio, das aplicações em relação ao período de 2009.

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram saúde (R\$ 154,3 milhões), aluguel de máquinas e equipamentos (R\$ 128,9 milhões) e edifícios e obras de engenharia civil (R\$ 121,8 milhões). Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 36,4% dos recursos do setor, totalizando R\$ 724,7 milhões (Tabela 18).

Tabela 18 – FNE - Contratações (1) por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2010

Atividade	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil	
			% FNE	
COMÉRCIO	1.075.305	54,0	9,9	
Comércio Varejista	724.729	36,4	6,7	
Comércio Atacadista	252.705	12,7	2,3	
Alimentação	23.915	1,2	0,2	
Intermediários do Comércio	2.197	0,1	-	

Atividade	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil	
			% FNE	
Outros	71.759	3,6	0,7	
SERVIÇOS	915.096	46,0	8,5	
Imobiliárias e Aluguéis	40.251	2,0	0,4	
Saúde	154.274	7,8	1,4	
Serv. Auxiliar à Indústria	1.769	0,1	-	
Telecomunicações	54.508	2,7	0,5	
Educação	29.283	1,5	0,3	
Transporte Rodoviário	51.943	2,6	0,5	
Reparação e Conservação	20.429	1,0	0,2	
Serviços Pessoais	23.139	1,2	0,2	
Edifícios e Obras de Eng.Civil	121.820	6,1	1,1	
Entretenimento e Lazer	27.600	1,4	0,3	
Aluguel Máq. e Equipamento	128.925	6,5	1,2	
Serv. Aux. Adm. Empresas	77.109	3,9	0,7	
Outros	184.046	9,2	1,7	
Total	1.990.401	100,0	18,4	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere à distribuição dos recursos por região, o semiárido foi beneficiado com R\$ 738,4 milhões dos recursos do FNE Setor Comercial e Serviços no exercício de 2010, correspondendo a 37,1% dos valores contratados pelo Setor (Tabela 19).

Vale ressaltar que na área de abrangência do Banco, as Capitais são as maiores demandadoras de recursos deste Setor, e que as mesmas situam-se fora do semiárido, podendo justificar a diferença percentual entre as duas regiões.

Tabela 19 – FNE - Contratações (1) por Região nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2010

Região	Quantidade	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Semiárida	9.363	53,1	738.354	37,1
Outras Regiões	8.277	46,9	1.252.047	62,9
Total	17.640	100,0	1.990.401	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 20), o FNE Setor Comercial e Serviços destinou 20,9% das contratações, ou seja, R\$ 416,9 milhões, para empreendimentos de grande porte. Os médios empreendimentos

ficaram com 28,7% (R\$ 571,2 milhões), enquanto os míni, micro e pequenos empreendimentos obtiveram 50,4% (R\$ 1,0 bilhão). Este movimento sinaliza o esforço do BNB em priorizar os clientes de menor porte.

Tradicionalmente, o Setor de Comércio no Nordeste brasileiro é marcado pelos mini/micro/pequenos empreendimentos, daí a importância de financiamento ao Setor como medida para reduzir a concentração de recursos, dinamizando a economia, principalmente em pequenos municípios.

Tabela 20 – FNE - Contratações(1) por Porte nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil				
Porte	Quantidade	%	Valor	%
Mini/Micro/Pequeno	15.554	88,2	1.002.322	50,4
Médio	1.775	10,0	571.209	28,7
Grande	311	1,8	416.870	20,9
Total	17.640	100,0	1.990.401	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação à distribuição espacial, o FNE Setor Comercial e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco. As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Ceará, com 28,6% (R\$ 568,3 milhões), Bahia, 15,4% (R\$ 307,5 milhões) e Pernambuco, 14,7% (R\$ 292,2 milhões). Juntos, estes estados participaram com 58,7% do total dos valores contratados (Tabela 21).

Tabela 21 – FNE - Contratações (1) por Estado nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil				
Estado	Quantidade	%	Valor	%
Alagoas	476	2,7	40.517	2,0
Bahia	2.894	16,4	307.513	15,4
Ceará	3.584	20,3	568.263	28,6
Espírito Santo	197	1,1	41.601	2,1
Maranhão	1.268	7,2	230.059	11,6
Minas Gerais	1.132	6,4	78.705	4,0
Paraíba	1.300	7,4	100.459	5,0
Pernambuco	2.848	16,1	292.234	14,7
Piauí	1.250	7,1	112.822	5,7
Rio Grande do Norte	1.518	8,6	112.408	5,6
Sergipe	1.173	6,7	105.820	5,3
Total	17.640	100,0	1.990.401	100,0

Estado	Quantidade	%	Valor	%
--------	------------	---	-------	---

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que dois estados tiveram expressivos crescimentos nos valores contratados, em relação ao exercício de 2009, Ceará e Pernambuco. Em relação aos municípios atendidos, o FNE Setor Comércio/Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco e em 1.202 municípios, representando 60,4% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 38).

3.2 Valores Programados e Valores Realizados

No que se refere ao total de recursos, foram aplicados, no exercício de 2010, R\$ 10,8 bilhões, superando a programação para o ano (R\$ 8,0 bilhões) em R\$ 2,7 bilhões (+33,7%). O setor que mais contribuiu com aplicação acima da programação foi o de Indústria, Turismo e Infraestrutura que superou sua programação em quase R\$ 2,0 bilhões.

A distribuição dos percentuais de contratação dos recursos do FNE para o exercício de 2010 apresentou desvios relativamente grandes em dois setores/programas (Indústria, Turismo e Infraestrutura; e Programas Especiais), enquanto nos outros dois setores os desvios foram mínimos (Tabela 22).

Tabela 22 – FNE - Contratações (1) Programadas e Realizadas, por Setor e Programa - Exercício de 2010

Setor/Programa	Programado (4) (%)	Realizado	
		Valor	%
Rural e Agroindustrial ⁽²⁾	22,1	2.716.623	25,3
Indústria, Turismo e Infraestrutura ⁽²⁾	26,1	3.952.147	36,7
Comércio e Serviços ⁽²⁾	7,5	974.851	9,1
Programas Especiais ⁽³⁾	44,3	3.111.542	28,9
Total	100,0	10.755.163	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria e BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito. Planos Estaduais de Aplicação – Reprogramação FNE 2010.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusivo os Programas Especiais (PRONAFs, INOVAÇÃO, PROCULTURA, FNE-Verde, MPE's e FNE-Pró-Recuperação Ambiental). (3) PRONAFs, INOVAÇÃO, PROCULTURA, FNE-Verde, MPE's e FNE-Pró-Recuperação Ambiental (Rural, Industrial e Comércio e Serviços). (4) Percentuais da Reprogramação do FNE para 2010.

No caso do Setor Rural e Agroindustrial (Gráfico 4) pode se observar que desde 2007 os percentuais realizados têm ficado acima dos programados, representando baixos desvios, sendo o maior observado em 2007, quando o percentual aplicado ficou acima do programado 5,1 pontos percentuais. No exercício de 2010 o percentual aplicado no Setor ficou acima da programação em 3,2 pontos percentuais.

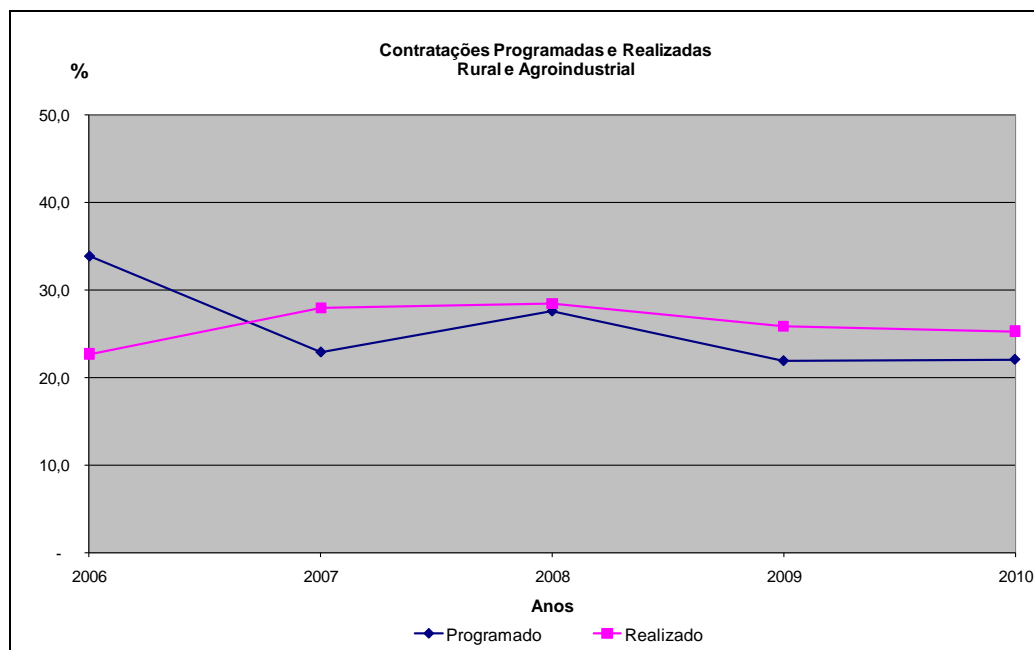


Gráfico 4 – Contratações Programadas e Realizadas - Rural e Agroindustrial

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

Quanto ao Setor de Indústria, Turismo e Infraestrutura (Gráfico 5) observa-se a ocorrência de grandes desvios entre os percentuais programados e os realizados entre 2007 (17,7 pontos percentuais) e 2010 (11,90 pontos percentuais). Essas variações podem ser explicadas pelo tempo de maturação dos projetos do Setor, uma vez que estes demandam mais tempo nos períodos de pré-implantação e implantação, tornando necessária a análise dos dados em um horizonte de tempo mais longo. Neste sentido, a comparação entre a média dos percentuais programados (35%) e a média dos percentuais realizados (32,6%), no período de 2006-2010, apresenta pequena variação de 2,4 pontos percentuais.

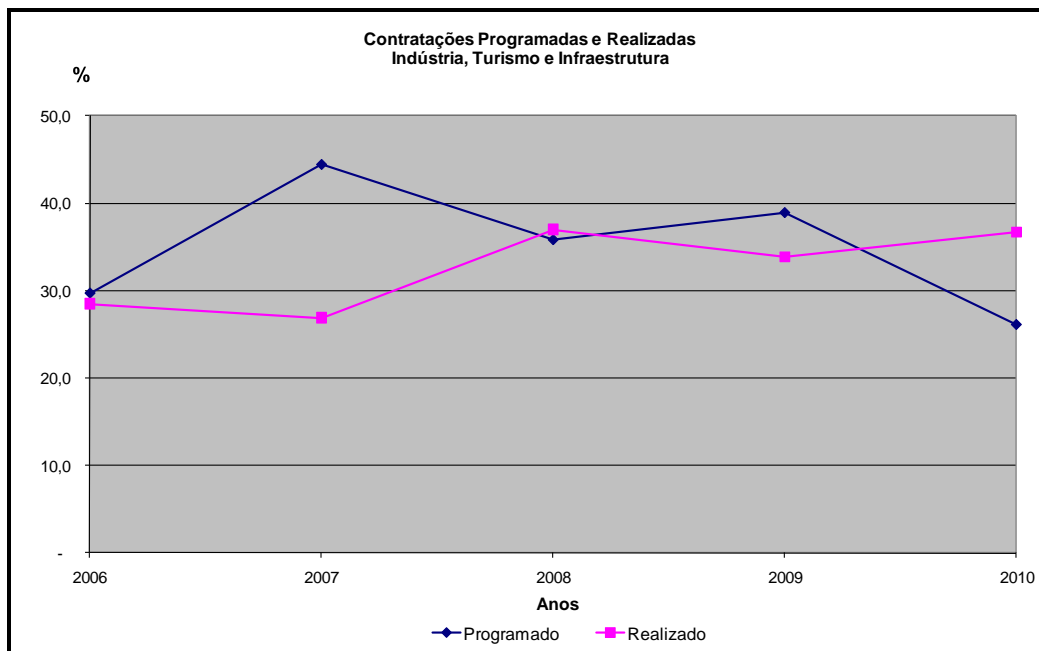


Gráfico 5 – Contratações Programadas e Realizadas - Indústria, Turismo e Infraestrutura

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

No que tange ao Setor de Comércio e Serviços, pode se observar que ao longo do período 2006-2010 os percentuais realizados estiveram acima dos programados até 2009, e ficaram um pouco abaixo em 2010 (desvio de 1,6 pontos percentuais). Considerando os percentuais médios de programação e de aplicação, no período 2006-2010, o desvio foi de 7,0 pontos percentuais.

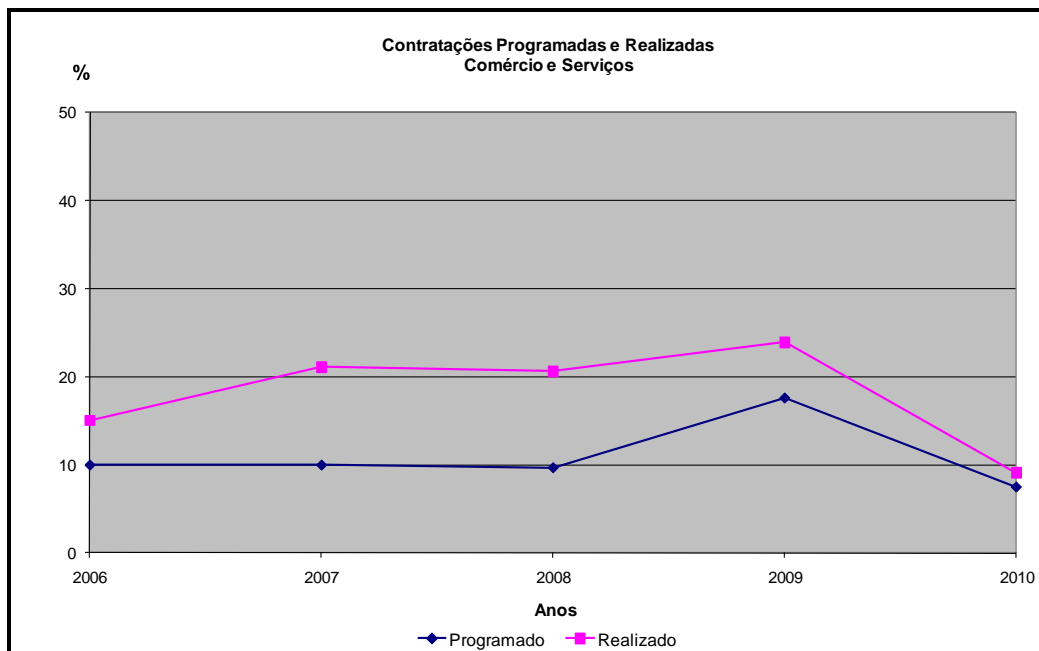


Gráfico 6 – Contratações Programadas e Realizadas - Comércio e Serviços

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

Ainda em relação ao Setor de Comércio e Serviços, é importante ressaltar que o limite outrora estabelecido de 10,0% na aplicação dos recursos foi alterado para 20,0%, de acordo com a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, parágrafo 3º, do Art. 43. Esta medida se mostra acertada, uma vez que os valores demandados para esse segmento foram crescentes ao longo do período 2006-2009.

No caso dos Programas Especiais, no período 2006-2010, observou-se uma mudança de comportamento da relação entre os percentuais programados e realizados. Nos dois primeiros períodos (2006 e 2007) os percentuais realizados ficaram acima dos percentuais programados, situação que inverteu-se a partir de 2008. Considerando o período 2006-2010, a média dos percentuais realizados ficou abaixo da dos programados 5,0 pontos percentuais.

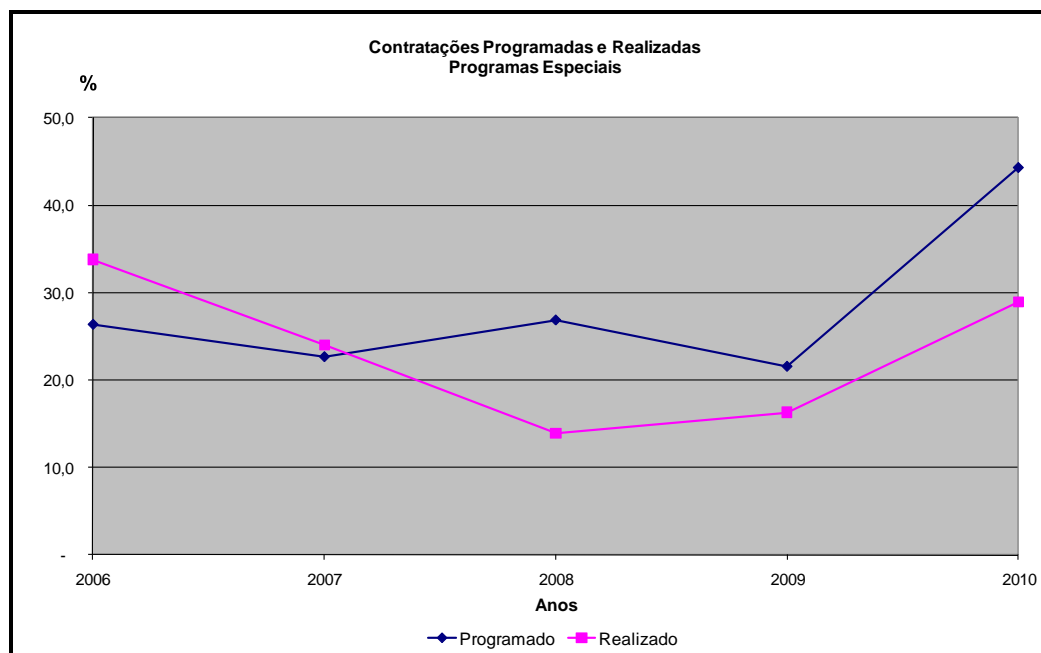


Gráfico 7 – Contratações Programadas e Realizadas - Programas Especiais

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

No exercício de 2010, para as mesorregiões da PNDR, observou-se que as aplicações ficaram acima 68,1% da programação. Vale destacar os valores realizados na Chapa das Mangabeiras que aplicou 3,25 vezes o valor inicialmente programado e na mesorregião de Xingó que aplicou 2,72 vezes o valor programado (Tabela 23).

Tabela 23 – FNE - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões – Exercício 2010

Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil			
			Valor Programado	%	Valor Realizado	%
Bico do Papagaio	3.913	6,0	194.100	18,1	158.844	81,8
Chapada das Mangabeiras	8.047	12,4	260.300	24,3	845.676	324,9
Chapada do Araripe	15.136	23,3	207.500	19,4	224.128	108,0
Jequitinhonha/Mucuri	10.728	16,5	225.880	21,1	179.096	79,3
Seridó	9.278	14,3	61.000	5,7	60.200	98,7
Xingó	17.980	27,6	122.770	11,5	333.456	271,6
Total	65.082	100,0	1.071.550	100,0	1.801.400	168,1

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Programação do FNE 2010.

Vale lembrar que os valores programados para contratação não se constituem em metas rígidas, mas em recomendações às Agências e Superintendências do BNB, tendo em vista a melhor distribuição dos recursos por

programas de crédito e setores econômicos. A qualidade e a sustentabilidade dos projetos representam os principais fatores que determinam, em última instância, os números finais da aplicação dos recursos por programas.

3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 Contratações por Estado

As contratações no exercício de 2010 totalizaram R\$ 10,8 bilhões, representando acréscimo de 17,8% em relação ao valor de R\$ 9,1 bilhões, contratado no exercício de 2009. Os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Bahia (R\$ 2,7 bilhões), Ceará (R\$ 2 bilhões), Pernambuco (R\$ 1,6 bilhão), Maranhão (R\$ 929,2 milhões) e Piauí (R\$ 773,8 milhões). Os estados que apresentaram maior crescimento em relação ao exercício 2009 foram Minas Gerais (70,7%), Piauí (68,3%), Bahia (48,0%) e Ceará (22,5%). Os estados de Alagoas, Paraíba e Maranhão reduziram suas contratações entre os anos de 2009 e 2010 em, respectivamente, 1,6%, 2,3% e 30,8% (Tabela 24).

Vale ressaltar que o considerável crescimento do volume de contratações no Estado de Minas Gerais (aumento de R\$ 201,9 milhões) se refere, principalmente, às contratações do Setor Rural que sozinho, respondeu pelo aumento de R\$ 179,9 milhões, ou seja, 89% do incremento entre os anos 2009 e 2010.

Tabela 24 – FNE - Contratações e Demanda de Recursos por Estado - Exercício de 2010

Estado	Valores em R\$ Mil				
	Contratações ⁽¹⁾	%	Propostas em Carteira ⁽²⁾	Demanda Total	%
Alagoas	465.582	4,3	92.746	558.328	3,4
Bahia	2.651.954	24,7	1.984.063	4.636.017	28,5
Ceará	1.983.995	18,4	1.516.593	3.500.588	21,5
Espírito Santo	120.985	1,1	20.570	141.555	0,9
Maranhão	929.160	8,6	463.355	1.392.515	8,6
Minas Gerais	487.817	4,5	78.789	566.606	3,5
Paraíba	535.374	5,0	82.989	618.363	3,8
Pernambuco	1.627.629	15,2	450.839	2.078.468	12,7
Piauí	773.800	7,2	142.637	916.437	5,6
Rio Grande do Norte	737.551	6,9	512.313	1.249.864	7,7
Sergipe	441.316	4,1	175.752	617.068	3,8
Total	10.755.163	100,0	5.520.646	16.275.809	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Estado	Contratações ⁽¹⁾	%	Propostas em Carteira ⁽²⁾	Demanda Total	%
--------	-----------------------------	---	--------------------------------------	---------------	---

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
(2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 5,5 bilhões no final do exercício de 2010, e com relação ao mesmo período de 2009, apresentaram crescimento de 10,7%. Os maiores volumes em carteira ficaram com os estados da Bahia (R\$ 2,0 bilhões), Ceará (R\$ 1,5 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 512,3 milhões) e Maranhão (R\$ 463,4 milhões). Dentre os estados atendidos pelo BNB, 6 registraram aumento de valor das propostas em carteira, com destaque para o Rio Grande do Norte que aumentou 723,2%, sendo seguido por Sergipe e Bahia, com aumentos, respectivamente, de 89,7% e 63,1%. Esse extraordinário aumento verificado no Rio Grande do Norte pode ser explicado pela contratação de um projeto no Setor de Infraestrutura da ordem de 398,7 milhões, representando 54% do valor total contratado no Estado. Por outro lado, 05 estados apresentaram decréscimos nos valores em carteira entre 2009 e 2010, com destaque para o Piauí com redução de 61,8%, seguido dos estados de Pernambuco e Minas Gerais com reduções, respectivamente, de 45,6% e 45%.

A demanda total de recursos pelos estados no exercício de 2010 (R\$ 16,2 bilhões), apresentou acréscimo de 17,7% sobre a demanda total no exercício de 2009 (R\$ 13,8 bilhões). A Bahia, o Ceará e Pernambuco despontaram com as maiores demandas por Estado, com uma média de R\$ 3,4 bilhões, de acordo com a Tabela 24.

Com relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no exercício de 2010, verifica-se que três unidades federativas não atingiram o piso estabelecido internamente de 4,5% do total de aplicações anuais do Fundo: Espírito Santo (1,1%), Sergipe (4,1%) e Alagoas (4,3%). Em relação ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum Estado obteve volume de contratações superiores a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 24).

Considerando-se o período acumulado de 1989 ao final do exercício de 2010, todos os estados atingiram o piso mínimo de 4,5%, com exceção do Estado do Espírito Santo (1,0%), cuja região norte foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste em 1999, iniciando-se, assim, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem em relação aos demais estados. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 20,2 bilhões), Ceará (R\$ 12,8 bilhões), Pernambuco (R\$ 10,1 bilhões) e Maranhão (R\$ 8,3

bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,1% do total das contratações (Tabela 25).

Tabela 25 – FNE - Contratações (1) Acumuladas por Estado - Período: 1989 a 2010

Estado	Valor (2)	Valores em R\$ Mil
		%
Alagoas	3.999.047	5,1
Bahia	20.231.327	25,6
Ceará	12.867.065	16,3
Espírito Santo	809.678	1,0
Maranhão	8.258.313	10,4
Minas Gerais	3.946.846	5,0
Paraíba	4.626.425	5,9
Pernambuco	10.142.065	12,8
Piauí	5.162.792	6,5
Rio Grande do Norte	5.164.032	6,5
Sergipe	3.840.265	4,9
Total	79.047.855	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2010.

As contratações para o Setor Rural totalizaram R\$ 3,7 bilhões no exercício de 2010, representando crescimento de 27,5% em relação ao mesmo período de 2009 (R\$ 2,9 bilhões). Nesse Setor, os estados que mais receberam recursos foram Bahia (R\$ 1,1 bilhão), Maranhão (R\$ 592,1 milhões) e Minas Gerais (R\$ 392,8 milhões). Os valores contratados nesses três estados significam 58,1% dos recursos do FNE aportados ao Setor Rural da economia (Tabela 26).

As contratações no FNE Setor Rural no exercício de 2010, quando comparadas com o mesmo período de 2009, apresentaram variações negativas apenas no Estado do Espírito Santo (11,1%). As maiores variações positivas ocorreram em Minas Gerais (84,5%), Sergipe (53,6%), Piauí (42,8%) e Bahia (36,0%), conforme Tabela 26.

Tabela 26 – FNE - Contratações (1) Estaduais e Setoriais - Exercício de 2010

Estado	Valores em R\$ Mil					
	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Alagoas	120.643	43.807	260.615	-	40.517	465.582
Bahia	1.140.154	51.780	447.054	705.453	307.513	2.651.954
Ceará	333.296	5.734	1.076.702	-	568.263	1.983.995
Espírito Santo	59.385	10.162	9.837	-	41.601	120.985
Maranhão	592.058	247	61.121	45.675	230.059	929.160
Minas Gerais	392.801	702	15.609	-	78.705	487.817
Paraíba	92.658	24.008	60.123	258.126	100.459	535.374
Pernambuco	264.144	7.852	670.925	392.474	292.234	1.627.629
Piauí	381.122	1.827	58.029	220.000	112.822	773.800
Rio Grande do Norte	122.620	6.336	97.438	398.749	112.408	737.551
Sergipe	158.409	68.089	108.998	-	105.820	441.316
Total	3.657.290	220.544	2.866.451	2.020.477	1.990.401	10.755.163

Fonte: BNB - Ambiente de Cobntrole de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No segmento Agroindustrial, o total contratado alcançou, no exercício de 2010, R\$ 220,52 milhões, representando queda de 38,81% sobre o exercício de 2009. Em valores absolutos, os maiores volumes de contratações estão nos estados de Sergipe (R\$ 68,1 milhões), Bahia (R\$ 51,8 milhões), Alagoas (43,8 milhões) e Paraíba (R\$ 24 milhões), conforme Tabela 26.

Do total de 11 estados atendidos pelo Banco do Nordeste, 08 apresentaram decréscimos nos valores contratados entre 2009 e 2010. O estado que teve a maior redução foi o Maranhão onde, em 2009, foram aplicados 47,6 milhões e, em 2010, a aplicação foi de apenas R\$ 247 mil, seguido pelos estados de Alagoas (-72,5%), Pernambuco (-67,2%), Piauí (-65,1%) e Ceará (-64,1%). Por outro lado, os estados da Bahia e Paraíba aumentaram suas aplicações no Setor Agroindustrial em 424% e 206,2%, respectivamente.

Nos Setores de Indústria e Turismo, as operações totalizaram R\$ 2,9 bilhões, registrando substancial acréscimo de 55,6% sobre as contratações de 2009. Ressalte-se o bom desempenho do Ceará, de Pernambuco e da Bahia, cujas contratações atingiram R\$ 1,1 bilhão, R\$ 670,9 milhões e R\$ 447,1 milhões, respectivamente, em 2010. Destaca-se o incremento, em relação ao ano de 2009, da ordem de 812%, nas contratações desse Setor no Estado de Alagoas, em virtude de dois financiamentos para indústrias de produtos químicos, totalizando R\$ 229,6 milhões. Os outros estados com substanciais aumentos foram Piauí

(158,4%), Espírito Santo (126%) e Ceará (104,6%). No âmbito da área de atuação do Banco, apenas 03 estados apresentaram reduções nos valores aplicados entre os anos de 2009 e 2010, a saber: Rio Grande do Norte (67,8%), Maranhão (38,3%) e Sergipe (21,7%) (Tabela 26).

O Setor de Infraestrutura contratou R\$ 2,0 bilhões em 2010, representando incremento de 5,3% em relação ao ano de 2009. Os Estados com maior volume de aplicação foram Bahia (R\$ 705,5 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 398,7 milhões) e Pernambuco (R\$ 392,5 milhões). Merece ainda destaque o Estado do Rio Grande do Norte, que foi o que apresentou maior incremento nas aplicações entre os anos de 2009 e 2010 (423,5%) em virtude da contratação de um projeto na atividade produção, distribuição de eletricidade, gás e água, no valor de R\$ 398,7 milhões.

No Setor Comercial e Serviços as aplicações, em 2010, diminuíram em 6,9% quando comparadas com o exercício de 2009, quando totalizam R\$ 2,1 bilhões. Cinco estados elevaram o valor de suas contratações nesse setor, sendo a maior expansão observada nos estados do Espírito Santo (92,6%), Ceará (31,5%) e Pernambuco (30,4%).

Considerando o volume total de contratações, independentemente do setor, o estado com maior participação foi a Bahia (24,7%) e R\$ 2,6 bilhões contratados, seguido pelo Ceará com participação de 18,4% e R\$ 2,0 bilhões contratados.

O número de beneficiários do FNE totalizou 1,1 milhão em 2010, registrando ampliação de 5,4% em relação ao número de beneficiários em 2009. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (203,3 mil), seguido do Ceará (180,9 mil), Maranhão (141,7 mil) e Pernambuco (133,6 mil). Os demais estados apresentaram número de beneficiários entre 49,7 mil e 114 mil, destoando desse intervalo apenas o Estado do Espírito Santo que apresentou 1,6 beneficiários (Tabela 27).

Tabela 27 – FNE - Contratações(1) em Relação ao Número de Beneficiários - Exercício de 2010

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito R\$/Benef.	Crédito Ordem
Alagoas	465.582	73.162	6.363,71	9º
Bahia	2.651.954	203.308	13.044,02	2º
Ceará	1.983.995	180.930	10.965,54	5º
Espírito Santo	120.985	1.597	75.757,67	1º
Maranhão	929.160	141.694	6.557,51	8º

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito R\$/Benef.	Crédito Ordem
Minas Gerais	487.817	114.034	4.277,82	11º
Paraíba	535.374	86.187	6.211,77	10º
Pernambuco	1.627.629	133.570	12.185,59	3º
Piauí	773.800	103.654	7.465,22	7º
Rio Grande do Norte	737.551	65.177	11.316,12	4º
Sergipe	441.316	49.725	8.875,13	6º
Total	10.755.163	1.153.038	9.327,67	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no exercício de 2010 foi de R\$ 9.327,67, valor 12,0% superior ao valor médio contratado por beneficiário em 2009, que foi de R\$ 8.329,30. A maior relação crédito, observada no Estado do Espírito Santo (R\$ 83.621,62), fica muito acima do intervalo observado para os outros estados em virtude do reduzido número de beneficiários, apenas 1.597. Excluindo-se o Espírito Santo na análise, os estados com maior relação foram Bahia (R\$ 13,0 mil), Pernambuco (R\$ 12,2 mil) e Rio Grande do Norte (R\$ 11,3 mil), os mesmo estados com maior volume de recursos aplicados no Setor de Infraestrutura. Isso se deve à característica do setor que demanda investimentos de alto valor. Por outro lado, as menores relações foram observadas em Minas Gerais (R\$ 4,3 mil), Paraíba (R\$ 6,2 mil) e Alagoas (R\$ 6,4 mil).

Os três estados mais populosos da Região Nordeste – Bahia, Pernambuco e Ceará – foram também aqueles que mais contrataram recursos do FNE em 2010. Considerando-se toda área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente registrou aumento de 21,5% em comparação à relação observada em 2009, passando de R\$ 159,58 para R\$ 193,86 por habitante. O Piauí apresentou a relação valor contratado por residente mais elevada, equivalente a R\$ 250,7/habitante, saltando do 7º lugar no ano anterior quando a relação foi de R\$ 146,2/habitante, representando incremento de 71,5% entre os dois anos. O segundo lugar ficou com o Ceará (R\$ 242,5/habitante) que no ano anterior ficara em 4º lugar, seguido pelo Rio Grande do Norte (R\$ 236,2/habitante) que apresentou a maior relação em 2009, e Sergipe (R\$ 216,7/habitante) posicionado em 2º no ano anterior (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE - Contratações (1) em Relação à População Residente – Exercício de 2010

Estado	Valor Contratado (R\$ mil)	População (mil hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	465.582	3.094	150,48	8º
Bahia	2.651.954	13.634	194,51	5º
Ceará	1.983.995	8.180	242,54	2º
Espírito Santo	120.985	836	144,70	9º
Maranhão	929.160	6.424	144,63	10º
Minas Gerais	487.817	2.772	176,00	7º
Paraíba	535.374	3.754	142,63	11º
Pernambuco	1.627.629	8.541	190,56	6º
Piauí	773.800	3.086	250,71	1º
Rio Grande do Norte	737.551	3.121	236,28	3º
Sergipe	441.316	2.036	216,73	4º
Total	10.755.163	55.479	193,86	-

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE – Censo 2010.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 29 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No setor primário, o FNE – Setor Rural representou aproximadamente 10,5% do PIB desse setor gerado nos estados da área de atuação do Banco, representando incremento de 1,7 ponto percentual em relação ao exercício de 2009, quando a relação FNE - Setor Rural/PIB foi de 8,8%. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí (23,4%), Sergipe (17,4%) e Minas Gerais (14,2%). No setor secundário, a importância relativa do Fundo foi de 3,2%, acima 1,2 ponto percentual do resultado observado em 2009, com destaque para os estados do Ceará, em primeiro lugar com 8,6%, vindo Alagoas (6,4%) e Pernambuco (5,1%), em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Vale destacar a vigorosa subida do Estado de Alagoas que saiu da 9ª posição em 2009 (0,6%) para ocupar a segunda, em 2010 (6,4%). O salto deve-se ao substancial aumento das contratações no Estado no Setor Industrial/Turismo, que aumentou de R\$ 28,5 milhões, em 2009, para R\$ 260,6 milhões no exercício 2010.

Tabela 29 – FNE - Contratações (1) em Relação ao PIB (3) dos Estados - Exercício de 2010

Estado	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	8,8	7º	6,4	2º
Bahia	12,7	4º	1,5	7º
Ceará	9,0	6º	8,6	1º
Espírito Santo (2)	3,0	11º	0,4	11º
Maranhão	7,7	9º	1,0	9º
Minas Gerais (2)	14,2	3º	0,5	10º
Paraíba	6,6	10º	1,2	8º
Pernambuco	8,2	8º	5,1	3º
Piauí	23,4	1º	2,4	4º
Rio Grande do Norte	12,0	5º	1,7	6º
Sergipe	17,4	2º	1,9	5º
Total	10,5	-	3,2	-

Fonte: BNB – ETENE e IBGE-Contas Regionais 2003 a 2007.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os valores que deram origem aos percentuais apresentados para estes estados, se referem apenas ao somatório dos municípios do Norte de Minas Gerais e do Norte do Espírito Santo, pertencentes à área de atuação do BNB, conforme dados disponibilizados pelo IBGE. (3) O PIB de 2007 foi atualizado para 2009 pelo deflator implícito setorial do Brasil, único disponibilizado pelo IBGE. Como o deflator implícito do PIB é um índice médio, a atualização de 2009 para jun-10, foi feita pelo fator resultante da divisão do IGP-DI médio do primeiro semestre de 2010, pelo IGP-DI médio de 2009.

3.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semiárido nordestino. Assim, é que o FNE alocou R\$ 32,1 bilhões para esse espaço no período 1989 a 2010. As localidades fora do semiárido, especialmente o litoral e a zona da mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram maior volume de recursos, na ordem de R\$ 47 bilhões, nesse mesmo período (Tabela 30).

Tabela 30 – FNE - Contratações (1) Acumuladas por Região - Período: 1989 a 2010

Região	Valores em R\$ Mil	
	Valor (2)	%
Semiárido	32.058.901	40,6
Fora do Semiárido	46.988.954	59,4
Total	79.047.855	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Valores em R\$ Mil

Região	Valor (2)	%
--------	-----------	---

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2010.

Durante o exercício de 2010, o FNE aplicou R\$ 4,6 bilhões na região do semiárido nordestino, ou seja, 42,5% dos valores contratados através do Fundo. Esse dado mostra o resultado das ações do BNB em priorizar a região semiárida, conforme preceituado pela Constituição Federal. Observe-se que, em 2009, o percentual de contratação do FNE no semiárido fora de 34,2%. Aproximadamente 725 mil pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 62,9% do total de beneficiários do Fundo, no período sob análise (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE - Contratações (1) por Região - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil				
Região	Nº. de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	725.103	62,9	4.568.260	42,5
Fora do Semiárido	427.935	37,1	6.186.903	57,5
Total	1.153.038	100,0	10.755.163	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se o crescimento dos valores aplicados no semiárido em relação aos ingressos dos recursos. Assim, a relação contratações no semiárido e ingressos de recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração foi, em 2010, de 121% (R\$ 4,6 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 3,8 bilhões de ingresso de recursos), isto é, as contratações no semiárido foram superiores aos ingressos de recursos em 21%. Considerando que esta relação foi de 83,3%, em 2009, pode-se observar o substancial incremento da relação. Quando se considera o período de 1989 a 2010, referida relação é de 96,4% (R\$ 32,1 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 33,3 bilhões de ingressos de recursos) e representa um significativo trabalho de estímulo ao financiamento de empreendimentos nessa região do semiárido nordestino, uma vez que no período de 1989 a 2009, essa relação era de 83,4% (R\$ 24,6 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 29,5 bilhões de ingressos de recursos).

Este resultado vem refletir o esforço do BNB no cumprimento do que preceitua a legislação do FNE, a qual prevê participação de 50% das contratações

do Fundo na região semiárida. Conforme preceitua a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que instituiu o FNE, no caso da Região Nordeste, o FNE “inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados...” (Brasil, 2009). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino serão concedidos bônus de adimplência de 25% e de 15% para os mutuários das demais regiões (Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

É importante lembrar, entretanto, que o estabelecimento daquele limite legal deu-se em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da SUDENE não incluía ainda as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o Norte do Espírito Santo. Este último estado (assim como alguns daqueles municípios mineiros) está localizado totalmente fora do semiárido; atendê-lo, torna mais difícil alcançar o limite mínimo anteriormente estabelecido.

Não obstante o financiamento na região do semiárido nordestino estar inferior à metade das contratações do Fundo, é importante ressaltar que o maior volume de valores contratados fora do semiárido não afetou a alocação de recursos nessa região, visto que a demanda por financiamento ali identificada foi plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semiárido, implicaria, portanto, aumento das disponibilidades do Fundo, prejudicando a alocação de recursos na Região Nordeste como um todo e, conseqüentemente, a oferta de crédito para o financiamento do seu desenvolvimento econômico e social.

Além disso, deve-se considerar as peculiaridades dos estados da Região Nordeste. Existem unidades federativas, a exemplo do Maranhão, cujos municípios se localizam fora do semiárido, apresentando território, em sua quase totalidade, caracterizado por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. Em que pese o Maranhão não apresentar escassez de chuvas, registrar significativos índices de crescimento econômico e assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste mostra, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais se destacam: a) dos trinta municípios do Nordeste com menores índices de IDH, doze estão localizados no Maranhão; b) os 10 municípios do Nordeste com menor renda familiar, e um deles ocupando a última posição do *ranking*, também são maranhenses; c) os níveis de alfabetização mais baixos do País, o que vai refletir no grau de qualificação profissional dos trabalhadores, estão registrados no

Maranhão (UNICEF/IBGE, 1994); e d) o PIB e a renda *per capita* do Maranhão figuram na última posição do *ranking* nacional, no ano de 2004.

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis abaixo daquelas dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo FNE.

As questões acima suscitam uma reflexão sobre a maior atenção a ser dada pelo Fundo aos estados com economia local menos dinâmica, observando-se não apenas os aspectos climáticos, classificando-os como localizados ou não no semiárido. Outras questões igualmente importantes precisam ser consideradas na identificação dos estados que requerem maior incentivo através dos recursos alocados pelo Fundo. Indicadores como PIB *per capita*, renda *per capita*, IDH, fornecimento de serviços básicos, índices de alfabetização, coeficiente de mortalidade infantil e índices de pobreza, dentre outros, devem ser considerados, também, no processo de identificação dos estados que requerem maior incentivo e, conseqüentemente, maior aporte de recursos do Fundo.

Como forma de exemplificar que essas questões podem afetar a distributividade dos recursos do FNE entre essas regiões geográficas, dificultando o cumprimento da legislação sobre a alocação de metade dos recursos no semiárido apresentam-se, nas Tabelas 32 e 33, os valores totais contratados dentro e fora do semiárido, subtraindo-se as contratações do Estado do Maranhão. Assim, no período de 1989 a 2010, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 40,6% para 45,3% portanto 4,7 pontos percentuais a mais, aproximando-se do que preceitua a legislação do FNE (Tabelas 30 e 32).

Tabela 32 – FNE - Contratações (1) Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) - Período: 1989 a 2010

Região	Valor (2)	Valores em R\$ Mil
		%
Semiárido	32.058.901	45,3
Fora do Semiárido	38.730.641	54,7
Total	70.789.542	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2010.

Considerando, ainda, a exclusão das contratações realizadas no Maranhão no exercício de 2010 (R\$ 929,2 milhões), a participação percentual do semiárido,

neste período, eleva-se de 42,5% para 46,5%, direcionando-se para o que preceitua a legislação do Fundo (Tabelas 31 e 33).

Tabela 33 – FNE - Contratações (1) por Região (Exclui o Estado do Maranhão) - Exercício de 2010

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Semiárido	725.103	71,7	4.568.260	46,5
Fora do Semiárido	286.241	28,3	5.257.743	53,5
Total	1.011.344	100,0	9.826.003	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.2.1 Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste, ao longo dos últimos vinte anos, vem envidando esforços para o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura, ao semiárido, a aplicação de, pelo menos, a metade dos recursos do FNE. Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no semiárido, viabilizando maior captação de recursos para essa sub-região.

A título de exemplo, convém registrar que, no exercício de 2010, o BNB destinou R\$ 4,6 bilhões de recursos do FNE para a região do semiárido, sendo esse montante distribuído em 240.209 operações de crédito.

Em relação aos valores contratados em 2009 (R\$ 3,0 bilhões), o montante aplicado no exercício de 2010 representou um acréscimo de 50,9%, fruto do redirecionamento estratégico e do esforço gerencial empreendido.

Mesmo persistindo a complexidade do processo de promoção do desenvolvimento dessa região, que pressupõe o envolvimento de toda a sociedade na aplicação coerente de conhecimentos, ações e recursos financeiros, fato esse confirmado por relatos constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA), o BNB vem envidando esforços no sentido de formular um plano de aplicações de recursos de forma coletiva e articulada com todas as lideranças da região.

Prova incontestável desse esforço coletivo vem sendo reiterando por ocasião da elaboração da Programação FNE 2010, em que o BNB, norteado pelas diretrizes e prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), contou com a participação de representantes de governos estaduais, ministérios, movimentos sociais e setores produtivos, resultando na expectativa de demanda para aplicação de 50,5% (R\$ 4,04 bilhões) do orçamento FNE do exercício de 2010 (R\$ 8,0 bilhões) destinado ao semiárido.

Adicionalmente, com vistas a estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE na referida região climática, o BNB tem divulgado os benefícios diferenciados do Programa para o semiárido, além de adotar uma política operacional de incentivo às empresas-âncora e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial – o Nordeste Territorial – que associa a geração de negócios à organização das atividades produtivas, visando ao aumento da competitividade e à inclusão sócio-econômica de mini e pequenos produtores.

Para dotar a região de infraestrutura e projetos estruturantes que permitam a prospecção de negócios para se instalarem no semiárido, foram direcionados recursos na ordem de R\$ 1,15 bilhão para o Setor Industrial, R\$ 784 milhões para projetos de Infraestrutura, R\$ 685 milhões para a Agricultura Familiar e mais de 700 milhões para projetos da Agricultura Empresarial e Pecuária.

Também merece destaque o enfoque adotado pelo BNB para as mesorregiões tratadas pela PNDR, principalmente aquelas menos favorecidas economicamente, direcionando R\$1,8 bilhão para as economias classificadas como estagnadas e mais R\$ 415 milhões para as economias de baixa renda, montante esse distribuído em mais de 140 mil operações de crédito.

Para elevar as aplicações nessa região, referida programação contemplou limites de financiamento diferenciados para os empreendimentos localizados na mencionada região, especialmente para as empresas exportadoras e os empreendedores localizados nas RIDEs (Regiões Integradas de Desenvolvimento) Timon-Teresina e Petrolina-Juazeiro e, nas mesorregiões do Bico do Papagaio, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

Ademais, manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% aplicáveis aos encargos reembolsáveis até as respectivas datas de vencimentos

das parcelas financiadas dos empreendimentos localizados no semiárido, tornando-os mais atrativos para a aplicação nessa região.

Ressalte-se que todo o direcionamento estratégico do Banco se dá no sentido de envidar esforços para aplicar a metade dos recursos no semiárido. Assim, mantém-se a diretriz de priorizar projetos que contemplem atividades produtivas que possam ser desenvolvidas nessa região.

Espera-se, com estas ações, alavancar ainda mais as aplicações no semiárido, aproximando-se do que determina a legislação do FNE.

3.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de micro, mini e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini e pequeno portes receberam 38,3% do total de contratações do FNE, o que equivale a R\$ 30,2 bilhões, no período de 1989 a 2010. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R\$ 10 bilhões, ou seja, 12,6% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 38,8 bilhões, o equivalente a 49,1% do total de contratações do FNE (Tabela 34).

Tabela 34 – FNE - Contratações (1) Acumuladas por Porte de Beneficiários - Período: 1989 a 2010

Porte	Valor (2)	Valores em R\$ Mil
		%
Mini/Pequeno	30.249.649	38,3
Médio	9.996.977	12,6
Grande	38.801.229	49,1
Total	79.047.855	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2010.

Em termos de quantidade de beneficiários, em 2010, as contratações de empreendedores de mini, micro e pequeno portes foram predominantes em todos os setores, exceto no de Infraestrutura que tem a característica de ser intensivo em capital. No segmento de infraestrutura, em decorrência da natureza da atividade do Setor, foram atendidos apenas empreendimentos de médio e grande portes.

Os beneficiários de empreendimentos de micro, mini e pequeno portes totalizaram 1.145 mil, equivalente a 99,4% de todos os beneficiários atendidos pelo FNE (1.153 mil beneficiários), em 2010. No caso dos beneficiários de médio porte, estes representaram 0,5% do total de beneficiários, enquanto os de grande porte responderam por 0,1%.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE foi observada no Setor Rural (1.128 mil), segmento que registrou 1.132 mil beneficiários responsáveis por empreendimentos que pertencem às categorias de micro, mini e pequeno portes (Tabela 35).

Os beneficiários de médio porte, no total de 5,2 mil, concentraram-se nos setores Rural e de Comércio e Serviços, e juntos responderam por 87,2% das contratações deste porte (Tabela 35).

No que se refere aos grandes empreendimentos, a participação percentual mais destacada ocorreu nos setores Rural, com 1.129 beneficiários, e Comércio e Serviços, com 311 beneficiários, respectivamente, 68,3% e 18,8% do total das contratações neste porte (Tabela 35).

A quantidade de beneficiários, em 2010 (1.153 mil), aumentou 5,1% em relação ao número de beneficiários de 2009 (1.096 mil), mantendo-se a mesma distribuição dos recursos segundo o porte dos beneficiários.

Tabela 35 – FNE - Beneficiários por Porte e Setor - Exercício de 2010

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial/ Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro/ Pequeno	1.128.176	99,7	281	65,5	2.177	75,3	-	-	15.554	88,2	1.146.188	99,4
Médio	2.759	0,2	96	22,4	563	19,4	3	25,0	1.775	10,0	5.196	0,5
Grande	1.129	0,1	52	12,1	153	5,3	9	75,0	311	1,8	1.654	0,1
Total	1.132.064	100,0	429	100,0	2.893	100,0	12	100,0	17.640	100,0	1.153.038	100,0

Quanto aos valores contratados, 25,8% dos recursos do FNE foram destinados aos mini e pequenos produtores, no exercício de 2010, perfazendo um total de R\$ 2,8 bilhões, apresentando incremento de 23,3%, quando comparado ao exercício de 2009 (R\$ 2,3 bilhões). Os valores para este porte de empreendedor foram mais expressivos nos setores Rural (R\$ 1,5 bilhão) e Comercial e Serviços (R\$ 1,0 bilhão), conforme Tabela 36.

Os empreendedores de porte médio, no exercício de 2010, obtiveram recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhões, com incremento de 22,5% no volume de recursos quando comparado com o resultado de 2009 (R\$ 1,4 bilhões). A participação dos produtores de grande porte no volume de recursos contratados foi de 58,7% em 2010, apresentando aumento de 14,3% em relação ao resultado em 2009 (R\$ 5,5 bilhões) (Tabela 36).

Tabela 36 – FNE - Contratações (1) por Porte dos Beneficiários e Setor - Exercício de 2010

Porte	Valores em R\$ Mil											
	Rural	%	Agro-industrial	%	Indústria/Turismo	%	Infraestrutura	%	Comércio e Serviços	%	Total	%
Mini/Pequeno	1.507.305	41,2	8.085	3,7	260.901	9,1	-	-	1.002.322	50,4	2.778.613	25,8
Médio	347.593	9,5	91.279	41,4	568.903	19,8	83.816	4,1	571.209	28,7	1.662.800	15,5
Grande	1.802.392	49,3	121.180	54,9	2.036.647	71,1	1.936.661	95,9	416.870	20,9	6.313.750	58,7
Total	3.657.290	100,0	220.544	100,0	2.866.451	100,0	2.020.477	100,0	1.990.401	100,0	10.755.163	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE

Durante o exercício de 2010 todos os municípios que compõem a área de atuação do FNE (1.989 municípios) foram atendidos. Em comparação com o ano anterior (2009), quando foram atendidos 99,4% dos municípios localizados na área de atuação do FNE, houve aumento no atendimento de 15 municípios, consolidando 100% de atendimento (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos - Exercício de 2010

Estado	Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	102	100,0
Bahia	417	417	100,0
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	28	100,0

Estado	Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Maranhão	217	217	100,0
Minas Gerais	168	168	100,0
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco ⁽¹⁾	185	185	100,0
Piauí	223	223	100,0
Rio Grande do Norte	167	167	100,0
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.989	1.989	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Dividindo-se o valor total contratado no âmbito do FNE em 2010 (R\$ 10,7 bilhões) pelo número de municípios onde os recursos foram aplicados (1.889), chega-se a uma média de R\$ 5,4 milhões contratados por município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 95,8% da área de atuação do Fundo, o que corresponde a 1.906 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.202 municípios no Setor Comércio e Serviços, equivalente a 60,4% da área de abrangência do Fundo (Tabela 38).

Tabela 38 – FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Exercício de 2010

Setor	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.906	95,8
Agroindustrial	115	5,8
Industrial/Turismo	498	25,0
Infraestrutura	12	0,6
Comércio/Serviços	1.202	60,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

O FNE destinou até R\$ 500 mil para 777 municípios no exercício de 2010. Seguiram-se 1.074 municípios que receberam recursos na faixa de R\$ 501 mil a R\$ 10 milhões, enquanto que 138 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões (Tabela 39).

Tabela 39 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Exercício de 2010

Faixa de Valor Contratado	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE no Período ⁽¹⁾	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	143	7,2
De R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	634	31,9
De R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	371	18,7
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	703	35,3
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	120	6,0
> R\$ 100 milhões	18	0,9
Total	1.989	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto às contratações por tipo de município, a Tabela 40 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram 98,0% de todas as operações do Fundo, enquanto os municípios de alta renda ficaram com 2,0% da quantidade de operações contratadas no exercício de 2010. No que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R\$ 7,1 bilhões ou 65,8% dos recursos contratados).

Tabela 40 - FNE - Contratações por Tipo de Município (1) - Exercício de 2010

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Baixa Renda ⁽²⁾	127.531	31,9	1.229.664	11,4
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	127.708	32,0	3.392.468	31,5
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	136.103	34,1	3.683.648	34,3
Alta Renda ⁽⁵⁾	7.898	2,0	2.449.383	22,8
Total	399.240	100,0	10.755.163	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 Repasse do FNE a Outras Instituições

Segundo o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Nessa perspectiva, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras, a saber: Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e Banco do Estado de Sergipe (Banese).

O volume de recursos do FNE repassados a essas instituições foi de R\$ 119,1 milhões; todavia, o montante efetivamente aplicado limitou-se a R\$ 34,7 milhões, soma que representa 0,35% do total de R\$ 10,8 bilhões em financiamentos do Fundo, na área de atuação do BNB, em 2010. A Desenbahia contratou apenas 0,8% dos recursos que lhe foram repassados no período, conforme tabela 23A.

O Banco do Estado de Sergipe (BANESE) foi responsável por 91,0% dos recursos repassados e contratados em 2010, ou seja, R\$ 31,6 milhões, o que representa um crescimento de 159,0% em relação ao período anterior. Em relação a esta Instituição, observa-se que mais da metade dos recursos contratados no período contemplaram a capital do Estado, Aracaju, portanto, fora do semiárido nordestino (Tabela 41).

A Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), em 2010, contratou R\$ 0,8 mil (apenas 1,2% do total aplicado pelos bancos repassadores), para a realização de uma única operação. Em 2009, esta Instituição havia absorvido 9,6% dos repasses efetivados do período (Tabela 41).

A AGN, que no exercício de 2009 absorveu 12,2% do total contratado naquele ano (R\$ 15,6 milhões), em 2010 reduziu sua participação em termos

percentuais para 7,8% do montante repassado às referidas instituições. Todavia, incrementou o volume de recursos financiados de R\$1,9 milhão para R\$ 2,7 milhões, distribuídos em 8 operações, desempenho 41,5% superior ao do ano anterior.

Tabela 41 – FNE - Bancos Repassadores - Exercício de 2010

UF	Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
				Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	8	6,0	2.698	7,8
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	123	93,2	31.595	91,0
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBÁHIA)	1	0,8	418	1,2
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-	-	-	-
Total		132	100,0	34.711	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBÁHIA.

A exemplo do que ocorreu em 2009, dentre os setores financiados pelos bancos repassadores, com recursos do FNE, o Setor de Comércio e Serviços destacou-se em 2010, absorvendo 53,1% dos recursos repassados e contratados, ou seja, R\$ 18,4 milhões. Em 2009 a participação do Setor no total de recursos repassados foi de 61,9%. A despeito da perda em termos percentuais, em 2010, o Setor de Comércio e Serviços praticamente duplicou o montante financiado, em relação a 2009, passando de R\$ 9,7 milhões para R\$ 18,4 milhões (Tabela 42).

O Setor Industrial e Turismo, cujo desempenho, em termos de montante contratado, encontrava-se em terceiro lugar, em 2009, passou à segunda posição, financiando 30,8% do total em 2010.

De outra forma, o Setor Rural, embora tenha mais que dobrado o número de operações realizadas e apresentando incremento de 77,7% no volume de recursos contratados através das instituições repassadoras, reduziu sua participação no montante global para 16,1%, em relação ao ano de 2009. (Tabela 42).

Tabela 42 – FNE - Bancos Repassadores - Desempenho Operacional – Contratações - Exercício de 2010

Setor / Programa	Nº. de Operações	Contratações (1)		%	Valor das Propostas em Carteira
		Quant. Beneficiários	Valor		
RURAL	97	97	5.603	16,1	-

Valores em R\$ Mil

Setor / Programa	Nº. de Operações	Contratações (1)		%	Valor das Propostas em Carteira
		Quant. Beneficiários	Valor		
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	97	97	5.603	16,1	-
INDUSTRIAL E TURISMO	3	3	10.691	30,8	-
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	3	3	10.691	30,8	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	35	35	18.417	53,1	-
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	30	30	16.072	46,3	-
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-COMÉRCIO E SERVIÇOS)	5	5	2.345	-	-
Total	132	132	34.711	100,0	-

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que concerne às atividades financiadas no Setor Rural, em 2010, destaca-se a pecuária, que absorveu R\$ 5,3 milhões, correspondendo a 95,4% do montante contratado no Setor, soma superior ao dobro do volume de recursos destinados à pecuária no ano anterior (2009). Neste Setor, destaca-se a bovinocultura, cujos empreendimentos absorveram 95,6% dos recursos destinados à atividade pelas instituições repassadoras (Tabela 43).

Nesse cenário, a agricultura irrigada, cuja participação em 2009 foi de 32,6% dos recursos direcionados ao Setor Rural, em 2010, seu desempenho limitou-se a 4,6% do total financiado no Setor, contratando cerca de 20,0% do montante realizado no período anterior.

Tabela 43 – FNE - Bancos Repassadoros - Contratações(1) por Atividade no Setor Rural - Exercício de 2010

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
PECUÁRIA	69	5.343	95,4
Avicultura	3	207	3,7
Bovinocultura	63	5.107	91,2
Ovinocaprinocultura	1	11	0,2
Suinocultura	2	18	0,3
AGRICULTURA IRRIGADA	25	260	4,6
Fruticultura	25	260	4,6
Total	94	5.603	100,0

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.			

Com relação às contratações no segmento Industrial e Turismo (Tabela 44), em 2010, a totalidade dos recursos investidos no Setor (R\$ 10,7 milhões) foi contratada na rubrica *bens de consumo não-duráveis*, contemplando as atividades têxtil e de produção de alimentos e, principalmente, aquelas dedicadas à produção de produtos de limpeza, perfumaria e cosméticos (93,6%). Não houve contratações no âmbito do Setor Agroindustrial.

Tabela 44 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações(1) por Atividade nos Setores Industrial/Turismo - Exercício de 2010

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	3	10.691	100,0
Produtos Alimentícios	1	72	0,7
Prod. Limpeza, Perfumaria e Cosméticos	1	10.008	93,6
Têxtil	1	611	5,7
Total	3	10.691	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Pela análise das contratações no grupo do Setor Comercial e Serviços (R\$18,4 milhões), em 2010, verifica-se que o comércio varejista absorveu 55,4% do total dos recursos do Setor, ao passo que a parcela destinada aos serviços (41%) distribuiu-se em diversas áreas, tais como: transporte (14,3%), saúde (11,6%) e construção civil (9,9%). Em 2009, o melhor desempenho ocorreu no financiamento de atividades de prestação de serviços (84,5%).

Tabela 45 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações (1) por Atividade nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2010

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil		
		Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	18	10.862	59,0	0,5
Comércio Varejista	15	10.193	55,4	0,5
Comércio Atacadista	3	669	3,6	0,0
SERVIÇOS	17	7.555	41,0	0,4
Saúde	5	2.129	11,6	0,1
Construção Civil	2	1.816	9,9	0,1

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
Educação	3	405	2,2	0,0
Transporte	5	2.634	14,3	0,1
Outros	2	571	3,1	0,0
Total	35	18.417	100,0	0,9

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere à pontualidade nos recebimentos, o maior índice de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE é atribuído à AGN, com 5,3%, na posição de 31.12.2010; portanto, superior à taxa de 4% verificada no ano anterior. O BANESE, que não apresentou inadimplência em 2009, permaneceu em 2010 sem registro de atraso em qualquer de suas operações com recursos do FNE. Por outro lado, a DESENBAHIA conseguiu diminuir seu índice de inadimplência de 6,5%, em 2009, para 0,6% em 2010. (Tabela 46).

Tabela 46 – FNE - Bancos Repassadoros - Inadimplência(1) - Posição: 30.12.2010

Instituição Financeira	% de Inadimplência
Agência de Fomento do R. G. Norte S.A. - AGN	5,3
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE	-
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-
<u>Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA</u>	<u>0,6</u>

Fonte: AGN, BANESE, BDMG e DESENBAHIA.

Nota: (1) Operações contratadas a partir de 2005.

Observando-se as contratações dos bancos repassadoros de acordo com a região, verifica-se que 90,8% do valor total contratado em 2010 contemplaram empreendimentos localizados fora da região semiárida. Este comportamento acentuou o padrão verificado em 2009, quando 17,1% do montante dos recursos, envolvendo 41,4% dos beneficiários, foram contratados no âmbito do semiárido. (Tabela 47). Considerando-se toda a jurisdição do BNB, 57,5% dos recursos do FNE foram direcionados a regiões fora do semiárido, em 2010.

Tabela 47 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações (1) por Região - Exercício de 2010

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor (1)	%
Semiárido	54	40,9	2.973	8,6
Fora do Semiárido	78	59,1	31.738	91,4
Total	132	100,0	34.711	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na análise da quantidade de beneficiários por porte e setor, em 2010, verifica-se que apenas cinco contratações (3,8% do total de operações) foram efetuadas com empresas de grande porte, todas pertencentes ao Setor de Comércio e Serviços.

Observa-se, ainda, que os empreendedores de míni, micro e pequeno portes predominaram no que concerne à quantidade de contratos efetivados: 87,1% dos beneficiários. Assim, este segmento participou com 95,7% das contratações no Setor Rural, com 33,0% do Setor Industrial e Turismo e com 68,6% das operações realizadas no Setor de Comércio e Serviços (Tabela 48). As empresas de médio porte participaram com 9,1% dos contratos, distribuídos nos setores Rural, Industrial/Turismo e Comércio e Serviços.

Tabela 48 – FNE - Bancos Repassadores - Beneficiários por Porte e Setor - Exercício de 2010

Porte/Setor	Rural		Industrial/Turismo		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro/Pequeno	90	95,7	1	33,3	24	68,6	115	87,1
Médio	4	4,3	2	66,7	6	17,1	12	9,1
Grande	-	-	-	-	5	14,3	5	3,8
Total	94	100,0	3	100,0	35	100,0	132	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Em termos de volume de recursos contratados, em 2010, 46,0% do montante financiado direcionaram-se aos empreendimentos de médio porte, de modo que os mini, micro e pequenos absorveram 28,3% da totalidade dos recursos repassados. Em 2009, estes empreendimentos foram contemplados com 92,9% do total financiado (Tabela 49).

Tabela 49 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações (1) por Porte e Setor do Beneficiário - Exercício de 2010

Porte	Valores em R\$ Mil			
	Rural	Industrial/Turismo	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro/Pequeno	4.399	72	5.363	9.834
Médio	1.204	10.619	4.136	15.959
Grande	-	-	8.918	8.918
Total	5.603	10.691	18.417	34.711

Fonte: AGE, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Examinando os valores contratados, por porte e setor, verifica-se que no Setor Rural, os empreendimentos de mini, micro e pequeno portes foram responsáveis por 80,1% do total contratado nesse Setor (Tabela 49).

No Setor Industrial e Turismo todos os financiamentos foram realizados com empresa de médio porte. No Setor de Comércio e Serviços, os mini, micro e pequenos empreendimentos absorveram 18,3% do montante contratado, ficando os empreendimentos de grande porte com 79,5% do volume total de recursos destinado ao Setor. Relativamente aos setores agroindustrial e infraestrutura, como em 2009, não foram realizadas contratações (Tabela 49).

Em 30.12.2010, o saldo devedor das quatro instituições financeiras repassadoras do FNE somaram R\$ 114,5 milhões, distribuído da seguinte forma: Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA), 43,8% do total do saldo devedor; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), 31,7%; Banco do Estado de Sergipe (BANESE), 20,0% e Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), 4,5%.

Merece registrar que a participação do BANESE saltou de 4,6%, em 2009, para 20,0% em 2010. A maior redução no saldo devedor ocorreu na DESENBAHIA, cujo percentual passou de 56,0% para 43,8%, no mesmo período. Em relação a 2009, o saldo devedor dessas instituições, em 2010, apresenta-se 6,23% superior.

De acordo com os setores aos quais foram destinados referidos recursos, 27,9% beneficiaram o Setor Industrial, 19,9% o Setor Rural e 52,2% relacionam-se com outros setores, conforme Tabela 50.

Tabela 50 – FNE - Bancos Repassadores - Saldos Devedores das Operações(1) - Posição: 30.12.2010

Valores em R\$ Mil

Setor	Instituições Repassadoras			
	AGN	BANESE	DESENBAHIA	BDMG
Industrial	1.431	9.383	21.092	-
Rural	451	4.879	17.526	-
Outros	3.221	8.671	11.509	36.355
Total	5.103	22.933	50.127	36.355

Fonte: AGN, BANESE, DESENBAHIA e BDMG.
 Nota: (1) Operações contratadas a partir de 2005.

No que se refere à dispersão territorial, verifica-se que as contratações dos bancos repassadores, no período observado, distribuíram-se por 51 municípios da área de atuação do Fundo, ocorrendo de forma mais intensa no segmento rural (88,2%), setor em que foram contemplados 45 municípios (Tabela 51). Quando considerada toda área de atuação do BNB, 99,2% dos municípios são atendidos em financiamentos a atividades do Setor Rural.

Considerando-se que, em 2009, foram beneficiados 40 municípios, houve crescimento da quantidade de municípios atendidos com recursos do FNE repassados às instituições, em 2010, da ordem de 25%.

Tabela 51 – FNE - Bancos Repassadores - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Exercício de 2010

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	45
Agroindustrial	-
Industrial	2
Infraestrutura	-
Comércio/Serviços	11

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Dentre os municípios atendidos pelos bancos repassadores em 2010, destacam-se Aracaju-SE, Nossa Senhora do Socorro - SE e Natal – RN que absorveram, respectivamente, 54,6%, 11,4% e 7,6% do montante aplicado pelos bancos repassadores de recursos do FNE (Tabela 52).

Tabela 52 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações por Município - Exercício de 2010

Município	Valores em R\$ Mil	
	Valor Contratado	%
Aquidabã	35	0,1
Aracaju	18.957	54,6
Barra dos Coqueiros	60	0,2
Boquim	782	2,3
Campo do Brito	70	0,2
Canhoba	141	0,4
Canindé de São Francisco	92	0,3
Capela	180	0,5
Carira	5	0,0
Cumbe	43	0,1
Divina Pastora	152	0,4
Estância	65	0,2
Frei Paulo	152	0,4
Gararu	94	0,3
General Maynard	97	0,3
Indiaroba	189	0,5
Itabaiana	488	1,4
Itabaianinha	62	0,2
Itabi	112	0,3
Itaporanga D'ajuda	165	0,5
Japaratuba	360	1,0
Japoatã	30	0,1
Lagarto	91	0,3
Laranjeiras	92	0,3
Macaíba	66	0,2
Macambira	23	0,1
Moita Bonita	40	0,1
Monte Alegre De Sergipe	28	0,1
Muribeca	96	0,3
Natal	2.632	7,6
Neópolis	165	0,5
Nossa Senhora da Glória	172	0,5
Nossa Senhora das Dores	186	0,5
Nossa Senhora do Socorro	3.959	11,4
Pinhão	11	0,0
Poço Redondo	115	0,3
Poço Verde	18	0,1
Porto Da Folha	19	0,1

Valores em R\$ Mil		
Município	Valor Contratado	%
Propriá	36	0,1
Riachão do Dantas	38	0,1
Ribeirópolis	317	0,9
Rosário do Catete	230	0,7
Saúde	418	1,2
Santa Luzia Do Itanhy	101	0,3
Santo Amaro Das Brotas	105	0,3
São Cristóvão	2.420	7,0
São Domingos	17	0,1
Simão Dias	696	2,0
Tobias Barreto	261	0,8
Tomar Do Geru	17	0,1
Umbaúba	14	0,0
Total	34.711	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

A Resolução nº. 022/2009, de 07/07/2009, do CONDEL/SUDENE aprovou a proposição nº. 021/2009, referente às Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, para o exercício 2010.

Assim, o presente item retrata o monitoramento de tais prioridades, para o exercício de 2010.

3.5.1 Prioridades Setoriais

I. Modernização do parque industrial existente, sobretudo através da inovação tecnológica;

Em 2010, o Banco do Nordeste investiu R\$ 1,99 bilhão em financiamento ao Setor Industrial pela linha de crédito FNE Industrial. Os principais segmentos financiados estão discriminados na tabela 53.

Tabela 53 – FNE - Programa FNE Industrial - Exercício de 2010

Segmento	Nº de Operações	Valor (R\$ Mil)
----------	-----------------	-----------------

Segmento	Nº de Operações	Valor (R\$ Mil)
Ind. Prod. Químicos	14	725.835
Ind. Têxtil	75	283.722
IND. Metal -Mecânica	40	144.789
Ind. Prod. Alimentos	63	109.785
Ind. Calçados	39	102.534
Outros	472	632.821
Total	703	1.999.487

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

No tocante ao financiamento à inovação tecnológica, o Banco aplicou recursos da ordem de R\$ 104,02 milhões, em diversos programas de crédito, tais como FNE Inovação, FNE Industrial, FNE Comércio e Serviços e FNE Micro e Pequenas Empresas. Desse montante, foram investidos R\$ 42 milhões no Setor Industrial e R\$ 62.2 milhões nos demais setores.

Considerando apenas o programa FNE Inovação, foram contratadas 12 operações, perfazendo um total de R\$ 1 milhão em recursos aplicados. Essa linha de crédito obteve um crescimento tanto no número de operações quanto no volume de recursos contratados, se comparado ao exercício de 2009 (em que vigorava o programa FNE Prodetec), quando foram contratados R\$ 205 mil em 03 três operações realizadas.

II. Opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP: software, semicondutores, bens de capital, fármacos, e medicamentos; e em atividades capazes de gerar novos usos e produtos (atividades portadoras de futuro, especialmente: Biotecnologia, Nanotecnologia, Biomassa, e Energias Renováveis);

Em 2010, foram aplicados R\$ 724 milhões nas opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, nos segmentos de software, fármacos e medicamentos e energias renováveis, conforme demonstrado na tabela 54.

Tabela 54 – FNE - Opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP - Exercício de 2010

Segmento	Nº de Operações	Valor (R\$ Mil)
Software	24	1.940
Fármacos e Medicamentos	6	22.230

Segmento	Nº de Operações	Valor (R\$ Mil)
Energias Renováveis	7	699.842
Total	37	724.012

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Em relação a energias renováveis, os investimentos destinaram-se em grande parte a projetos de energia eólica, contando com recursos da ordem de R\$ 673,2 milhões. Outros R\$ 26,6 milhões foram concedidos à instalação de pequena central hidrelétrica (PCH).

Na indústria de software, as contratações realizadas compreenderam as atividades de desenvolvimento, consultoria e engenharia, entre outros.

III. Projetos de ovinocaprinocultura voltados para o aperfeiçoamento do manejo do rebanho, certificação de marcas de laticínios e abertura de novos canais de comercialização;

Dentro dessa prioridade foram contratados mais de R\$ 138 milhões em 46.559 operações realizadas. Quando comparado ao ano de 2009, que contratou aproximadamente 120 milhões em 4.213 operações, constata-se crescimento de 15% e 5,3%, respectivamente, com destaque para a ovinocultura que participou com 64,2% no número de operações e com 63,6% no que tange ao volume de recursos contratados no exercício de 2010.

Tabela 55 – FNE - Projetos de Ovinocaprinocultura - Exercício de 2010

Produto	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Caprinocultura	16.665	35,8	50.444	36,4
Ovinocultura	29.895	64,2	88.145	63,6
Total	46.559	100,0	138.589	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

IV. Projetos de agricultura irrigada, em especial fruticultura, com ênfase na ampliação das áreas irrigadas, com racionalização do uso dos recursos hídricos disponíveis;

Conforme acordado com o MI, a Tabela 56 apresenta o montante contratado em projetos para ampliação de atividades de fruticultura irrigada, sem

distinguir, contudo, aqueles que ampliam as áreas irrigadas promovendo a racionalização do uso dos recursos hídricos disponíveis. Observa-se importante diversificação das culturas financiadas, destacando-se a da banana, do abacaxi, do mamão e da laranja, que juntas, absorveram 76% do montante contratado nesta prioridade. No que diz respeito ao número de contratos, a maior quantidade de operações foi destinada também ao cultivo da banana (32,9%), seguindo-se das culturas do maracujá e da manga com participação de 20,6% e 13,3%, respectivamente.

Tabela 56 – FNE - Projetos de Ampliação Contratados(1) em Fruticultura Irrigada (2)

Produto	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Abacaxi	3	1,1	6.737	14,7
Acerola	8	2,9	182	0,4
Ata/Pinha	1	0,4	96	0,2
Banana	91	32,9	18.872	41,1
Caju	3	1,1	15	-
Carambola	1	0,4	2	-
Coco	11	4,0	944	2,1
Goiaba	12	4,3	2.392	5,2
Laranja	6	2,2	4.408	9,6
Limão	10	3,4	737	1,6
Macadâmia	3	1,1	6	-
Mamão	19	6,9	4.861	10,6
Manga	37	13,3	2.832	6,2
Maracujá	57	20,6	1.036	2,3
Melão	2	0,7	48	0,1
Uva	13	4,7	2.730	5,9
Total	277	100,0	45.898	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Considerados apenas projetos de ampliação.

V. Projetos relacionados ao desenvolvimento endógeno, tais como: floricultura, apicultura, piscicultura, carcinicultura, aquicultura e pesca;

No âmbito do desenvolvimento endógeno, o FNE contratou, no ano de 2010, R\$ 108,3 milhões. Já com relação ao número de operações, observa-se, no período em questão, a contratação de 12.371 operações no setor.

De acordo com a Tabela 57, entre os financiamentos do BNB destinados ao desenvolvimento endógeno, destacam-se aqueles concedidos no âmbito da atividade de carcinicultura, que apesar de representarem apenas 0,8% das operações, detêm 38,8% do valor contratado. Observa-se, também, que a pesca utilizou 34,7% do montante de recursos, apesar de ter sido responsável por 58,0% das operações contratadas no exercício de 2010.

Tabela 57 – FNE - Projetos relacionados ao desenvolvimento endógeno - Exercício de 2010

Atividade	Nº de Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
Apicultura	2.173	17,6	9.855	9,1
Carcinicultura	103	0,8	42.083	38,8
Flores	47	0,4	1.186	1,1
Piscicultura	2.874	23,2	17.660	16,3
Pesca	7.174	58,0	37.553	34,7
Total	12.371	100,0	108.336	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Vale ressaltar que as atividades relacionadas à apicultura e flores foram responsáveis pela contratação de R\$ 11,0 milhões e 2.221 operações, respectivamente, representando, juntas, 18,0% do total. Já com relação ao valor contratado, contribuíram juntas com 10,2% do total.

VI. Projetos de produção de grãos

No que tange à produção de grãos, pode-se observar que no exercício de 2010 o produto que obteve maior número de operações foi o milho com 3.391 contratações, representando 28,6% do total das 11.865 operações contratadas. Em seguida, tem-se a soja, com 466 operações, e a produção de arroz, com 450 operações, representando, respectivamente, 3,9% e 3,8% das contratações realizadas no período (Tabela 58).

Quanto ao volume aplicado segundo o produto, percebe-se que a maior parcela dos recursos foram captados para produção de soja, totalizando R\$ 173,9 milhões, representando 63% do volume total aplicado na atividade de produção de

grãos. A produção de milho, com aplicações da ordem de R\$ 83,7 milhões, representou 30,3% do volume total contratado, sendo seguida pela rizicultura, com R\$ 6,7 milhões e 2,4% de representatividade (Tabela 58).

Em relação ao exercício anterior, os financiamentos a projetos de produção de grãos apresentaram significativo crescimento de 47,5%, no volume de recursos contratados, tendo em 2009 contratado R\$ 514,9 milhões. A soja e o milho foram os condutores deste crescimento, apresentando incremento de 41,5% e 113,8%, respectivamente.

Tabela 58 – FNE - Projetos de produção de grãos - Exercício de 2010

Atividade	Produto	Nº de Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
Grãos	Soja	466	3,9	559.331	73,7
	Milho	3.391	28,6	161.532	21,3
	Arroz	450	3,8	16.961	2,2
	Feijão	419	3,5	5.153	0,7
	Feijão e Milho	415	3,5	3.197	0,4
	Sorgo	16	0,1	572	0,1
	Milho Doce	11	0,1	287	0,0
	Milheto	4	0,0	14	0,0
	Outros	6.693	56,4	12.298	1,6
Total		11.865	100,0	759.345	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

A partir do cruzamento do número de operações com o valor aplicado, percebe-se que a produção de soja é intensiva no uso de capital, uma vez que sua produção captou R\$ 559,3 milhões em apenas 466 operações. Isto é, apenas 3,9% do número total de operações e responsáveis pela aplicação de 73,7% do volume de recursos destinados à atividade de produção de grãos. Por outro lado, a produção de milho respondeu por 28,6% do número de operações, e representou 21,3% do volume total aplicado na produção de grãos.

VII. Projetos voltados para a produção de alimentos básicos para o consumo da população;

Entre as melhorias introduzidas pelo Plano Safra 2008/2009, houve a criação do Pronaf - Mais Alimentos, por ocasião do agravamento da crise de alimentos no mundo, com registro de alta excessiva nos preços das *commodities* agrícolas. Para atenuar referida situação, esta linha de crédito visa à produção de um excedente de 18 milhões de toneladas de alimentos por ano, viabilizado pelo financiamento, no âmbito da agricultura familiar, de projetos de investimento para

a produção, armazenagem e transporte de açafrão, arroz, café, cana de açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo e para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Nessa perspectiva, o Pronaf - Mais Alimentos ainda destina recursos para modernização da infraestrutura da propriedade rural, com vistas ao aumento da produtividade da agricultura familiar: investimentos em máquinas e equipamentos, procedimentos de correção e recuperação de solos e melhoria genética, entre outros. O limite de crédito é de R\$ 130 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e taxa de juros de 2% a.a.

Tabela 59 – FNE - Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos - Exercício de 2010

Programa	Produto	Nº de Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
PRONAF MAIS ALIMENTOS (FNE)	Bovinocultura de Leite	6.631	55,6	128.615	53,2
	Bovinocultura de Corte	1.771	14,8	37.291	15,4
	Ovinocultura	1.271	10,7	21.393	8,8
	Café	202	1,7	6.904	2,9
	Caprinocultura	478	4,0	6.456	2,7
	Pesca	306	2,6	4.776	2,0
	Caju	84	0,7	4.115	1,7
	Milho	62	0,5	3.669	1,5
	Avicultura	147	1,2	3.520	1,5
	Banana	118	1,0	3.190	1,3
	Outras	856	7,2	21.942	9,1
Total		11.926	100,0	241.871	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

No ano de 2010, o BNB aplicou em sua área de atuação cerca de R\$ 241,9 milhões nesta linha especial de crédito, o que representa 22% do valor investido pela Instituição ao amparo do FNE Pronaf. A bovinocultura de leite lidera estas aplicações, absorvendo 53,2% do volume total de recursos. Destacam-se ainda, conforme tabela 59, a bovinocultura de corte (15,4%) e a ovinocultura (8,8%).

VIII. Projetos desenvolvidos em espelhos d'água públicos;

As informações referentes a esta prioridade são relacionadas aos projetos dos perímetros públicos irrigados, conforme negociados com o MI. Nessa perspectiva, constam da Tabela 60 todos os projetos destinados à fruticultura

irrigada, bem como aqueles realizados através do PROPESCA, ambos em áreas de perímetros públicos irrigados.

Referidas áreas abrangem 09 (nove) estados dentre os 11 (onze) que compõem a jurisdição do BNB. No total, foram aplicados, aproximadamente, R\$ 41 milhões nos perímetros irrigados, por meio de 332 contratações. Quando comparado ao exercício anterior (2009), que contratou aproximadamente R\$ 28 milhões, constata-se um expressivo crescimento, na ordem de 46,4%.

O mais expressivo volume de recursos (31,0%) foi destinado ao perímetro denominado Jaíba, no Estado de Minas Gerais. Em seguida, vêm em relevo os projetos relacionados ao perímetro Tabuleiros de Russas, no município de Russas-CE, que absorveram 23,3% dos recursos. Merecem destaque ainda os projetos pertencentes aos perímetros de Curaçá, Mandacaru, Maniçoba e Tourão todos localizados no município de Juazeiro-BA, que juntos tiveram participação de 19,5% nos valores contratados no exercício de 2010.

Relativamente ao número de contratos efetivados, verifica-se que os perímetros localizados no município de Juazeiro-BA foram responsáveis pela maior participação (51,3%), seguidos pelos perímetros de São Gonçalo no município de Sousa-PB (10,2%) e Bebedouro e Nilo Coelho, no município de Petrolina-PE com participação de 8,7%.

Tabela 60 - FNE - Contratações(1) Espelho D'Água (2)

Estado	Perímetro Irrigado(3)	Municípios do Perímetro	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
					Valor	%
BA	CERAIMA	Livramento de Nossa Senhora	1	0,3	2	-
	CURAÇÁ, MANCADARU, MANIÇOBA e TOURÃO	Juazeiro	152	45,8	8.058	19,5
	FORMOSO "A"/FORMOSO "H"	Bom Jesus da Lapa	16	4,9	704	1,7
	NUPEBA E RIACHO GRANDE	Riachão das Neves	1	0,3	20	-
CE	ARARAS NORTE (CE)	Varjota	3	0,9	79	0,2
		Cariré	1	0,3	37	0,1
	BAIXO ACARAÚ (CE)	Acaraú	7	2,1	2.421	5,9
		Bela Cruz	2	0,6	163	0,4
		Marco	1	0,3	52	0,1
CURU-PENTECOSTE (CE)	Pentecoste	2	0,6	31	0,1	

Valores em R\$ Mil						
Estado	Perímetro Irrigado(3)	Municípios do Perímetro	Nº. de Operações	%	Valor	%
		São Luis do Curu	3	0,9	849	2,1
	ICÓ-LIMA CAMPOS	Icó	3	0,9	95	0,2
	JAGUARIBE-APODI, MORADA NOVA E TABULEIRO DE RUSSAS (CE)	Limoeiro do Norte	5	1,5	205	0,5
	JAGUARUANA (CE)	Jaguaruana	1	0,3	2	-
	TABULEIROS DE RUSSAS (CE)	Russas	17	5,1	9.595	23,3
MA	BAIXADA OCIDENTAL (MA)	Pinheiro	1	0,3	99	0,2
MG	JAÍBA	Jaíba	25	7,5	12.784	31,0
	PIRAPORA	Pirapora	1	0,3	6	-
PB	SÃO GONÇALO (PB)	Sousa	34	10,2	655	1,6
PE	BEBEDOURO e SENADOR NILO COELHO	Petrolina	29	8,7	3.221	7,8
	IRRIGADO BOA VISTA (PE)	Salgueiro	3	0,9	218	0,5
	MOXOTÓ (PE)	Ibimirim	4	1,2	72	0,2
	SENADOR NILO COELHO	Casa Nova	5	1,5	1.501	3,8
PI	CALDEIRÃO (PI)	Piripiri	1	0,3	43	0,1
	PLATÔS DE GUADALUPE (PI)	Guadalupe	3	0,9	40	0,1
RN	BAIXO-AÇU (RN)	Ipangaçu	9	2,8	171	0,4
		Alto do Rodrigues	1	0,3	103	0,2
SE	BETUME (SE)	Pacatuba	1	0,3	1	-
Total			332	100,0	41.227	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

IX. Projetos de geração de energia a partir de fontes alternativas e renováveis, tais como biocombustíveis e eólica.

O Banco do Nordeste atende a projetos de geração de energia a partir de fontes renováveis através do programa de crédito FNE Verde (Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental). Em 2010, o Banco intensificou o apoio a esses projetos, atingindo R\$ 699,8 milhões em investimentos no Setor. O

montante supera em 130% os resultados obtidos no ano anterior, quando foram contratados R\$ 304,4 milhões.

Conforme mostrado na tabela 61, os investimentos destinaram-se em grande parte a projetos de energia eólica, contando com recursos da ordem de R\$ 673,2 milhões. Outros R\$ 26,6 milhões foram concedidos à instalação de pequena central hidrelétrica (PCH).

Tabela 61 – FNE - Projetos de Geração de Energia a Partir de Fontes Renováveis - Exercício de 2010

Tipo	Nº de Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
Energia Eólica	6	85,7	673.220	96,2
Pequena Central Hidrelétrica (PCH)	1	14,3	26.622	3,8
Total	7	100	699.842	100

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

O estado responsável pelo maior volume de recursos foi o Rio Grande do Norte, com 57% do total, seguido do Ceará e Pernambuco, que responderam, respectivamente, por 20,6% e 19,8%. O Estado da Paraíba participou com 2,6% do valor aplicado. Os valores contratados por estado podem ser vistos na tabela 62.

Tabela 62 – FNE - Projetos de geração de energia a partir de fontes renováveis - Contratações por estado – Exercício de 2010

Tipo	Estado	Nº de Operações	Valor (R\$ mil)	%
Energia Eólica	CE	1	144.205	20,6
	RN	1	398.749	57,0
	PB	1	18.126	2,6
	PE	3	112.140	16,0
Pequena Central Hidrelétrica (PCH)	PE	1	26.622	3,8
	Total	7	699.842	100

Fonte: BNB – Planilha de Contratações (Pos. Dez/2010) - Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Anteriormente concentrados no Ceará, os investimentos na energia dos ventos têm avançado significativamente nos outros estados da Região, especialmente no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Nos próximos

anos, a expectativa é de que a Bahia também tenha sua participação no setor aumentada.

X. Projetos considerados prioritários no documento de base para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE): indústria química, petroquímica, minerais não metálicos;

No âmbito dos projetos prioritários do PDNE, observa-se que em 2010, foram aplicados R\$ 932,8 milhões, com destaque para a Indústria de Produtos Químicos que foi responsável por 78,0%. No que se refere a quantidade de operações, 82,1% do total foram contratadas pela Indústria de Minerais não Metálicos.

Tabela 63 – FNE - Projetos considerados prioritários no PDNE - Exercício de 2010

Atividade	Nº de Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
Extração de Carvão, Petróleo e Gás	1	0,3	105	0,0
Extração de Minerais não Metálicos	29	7,5	24.411	2,6
Ind.Combust.Nucleares, Refino Petróleo e Álcool	17	4,4	46.930	5,0
Ind.Prod.Minerais não Metálicos	316	82,1	133.704	14,3
Ind.Prod.Quimicos	22	5,7	727.705	78,0
Total	385	100,0	932.855	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XI. Projetos de infraestrutura, compreendendo: transporte, armazenagem, comunicação, abastecimento de água e esgotamento sanitário, inclusive infraestrutura complementar em Arranjos Produtivos Locais (APLs) e em apoio ao PRODETUR.

Nessa prioridade, foi contratado aproximadamente R\$ 1,6 milhão, com destaque para empreendimentos voltados à produção de energia elétrica que contou com 86,6% dos recursos. Vale ressaltar que, visando à não duplicidade de informações, nesse quadro, não são contabilizados os projetos contratados através do FNE Verde, que também têm participação importante na área de produção e distribuição de eletricidade.

Tabela 64 – FNE - Projetos de Infraestrutura - Exercício de 2010

Setores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	7	77,8	1.365.238	86,6
Ativs. Aux. Transportes	2	22,2	211.742	13,4
Total	9	100,0	1.576.980	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XII. Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

Dentre os financiamentos feitos através do FNE, desde o ano de 2005, R\$ 3,0 bilhões foram aplicados em projetos que apoiam as obras do PAC. Deste total, observou-se a participação significativa do setor de geração de energia elétrica, sendo responsável por 82,2% (R\$ 2,8 bilhões) do total aplicado.

Dos estados da área de atuação do FNE, sete receberam recursos em apoio ao PAC, merecendo destaque os estados da Bahia e do Rio Grande do Norte, que juntos foram responsáveis por 53,8% das contratações.

Tabela 65 – FNE - Contratações em Apoio ao PAC

UF	Atividade	Total
BA	Geração de Energia Elétrica	849.511
	Petróleo e Gás Natural	245.000
CE	Geração de Energia Elétrica	413.003
MA	Geração de Energia Elétrica	240.000
PB	Geração de Energia Elétrica	382.755
	Ferrovia	214.278
PE	Geração de Energia Elétrica	156.888
	Petróleo e Gás Natural	142.679
RN	Geração de Energia Elétrica	724.920
SE	Geração de Energia Elétrica	12.836
Total		3.381.870

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito .

XIII. Projetos turísticos localizados em aglomerações que disponham de infraestrutura, atrações naturais e, que induzam à qualificação de mão de obra e à governança participativa e se liguem à economia local, evitando a implantação de enclaves econômicos;

Tendo em vista a importância que as Micro e Pequenas Empresas – MPE's possuem em relação ao desenvolvimento local no ramo do turismo, seja através da geração de emprego e renda como também da qualificação de mão de obra local, para essa prioridade, foram relacionados os projetos financiados através do FNE-MPE-TURISMO. Assim, com base na tabela 66, pode-se constatar que os empreendimentos relacionados com a atividade de hospedagem foram responsáveis tanto pelo maior número de contratações (50,4%) como também pelo maior aporte de recursos (73,3%). As atividades direcionadas ao setor de transporte aparecem em seguida com 66 operações realizadas e um valor contratado da ordem de R\$12,7 milhões com participação de 28,5% e 17,7%, respectivamente.

Tabela 66 – FNE - Projetos Turísticos - Exercício de 2010

Programa	Atividade	Nº de Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
FNE-MPE-TURISMO	Hospedagem	117	50,4	52.421	73,3
	Ativs. Aux. Transportes	51	22,0	11.041	15,4
	Alimentação	25	10,8	3.938	5,5
	Imobiliárias e Aluguéis	12	5,2	1.169	1,6
	Transporte Rodoviário	10	4,3	992	1,4
	Transp.Turismo	5	2,2	621	0,9
	Educação	12	5,2	1.359	1,9
	Total		232	100,0	71.540

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XIV. Projetos que possam garantir incremento do fluxo turístico;

Em março de 2010 foi lançado, em Fortaleza, a linha de financiamento PROATUR COPA, em parceria com o Ministério do Turismo, Ministério da Integração Nacional e SUDENE, com participações de representantes de vários estados da Região Nordeste. Referida linha está apoiada nas condições de financiamento do Programa de Apoio ao Turismo Regional – FNE PROATUR aprovadas para 2010, notadamente quanto ao aumento do prazo de financiamento de hotéis de 15 para 25 anos e permissão para o financiamento de arenas multiusos (áreas esportivas adaptadas para atendimento a vários tipos de eventos), tendo como objetivo principal o provimento da infraestrutura turística necessária às cidades-sede da Região Nordeste (Fortaleza, Recife, Natal e Salvador) e seu entorno, com vistas à realização do evento Copa 2014.

A tabela abaixo traz informações acerca de projetos relacionados ao fluxo turístico na Região. Com base no levantamento das atividades financiadas através do Proatur, constata-se que atividade Entretenimento (arena multiuso) foi responsável por 55,9% dos recursos. Em seguida, temos o ramo hoteleiro que responde por 37,6 dos valores contratados.

Tabela 67 – FNE - Projetos Turísticos - Exercício de 2010

Atividade	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Entretenimento (arena multiuso)	1	0,4	250.000	55,9
Hoteis, Pousadas, Resorts Fazenda, Albergue com Restaurantes	95	34,9	157.969	35,3
Hoteis, Pousadas, Resorts, Hoteis Fazenda, Albergue sem Restaurantes	44	16,2	10.410	2,3
Locação de Automóveis sem Condutor	26	9,6	7.844	1,8
Aluguel Transportes	16	5,9	4.369	1,0
Jardins Botânicos, Zoológicos, Parques Nacionais e Reservas Ecológicas	1	0,4	4.273	1,0
Atividades de Agencias de Viagens e Organizadores de Viagem	31	11,4	3.175	0,7
Restaurantes e Similares	12	4,4	3.039	0,7
Outras Atividades	46	16,9	6.141	1,4
Total	272	100,0	447.220	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XV. Apoio a projetos da indústria de calçados;

No exercício de 2010, o BNB financiou 88 operações relacionadas à indústria de calçados, no valor de R\$ 105,4 milhões, sobressaindo-se a atividade de fabricação de calçados de tecidos, fibras, madeira ou borracha e a fabricação de calçados de couro, que absorveram 39,8% e 39,1%, respectivamente, desses recursos. As aplicações foram destinadas em sua maioria ao Estado do Ceará (94,5%), que abriga tradicional polo calçadista.

Especializado na fabricação de chinelos, sandálias e sapatos de plástico ou borracha, o Ceará é o terceiro maior polo calçadista do Brasil, com 520 empresas. O Polo Calçadista do Cariri, situado no Sul do Estado, concentra hoje 162 indústrias, aparecendo à frente, inclusive, de Fortaleza, que abriga 81 empresas deste setor (Abicalçado, 2009). Importante, ainda, para o setor é o município de Sobral, localizado na região noroeste do Estado, que com apenas dois estabelecimentos, emprega diretamente 8.451 pessoas, sendo considerado o município maior produtor de calçados do Nordeste.

Tabela 68 – FNE - Projetos da Indústria de Calçados

Atividade	Produto	Nº de Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
Ind.Calçados	Fab. Calçados de Couro	27	30,7	41.236	39,1
	Fab. Calçados de Plástico	26	29,5	22.261	21,1
	Fab. Calçados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	35	39,8	41.911	39,8
Total		88	100,0	105.407	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Dessa forma, e em virtude dos principais polos calçadistas do Ceará se situarem na região semiárida do Estado, essa região recebeu 94,5% dos recursos destinados ao setor calçadista, que tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento do semiárido nordestino.

XVI. Apoio a projetos de extração mineral;

De acordo com a Tabela 69, nesta prioridade, foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais não metálicos, 87,0%. A atividade responde também por 69,0% das contratações realizadas.

Tabela 69 – FNE - Projetos Contratados(1) no Setor de Indústria Extrativa de Minerais - Exercício de 2010

Atividade	Nº de Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
Extração de Minerais Metálicos	13	31,0	3.659	13,0
Extração de Minerais Não Metálicos	29	69,0	24.411	87,0
Total	42	100,0	28.070	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XVII. Apoio a projetos de serviços de manutenção para a metal-mecânica.

A Tabela 70 traz informações acerca dos financiamentos das atividades relacionadas à Indústria Metal Mecânica, inclusive detalhando os objetivos desses financiamentos. Assim, percebe-se que nesse segmento, os projetos relacionados à manutenção dos empreendimentos, foram responsáveis por 48,6% do número de operações, vindo em seguida os projetos de modernização com 28,2%. No que tange aos valores contratados, destaque para os projetos de implantação que, devido ao próprio objetivo do projeto, requerem, a depender do tamanho da planta, mais recursos que os demais projetos contratados. Estes projetos responderam 60,8% dos recursos investidos nessa prioridade.

Tabela 70 – FNE - Projetos de Serviços de Manutenção para Metal - Mecânica

Atividade	Objetivo	Nº. de Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
IND. METAL-MECÂNICA	Implantação	10	7,0	91.935	60,8
	Ampliação	11	7,7	5.334	3,5
	Manutenção	69	48,6	8.899	5,9
	Modernização	40	28,2	40.233	26,6
	Relocalização	1	0,7	3.367	2,2
	Expansão	8	5,6	1.344	0,9
	Outros	3	2,1	143	0,1
	Total		142	100,0	151.255

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

3.5.2 Prioridades Espaciais

- *Projetos localizados no semiárido, qualquer que seja o porte. O semiárido tem tratamento diferenciado tanto pela destinação de recursos, com a determinação constitucional de 50% do orçamento do FNE, como pelas condições de financiamento, definidas em todos os programas do Fundo.*

Conforme a Tabela 71, a região semiárida foi responsável por 62,4% das contratações realizadas no exercício de 2010. No entanto, o maior volume de recursos do FNE, cerca de 57,5%, foi destinada à região fora do semiárido.

Diante da exigência legal de aplicação de pelo menos 50% dos recursos do Fundo na região semiárida, merece registro o detalhamento da análise quanto ao comportamento das aplicações nessas duas regiões, constantes do subitem 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido, no qual constam informações a respeito das contratações acumuladas na região semiárida, além das ações realizadas pelo BNB, no sentido de atingir o percentual estabelecido pela legislação do Fundo.

Cabe ressaltar que tais ações já repercutem de forma bastante satisfatória quando comparamos a participação do semiárido no exercício 2010 em relação ao ano de 2009: o volume de recursos contratados saltou de 34,2% para 42,5%. Esta participação é ainda maior (45,3%) quando comparamos as regiões excetuando-se o Estado do Maranhão, que possui características sócio-econômicas distintas dos demais estados nordestinos, conforme descrito no subitem 3.3.2.

Tabela 71 – FNE - Projetos Contratados(1) por Região - Exercício de 2010

Região	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil
		Valor
Semiárido	249.198	4.568.260
Fora do Semiárido	150.042	6.186.903
Total	399.240	10.755.163

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

- *Projetos localizados em espaços definidos como prioritários na PNDR.*

Ver item 3.6 - i

- *Projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação, em especial os projetos agroindustriais;*

Para esta prioridade, foi acordado com o MI o fornecimento de informações relacionadas aos projetos agroindustriais dos perímetros públicos irrigados. Nessa perspectiva, a Tabela 72 apresenta os financiamentos destinados a empreendimentos agroindustriais realizados por intermédio dos subprogramas

AGRIN, Pronaf Agroindústria e Pronaf Agrinf, desenvolvidos nas áreas de perímetros públicos irrigados, os quais foram destinados a 09 (nove) perímetros, abrangendo 07 (sete) estados da área de atuação do Fundo.

Entre estes projetos merece destaque o perímetro irrigado Barreiras Norte e São Desidério/Barreiras Sul, situado no município de Barreiras-BA, que em 2009 foi responsável por apenas 8,2% dos recursos contratados e que em 2010 sua participação alcançou 70,7% dos recursos alocados, em 41,1% dos contratos (Tabela 72). Em seguida, em termos de valores contratados, vêm os perímetros Bebedouro (PE)/Senador Nilo Coelho (PE e BA), que juntos responderam por 12,9%. Vale ressaltar que o perímetro irrigado do Baixo Acaraú (CE) que contratou 39,7% dos recursos no exercício 2009, não efetuou contratações no ano de 2010 reduzindo a participação do Estado do Ceará nessa prioridade. Esse fato contribuiu de forma bastante significativa para que fosse reduzido o valor global contratado de R\$ 25 milhões (2009) para aproximadamente R\$ 18 milhões (2010). Ou seja, redução de 28%.

Tabela 72 – FNE - Contratações(1) de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados (2) Públicos

Estado	Perímetro Irrigado	Municípios do Perímetro	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
					Valor	%
BA	BARREIRAS NORTE E S. DESIDÉRIO/B.SUL (BA)	Barreiras	9	41,1	12.651	70,7
	CURAÇÁ, MANDACARU, MANIÇOBA E TOURÃO (BA)	Juazeiro	1	4,5	784	4,4
CE	MORADA NOVA E TABULEIROS DE RUSSAS (CE)	Morada Nova	1	4,5	598	3,3
		Russas	2	9,2	92	0,5
MG	JAÍBA (MG)	Jaíba	1	4,5	13	0,1
	LAGOA GRANDE (MG)	Janaúba	1	4,5	140	0,8
PB	SÃO GONÇALO (PB)	Souza	2	9,1	1.221	6,9
PE	BEBEDOURO (PE) E SENADOR NILO COELHO (PE e BA)	Petrolina	2	9,1	1.998	11,2
		Casa Nova	1	4,5	290	1,7
PI	TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ (PI)	Parnaíba	1	4,5	45	0,4
RN	BAIXO-AÇU (RN)	Alto do Rodrigues	1	4,5	65	0,4
Total			22	100,0	17.897	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Operações enquadradas no AGRIN, Pronaf Agroindústria, Pronaf AGRINF e MPE Agroindústria.

- *Projetos localizados nas RIDE's e mesorregiões de atuação da secretaria de programas regionais – SPR, a saber: Chapada do Araripe, do Xingó, Chapada das Mangabeiras (exceto Municípios do Tocantins, assistidos pelo FNO), Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão) e Seridó.*

Vide itens 3.6 – ii e 3.6 - iii deste Relatório.

3.6. O FNE no Contexto da PNDR

i. Projetos localizados em espaços definidos como prioritários na PNDR.

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos naquelas regiões definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A PNDR é uma política de Estado, priorizada pelo Governo Federal, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações sócio-produtivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade sócio-econômica, ambiental e cultural do País (BRASIL, 2010).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

- a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e
- b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias, às microrregiões pertencentes aos grupos 2, 3 e 4.

Nesta prioridade foram aplicados em 2010, 77,2% dos recursos contratados pelo Fundo. Com base na Tabela 73, verifica-se certo equilíbrio entre a quantidade de projetos financiados para cada tipologia (*baixa renda, estagnada e dinâmica*⁷), sendo o desempenho desta última categoria ligeiramente superior às demais, ficando também com a maior participação quanto ao volume de recursos contratados (34,3%).

A Figura 2 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, os municípios considerados de alta renda concentram-se nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. O que se pode constatar diante desse quadro é que o FNE tem contribuído decisivamente para o desempenho econômico dos demais municípios da Região, onde, foram contratados R\$ 8,3 bilhões (77,2%) em 391.342 operações (98%), contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades produtivas em áreas menos favorecidas localizadas na Região Nordeste.

Tabela 73 – FNE - Projetos Contratados(1) na Tipologia PNDR - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Baixa Renda (2)	127.531	31,9	1.229.664	11,4
Estagnado de Média Renda (3)	127.708	32,0	3.392.468	31,5
Dinâmico de Média Renda (4)	136.103	34,1	3.683.648	34,3
Alta Renda (5)	7.898	2,0	2.449.383	22,8
Total	399.240	100,0	10.755.163	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

7 A classificação dos municípios de acordo com a tipologia PNDR é realizada pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MIN. Fonte: BNB Programação FNE 2010.

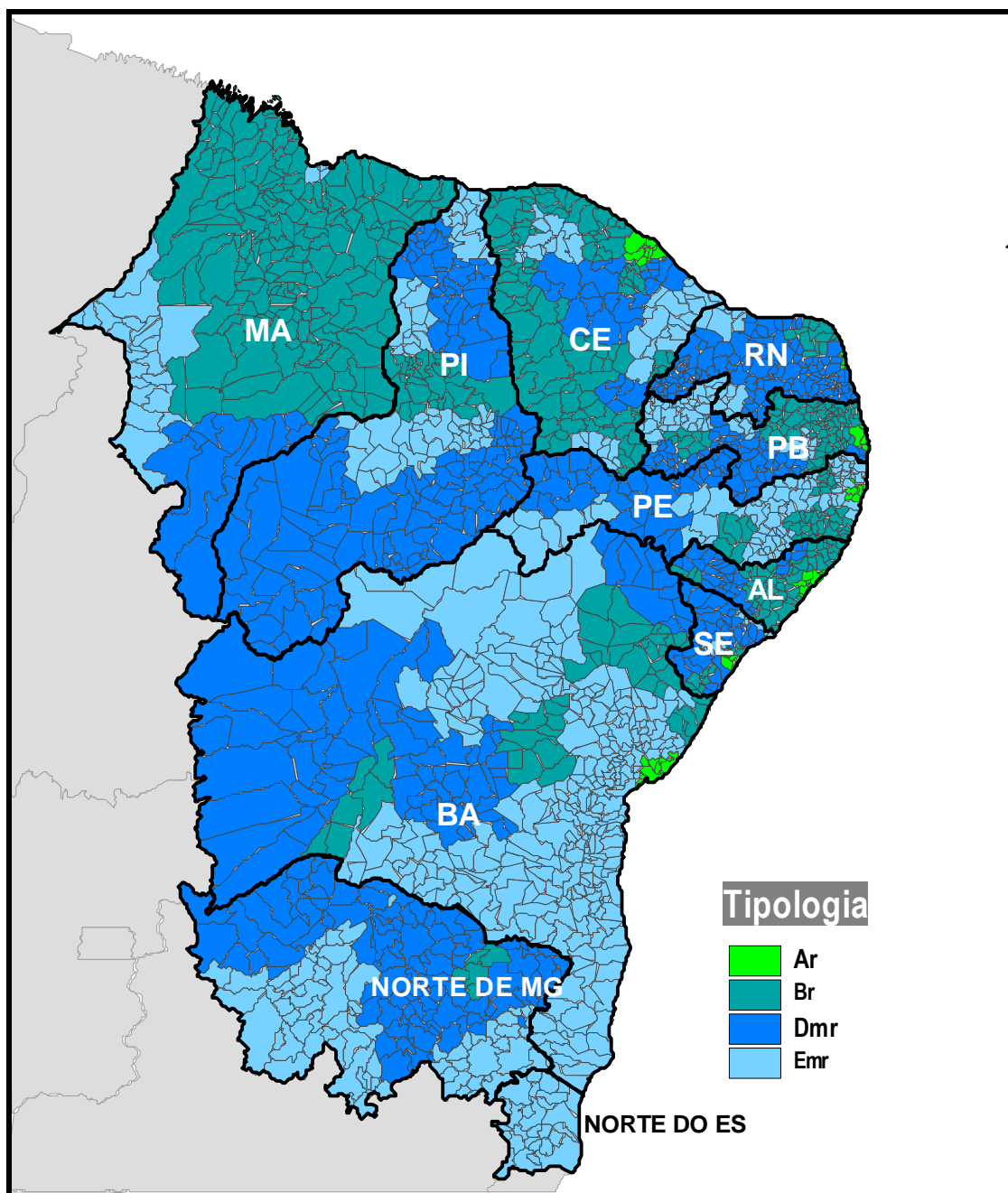


Figura 2 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB.

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.
 Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

i.i Contratações por Tipo de Município e Porte

De acordo com a Tabela 74, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro foram responsáveis por 95,2% dos contratos firmados dentro das áreas prioritárias da PNDR, havendo certo equilíbrio na distribuição entre as tipologias baixa renda; dinâmico de média renda e estagnado de média renda, evidenciando

a preocupação em atender a população dessas regiões mais carentes, principalmente os pequenos empreendedores. No que concerne aos recursos contratados, dentro dos territórios preferenciais, constata-se que os empreendimentos de grande porte foram responsáveis por 56,7% do volume financiado, seguido pelos mini/micro com participação de 17,4%.

Tabela 74 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Porte - Exercício de 2010

Tipologia	Mini / Micro		Pequeno		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	4.651	77.941	2.193	268.227	850	495.133	204	1.608.082	7.898	2.449.383
Baixa Renda	123.227	480.858	3.625	236.475	527	189.950	152	322.381	127.531	1.229.664
Dinâmico de Média Renda	129.932	473.854	4.516	261.665	944	314.317	711	2.633.812	136.103	3.683.648
Estagnado de Média Renda	119.346	486.483	6.441	493.110	1.506	663.400	415	1.749.475	127.708	3.392.468
Total	377.156	1.519.136	16.775	1.259.477	3.827	1.662.800	1.482	6.313.750	399.240	10.755.163

Valores em R\$ Mil

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.

i.ii Contratações por Tipo de Município e Setor

Como pode ser observado na Tabela 75, o Setor Rural foi responsável por 95,7% das operações realizadas nas áreas prioritárias, sendo também responsável pelo maior volume de recursos contratados (43,6%). Esse desempenho, em relação tanto ao número de contratos quanto aos valores contratados, é reflexo da estrutura produtiva da Região Nordeste, mais precisamente da estrutura produtiva das regiões prioritárias, que na maioria dos municípios, ou em quase toda sua totalidade, baseia-se na agropecuária. Em seguida, percebe-se um equilíbrio entre os setores Infraestrutura e Industrial com participação de 19,3% e 19,1%, respectivamente, no volume de recursos investidos. Merece destaque ainda o desempenho do Setor Comércio e Serviços, particularmente nos municípios classificados como Estagnados de Média Renda, onde foram contratados aproximadamente R\$ 817 milhões o que corresponde a 62,8% dos recursos desse Setor dentro das áreas prioritárias.

Tabela 75 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Setor - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Rural		Agroindústria		Industrial		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	4.041	34.829	26	25.407	799	1.278.556	2	421.320	3.030	689.271	7.898	2.449.383
Baixa Renda	123.707	803.717	49	49.439	336	110.099	2	44.748	3.437	221.661	127.531	1.229.664
Dinâmico de Média Renda	131.039	1.817.658	72	88.507	613	730.654	4	784.816	4.375	262.013	136.103	3.683.648
Estagnado de Média Renda	119.647	1.001.086	114	57.191	1.145	747.142	4	769.593	6.798	817.456	127.708	3.392.468
Total	378.434	3.657.290	261	220.544	2.893	2.866.451	12	2.020.477	17.640	1.990.401	399.240	10.755.163

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda..

i.iii - Contratações por Tipo de Município por Estado

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnado e média renda dinâmico, verifica-se com base na Tabela 76, que o Estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (17,8%), seguido do Ceará (15,2%) e do Maranhão com 12,3% das operações efetuadas. No entanto, analisando-se apenas os contratos firmados na tipologia *baixa renda*, verifica-se que o Maranhão aparece com o maior número de operações (40.586). Vale lembrar que o Estado do Maranhão possui municípios com características sócio-econômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados do Nordeste. Assim, verifica-se que com essa elevada participação no número de operações na tipologia baixa renda nos municípios maranhenses, o FNE tem dado especial atenção a esse quadro, tentando através desses financiamentos, melhorar as condições de vida da população mais carente na área de abrangência do BNB.

Tabela 76 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Estado - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
AL	AR	335	278.038
	BR	13.877	151.029
	DMR	10.549	36.515
BA	AR	699	962.481
	BR	11.650	76.605

Valores em R\$ Mil

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
	DMR	13.804	815.453
	EMR	44.214	797.415
CE	AR	3.608	502.435
	BR	33.940	305.479
	DMR	13.110	708.246
	EMR	12.541	467.835
ES	EMR	734	120.985
MA	BR	40.586	456.530
	DMR	2.245	134.994
	EMR	5.476	337.636
MG	BR	255	2.771
	DMR	23.335	245.603
	EMR	15.311	239.445
PB	AR	610	81.971
	BR	10.579	78.156
	DMR	7.960	38.802
	EMR	10.665	336.445
PE	AR	1.201	460.092
	BR	7.009	87.029
	DMR	15.440	274.838
	EMR	23.225	805.670
PI	BR	5.952	26.757
	DMR	19.888	572.773
	EMR	9.739	174.270
RN	AR	473	49.151
	BR	1.389	12.454
	DMR	18.360	608.064
	EMR	2.754	67.882
SE	AR	972	115.215

Valores em R\$ Mil

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
	BR	2.294	32.854
	DMR	11.412	248.360
	EMR	3.049	44.885
Total	-	399.240	10.755.163

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.

i.iv - Contratações por Tipo de Município e Região

Levando-se em consideração as tipologias adotadas na PNDR, percebe-se com base nas informações constantes na tabela 77, que dentro da região semiárida os municípios classificados como DMR sobressaem-se tanto no número de contratos firmados quanto no aporte de recursos com participação bastante expressiva, de 43,8% e 49,6%, respectivamente.

Tabela 77 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Região - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil

Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	AR	1.925	78.239
	BR	58.297	415.478
	DMR	108.422	2.227.651
	EMR	80.554	1.846.892
Outras Regiões	AR	5.973	2.371.144
	BR	69.234	814.186
	DMR	27.681	1.455.997
	EMR	47.154	1.545.576
Total	-	399.240	10.755.163

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.

ii. Projetos localizados nas mesorregiões de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR), quais sejam: Chapada do Araripe; Xingó; Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Estado do Tocantins, assistidos pelo

FNO); Seridó; Vale do Jequitinhonha / Vale do Mucuri; Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão).

A Figura 3 nos mostra a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR.

Constam da Tabela 78 os projetos financiados segundo as áreas de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas nas mesorregiões localizadas na área de atuação do BNB, contrataram aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, totalizando 65.082 operações. Quando comparado ao exercício de 2009, que obteve em torno de R\$ 1,3 bilhão contratado em 60.094 operações, percebe-se um aumento tanto no montante de recursos contratados como no número de operações, da ordem de 38,5% e 8,3%, respectivamente.

Destaca-se aí a mesorregião da Chapada das Mangabeiras que ao contratar R\$ 845,6 milhões distribuídos em 8.047 operações, respondeu por 46,9% do valor total investido. Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso e Sambaíba, que despontam entre os principais produtores de soja do estado maranhense, e os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios a exemplo de Tasso Fragoso-MA e Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro (PI), também aparecem como principais produtores de algodão de seus respectivos estados, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE.

A mesorregião do Xingó, com participação de 27,6% no número de operações, figura como a mesorregião com maior número de projetos financiados (17.980), com um volume contratado de R\$ 333,5 milhões. Nessa mesorregião, dentre outras atividades, destaca-se a bovinocultura com 7.080 operações, em seguida, vem a ovinocaprino cultura que realizou 5.128 contratos.

Merece destaque, ainda, a mesorregião da Chapada do Araripe que contratou R\$ 224,1 milhões em 15.136 operações. Nesse aspecto, a exemplo do que aconteceu na mesorregião do Xingó, destaca-se a bovinocultura com 5.705 e a ovinocaprino cultura com 3.447 operações, retratando a importância que a pecuária exerce nessas mesorregiões.

Tabela 78 – FNE - Projetos Contratados(1) nas Mesorregiões SPR(2) - Exercício de 2010

Mesorregiões	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
BICO DO PAPAGAIO	3.913	6,0	158.844	8,8
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	8.047	12,4	845.676	46,9
CHAPADA DO ARARIPE	15.136	23,3	224.128	12,4
JEQUITINHONHA/MUCURI	10.728	16,5	179.096	9,9
SERIDÓ	9.278	14,2	60.200	3,5
XINGÓ	17.980	27,6	333.456	18,5
Total	65.082	100,0	1.801.400	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Secretaria de Programas Regionais.

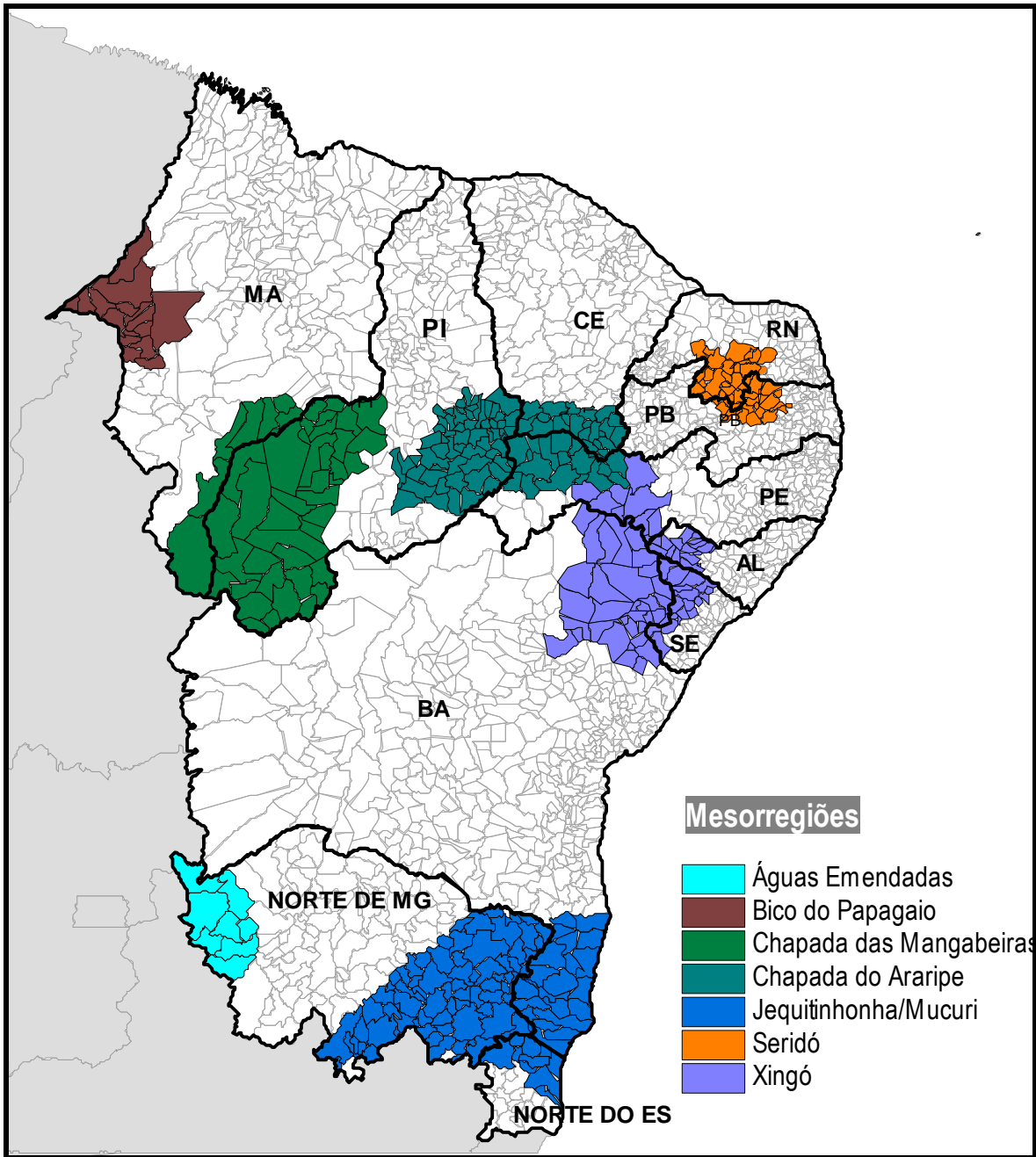


Figura 3 – Mesoregiões na Área de Atuação do BNB.

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

ii.i Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme Tabela 79, verifica-se que do total das 65.082 operações contratadas nas mesorregiões, 63.925 delas foram destinadas a empreendimentos classificados como mini, micro e pequeno portes, o que representa 98,2% das operações, evidenciando a importância destes na dinamização da economia local, bem como o papel do BNB, em particular do FNE, em apoiar esses empreendimentos.

Tabela 79 – FNE - Contratações em Mesorregiões por Porte - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Porte									
	Mini / Micro		Pequeno		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	7.129	26.020	370	16.869	176	41.785	372	761.002	8.047	845.676
Chapada do Araripe	14.349	72.077	688	71.675	94	55.258	5	25.118	15.136	224.128
Vale do Jequitinhonha /Mucuri	10.218	37.195	344	29.839	137	66.817	29	45.245	10.728	179.096
Xingó	17.206	82.157	590	37.252	167	35.631	17	178.416	17.980	333.456
Bico Papagaio	3.691	17.343	114	15.387	76	36.632	32	89.482	3.913	158.844
Seridó	8.657	27.938	569	25.794	49	5.890	3	578	9.278	60.200
Total	61.250	262.730	2.675	196.816	699	242.013	458	1.099.841	65.082	1.801.400

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

ii.ii Contratações em Mesorregiões por Estado

Analisando-se as aplicações do FNE nas Mesorregiões por Estado, é importante destacar que para a delimitação dessas mesorregiões foram consideradas características comuns entre municípios. Assim, existem mesorregiões que abarcam territórios de um ou mais estados.

Nesse sentido, com base nas informações prestadas na Tabela 80, verifica-se que os estados da Bahia e Pernambuco responderam juntos por 43,2% do número de operações realizadas nas suas mesorregiões. Vale lembrar que a mesorregião do Xingó, que teve participação de 27,6% no total de operações realizadas nas áreas de mesorregião, abrange os estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco, contribuindo assim para essa concentração. Em termos de valores contratados, destacam-se os estados do Piauí e Bahia, com participação de 35,7% e 21,0% respectivamente. A mesorregião da Chapada das Mangabeiras teve forte influência na participação desses estados no aspecto de recursos contratados, lembrando que essa mesorregião contratou 46,9% do total dos recursos.

Tabela 80 – FNE - Contratações em Mesorregiões por Estado - Exercício de 2010

Estados	Mesorregião	Valores em R\$ Mil	
		Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	442	1.988
Bahia	Chapada das Mangabeiras	4.303	473.503
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.329	112.834
	Xingó	7.856	57.457
Ceará	Chapada do Araripe	5.825	160.407
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	54	329
	Bico do Papagaio	3.913	158.845
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	7.399	66.262
Paraíba	Seridó	3.284	11.905
Pernambuco	Chapada do Araripe	8.443	57.059
	Xingó	4.514	207.140
Piauí	Chapada das Mangabeiras	3.690	371.843
	Chapada do Araripe	868	6.661

Valores em R\$ Mil

Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Rio Grande do Norte	Seridó	5.994	48.295
Sergipe	Xingó	5.168	66.872
Total		65.082	1.801.400

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

ii.iii Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 81, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 76,6% das operações, ficando essas áreas, com 39,1% dos recursos contratados.

Tabela 81 – FNE - Contratações em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		49.852	704.991
	Chapada das Mangabeiras	3.724	47.175
	Chapada do Araripe	15.136	224.128
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.734	40.032
	Xingó	17.980	333.456
	Seridó	9.278	60.200
Outras Regiões		15.230	1.096.409
	Chapada das Mangabeiras	4.323	798.501
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	6.994	139.063
	Bico do Papagaio	3.913	158.845
Total		65.082	1.801.400

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

ii.iv Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 82, constata-se que o Setor Rural foi responsável por R\$ 1,1 bilhão (61,5%) contratado em 62.290 operações (95,7%). Dentro desse segmento, as mesorregiões Chapada do Araripe e Xingó respondem juntas por 48,6% da quantidade de operações contratadas, ficando a Chapada das Mangabeiras com o maior volume de investimentos (62,2%).

O Setor Infraestrutura aparece como segundo maior em ordem de importância no tocante aos investimentos, com participação de 16,2% dos valores contratados.

Já o Setor Comercial/Turismo aparece como segundo maior em número de contratos (2.290). Aqui se verifica que a mesorregião Chapada do Araripe foi a maior responsável tanto no número de contratos (29,4%) quanto pelos valores contratados (31,5%).

Tabela 82 – FNE - Contratações em Mesorregiões por Setor - Exercício de 2010

Valores em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Setor Rural	7.665	688.887	14.246	73.360	10.430	121.554	17.414	114.625	8.726	30.344	3.809	79.623	62.290	1.108.393
Setor Agroindustrial	11	12.675	1	4	4	29.331	12	3.367	1	38	1	73	30	45.488
Setor Industrial	19	881	212	66.648	27	7.853	66	14.560	117	8.910	10	8.407	451	107.259
Setor Turismo	2	75	3	10.844	9	3.273	1	34	2	252	2	750	19	15.228
Setor Infraestrutura	1	126.189					1	166.066					2	292.255
Setor Comercial/Turismo	349	16.970	674	73.272	258	17.085	486	34.803	432	20.655	91	69.992	2.290	232.777
Total	8.047	845.677	15.136	224.128	10.728	179.096	17.980	333.455	9.278	60.199	3.913	158.845	65.082	1.801.400

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

iii. Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDE's Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina.

As Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs – são regiões prioritárias definidas pela Lei Nº 6.047/2007. Dentro dessa prioridade, constata-se, com base nas Tabelas 83 e 84, que foram investidos na RIDE Petrolina - Juazeiro, aproximadamente R\$ 150 milhões, em 3.130 operações realizadas. Destaque para o Setor Rural que respondeu por 85,4% do número de contratos firmados, sendo que destes, 62,1% foram destinados à ovinocaprinocultura e cerca de 20% destinados a atividades relacionadas à fruticultura.

Tabela 83 – FNE - Contratações na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Município - Exercício de 2010

Municípios Ride Petrolina - Juazeiro	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Juazeiro	611	40.292	26,8
Curaçá	102	1.250	0,8
Casa Nova	435	12.696	8,4
Sobradinho	107	1.025	0,7
Petrolina	1.397	91.609	60,9
Lagoa Grande	206	1.162	0,8
Santa Maria da Boa Vista	131	1.370	0,9
Orocó	141	1.002	0,7
Total	3.130	150.407	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

No tocante aos valores contratados, o Setor Rural foi responsável também pelo maior montante (63,4%), ficando a maior parte dos recursos com a fruticultura, devido ao grau de investimento necessário para essa atividade. A região pertencente a essa RIDE é reconhecidamente propícia ao desenvolvimento tanto da ovinocaprinocultura como também da fruticultura, sendo uma das principais exportadoras de frutas do Brasil. Assim percebe-se que o FNE tem contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento econômico desse espaço prioritário, através do financiamento das atividades relacionadas as essas cadeias produtivas.

Tabela 84 – FNE - Contratações na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Setor - Exercício de 2010

Setor	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	2.674	95.339	63,4
Agroindustrial	4	3.072	2,0
Industrial/Turismo	27	9.440	6,3
Infraestrutura	0	0	0,0
Comércio e Serviços	425	42.556	28,3
Total	3.130	150.407	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Na RIDE Timon-Teresina, de acordo com a Tabela 85, foram realizadas 2.851 operações, das quais cerca de 85,3% foram destinadas ao Setor Rural, com destaque para as atividades de Avicultura e Suinocultura com 629 e 578 contratos, respectivamente.

Tabela 85 – FNE - Contratações na RIDE Timon-Teresina - Por Município - Exercício de 2010

Municípios Ride Timon - Teresina	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor Contratado	%
Timon	629	3.495	2,9
Teresina	859	104.293	87,3
Altos	535	4.246	3,6
Beneditinos	104	191	0,2
Coivaras	88	396	0,3
Demerval Lobão	78	143	0,1
José de Freitas	100	285	0,2
Monsenhor Gil	32	88	0,1
Lagoa Alegre	85	241	0,2
União	132	5.622	4,7
Lagoa do Piauí	26	66	0,1
Curralinhos	37	72	0,1
Miguel Leão	13	25	0,0
Pau D´arco do Piauí	133	251	0,2
Total	2.851	119.413	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

No tocante ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços, onde foram contratados aproximadamente R\$ 37 milhões no Comércio Atacadista/Varejista e R\$ 14,7 milhões em Serviços de Saúde. No Setor Industrial/Turismo que teve participação de 35,5%, nos financiamentos, sobressai a Indústria de Bebidas e o ramo de Hospedagem com contratações de R\$ 15,3 milhões e aproximadamente R\$ 12 milhões, respectivamente.

Tabela 86 – FNE - Contratações na RIDE Timon-Teresina - Por Setor - Exercício de 2010

Setor	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor Contratado	%
Rural	2432	13.606	11,4
Agroindustrial	4	253	0,2
Industrial/Turismo	72	42.448	35,5
Infraestrutura	0	0	0,0
Comércio e Serviços	343	63.105	52,8
Total	2.851	119.413	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

Tendo por base a Metodologia de Avaliação do FNE, que prevê a escolha de um ou mais programas para que seja realizada uma avaliação completa (SOUZA; NOTTINGHAM; GONÇALVES, 2010. p. 26), e atendendo recomendação do Ministério da Integração Nacional, o BNB decidiu avaliar o FNE Rural (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste), que tem como objetivo promover o desenvolvimento da agropecuária regional com observância à preservação e conservação do meio ambiente e o conseqüente incremento da oferta de matérias-primas agroindustriais através de: fortalecimento, ampliação e modernização da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos agropecuários; diversificação das atividades e melhoramento genético dos rebanhos e culturas agrícolas em áreas selecionadas.

Os recursos do Programa FNE Rural são destinados à implantação, expansão, diversificação e modernização de empreendimentos agropecuários, contemplando as atividades de agricultura irrigada, agricultura de sequeiro, bovinocultura, bubalinocultura, ovinocaprinocultura, avicultura, suinocultura, apicultura, sericicultura, estruticultura e produção de sementes e mudas, mediante o financiamento de todos os investimentos fixos e semifixos.

O FNE Rural é o Programa que responde pelo maior volume de contratações e pela maior quantidade de clientes no âmbito do FNE. Sua avaliação contempla pesquisa de campo e documental, abrangendo as atividades da bovinocultura do leite, bovinocultura do corte e cultivo da soja, as quais representaram 42,6% das contratações do FNE Rural no período de 1998 a 2008. As contratações dessas atividades, desde a criação do FNE, em 1989,

representam 36,1% do total aplicado no período de 1989 a 2008, verificando-se a representatividade do setor. Além dessa pesquisa de campo envolvendo as três atividades acima citadas, está sendo realizada a avaliação do FNE Rural nas atividades de cultivo do algodão e cultivo da uva, a partir de dados secundários.

Esse importante trabalho é realizado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa), por meio de pesquisadores dos diversos centros especializados dessa empresa, que avaliaram os resultados e impactos nas atividades de cultivo de soja, bovinocultura de corte e leite, em empreendimentos que contam com recursos do FNE Rural, na área de atuação do BNB. No âmbito dessa parceria, a Embrapa elaborou, ainda, uma análise econômica para as atividades de cultivo da uva e do algodão.

Participam, também, dessa avaliação do FNE Rural, um consultor externo cuja função é realizar o acompanhamento metodológico, zelando pelo cumprimento da metodologia de avaliação em todos os seus procedimentos, evitando, assim, a inserção de condicionantes exógenas à pesquisa, o que pode conduzir a resultados tendenciosos; para aplicação da pesquisa de campo junto aos empreendedores das atividades investigadas foi contratado também empresa especializada no tema.

O modelo adotado na avaliação do FNE Rural foi o “não experimental”, utilizado quando a condição não é apropriada para a utilização de “grupo de controle”. O foco do modelo “não experimental” é a comparação da situação do empreendimento “antes” com a situação “depois” do financiamento, junto aos beneficiários das intervenções.

Essa avaliação do FNE Rural tem caráter “misto”, ou seja, conjuga a avaliação de consultoria externa com a interna, com vistas a superar as dificuldades e limites de ambas, preservando-se suas vantagens e suprimindo-se, do processo avaliativo, a tendência de envolvimento entre avaliado e avaliador.

Um dos instrumentos utilizados na construção da avaliação do FNE Rural foi a Matriz de Insumo Produto do Nordeste, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva.

Conforme as projeções da Matriz estima-se que o FNE Rural através dos R\$ 19,6⁸ bilhões aplicados, no período de 1989 a 2008, seja através de efeitos

⁸ Valores a preços de 2008 (IGP-DI).

diretos ou indiretos, deve ter proporcionado o incremento de R\$ 73,0 bilhões no valor da produção e de R\$ 42,8 bilhões no valor agregado da economia nordestina, contribuindo com a geração de mais de 5 milhões de empregos, entre formais e informais, o que pode representar um impacto nas remunerações de R\$ 11,8 bilhões, além de R\$ 10,4 bilhões em receitas de tributação.

Nesse item serão apresentados os principais resultados e impactos observados para as atividades de bovinocultura de corte, bovinocultura de leite e cultivo da soja, tendo por base os dados da pesquisa de campo, além das inferências feitas através da Matriz de Insumo Produto.

4.1 Resultados Soja

Para mensurar e analisar resultados e impactos associados com financiamentos do FNE Rural para a produção de soja na Região Nordeste do Brasil, foi desenvolvida pesquisa de campo, organizada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Por meio dessa pesquisa, realizada no segundo semestre de 2009, foram aplicados questionários estruturados junto a produtores da oleaginosa, que, principalmente, no ano de 2006, tiveram seus estabelecimentos agrícolas financiados com recursos desse fundo constitucional.

Esses questionários, que buscaram levantar dados considerando a situação antes e depois da realização dos referidos financiamentos, permitiram obter informações importantes sobre alguns pontos fundamentais: características dos sojicultores, sistemas produtivos de soja, produção e comercialização da oleaginosa, modernizações e inovações das técnicas de gestão e produção, ocupação da mão de obra, aspectos ambientais, assistência técnica e fontes financiadoras da atividade sojícola.

Para definir o tamanho da amostra de agricultores a serem pesquisados, partindo do total de produtores que utilizaram recursos do referido Fundo, foram empregados os seguintes parâmetros: erro de amostragem de aproximadamente 7,00%, nível de confiança de 90,00% e estabelecimento de um escore de 1,64 sob a curva normal e uma proporção máxima de 50,00%, traduzindo uma variância da ordem de 0,25. Assim, foi estabelecida uma amostra composta por 62 produtores rurais, junto aos quais uma equipe de consultores externos aplicou os questionários destacados acima.

A atividade sojícola recebeu do BNB, entre 1989 e 2008, quase R\$ 1,3 bilhão, em mais de 1.500 operações, destinando para a soja irrigada 2,4% do total dos recursos, e para a soja de sequeiro 95,3%, além de outros 2,3% não

especificados, provavelmente para sequeiro. Quanto ao porte dos clientes, houve uma concentração dos recursos na categoria grande, com 93,4% dos valores contratados, sendo destinados para as categorias mini, pequeno e médio, juntas, 6,6% desse valor.

Com base nos questionários aplicados nas referidas propriedades, pode-se chegar às informações gerais (Quadro 1) relacionadas com a natureza, operação e gestão das propriedades rurais produtoras de soja, que buscaram financiamento junto ao BNB, para realizar inversões de capital na atividade sojícola. A partir dessas informações, foi possível constatar que a grande maioria dessas organizações (88,5%) é constituída por entidades que operam sob o regime de pessoa física, justificando, de certa forma, o fato de que, em apenas 11,5% delas, a administração não é realizada pelo próprio produtor ou por outro membro da família.

Quanto à situação operacional, pode-se notar que no ano de 2009, a maior parte das empresas avaliadas (69,2%) encontrava-se operando normalmente, ou seja, estavam operando dentro do planejado em termos de produção e receitas. Além disso, em função de boas expectativas, 25% dessas organizações, também, ampliaram seus investimentos na produção agrícola.

Característica	Variável	% de Propriedades
Natureza da propriedade rural	Pessoa física	88,5
	Pessoa jurídica	11,5
Situação operacional da propriedade	Implantação	3,8
	Ampliação	25,0
	Operação normal	69,2
	Operação parcial	1,9
Administração da propriedade	Produtor rural	80,8
	Outro membro familiar	7,7
	Administrador contratado	11,5

Quadro 1 – Características Gerais das Propriedades Rurais Avaliadas - Situação no Ano de 2009

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 2 mostra dados relacionados, especificamente, à exploração sojícola no tocante à situação das propriedades rurais antes e depois de buscarem financiamentos junto ao BNB. Assim, verifica-se que, após a busca de recursos para aplicações no cultivo da soja, houve expressivo aumento no número de propriedades que passaram a produzir a oleaginosa: passou de 55,8% para 98,1% das organizações que fizeram parte da amostra pesquisada, o que mostra a

importância que o FNE Rural tem no sentido de contribuir para o desenvolvimento dessa importante cadeia produtiva.

Especificamente relacionado com a exploração sojícola, com base no quadro 2, é possível efetuar alguns comentários gerais acerca da situação das propriedades rurais antes e depois de buscarem financiamentos junto ao BNB para investir nessa atividade. Primeiramente, verifica-se que a grande maioria dos produtores de soja continua sendo proprietária das terras (94,2%), o que corrobora o achado de que a alta gerência das organizações em questão tende a ser exercida por membros da família (Quadro 2).

Após a busca de recursos do FNE Rural para aplicações no cultivo da soja, observa-se que houve expressivo aumento no número de propriedades que passaram a produzir a oleaginosa: passou de 55,8% para 98,1% das organizações que fizeram parte da amostra pesquisada.

Aspecto	Variável	% de Propriedades
Condição do produtor rural	Proprietário antes do projeto	96,2
	Proprietário depois do projeto	94,2
	Arrendatário antes do projeto	3,8
	Arrendatário depois do projeto	5,8
Exploração sojícola	COM soja antes do projeto	55,8
	SEM soja antes do projeto	44,2
	COM soja atualmente	98,1
	SEM soja atualmente	1,9
Outras atividades agrícolas antes do projeto	Milho	44,2
	Arroz	15,4
	Algodão	13,5
Outras atividades agrícolas depois do projeto	Milho	63,5
	Algodão	17,3
	Arroz	15,4
	Feijão	3,8

Quadro 2 – Aspectos Gerais da Produção Agrícola nas Propriedades Rurais Avaliadas

Fonte: Dados da pesquisa.

No Quadro 3 são apresentados dados acerca das fontes de recursos utilizados para investimento e custeio nas propriedades que foram objeto deste

estudo. Considerando as situações antes e depois dos projetos de financiamento do FNE para a produção sojícola, fica evidente que o BNB apresentou crescimento expressivo no período estudado, passando a constituir a principal fonte de recursos externos para os produtores realizarem operações de investimento e custeio na exploração da soja. Ainda relacionado com os dados constantes no Quadro 2, cabe enfatizar, também, o papel fundamental do BNB, para o financiamento dos sistemas de produção sojícola. Isso porque, especialmente em momentos de crise, como a registrada nos anos de 2008 e 2009, o Banco, que tem como objetivo, dentre outros, estimular o desenvolvimento da Região, continua assegurando importante parcela de recursos financeiros necessários para viabilizar operações de curto e longo prazos vinculadas com o setor produtivo.

Fonte	Investimentos (%)		Custeio (%)	
	Antes	Depois	Antes	Depois
Recursos próprios	33,47%	29,29%	36,18%	35,94%
Banco do Nordeste	24,67%	44,23%	19,78%	32,12%
Banco do Brasil	30,12%	20,91%	35,70%	28,87%
<i>Trading companies</i>	9,12%	4,48%	8,23%	1,02%
Outras fontes	2,61%	1,08%	0,11%	2,06%

Quadro 3 – Principais Fontes de Recursos para Investimentos e Custeios na Produção de Soja das Propriedades Rurais Estudadas

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: os percentuais referem-se à participação das diferentes fontes de financiamento para compor os montantes de capital de investimento e de custeio para a produção de soja.

Com base nas informações constantes no Quadro 4 foi possível fazer algumas inferências sobre os mercados de aquisição de recursos produtivos. Tanto antes quanto depois dos projetos implementados com recursos do FNE Rural, o mercado local (município em que está localizado determinado estabelecimento agrícola) continua representando o principal local de aquisição dos referidos recursos. Esses achados, de certa forma, sugerem que, na Região Nordeste os municípios maiores produtores de soja, em geral, oferecem adequado suporte em termos de infraestrutura e de serviços fundamentais para desenvolver a atividade sojícola.

Recurso Produtivo	Antes (%)				Depois (%)			
	Local	Estadual	Regional	Nacional	Local	Estadual	Regional	Nacional
Máquinas ¹	46,7	17,8	15,6	20,0	46,9	16,3	18,4	18,4
Equipamentos	53,3	17,8	13,3	15,6	51,0	19,6	11,8	17,6
Sementes	50,0	11,9	19,0	19,0	54,2	12,5	14,6	18,8
Outros insumos	38,6	9,1	20,5	31,8	38,0	14,0	16,0	32,0

Quadro 4 – Mercados de Aquisição de Recursos Produtivos para a Produção de Soja nas Propriedades Rurais Avaliadas

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: (1) Idade média da frota mecanizada: 6,5 anos.

No tocante à área, produção e produtividade de soja, é possível afirmar, com base no Quadro 5, que nos últimos anos, considerando as situações anterior e posterior à realização das aplicações de recursos do BNB, houve expressivo crescimento nessas variáveis: 43,5%, 51,9% e 5,9%, respectivamente. Esses resultados são indicativos de que, além de financiar ampliações do cultivo de soja no Nordeste brasileiro, os recursos do FNE Rural foram importantes para que o produtor aprimorasse seu sistema produtivo mediante a incorporação de melhores tecnologias agrícolas, cujo reflexo pode ser visualizado pelo aumento na produtividade, que passou de 2.830 para 2.996 kg/ha.

Variável	Antes	Depois
Área média da propriedade (ha)	3.170	4.270
Área média cultivada com soja (ha)	1.434	2.058
Produção média de soja (t)	4.058	6.166
Produtividade média de soja (kg/ha)	2.830	2.996

Quadro 5 – A Produção de Soja nas Propriedades Rurais Avaliadas

Fonte: Dados da pesquisa.

Relacionado com questões tecnológicas, que envolvem produção e gestão da exploração sojícola, foi elaborado o Quadro 6. Baseado nos dados expostos nesse quadro, é pertinente assinalar que muito embora o nível de adoção tecnológica já estivesse bastante adequado, pode-se inferir que após a implantação dos projetos financiados pelo FNE Rural houve melhorias incrementais importantes em diversas variáveis que são fundamentais para alcançar boa eficiência técnico-econômica, a saber: a adoção de adubações com macro e micronutrientes que passou, respectivamente, de 88,5% e 86,5% para 96,2% e 92,3%; as operações de inoculação e de tratamento de sementes, que eram empregadas, respectivamente, em 90,4% e 86,5% das propriedades pesquisadas, passaram a ser utilizadas por 96,2% dessas organizações; e as atividades de planejamento prévio da produção e de controle de custos, antes presentes, respectivamente, em 88,5% e 86,5% dos estabelecimentos, passaram a fazer parte da rotina gerencial de, respectivamente, 96,2% e 94,2% das empresas;

Variável	% de Propriedades	
	Antes	Depois

Variável	% de Propriedades	
	Antes	Depois
Utilização de semente fiscalizada e certificada	100,0	100,0
Semente convencional	67,3	61,6
Semente transgênica	32,7	38,4
Plantio direto	88,5	88,5
Rotação de culturas	76,9	76,9
Curva de nível	38,5	40,4
Análise e correção do solo	90,4	96,2
Análise foliar das plantas	69,2	75,0
Adubação com macronutrientes	88,5	96,2
Adubação com micronutrientes	86,5	92,3
Inoculação das sementes	90,4	96,2
Tratamento de sementes	86,5	96,2
Controle de pragas e doenças	88,5	98,1
Sistema de irrigação	7,7	7,7
Planejamento prévio da produção	88,5	96,2
Controle de custos	86,5	94,2
Sistema de informação de preços e mercado	82,7	90,4
Treinamento dos empregados	82,7	88,5
Frota mecanizada	96,2	98,1
Sistema de armazenagem de grãos	51,9	59,6
Participação em associação ou cooperativa	48,1	50,0

Quadro 6 – Avaliação de Aspectos de Produção e de Gestão da Exploração Sojícola nas Propriedades Rurais Estudadas

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda em relação aos aspectos tecnológicos, com base nos dados do quadro 7, nota-se que após a execução dos projetos financiados pelo BNB, houve melhorias na assistência técnica. Isso porque, se por um lado diminuiu a assistência vinculada com o fornecedor de insumos (passou de 17,3% para apenas 5,8% das propriedades), que tem objetivos mais mercadológicos, por outro, foram ampliadas as assistências própria (34,6% para 40,6%) e privada contratada (46,2% para 51,9%), que possuem objetivos voltados, sobretudo, para aumentos de eficiência técnico-econômica do sistema produtivo. A respeito da assistência técnica, cabe salientar que para a obtenção de recursos baseados no FNE Rural, o BNB exige que os projetos financiados tenham acompanhamento de técnicos.

Tipo de Assistência Técnica	% de Propriedades	
	Antes	Depois
Privada – contratada	46,2	51,9
Própria	34,6	40,4
Privada – fornecedor de insumos	17,3	5,8

Tipo de Assistência Técnica	% de Propriedades	
	Antes	Depois
Pública	1,9	1,9

Quadro 7 – Assistência Técnica nas Propriedades Rurais Estudadas

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre o emprego de mão de obra nas propriedades rurais avaliadas, o Quadro 8 possibilita efetuar alguns comentários importantes. Antes dos projetos baseados no uso de recursos do FNE Rural, os números médios de empregados por propriedade e para cada 100 hectares de soja eram, respectivamente, de 13,3 e 1,3. A situação pós-financiamento revela que houve aumento expressivo no número de empregados por estabelecimento: passou para 25,2, que representa aumento ao redor de 89,5%. Esse aumento, embora justificado principalmente pela grande ampliação na área cultivada com soja (43,5%), deve-se também à tendência de aumento na exploração da oleaginosa mais próxima dos princípios da denominada agricultura de precisão. Nesse tipo de agricultura, entre outras coisas, busca-se utilizar insumos nas quantidades adequadas, sem carências ou desperdícios, existindo, assim, maiores exigências em termos de monitoramento humano quase diário da lavoura, visando a otimizar os diversos processos agrícolas, em que se incluem os controles de pragas e doenças. Desse modo, para cada 100 hectares cultivados com soja, passou-se a utilizar 1,4 empregado, que indica aumento da ordem de 7,7%. Resumidamente, esses resultados demonstram que, embora a sojicultura seja uma atividade altamente capital intensiva, após a implantação dos projetos em discussão, houve ampliação significativa no nível de emprego dessa atividade.

Variável	Antes	Depois
Número médio de empregados	13,3	25,2
Média de empregos/100 ha de soja	1,3	1,4

Quadro 8 – Emprego de Mão de Obra nas Propriedades Rurais Avaliadas

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação a aspectos ambientais vinculados às propriedades rurais avaliadas neste estudo, a partir dos dados constantes no Quadro 9, pode-se observar que, de forma geral, paralelamente à implementação de projetos financiados com recursos do BNB, ocorreram melhorias significativas em importantes variáveis ambientais. Por exemplo, a disponibilização de equipamentos de proteção individual, a utilização de tripla lavagem de embalagens de agrotóxicos, a preservação de nascentes e a disponibilização de local adequado para armazenamento de insumos, que antes eram frequentes,

respectivamente, em 88,5%, 86,5%, 84,6% e 80,8% dos estabelecimentos agrícolas, passaram a fazer parte da rotina organizacional, respectivamente, de 96,2%, 94,2%, 92,3% e 88,5% dessas organizações. Destaca-se que essas melhorias vão ao encontro de objetivos desta Instituição financeira que, entre outras coisas, atenta aos potenciais impactos que a cultura da soja pode ocasionar, incentiva, também, a adoção de medidas preventivas e avalia os empreendimentos financiados quanto a distintos aspectos associados com o meio ambiente.

A realização de licenciamento ambiental, que nos últimos anos passou de 71,2% para 78,8% das propriedades rurais, é outra variável que demonstra que, atualmente, têm sido crescentes as preocupações de grande parte dos sojicultores em produzir de forma sustentável. Nesse tipo de produção, além de atender normas legais e exigências mercadológicas, são levadas em consideração questões ligadas a aspectos econômicos, sociais e ecológicos.

Embora tenham ocorrido melhorias expressivas em vários aspectos ambientais, os dados constantes no Quadro 9 evidenciam, ainda, que existem avanços importantes a serem atingidos. Nessa linha, destaca-se que somente 53,8% dos estabelecidos pesquisados têm investido na recomposição de áreas desmatadas.

Variável	% de Propriedades	
	Antes	Antes
Disponibilização de equipamentos de proteção individual	88,5	96,2
Utilização de tripla lavagem de embalagens	86,5	94,2
Preservação de nascentes	84,6	92,3
Disponibilização de local adequado para armazenamento de insumos	80,8	88,5
Realização de licenciamento ambiental	71,2	78,8
Recomposição de áreas desmatadas	51,9	53,8
Fontes hídricas poluídas	3,8	5,8

Quadro 9 – Avaliação de Aspectos Ambientais nas Propriedades Rurais Estudadas

Fonte: Dados da pesquisa.

A respeito da comercialização da produção de soja, os dados dispostos no Quadro 10 permitem efetuar algumas inferências interessantes. Inicialmente, pode-se notar que, diferentemente do que ocorre com a aquisição de recursos produtivos, a maior parte dos estabelecimentos pesquisados não vende a produção no mercado local. Esse dado, de certa forma, mostra que na compra da soja existe um certo oligopsônio, ou seja, poucos compradores do produto. Como

há poucas empresas que compram a oleaginosa, as unidades de recebimento de grãos tendem a estar instaladas próximas aos municípios que são os maiores produtores. Adicionalmente, percebe-se que os principais compradores são grandes grupos, pois verifica-se que, atualmente, agroindústrias e tradings respondem, respectivamente, por 48,0% e 46,6% das compras da soja.

Na venda da produção, verifica-se, também, que existem duas estratégias principais adotadas pelos produtores: venda antecipada e venda pós-colheita; a venda na forma de troca por insumos, que é mais comum na Região Centro-Oeste, é menos frequente no Nordeste. Esse tipo de informação mostra que os produtores estudados, em geral, apresentam certa preocupação em diversificar a forma de comercialização da produção, visando a minimizar riscos associados com a adoção de uma única estratégia de venda do produto.

Variável	% de propriedades	
	Antes	Depois
Produção comercializada no mercado local	12,50%	14,40%
Produção comercializada em outros mercados	87,50%	85,60%
Venda para agroindústrias	45,87%	47,99%
Venda para tradings	47,39%	46,56%
Venda na forma de troca por insumos	6,74%	5,45%
Venda antecipada	47,87%	42,95%
Venda pós-colheita	52,13%	57,05%

Quadro 10 – Dados sobre a Comercialização da Produção de Soja das Propriedades Rurais Estudadas

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma importante ferramenta que o BNB tem utilizado para medir os impactos sócio-econômicos do FNE diz respeito à Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste, com dados - base de 2004. Vale destacar que novas estimativas sobre os referidos impactos irão ser obtidas quando da finalização do novo modelo econométrico de insumo-produto do Nordeste, com projeção para 2009, ora em fase final de construção.

O sistema insumo-produto engloba uma malha de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de importante instrumento para fins de planejamento econômico nas economias em desenvolvimento, dado que, por seu intermédio, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final resultante de ações de políticas governamentais.

No que pese ser capital intensivo e, como tal, ter pouca ocupação relativa de mão de obra na produção agrícola decorrente dos avanços tecnológicos e da produção em escala, o complexo soja é um dos mais amplos e de forte interconexão com uma gama de outras atividades - óleos vegetais, margarinas, sorveterias, confeitarias, fábricas de rações, avicultura e suinocultura, biodiesel, bebidas lácteas, mercado de máquinas e insumos agrícolas etc. Além disso, pelo alto conteúdo tecnológico ao longo de toda cadeia produtiva, tem forte capacidade de gerar renda, arrecadação tributária, divisas e empregos – diretos e indiretos.

Conforme pode ser observado na tabela 87, estima-se que o total de R\$ 1,8 bilhão contratado no período 1989-2008, implicará, seja através dos efeitos diretos, seja pelos indiretos, a geração de R\$ 7,3 bilhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 3,9 bilhões no que tange ao valor adicionado na economia da Região.

Quanto ao mercado de trabalho da Região, estima-se que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 10 mil ocupações/ano no Nordeste, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão no período em tela. No tocante à geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 1,2 bilhão.

Tabela 87 – Cultivo de Soja - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1990-2008 (1)

Em R\$ Milhões (2)

Estado	Val. Contratado	Produção	Valor Adicionado (Renda)	Emprego	Salário	Tributos
Alagoas	0,44	1,80	0,90	2	0,24	0,29
Bahia	497,54	2.173,47	1.131,34	2.876	296,44	349,00
Ceará	1,80	7,89	4,17	10	1,06	1,28
Espírito Santo	0,07	0,29	0,15	0	0,04	0,05
Maranhão	859,32	3.022,04	1.679,23	4.603	430,30	483,84
Minas Gerais	15,25	66,61	34,67	88	9,08	10,70
Paraíba	0,00	-	-	-	-	-
Pernambuco	3,56	14,46	7,50	20	1,87	2,34
Piauí	465,36	1.991,33	1.022,19	2.490	346,61	331,24
Rio Grande do Norte	0,00	-	-	-	-	-
Sergipe	0,90	3,03	1,63	4	0,41	0,48
Total	1.844,23	7.280,91	3.881,77	10.093	1.086,06	1.179,21

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de dezembro de 2008 (IGP-DI). (3) Média Anual de Empregos Gerados nos vinte anos de contratações do FNE- cultivo de soja.

4.2 Resultados Bovinocultura de Corte

Neste item serão apresentados os resultados e impactos alcançados na atividade de bovinocultura de corte a partir da aplicação de questionários em uma amostra de 89 produtores que obtiveram financiamentos com recursos do FNE Rural. Desse total, 54% localizavam-se no semiárido e 44% fora desta região.

Para definir o tamanho da amostra de agricultores a serem pesquisados, partindo do total de produtores que utilizaram recursos do referido fundo, foram empregados os seguintes parâmetros: erro de amostragem de aproximadamente 7,00%, nível de confiança de 90,00% e estabelecimento de um escore de 1,64 sob a curva normal e uma proporção máxima de 50,00%, traduzindo uma variância da ordem de 0,25.

As contratações totais para a atividade, no período de 1998 a 2008, foram da ordem de R\$ 1,9 bilhão, através de 24,9 mil operações. Neste período, a bovinocultura de corte representou 15,9% dos valores contratados e 12,8% das contratações do FNE Rural. Em relação à atividade de criação de bovinos sua participação é de 56,2% dos valores contratos e 35,5% do número de operações.

Quanto ao porte dos produtores, 55,8% do volume de recursos foram contratados com clientes de empreendimentos de grande e médio portes, enquanto 44,2% com os mini e pequenos empreendimentos.

Quanto à propriedade do imóvel, 97,8% dos entrevistados eram proprietários da área que ocupavam antes do contratação do projeto, passando para 100% após a implantação do empreendimento. As contratações com empreendedores pessoa física foi predominante em 97,8% das entrevistas, resultado compatível com a dimensão dos produtores, e reproduz o quadro vigente no meio rural brasileiro, onde a presença da pessoa jurídica é irrelevante.

No que tange ao modelo de administração, apenas 3 estabelecimentos contavam com administração profissional, isto é, administradores contratados para gerenciar o empreendimento. Nos outros empreendimentos, a administração era exercida pelo próprio produtor ou por algum membro da família.

No que se refere ao porte do produtor, tanto dentro quanto fora do semiárido, a predominância é de miniprodutores, que representam 72,6% e 53% da amostra no semiárido e fora do semiárido, respectivamente. Apenas um produtor foi caracterizado como grande porte, localizado no semiárido (Gráfico 8).

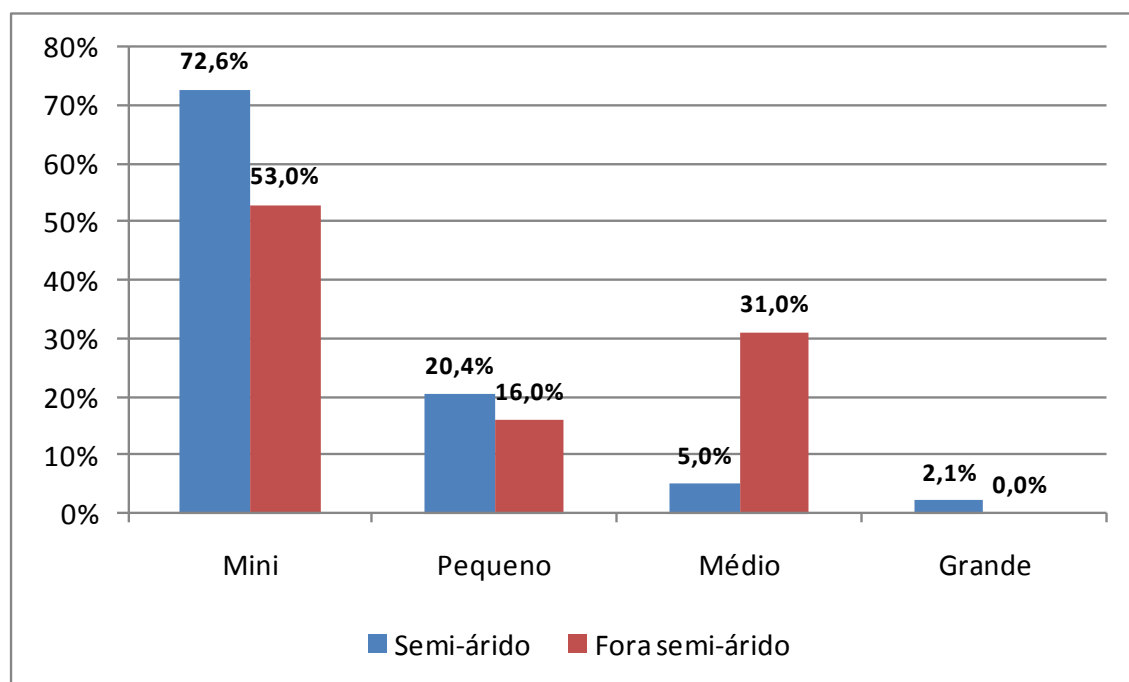


Gráfico 8 – Distribuição dos Produtores por Porte, segundo a Região.

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao sistema de produção praticado, destaca-se a presença marcante da fase de cria, citada por quase 80% dos entrevistados. A estratificação desta fase por região mostra que há uma homogeneidade, uma que na região do semiárido 83% dos entrevistados exerciam a atividade de cria, enquanto na região fora do semiárido a atividade era exercida por 77% da amostra, a conforme mostrado na Tabela 88.

Tabela 88 – Atividades Desenvolvidas na Pecuária de Corte.

Atividades	Total (%)	Semiárido (%)	Fora do Semiárido (%)
Cria, recria e engorda	40	43	40
Cria-recria	29	23	33
Cria	10	17	4
Recria-engorda	8	2	13
Engorda	7	10	4
Outras	6	5	6

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos indicadores técnicos apresentaram melhorias substanciais a partir da utilização do financiamento do FNE, conforme demonstrado a seguir.

No caso do uso do solo (pastagens e área nativa), houve o aumento das áreas médias de pastagens de 347 ha, antes do projeto, para 473 ha após o projeto, considerando o conjunto das áreas localizadas no semiárido e fora do semiárido. A estratificação deste incremento pela região identificou que a área média, no semiárido, aumentou de 186 para 199 ha, enquanto na região fora do semiárido aumentou de 482 ha para 719 ha. Essa grande variação na região fora do semiárido pode ser explicada pela existência de duas grandes propriedades que obtiveram financiamento com áreas entre 3,5 mil 4 mil ha. Além disso, a região semiárida apresenta características climatológicas que dificultam a ampliação de pastagens.

Quanto ao cultivo para suplementação alimentar de animais, merece destaque a capineira e a silagem, onde foram observados significativos incrementos entre antes e depois do projeto. No caso da capineira, a área média cultivada aumentou de 2,71 para 3,37 ha, enquanto a de silagem apresentou aumento de 3,19 para 8,99 ha. Por outro lado, a área média para cultivo de milho diminuiu de 2,52 para 1,20 ha (Tabela 89).

Tabela 89 – Outros Cultivos para Alimentação Animal (ha).

	Cana Forrageira		Capineira		Cultivo para Silagem		Outra Cultura	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Somatório(1)	224	107	242	300	284	800	239	249
Média	2,52	1,20	2,71	3,37	3,19	8,99	2,72	2,79

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota (1): Somatório corresponde a soma da variável para todas propriedades analisadas.

Quanto ao efetivo bovino, considerando toda a região da amostra, observou-se que entre antes e depois da implantação dos projetos, houve a duplicação do indicador, que aumentou de 217 para 428 cabeças por propriedade, representando incremento de 97,2%. Quando consideram-se as regiões separadamente, no semiárido, a média de cabeças por propriedade aumentou de 102 para 164 (60,8%).

Com o rebanho expresso em unidades-animal (UA⁹), pode-se calcular a taxa de lotação das pastagens (nativas + cultivadas) que representa uma medida de produtividade da terra, expressa em UA/ha. A taxa de lotação média para as propriedades como um todo, excluído um valor extremo (“outlier”) não compatível com a criação em pastagem, elevou-se de 0,46 UA/ha para 0,75 UA/ha. No semiárido e fora deste, esses números são, respectivamente, 0,25 UA/ha e 0,48

⁹ Uma UA corresponde, simplificada, a um animal com peso vivo de 450 kg.

UA/ha, e 0,64 UA/ha e 1,05 UA/ha. Em termos relativos, o maior aumento deu-se no semiárido (89%).

Em termos de número total de animais vendidos por ano, verificou-se aumento da média de venda por estabelecimento de 165 para 390 animais, representando incremento de 136%, entre antes e depois do projeto. Os estabelecimentos situados no semiárido mostraram a menor variação, da ordem de 60%, contra um crescimento de 156% fora do semiárido (Tabela 90).

Tabela 90 – Animais Vendidos (cab.) por Ano pelos Estabelecimentos Financiados.

	Total		Semiárido		Fora Semiárido	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Média	165	390	75	120	238	610

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise comparativa dos dados de peso médios dos animais vendidos, entre antes e depois do projeto, indica progresso em termos de produtividade do rebanho. No caso dos machos, o peso médio aumentou de 15,6 para 16,7 arrobas/cabeça (6%), enquanto as fêmeas tiveram seus pesos médio elevados de 12,4 para 12,7 arrobas/cabeça (2%). O aumento mais expressivo (12%) ocorreu nos bezerros vendidos em pé, onde o peso médio aumentou de 119 para 133 kg vivo/cabeça (Tabela 91).

Tabela 91 – Pesos Médios dos Animais Vendidos pelos Estabelecimentos Financiados.

Machos abatidos (arrobas/cab.) ¹			Fêmeas abatidas (arrobas/cab.) ¹			Bezerros Vendidos (kg vivo/cab.)		
Antes	Depois	Variação	Antes	Depois	Variação	Antes	Depois	Variação
15,6	16,7	6%	12,4	12,7	2%	119	133	12%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota (1): Considerando rendimentos de carcaça de 52% para machos e 50% para fêmeas.

O peso total dos animais vendidos para abate, considerando-se todos estabelecimentos-alvo do estudo, aumentou de 2.007 para 5.672 toneladas, isto é, expandiu-se em 2,8 vezes de antes para depois do financiamento.

A Tabela 92 apresenta o uso das diferentes tecnologias. No caso das vacinações, todos os produtores entrevistados responderam que utilizavam a tecnologia tanto antes quanto depois do financiamento, em decorrência dos

programas nacionais voltados para o controle e erradicação da aftosa, brucelose e tuberculose animal.

Tabela 92 - Adoção de Tecnologias, nos Estabelecimentos Financiados.

Tecnologia	Utilização (%)		Tecnologia	Utilização (%)	
	Antes	Depois		Antes	Depois
Adubação das pastagens	19	18	Estação de monta	19	16
Pastejo rotacionado	62	57	IA e/ou TE ¹	11	10
Fornecimento de concentrado	43	45	Cruzamento industrial	11	12
Suplementação mineral	91	91	Controle de peso	35	38
Fornecimento de volumoso	43	43	Descarte de matrizes	65	63
Reprodutor melhorado	54	58	Rastreabilidade do rebanho	17	17

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota (1): IA: inseminação artificial; TE: transferência de embriões.

A partir da tabela acima, percebe-se que, para o conjunto das tecnologias, não há diferença expressiva entre a situação antes e depois do financiamento. Vale destacar que a suplementação mineral é a técnica mais largamente difundida (em mais de 90% das propriedades), seguida pelo descarte das matrizes de baixa produtividade (acima de 60% dos produtores o fazem) e pelo pastejo rotacionado (em torno de 60% dos casos).

Em relação a Assistência técnica, tanto antes como depois do financiamento, 66% dos que declararam receber estavam localizados fora do semiárido. Esses altos percentuais, porém, precisam ser vistos com certa reserva, pois é possível que alguns produtores tenham rotulado de assistência técnica o simples preparo de projeto de financiamento. A distribuição dessa assistência entre seus tipos, antes e depois do financiamento, encontra-se na Tabela 93. A assistência própria é a mais frequente, seguida pela privada e pela pública. Não há esse serviço por parte de empresas fornecedoras de insumos. Entre os agentes de assistência técnica, foram nominadas Emater, EBDA e IRDAF. No lado privado, foram citadas empresas de consultoria e profissionais autônomos - Veterinários e Agrônomos.

Tabela 93 - Tipo de assistência técnica recebida, nos estabelecimentos financiados

Tipo de assistência técnica	Proporção ¹ (%)	
	Antes	Depois
Própria	51	50
Pública	23	24

Tipo de assistência técnica	Proporção ¹ (%)	
	Antes	Depois
Própria	51	50
Privada	31	34
Fornecedor de insumos	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota (1): A soma dos percentuais excede 100% porque uma propriedade pode receber mais de um tipo de assistência.

A importância do financiamento na geração de emprego pode ser observada pelo incremento no número de pessoas ocupadas em toda amostra, que aumentou de 262, antes do projeto, para 342 depois do projeto, representando variação de 30,5%. A estratificação do incremento no emprego pela região, identificou que o aumento na região semiárida foi relativamente baixo, cerca de 2%, enquanto o incremento percentual na região fora do semiárido foi mais significativa, 53%.

A adequação das propriedades quanto à questão ambiental também foi verificada pelos questionários aplicados na etapa de campo, abordando-se aspectos e práticas relacionadas com o cumprimento da legislação ambiental, geração de energia, manejo da água e do solo, e treinamento e proteção de empregados. Melhorias foram detectadas quanto aos seguintes pontos: aumentos no licenciamento ambiental, uso de fontes alternativas de produção de energia, uso de caixas de retenção, integração lavoura-pecuária-floresta e local adequado para armazenamento de produtos tóxicos; redução nas queimadas e no uso de combustível (óleo diesel ou gasolina) para produção de energia.

Considerando o agregado dos produtores, e a totalidade dos bovinos por eles vendidos em pé ou para abate, os compradores estão distribuídos segundo as proporções apresentadas no Gráfico 9. Intermediários são os mais numerosos parceiros comerciais, secundados pelos frigoríficos. Vendas para produtores ocorrem em pequena escala. Outros compradores foram descritos como marchantes e consumidores finais.

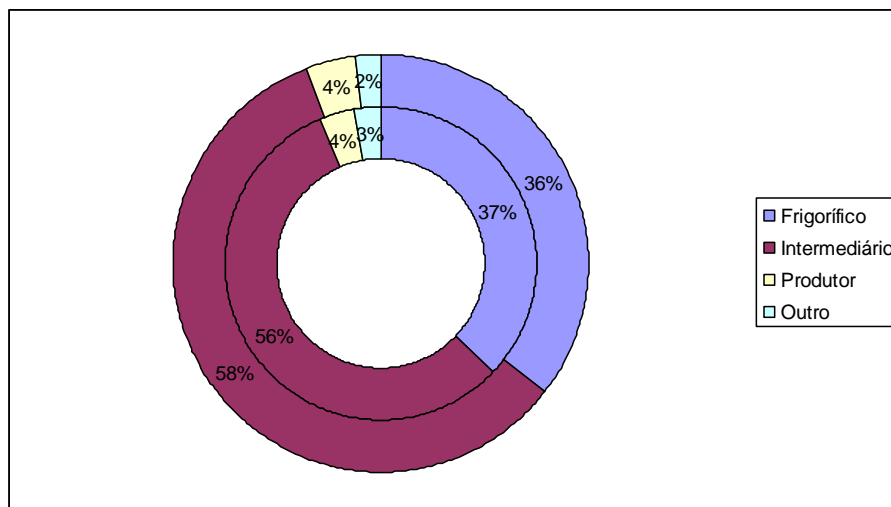


Gráfico 9 - Distribuição das vendas do gado (gordo ou em pé) segundo os tipos de compradores, nos estabelecimentos financiados.

Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange à “massa salarial”, observou-se que, considerando toda a amostra, o indicador aumento de R\$ 77.547,71 (valor corrigido monetariamente de 2003 para 2009 pelo INPC-IBGE) para R\$ 134.656,50, o que implica um aumento de 74%. Quanto ao salário médio, este aumentou de R\$ 410,88 (corrigidos pelo INPC-IBGE para 2009), antes do projeto, para R\$ 469,19 após o projeto, que representa incremento de 14%.

Vale ainda destacar o valor bruto da produção, onde foram observados substanciais aumentos. Considerando toda a amostra, o VBP aumento de R\$ 6,5 milhões para R\$ 16,1, que representa incremento da ordem de 147,4% entre antes e depois do projeto. Considerando a variação segundo as regiões semiárida e fora do semiárido, observou-se que o incremento na primeira, apesar de representativo (54,5%), ficou abaixo da variação observada fora do semiárido, 175,9%.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, foram avaliados aspectos e práticas relacionadas com o cumprimento da legislação ambiental, geração de energia, manejo da água e do solo, e treinamento e proteção de empregados

Dentre os principais aspectos, o financiamento impactou de forma positiva o percentual de propriedades com licenciamento ambiental (aumento de 22% para 26%), bem como o uso de fonte alternativa de produção de energia (aumento de 3% para 12%), integração lavoura-pecuária-floresta (aumento de 14% para 25%) e queimadas (redução de 28% para 18%). Por outro lado, aspectos importantes sofreram impactos negativos entre antes e depois do financiamento, tais como

outorga d'água (reduziu de 20% para 12%), fontes hídricas poluídas (aumentou de 9% para 14%) e área de reserva legal averbada (reduziu de 36% para 30%).

Em relação à escolha do local de compra de insumos, nota-se que as propriedades da região estão orientadas para a compra local que é de grande importância como elemento dinamizador da economia local e evita vazamentos para outras regiões (Tabela 94).

Tabela 94 – Indicador de Importância dos Diferentes Mercados na aquisição de Recursos Produtivos, nos Estabelecimentos Financiados.

Itens	Local		Estadual		Regional		Nacional	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Máq. e equip.	52	49	30	26	36	45	21	17
Animais	206	230	48	54	77	73	20	20
Insumos	221	233	41	52	66	70	21	22
Total	479	512	119	132	179	188	62	59

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Números correspondem à soma de notas (escala de 1 a 4) atribuídas a cada mercado, para cada item comprado; quanto maior o número, maior a relevância do mercado.

A partir dos dados da pesquisa, identificou-se que tanto antes como depois do financiamento, os produtos da bovinocultura são vendidos, em sua quase totalidade, no mercado interno, com predomínio do mercado local (72% das vendas), seguindo-se o regional (em torno de 19% das vendas), o estadual (9% das vendas) e o nacional (menos de 0,5% das vendas). A estratificação das vendas, segundo os compradores identificou que tanto antes como depois, os intermediários são os principais comprados (56% antes e 58% depois), seguido dos frigoríficos (37% antes e 36% depois).

Uma importante ferramenta que o BNB tem utilizado para medir os impactos sócio-econômicos do FNE diz respeito à Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste, com dados - base de 2004. Vale destacar que novas estimativas sobre os referidos impactos irão ser obtidas quando da finalização do novo modelo econométrico de insumo-produto do Nordeste, com projeção para 2009, ora em fase final de construção.

Conforme pode ser observado na Tabela 95, estima-se que o total de R\$ 1,9 bilhão contratado no período 1998-2008, sendo 35% no semiárido, implicará, seja por meio dos efeitos diretos, seja pelos indiretos, na geração de R\$ 9,2

bilhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 4,8 bilhões no que se refere ao valor adicionado na economia da Região.

Tabela 95 – Criação de Bovinos de Corte - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998/2008 (1)

Em R\$ Milhões (2)

Estado	Valor Contratado	Valor da Produção	Valor Adicionado (Renda)	Empregos (Média Anual)(3)	Salário	Tributação
Alagoas	57	238,51	118,49	418	34,66	38,79
Bahia	532	2.361,29	1.219,57	4.496	380,21	391,89
Ceará	24	106,95	54,53	197	15,72	17,67
Espírito Santo	116	435,69	237,70	982	68,66	71,16
Maranhão	696	2.817,78	1.477,50	5.131	417,54	464,14
Minas Gerais	235	989,49	495,03	1.873	136,87	161,90
Paraíba	35	150,78	77,72	280	20,51	23,32
Pernambuco	48	195,50	99,29	369	27,99	31,73
Piauí	110	402,54	213,37	851	64,37	66,06
Rio Grande do Norte	28	515,64	266,32	982	83,03	85,58
Sergipe	98	1.042,40	538,38	1.985	167,85	173,00
Total	1.979	9.256,57	4.797,90	17.564	1.417,41	1.525,23

Fontes: BNB-ETENE.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de julho de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas. Média Anual de Empregos Gerados nos vinte anos de contratações do FNE- Bovinos de Corte.

Em se tratando do mercado de trabalho da Região, estima-se que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 17 mil ocupações, em média por ano, no Nordeste, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. No tocante à geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 1,5 bilhão.

4.3 Resultados Bovinocultura de Leite

Neste item serão apresentados os resultados e impactos obtidos para a atividade de bovinocultura de leite por meio da pesquisa de campo realizada junto a 143 produtores, distribuídos por toda área de atuação do BNB, que obtiveram financiamentos com recursos do FNE Rural.

Para definir o tamanho da amostra de agricultores a serem pesquisados, partindo do total de produtores que utilizaram recursos do referido fundo, foram empregados os seguintes parâmetros: erro de amostragem de aproximadamente

7,00%, nível de confiança de 90,00% e estabelecimento de um escore de 1,64 sob a curva normal e uma proporção máxima de 50,00%, traduzindo uma variância da ordem de 0,25.

Tais produtores responderam um questionário estruturado, que tinha como objetivo levantar dados considerando a situação antes e depois da realização dos referidos financiamentos, permitindo obter informações importantes sobre alguns pontos fundamentais, como: características dos produtores de leite, sistemas de produção adotados, produção e comercialização de leite, modernizações e inovações das técnicas de gestão e produção, ocupação da mão de obra, aspectos ambientais, assistência técnica e fontes financiadoras da atividade leiteira.

No período 1998 a 2008, as contratações do FNE Rural se caracterizam por beneficiar os empreendimentos de mini e pequeno portes, com 86,4% (R\$ 1,3 bilhão) dos recursos, representando 98,0% do número de operações (44.289 contratos). Destaque para a atividade de Bovinocultura de Leite, onde foram aplicados R\$ 1,5 bilhão, através de 45.173 operações, representando 12,4% dos valores contratados e 23,3% das contratações do FNE Rural.

Em relação à situação operacional das propriedades, 69% delas estão com operação normal ou parcial na região do Semiárido, enquanto na região fora do Semiárido este número chega a 74%. Os motivos apontados para desativar o negócio foram: gestão inadequada, baixa rentabilidade da atividade, venda da propriedade e dificuldade de encontrar outro membro da família para continuar o negócio.

Todos os financiamentos foram direcionados a estabelecimentos registrados em nome de pessoa física. Em ambas as regiões, dentro e fora do Semiárido, o sistema de administração predominante é aquele exercido pelo próprio produtor ou membro da família, sendo a administração externa muito pouco empregada nos empreendimentos analisados. Isso está relacionado ao fato de que a maioria das propriedades estudadas são pequenas, sendo quase 74% do total do Semiárido de porte mini. Quando somadas as mini e pequenas propriedades, estas representam 96% da amostra analisada no Semiárido. Fora do semiárido, as propriedades analisadas foram relativamente maiores e com menor participação daquelas de porte mini (Gráfico 10).

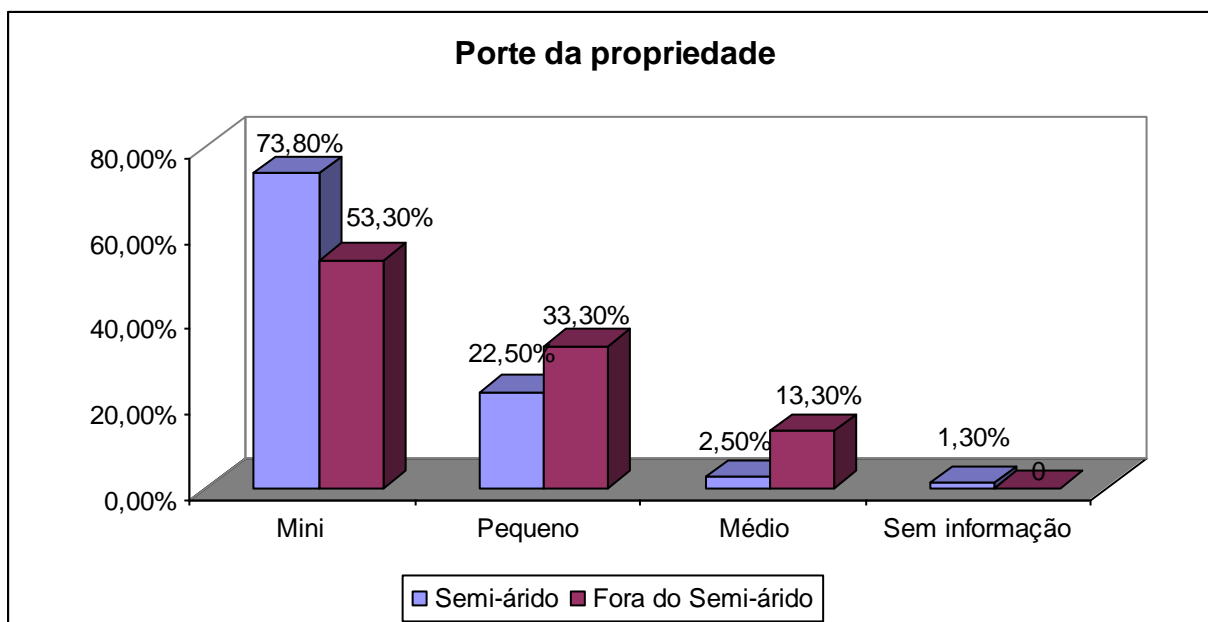


Gráfico 10 – Propriedades por Porte e Região

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 96 ilustra informações gerais relacionadas com a existência de bovinocultura de leite nas propriedades rurais, que buscaram financiamento, junto ao BNB, para realizar inversões de capital nessa atividade. Percebe-se que, em grande parte das propriedades, houve aumento da incidência da atividade leiteira, já que antes do financiamento do FNE Rural cerca de 75% das propriedades na região do Semiárido e 73,3% na região fora do Semiárido, trabalhavam com leite, percentual que se elevou para 91,3% e 80%, respectivamente, após a concessão do financiamento.

Tabela 96 – Bovinocultura de Leite nas Propriedades Rurais Avaliadas.

	% de Propriedades	
	Semiárido	Fora do Semiárido
Havia bovinocultura de leite na propriedade antes do projeto?		
Sim	75,0%	73,3%
Não	22,5%	26,7%
Sem informação	2,5%	-
A bovinocultura de leite é desenvolvida atualmente na propriedade?		
Sim	91,3%	80,0%
Não	3,8%	20,0%
Sem informação	5,0%	-

Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange à aplicação dos recursos, verifica-se maior direcionamento para investimentos, tanto na região Semiárida (72,5%) quanto na região fora do Semiárido (94,1%) (Tabela 97). Das operações de investimento predominam gastos em implantação da atividade de produção de leite, consumindo 30,8% dos recursos de investimentos no Semiárido e 17,6% fora do Semiárido. As aplicações para ampliação e expansão somam juntas 35,2%, e 64,7% no Semiárido e fora, respectivamente. Isso indica que um em cada três reais investidos, em média no Semiárido, objetiva ganhos na escala de produção. Fora do Semiárido, essa estratégia é ainda mais predominante. Para manutenção, o investimento médio é de 24,2% e 5,9%, respectivamente, enquanto para modernização o volume investido corresponde a 9,9% e 11,8% do total de investimentos em ambas as regiões.

Tabela 97 – Dados sobre as Aplicações do FNE na Bovinocultura de Leite.

Objetivo	Ocorrência	
	Semiárido	Fora do Semiárido
Custeio	27,5%	5,9%
Investimento	72,5%	94,1%
Operações de implantação	30,8%	17,6%
Operações de ampliação	17,6%	11,8%
Operações de modernização	9,9%	11,8%
Operações de manutenção	24,2%	5,9%
Operações de expansão	17,6%	52,9%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: observou-se que, em torno de 95,3% dos financiamentos realizados junto ao BNB pelas organizações pesquisadas, foram realizados no ano de 2005.

No caso das fontes de recursos nota-se uma redução no uso de recursos próprios e uma maior exposição ao crédito de outras fontes existentes, sejam elas do Banco do Brasil ou do Banco do Nordeste. Uma tendência que pode ser observada em todas as fontes de financiamento foi que o percentual destinado a custeio aumentou após os projetos do FNE Rural, enquanto caiu o percentual destinado a investimentos na região do Semiárido (Tabela 98). Outra evidência refere-se ao fato de que para a realização de investimentos as fontes externas predominam enquanto que os gastos com custeio ocorrem preferencialmente com recursos próprios. Isso se deve ao fato de que investimentos, em geral, são inversões mais elevadas. Além disso, o custeio é basicamente administração de fluxo de caixa.

Tabela 98 – Principais Fontes de Recursos para Investimento e Custeio na Bovinocultura de Leite nas Propriedades Rurais Estudadas

		SEMIARIDO				
		ANTES		DEPOIS		
	Invest.	Custeio	(n) ¹	Invest.	Custeio	(n) ¹

Recursos próprios	51,9%	48,1%	21	50,0%	50,0%	15
BNB	90,0%	10,0%	5	83,0%	17,0%	30
Banco do Brasil	90,0%	10,0%	2	70,0%	30,0%	1
Outras fontes	-	-	-	-	-	-

	FORA DO SEMIARIDO					
	ANTES			DEPOIS		
	Invest.	Custeio	(n) ¹	Invest.	Custeio	(n) ¹
Recursos próprios	80,0%	20,0%	8	57,9%	42,1%	7
BNB	-	-	-	86,8%	13,2%	11
Banco do Brasil	100,0%	-	1	100,0%	-	1
Outras fontes	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: os percentuais referem-se à participação das diferentes fontes de financiamento para compor os montantes de capital de investimento e de custeio para a bovinocultura de leite.

Nota (1): Número de questionários sem informação.

Analisando os indicadores técnicos da atividade leiteira, verifica-se que ocorreram avanços importantes após a execução dos projetos do FNE Rural, mas ainda há um longo caminho a seguir. No caso do número de vacas em lactação, por exemplo, percebe-se uma preocupação em aumentar a escala de produção, devido ao aumento significativo neste indicador (Tabela 99).

Na região do Semiárido, o número médio de vacas em lactação por propriedade passou de 17 para 21 cabeças, e a produtividade passou de 86 litros para 123 litros por propriedade. Em consequência, a produtividade também aumentou passando de 5,3 para 6,2 litros por vaca em lactação/dia. Resultados mais expressivos foram encontrados na região fora do Semiárido, embora o universo da pesquisa seja bem menor (15 propriedades). O número de vacas em lactação passou de 32 cabeças por propriedade para 80 cabeças, ou seja, um aumento de aproximadamente 150%. Todavia, nesta região, o ganho de produtividade por vaca, foi igual à obtida na região do Semiárido, ou seja, passou de 5,3 para 6,2 litros por vaca/dia (Tabela 99).

Tabela 99 – Número e Produtividade das Vacas em Lactação e Produção Diária de Leite nas Propriedades Rurais Avaliadas.

Variável	Semiárido		Fora do Semiárido	
	Antes	Depois	Antes	Depois
Nº de vacas em lactação (cab.)	17	21	32	80
Produção diária de leite (litros)	85,6	123,2	86,9	424,6
Produtividade (lit./cab./dia) (1)	5,3	6,2	5,3	6,2

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota (1): Produtividade das vacas em lactação.

Na Tabela 100 pode-se observar a evolução na ocupação das terras em 2004 e depois do projeto do BNB. Uma primeira observação refere-se ao

incremento da área média ocupada. Ou seja, na área destinada à produção agropecuária.

Na região Semiárido, houve elevação na área média de pastagens (nativa e cultivada), na produção de cana-de-açúcar, capineira, palma, mandioca, etc. Houve, inclusive, aumento na área arrendada para o gado de leite.

Na região fora do Semiárido, também houve elevação na área média de pastagens, tanto as nativas quanto as cultivadas. No entanto, nesta região houve redução nas áreas utilizadas de capineira, culturas para silagem, palma, mandioca, etc.

De maneira geral, em uma visão macro da propriedade, percebe-se que houve uma maior preocupação com o uso da terra. Resta saber, no entanto, se os indicadores de produtividade da pastagem, do canavial, etc., também melhoraram.

Tabela 100 – Ocupação da Terra nas Propriedades Rurais Avaliadas

Descrição	Semiárido		Fora do Semiárido	
	Antes	Depois	Antes	Depois
Pastagem nativa	52,7	62,7	32,5	24,6
Pastagem cultivada	22,9	45,0	88,7	113,6
Cana de açúcar para alimentação animal	2,6	6,4	2,5	3,2
Capineira (capim elefante, napier, cameron)	5,7	7,1	4,5	2,3
Culturas para silagem (milho, sorgo)	16,5	21,0	2,3	1,0
Outras (Palma, mandioca, etc.)	19,4	43,9	26,7	13,5
Área arrendada para gado de leite	13,5	19,0	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Sem informações: região Semiárido, 5 antes e 8 depois; região fora do Semiárido, 1 antes e 3 depois.

Quanto às tecnologias de gestão e produção adotadas, verificam-se melhorias importantes ao longo do período analisado principalmente nas técnicas de tanques de resfriamento, reprodução dos animais, cuidados com as pastagens e alimentação das vacas (sobretudo no período seco), vacinação e controle de parasitas, etc. Já as deficiências encontradas no uso das tecnologias geralmente ocorrem devido à falta de orientação e de conhecimento sobre as melhores práticas a serem adotadas.

A importância do leite na geração de emprego e manutenção da mão de obra rural pode ser percebida no gráfico 11, pois se verifica incremento no número médio de empregados por propriedade, após os projetos do FNE, passando de 3 para 5 empregados, em média, na região do Semiárido e 4 para 7, em média, na

região fora do Semiárido. Esse aumento no emprego da mão de obra é reflexo do aumento no número de vacas, área de pastagens, canaviais, etc.

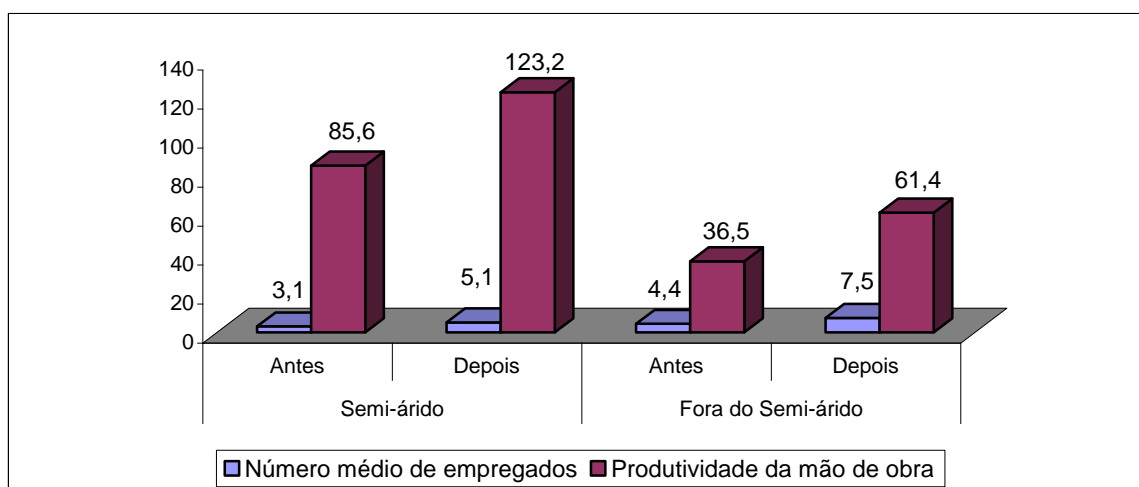


Gráfico 11 – Número de Empregados e Produtividades da Mão de Obra

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale ainda destacar que o aumento no número de empregados foi acompanhado por ganhos em produtividade da mão de obra, o que é fundamental para a sustentabilidade econômica da propriedade no longo prazo. Todavia, a produtividade da mão de obra ainda é baixa, em ambas as regiões, e precisa ser melhorada. Uma forma de isso ocorrer refere-se à própria qualificação do serviço, além é claro de uma gestão apropriada do tempo e das atividades. Outra forma é aumentar o grau de automação da propriedade com ordenha mecânica, picadeiras acopladas a motor elétrico e ensiladeiras, por exemplo, mas neste caso, tornam-se necessários investimentos.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, é possível notar um avanço nas decisões dos gestores agrícolas nas propriedades avaliadas. Neste caso, verifica-se também que muitas atitudes e medidas ainda devem ser implementadas em termos de variáveis que influenciam direta e indiretamente o meio ambiente.

Nas duas regiões aumentou o percentual de propriedade com licenciamento atualizado e o averbamento de área de reserva também melhorou, ainda que timidamente, reduzindo as que adotam práticas de queimadas no Semiárido (Tabela 101)

No caso do grupo de variáveis relacionadas ao manejo de água e dejetos, um percentual pequeno de propriedades possui termo de outorga, apenas 7,5% e

20%. De todo modo houve melhoria em relação à situação anterior ao projeto do FNE-Rural. O tratamento de dejetos também é pouco usual, sendo que apenas 8,8% e 6,7% das propriedades das duas regiões, respectivamente, o fazem. Um pouco mais presente, mas bem aquém do desejado está a questão de preservação de nascentes, mata ciliares e encostas, em que apenas um quarto das propriedades respeita essa reserva legal no Semiárido. Fora do Semiárido, a situação é melhor (60%) (Tabela 101).

Tabela 101 – Avaliação de Tecnologias de Gestão e Produção nas Propriedades Rurais Estudadas.

Variável	Semiárido		Fora do Semiárido	
	Antes	Depois	Antes	Depois
Variáveis ambientais				
Possui licenciamento ambiental atualizado	7,50%	11,30%	20,00%	33,30%
Faz uso da prática de queimadas	15,00%	12,50%	6,70%	13,30%
A área de reserva legal está averbada?	8,80%	12,50%	20,00%	33,30%
Manejo de água e dejetos				
Tem outorga (licença) d'água	5,00%	7,50%	6,70%	20,00%
Preserva nascentes, matas ciliares e encostas (reserva legal)	18,80%	26,30%	60,00%	60,00%
Faz tratamento de dejetos (urina, fezes)	6,30%	8,80%	6,70%	6,70%
Práticas de proteção do solo				
Faz controle de erosão (curva nível, plantio em faixa, plantio direto, etc.)	5,00%	6,30%	13,30%	20,00%
Práticas de produtos químicos				
Os aplicadores de defensivos agrícolas utilizam os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual)	25,00%	31,30%	40,00%	53,30%

Fonte: Dados da pesquisa.

Outra prática pouco adotada nos estabelecimentos pesquisados refere-se à proteção do solo, pois apenas 6,3% (semiárido) e 20% (Fora do Semiárido) das propriedades fazem controle de erosão (Tabela 101).

Finalmente, nota-se que houve uma ligeira melhora em relação à utilização de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) pelos aplicadores de defensivos agrícolas. No entanto, estes resultados ainda são preocupantes pois grande número de pessoas ainda não utilizam estes equipamentos e estão colocando em risco a própria saúde (Tabela 101).

Em relação à escolha do local de compra de insumos, nota-se que as propriedades da região estão orientadas para a compra local e/ou regional (Tabela 102). Destaque-se a importância destas compras como elemento dinamizador da

economia local, evitando vazamentos na economia. A aquisição de máquinas, animais e outros insumos em nível nacional é realizada em pouquíssimas regiões. Por outro lado, é importante saber realizar a compra, buscar preços competitivos e fortalecer mais o associativismo e cooperativismo, sendo uma forma interessante de realizar compras em conjunto e conseguir preços melhores. Como se trata de produtores de mini, pequeno e médio portes, a cooperação entre eles é ainda mais importante, na busca de volume de compras, melhores preços e condições de pagamento. Infelizmente, essa prática é muito pouco desenvolvida na região que, conforme a pesquisa, apenas 3,8% dos produtores associam-se a outros produtores para realizar compra de insumos e comercialização dos produtos no semiárido e 26,7% fora do semiárido.

Tabela 102 – Mercados de Aquisição de Recursos Produtivos para a Bovinocultura de Leite nas Propriedades Rurais Avaliadas.

Recurso Produtivo	Semiárido							
	Antes				Depois			
	Local	Estadual	Regional	Nacional	Local	Estadual	Regional	Nacional
Máq./equipamentos	50,0%	25,0%	16,7%	8,3%	33,3%	19,0%	33,3%	14,3%
Animais	65,0%	12,5%	15,0%	7,5%	70,7%	9,8%	12,2%	7,3%
Insumos	57,5%	12,5%	17,5%	12,5%	62,8%	9,3%	18,6%	9,3%
Outros	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Recurso Produtivo	Fora do Semiárido							
	Antes				Depois			
	Local	Estadual	Regional	Nacional	Local	Estadual	Regional	Nacional
Máq./equipamentos	57,1%	14,3%	14,3%	14,3%	30,0%	30,0%	20,0%	20,0%
Animais	46,2%	23,1%	23,1%	7,7%	42,1%	15,8%	31,6%	10,5%
Insumos	63,6%	9,1%	18,2%	9,1%	52,9%	17,6%	17,6%	11,8%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

No caso das vendas dos produtos, percebe-se que o principal canal também é o local (Tabela 103). Isso se deve ao fato de que o leite é um produto de alta perecibilidade e com elevado custo logístico, sobretudo em regiões onde a escala de produção dos produtores é baixa. Isso acaba induzindo a venda para compradores locais, que posteriormente podem até repassar este leite a outras empresas no mercado spot (mercado entre empresas). Neste caso, o importante é buscar laticínios e cooperativas que estejam pagando um bom preço, que valorizam a qualidade da matéria-prima e que possuem estratégias de fidelização dos produtores, como assistência técnica ou apoio na compra de insumos. Também no caso da venda, o cooperativismo e o associativismo podem contribuir para que os produtores consigam um maior poder de barganha e melhor remuneração.

Tabela 103 – Mercado onde os Produtores Comercializam a Produção.

Mercado	Semiárido		Fora do Semiárido	
	Antes	Depois	Antes	Depois
Local	88,1%	82,6%	50,0%	54,3%
Estadual	2,3%	2,4%	0,0%	2,9%
Regional	9,6%	13,5%	16,7%	14,3%
Nacional	0,0%	1,5%	33,3%	28,6%
Internacional	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 104, estima-se que o total de R\$ 1,5 bilhão contratado no período 1998-2008, sendo 68,7% no semiárido, implicará, seja através dos efeitos diretos, seja pelos indiretos, a geração de R\$ 6,3 bilhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 3,2 bilhão no que tange ao valor adicionado na economia da Região.

Tabela 104 – Criação de Bovinos de Leite - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-2008 (1)

Em R\$ Milhões (2)

Estado	Valor Contratado	Valor da Produção	Valor Adicionado (Renda)	Empregos (Média Anual) (3)	Salário	Tributação
Alagoas	104	435,44	216,33	764	63,28	70,81
Bahia	300	1.332,79	688,37	2.538	214,61	221,20
Ceará	202	905,00	461,40	1.663	133,01	149,50
Espírito Santo	88	328,57	179,26	740	51,78	53,66
Maranhão	116	469,40	246,13	855	69,56	77,32
Minas Gerais	134	565,47	282,89	1.070	78,22	92,52
Paraíba	122	533,61	275,06	992	72,59	82,54
Pernambuco	175	704,55	357,81	1.328	100,87	114,34
Piauí	24	88,83	47,08	188	14,20	14,58
Rio Grande do Norte	137	388,86	200,84	740	62,61	64,54
Sergipe	139	595,70	307,67	1.134	95,92	98,87
Total	1.541	6.348,22	3.262,85	12.013	956,65	1.039,88

Fontes: BNB-ETENE.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de dezembro de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas. Média Anual de Empregos Gerados nos vinte anos de contratações do FNE- Bovinos de Leite.

Quanto ao mercado de trabalho da Região, estima-se que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 12 mil ocupações, em média por ano, no Nordeste, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 956 milhões. No tocante à geração de receitas de tributação, estima-se que tenha sido arrecadado cerca de R\$ 1 bilhão.

4.4 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Exercício de 2010

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumento de avaliação a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB nas avaliações do FNE.

4.4.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o interrelacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do país são adquiridos tais insumos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como tabela de insumo-produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da região Nordeste, e entre estes e o restante do País, além de utilizar-se de dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível se identificar setores-

chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do BNB, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo na dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, paga-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital e nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, consumo da administração pública, formação bruta de capital fixo, variação de estoques e exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerça influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, emprego, importações, impostos, salários e valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da matriz inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego,

tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que, se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas deste setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final, nos anos posteriores os impactos são residuais.

4.4.2 Impactos Sócio-econômicos do FNE – Contratações no Exercício de 2010

As contratações do FNE têm dois destinos. O primeiro contempla financiamentos que objetivam a implantação ou expansão de uma atividade econômica (cabem aqui, também, gastos com modernização ou realocação do empreendimento). O segundo destino dos financiamentos do FNE, são para financiar a produção e custeio. Qualquer que seja o destino, a entrada na Matriz de Insumo-Produto com os recursos financiados permite que se estimem os impactos na produção e emprego. No entanto, cabe destacar um ponto, que o trabalho não consegue captar. Nos financiamentos para implantação ou expansão, quando os desembolsos terminam, os impactos na produção e emprego, também, são finalizados. No entanto, sabe-se que essas atividades, que foram implantadas ou expandidas, começam a operar, e esses novos processos de produção, também vão gerar impactos, mas eles não serão captados pela matriz, dado que essas operações de produção não foram financiadas pelo FNE. Dessa forma, no cálculo da estimação dos impactos das atividades financiadas pelo FNE, para implantação ou expansão, não se leva em conta os impactos do período de produção, que ocorrerão após a implantação ou expansão da atividade¹⁰.

Os valores totais contratados pelo FNE, no ano de 2010, alcançaram aproximadamente R\$ 10,8 bilhões, distribuídos entre o Setor Rural (34,0% dos recursos), Industrial e Turismo (26,7%), Infraestrutura (18,8%), Comercial e Serviços (18,4%) e Agroindustrial (2,1%). Cabe ressaltar que os impactos estimados pela matriz de insumo-produto tomaram como base um aumento na

¹⁰ Não por uma deficiência da Matriz de Insumo-Produto, mas tendo em vista a dificuldade de se obter informações de produção e custeio, das atividades financiadas em seu processo de implantação ou expansão.

demanda final dos estados da região Nordeste, da ordem de R\$ 10 bilhões. No entanto, sabe-se que uma parte desse valor financiado foi usado para a compra de terreno, compra de máquinas e equipamentos produzidos fora da Região, entre outros itens, que não deveriam gerar impactos. Devido a impossibilidade de se detalhar todos os itens financiados nos projetos, o cálculo dos impactos representa uma estimativa.

Considerando-se apenas os efeitos no âmbito da região Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos de segunda ordem¹¹, acréscimos no Valor Bruto da Produção-VBP regional de aproximadamente R\$ 24,9 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no ano de 2010¹². O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção é o Rural, com 32,5% desse valor.

O valor agregado à economia da região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação do PIB da região) é estimado em R\$ 14,1 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R\$ 4,7 bilhões. O resultado nos setores Indústria e Turismo, Comércio e Serviços e Infraestrutura, também são expressivos (Tabela 105).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 1.132 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2010. À medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 560 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 49,5% dos empregos gerados na região. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano¹³, utilizado pelo IBGE. A idéia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Indústria e Turismo e Comercial e Serviços deverão gerar em torno de 211 mil e 191 mil ocupações, respectivamente, representando 18,6% e 16,8%. Os setores Infraestrutura e Agroindustrial deverão responder por 149 mil e 22 mil ocupações, respectivamente (Tabela 105).

11 Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas.

12 Supõe-se que as contratações de 2010 geram investimentos e operações em custeio, realizados no ano de 2010, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

13 Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

Tabela 105 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE - 2010 (1)

Indicador	Rural	Agro-indústria.	Indústria	Infra-estrutura	Comercial e Serviços	Total
Valor Contratado (em R\$ Milhões)(2)	3.183,3	209,7	2.840,8	1.974,8	1.824,0	10.032,6
Resultados por Setor - Nordeste						
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	8.080,4	473,9	6.885,7	4.896,5	4.550,2	24.886,7
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	4.735,3	257,0	3.870,8	2.678,9	2.585,5	14.127,6
Empregos (em número de pessoas)	559.912	21.855	210.569	149.015	190.664	1.132.015
Salários (em R\$ milhões)	1.402,3	78,9	1.083,2	747,1	774,9	4.086,4
Tributos (em R\$ milhões)	1.053,5	67,4	993,8	747,1	642,2	3.504,0
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil						
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	13.624,9	779,6	11.715,7	8.246,0	7.618,1	41.984,3
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	7.048,9	389,0	5.942,8	4.073,0	3.848,2	21.302,0
Empregos (em número de pessoas)	641.526	26.451	271.137	190.019	230.502	1.359.635
Salários (em R\$ milhões)	2.119,7	119,0	1.704,0	1.182,8	1.171,7	6.297,3
Tributos (em R\$ milhões)	1.966,8	118,7	1.869,7	1.182,8	1.191,3	6.329,4

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços médios de 2010. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R\$ 4,1 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 1,4 bilhões, representando 34,3% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Indústria e Turismo, com 26,5% de participação nos salários.

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, com destaque para os setores Rural e Indústria e Turismo.

Cabe ainda comentar sobre o custo da geração de emprego, a partir das contratações realizadas. O menor custo de geração de empregos encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra. A contratação de R\$ 4.962 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 10.497 em Indústria e Turismo, R\$ 7.928 no Setor Agroindustrial, R\$ 7.913 em Comércio e Serviços, R\$ 10.393 em Infraestrutura, e R\$ 7.379 na média das contratações. A maior relação é no Setor de Indústria, denotando que é um setor mais intensivo em capital.

4.4.2.1 Os Efeitos de Vazamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de

insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras, os chamados vazamentos que ocorrem na produção, contabilizando as repercussões totais em todo o País.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R\$ 42 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 17,1 bilhões, ou 40,7%, ocorrem fora da região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1.360 mil novas ocupações, 16,7% desses são gerados para fora da região Nordeste (Tabela 105). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento na Região beneficia conjuntamente o restante do País, mas também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

4.4.2.2 Impactos das Atividades Seleccionadas dos Estados

A Tabela 106 discrimina os impactos do FNE no Nordeste, a partir de atividades seleccionadas da economia de cada um desses estados, sendo consideradas as duas atividades com maiores montantes de contratações. Cabe ressaltar que algumas atividades com contratações de relevo, em 2009, foram superadas por outras atividades no ano de 2010. Pelo menos uma das duas principais atividades no ano de 2010, em Alagoas, Ceará e Pernambuco e Sergipe, não faziam parte do seletor grupo de 2009. De certa forma, isso sinaliza a diversificação e a ampliação do espectro das atividades relevantes. O total de recursos contratados pelas duas maiores atividades de cada estado, representaram 39,6% dos recursos contratados pelo FNE no ano de 2010, equivalente a R\$ 4 bilhões.

A atividade produção e distribuição de eletricidade, gás e água é a principal em valor contratado, considerando-se todos os estados. Representa 48% dos R\$ 4 bilhões. Trata-se da principal atividade em valor de contratações do Estado da Bahia, R\$ 705 milhões (Infraestrutura), com repercussões de R\$ 3 bilhões no valor bruto da produção e R\$ 1,5 bilhão no valor agregado (renda). Os impactos nos salários, tributos e novas ocupações foram R\$ 507 milhões, R\$ 438 milhões e 65 mil, respectivamente.

No Setor Industrial, excluindo-se a atividade produção e distribuição de eletricidade, gás e água, merece destaque a indústria de produtos químicos, mais especificamente a fabricação de intermediários para resinas e fibras, no estado de Alagoas, e fabricação de adubos e fertilizantes, no estado do Ceará (implantação de R\$ 492 milhões). Com valores contratados de R\$ 725 milhões, gerando impactos na Região de R\$ 3,1 bilhões no valor bruto da produção e no valor agregado (renda) de R\$ 450 milhões. Vale observar, ainda, os impactos nos salários e nos tributos, de R\$ 511 milhões e R\$ 450 milhões, respectivamente, além de 68 mil novas ocupações estimadas no semestre.

Tabela 106 - Impactos no Nordeste das Contratações do FNE em Atividades Seleccionadas, por Estado – 2010

R\$ Milhões Correntes							
Estado	Atividades(1)	Valor Contratado	Produção	Renda	Empregos*	Tributos	Salários
AL	Ind.Prod.Quimicos	229,7	924,9	441,8	19.024	131,8	148,1
	Graminea	48,7	199,9	108,5	20.179	39,96	27,9
BA	Produção e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	705,5	3.028,4	1.500,9	65.299	437,8	507,3
	Grãos	17,9	78,5	40,2	2.623	12,0	13,0
CE	Ind.Prod.Quimicos	495,0	2.176,6	1.080,2	48.866	318,2	363,2
	Ativs.Aux.Transportes	185,3	826,2	440,9	22.075	145,2	116,9
MA	Bovinocultura	284,4	1.088,9	593,5	53.841	176,0	169,2
	Grãos	143,0	527,4	291,5	31.327	90,6	70,8
PB	Produção e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	240,0	879,0	440,4	18.003	102,7	140,7
	Bovinocultura	48,4	200,1	104,0	8.169	30,2	30,1
PE	Produção e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	356,7	1.363,4	770,8	31.194	161,0	209,2
	Ind.Textil	244,7	993,5	526,7	27.577	151,9	159,2
PI	Grãos	248,1	1.044,5	533,1	54.080	162,9	143,6
	Produção e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	220,0	840,9	475,4	19.241	99,3	129,0
RN	Produção e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	398,7	1.527,2	662,7	30.816	169,3	235,3
	Com.Varejista	10,9	47,2	23,6	1.055	7,2	8,0
SE	Grãos	50,2	183,3	96,2	10.840	30,0	23,7
	Bovinocultura	49,0	185,1	98,3	9.058	31,4	28,8

Fontes: BNB-ETENE e Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Atividades com maiores montantes de contratações em cada estado. (2) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste de 2004, efeitos diretos, indiretos e de renda (induzidos), tipo II, que se realizaram no período de aplicação dos recursos (2010). (*) Número de Pessoas

No Setor Agropecuário, a bovinocultura é a principal atividade, sendo uma das duas principais em quatro estados, Ceará, Maranhão, Paraíba e Sergipe. Os R\$ 543 milhões financiados devem gerar um impacto no valor bruto da produção e, R\$ 2,2 bilhões e de R\$ 1,2 bilhões na renda da Região. Devem ser gerados 97 mil novas ocupações, com impactos de R\$ 343 milhões nos tributos e nos

salários, respectivamente. Destaque, também, para a atividade de grãos, especialmente soja e milho, dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Sergipe, com valores contratados no montante total de R\$ 459 milhões, provocando impactos de produção e renda, na Região, de R\$ 1,8 bilhão e R\$ 961 milhões, respectivamente. Os impactos em termos de empregos, salários e tributos foram de aproximadamente 99 mil novas ocupações, R\$ 251 milhões e R\$ 296 milhões.

No Setor de Infraestrutura, sobressai a atividade de produção e distribuição de eletricidade, gás e água. A Agroindústria é um dos setores de destaque no estado de Sergipe, com contratações no valor total de R\$ 50 milhões, dos quais R\$ 38 milhões são destinados para custeio. Os impactos na produção, renda, salários e tributos são estimados em R\$ 183 milhões, R\$ 96 milhões, R\$ 24 milhões e R\$ 30 milhões, respectivamente. A matriz de insumo-produto também estima a criação de 11 mil empregos.

5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

5.1 Inadimplimento das Operações

A inadimplência das operações, no âmbito do FNE, registrada no ano de 2010 foi de 3,8%, assinalando aumento de 5,5% em comparação com a verificada ao final de 2009, que foi de 3,6% (Tabela 107).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (15,7%) que apresentou aumento de 12,1% em relação ao ano de 2009, cujo índice foi de 14,0%. Quanto aos demais índices de inadimplência, observaram-se aumento em relação a 2009 nas categorias micro e mini, e redução em relação a 2009 nas categorias pequeno, médio e grande portes. Os beneficiários de micro e mini passaram de 7,3 % no mesmo período de 2009 a 8,7% no ano de 2010, com aumento de 19,2%; a categoria pequeno passou de 4,7% a 4,6% (redução de 2,1%), a de médio porte estava com 2,7% em 2009 e reduziu para 2,5% (redução de 7,4%) e a categoria grande reduziu de 1,2% para 1,1%, representando uma redução de 8,3%.

Tabela 107 – FNE - Saldos das Aplicações e Atraso por Porte de Beneficiários - Posição: 31.12.2010

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽¹⁾	Valores em R\$ Mil
					Inadimplência do Segmento (%) ⁽³⁾
Cooperativas/Associações	388.197	1,3	61.080	0,2	15,7
Micro e Mini	7.459.059	25,2	647.767	2,2	8,7

Valores em R\$ Mil

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽¹⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽³⁾
Pequeno	3.308.946	11,2	150.813	0,5	4,6
Médio	4.550.835	15,4	111.518	0,4	2,5
Grande	13.848.955	46,9	152.359	0,5	1,1
Total	29.555.992	100,0	1.123.537	3,8	3,8

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas vencidas e não pagas. (3) Percentuais em relação ao saldo das aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por porte de beneficiários em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que as associações/cooperativas apresentaram o mesmo índice de 0,2% nos anos de 2009 e 2010. Os valores em atraso da categoria de mini/micro apresentaram aumento de 2,0% para 2,2%; a categoria de pequenos manteve o índice de 0,5% nos dois anos; os clientes de médio porte mantiveram o índice de 0,4%, e finalmente, a categoria de grande porte manteve em 2010 o índice de 0,5% apresentado ao final de 2009.

Em se tratando dos setores beneficiados, o Setor Rural continua apresentando um maior índice de inadimplência em relação aos demais setores, tendo ocorrido um aumento em relação ao ano de 2009, que passou de 6,1% para 6,7%. No Setor Agroindustrial, a inadimplência aumentou de 2,5% para 2,6% e nos setores Industrial e de Turismo houve redução de 1,8% para 1,5%, comparando-se o ano de 2009 com 2010. O Setor de Infraestrutura, que não apresentou valores em atraso em 2009, registrou em 2010 o índice de inadimplência de 1,2%. O Setor de Comércio e Serviços, que em 2009 apresentou inadimplência de 1,2% não mostrou valores em atraso ao final de 2010, enquanto que o setor de financiamento à exportação, que não apresentou valores em atraso em 2009, registrou em 2010 o índice de inadimplência de 0,4% (Tabela 108).

Tabela 108 – FNE - Saldos em Atraso por Setor – Posição: 31.12.2010

Valores em R\$ Mil

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Rural	14.442.993	48,9	969.639	3,3	6,70
Agroindustrial	980.280	3,3	25.575	0,1	2,60
Industrial/Turismo	4.921.030	16,6	73.216	0,2	1,50
Infraestrutura	4.392.253	14,9	53.834	0,2	1,20
Comércio e Serviços Financ. à Exportação	4.495.989 323.447	15,3 1,1	- 1.273	- -	- 0,40
Total	29.555.992	100,1	1.123.537	3,8	3,8

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
-------	------------------	-------------------------------	--------------------------------	----------------------------------	--

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por setor em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que os setores Agroindustrial e Industrial/Turismo mantiveram-se constantes ao final de 2010 comparados com o mesmo período de 2009. Os setores que apresentaram variação com aumento do referido índice, foram o Setor Rural que passou de 3,1% para 3,3% e o Setor de Infraestrutura que não apresentava índice em 2009, apresentou 0,2% em 2010. O Setor de Comércio e Serviços que apresentava índice de 0,1% em 2009, não apresentou saldo em atraso em 2010. O Setor de Financiamento à Exportação não apresentou índice de inadimplência em 2010.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se que a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998, apresentou o índice de 9,1% ao final de 2010, representando um aumento em 16,7% em relação ao ano de 2009 quando referido índice fechou em 7,8%. Já quanto às operações contratadas após 30.11.1998, o percentual de inadimplência de 2010 foi de apenas 2,5% (Tabela 109), ou seja, manteve-se o índice apresentado em 2009. O valor total da inadimplência das operações contratadas em tais períodos apresentou aumento de 5,5% em relação à posição de 2009, passando de 3,6% em 2009 para 3,8% em 2010.

Tabela 109 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação - Posição: 31.12.2010

Data Contratação	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
Até 30.11.1998 ⁽⁵⁾	5.681.003	19,2	518.796	1,8	9,1
Após 30.11.1998 ⁽⁶⁾	23.874.989	80,8	604.742	2,0	2,5
Total	29.555.992	100,0	1.123.538	3,8	3,8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (5) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (6) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

5.2 Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 204,6 mil operações de crédito no ano de 2010, totalizando o montante recuperado de R\$ 490,6 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações de dívidas propiciaram recebimento em espécie na ordem de R\$ 278,5 milhões, ou seja, 56,7% do total regularizado (Tabela 110).

Tabela 110 – FNE - Recuperação de Dívidas (1) - Exercício de 2010

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Valores em R\$ Mil
				Total Recuperado
Alagoas	8.417	9.950	3.363	13.313
Bahia	29.359	74.435	27.903	102.338
Ceará	41.615	30.542	26.953	57.494
Espírito Santo	717	4.304	5.336	9.639
Maranhão	20.782	56.969	33.378	90.347
Minas Gerais	10.092	12.870	7.667	20.537
Paraíba	13.846	10.749	6.087	16.836
Pernambuco	31.287	24.437	42.709	67.145
Piauí	19.075	18.500	19.383	37.883
Rio Grande do Norte	17.725	15.454	33.134	48.588
Sergipe	11.692	20.255	6.283	26.539
Total	204.607	278.464	212.196	490.660

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

O Banco vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações voltadas à redução da inadimplência, destacando-se a criação das Gerências de Reestruturação de Ativos (GERATs), que desenvolveram trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente, os valores mais expressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos que estavam passíveis desse procedimento, como por exemplo a criação do Projeto Estratégico Instrução Cobrança Judicial com atividades exclusivas de remessa dos processos para cobrança judicial; e o desenvolvimento de campanha de divulgação das Leis nºs 11.775 e 12.249, para identificação das operações enquadráveis nos referidos instrumentos de renegociação e orientação às agências no sentido de formalizar o máximo de regularizações possíveis. Com a

implementação das mencionadas Leis, houve um expressivo número de liquidação e regularização de dívidas que resultaram na redução da inadimplência.

A implementação de novas estratégias para recuperação dos créditos irregulares, a criação de novos instrumentos corporativos para regularização dessas operações e a simplificação das normas internas, viabilizaram melhores condições para regularização das operações em atraso, refletindo diretamente na geração de importantes resultados para o Banco no ano de 2010.

Ainda como importante fator de contribuição para a melhoria do desempenho na recuperação de créditos e conseqüentemente na redução dos índices de inadimplência, pode-se atribuir à admissão de mais de dois mil funcionários no período entre 2003 e 2008, que tem refletido nos resultados atuais. Além disso, a área jurídica do Banco teve sua estrutura melhorada com o objetivo de reforçar o monitoramento dos processos judiciais e assim, proporcionar a recuperação de créditos em cobrança judicial.

5.3 Operações Renegociadas com Base no Art. 15-B, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

Conforme preconiza a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em seu Artigo 15-B, Parágrafo 3º, inserido pela Lei nº 11.945, sancionada em 04.06.2009, apresentamos (Tabela 111) o valor da operação com recursos do FNE renegociada sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, a qual está em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias do BNB.

A operação estava sendo cobrada judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foi liquidada pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora do devedor direto e respectivo garante.

Tabela 111 – FNE - Liquidações pelo Equivalente Financeiro - Resolução 30/2010, do CONDEL

AGÊNCIA	SALDO PELOS ENC NORMAIS		VALOR RECEBIDO		DIFERENÇA	
	FNE	TOTAL	FNE	TOTAL	FNE	TOTAL
Fortaleza - Montese	58.168,94	58.168,94	36.000,00	36.000,00	22.168,94	22.168,94

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realizou 107.023 atividades de campo em operações do FNE no ano 2010, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens. Destas atividades, 77.660 se referem a vistoria, sendo 15.441 de rotinas e 62.219 de desembolso.

6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Exercício de 2010

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas *in loco*, atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes gradações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório, Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

Os empreendimentos, em termos de situação, foram conceituados como: satisfatório, ótimo e bom para 52,0%, 22,0% e 4,0%, respectivamente, das vistorias realizadas em 2010. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 22,0% (Gráfico 12).

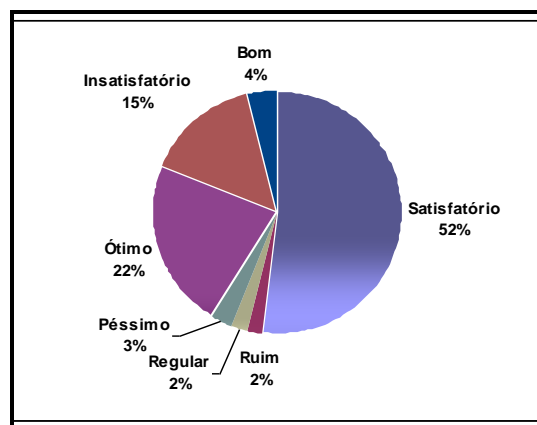


Gráfico 12 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Exercício do Ano de 2010

Fonte: BNB – Ambiente de Análise e Acompanhamento de Operações de Crédito.

6.2 Ações Realizadas

O Banco, durante o ano 2010, programou ações com o objetivo de melhorar os recursos disponíveis para maximização dos resultados no tocante à análise e

acompanhamento das operações de crédito. A seguir, destacam-se as principais ações ocorridas no período acima citado:

Encontro Técnico das Centrais de Apoio Operacional

Os objetivos do encontro foram fortalecer o diálogo entre as unidades técnicas do Banco, reforçar a padronização de procedimentos e buscar melhorias para execução de nossas atividades e atendimento de nossas unidades-clientes.

Curso de Formação de Análise em Projetos Econômicos

Com o objetivo de melhorar o processo de análise, foi realizado junto aos analistas e técnicos de campo das Centrais de Apoio Operacionais, o Curso de Formação de Analistas com carga horária de 160 horas/aula.

6.3 Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações do exercício de 2010, cujos empreendimentos estão considerados nas situações de satisfatório, ótimo e bom (78%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.
- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.

- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

7. RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O presente relatório enfocou os diversos aspectos das recomendações do ofício nº 02 DFD/SDR/MI, de 13.01.2011 (Item 3) recebido do Ministério da Integração Nacional, conforme descrito a seguir:

3.1.1 Confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos;

Vide Anexo - Tabela 39.A

3.1.2 Valores desembolsados no exercício de 2010;

Vide CD-ROM (1)

3.1.3 Demonstrativo da aplicação dos recursos do FNE por município;

Vide CD-ROM (1)

3.1.4 Distribuição dos financiamentos concedidos com recursos do FNE, por programa e faixa de valores;

Vide Anexo - Tabelas 29.A e 30.A

3.1.5 Contratações com recursos do FNE em apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014;

Vide CD-ROM (2)

3.1.6 Contratações realizadas com recursos do FNE de acordo com os objetivos do programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono);

Vide CD-ROM (1)

3.1.7 Saldo das operações e inadimplência por município;

Vide Tabela 11.A e item 3.1.7 no CD-ROM (1)

3.1.8 Financiamentos acima de R\$ 10 milhões;

Vide CD-ROM (1)

3.1.9 Situação da demanda de crédito;

Vide CD-ROM (1)

3.1.10 Tempo de análise / contratação dos financiamentos;

Em processo de adequação do sistema para extração de tais informações

3.1.11 Perfil do setor produtivo;

Vide CD-ROM (1)

3.1.12 Item 5 do Anexo II – Parte C (conteúdo específico) da Decisão Normativa do TCU nº107, de 27.10.2010;

Quadro C.5.1 – Operações contratadas com riscos compartilhado e integral do fundo e do banco operador – Vide CD-ROM (1)

Quadro C.5.2 – Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas - Vide CD-ROM (1)

Quadro C.5.3 – Prejuízos contabilizados no exercício de 2010 – Vide CD-ROM (1)

Quadro C.5.4 – Vide Anexo – Tabela 38.A

Quadro C.5.5 – Vide Anexo – Tabela 37.A

3.1.13 Contratações com recursos do FNE em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

Vide CD-ROM (2)

3.2.1 Número de operações e valores contratados por UF, Setor e Porte, com beneficiários que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez;

Vide Anexo – Tabela 21.A

3.2.2 Número de operações e valores contratados por UF, Setor e Porte, com beneficiários que obtiveram empréstimos do FNE para abertura/implantação;

Vide CD-ROM (1)

3.2.3 Número de operações e valores contratados por UF, Setor e Porte, financiadas com base no inciso IV do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008;

Vide CD-ROM (1)

3.2.4 Número de operações e valores contratados em atendimento a cada uma das diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Conselho Deliberativo da SUDENE;

Vide item 3.5 do relatório

3.2.5 Valores repassados a outras instituições financeiras para realização de operações com recursos do FNE;

Vide Anexo - Tabela 23.A e item 3.4 do relatório.

3.2.6 Quadro demonstrativo dos financiamentos concedidos sob risco integral do BNB (art. 9-A da Lei nº7.827/1989);

Vide CD-ROM (1)

3.2.7 Número de Operações e valores dos financiamentos concedidos para custeio isolado (agrícola e pecuário), comercialização, capital de giro associado e capital de giro para: aquisição de matéria prima / insumos e de bens para formação de estoques;

Vide Anexo - Tabela 24.A

3.2.8 Ações desenvolvidas para divulgar e incrementar as oportunidades de financiamentos aos agricultores familiares, aos mini e pequenos

produtores rurais, aos microempreendedores individuais (MEI) e às micro e pequenas empresas;

Agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais

Vide item 3.1.1.1 do relatório

Micro e Pequena Empresa (MPE)

A definição do atendimento prioritário ao segmento de MPE, preconizado nas Diretrizes Estratégicas do BNB para o quadriênio 2008-2011, permitiu a adoção de estratégias negociais com o objetivo de prestar um tratamento diferenciado e preferencial a esse público.

Para o exercício de 2010, o Banco colocou à disposição das Micro e Pequenas Empresas linhas de crédito de longo prazo, com recursos do FNE, tendo sido contratados R\$ cerca de 1,3 bilhão.

Em comparação com o exercício de 2009, quando foram contratados R\$ 979,3 milhões, em 2010 houve uma evolução de 28,9% no volume de recursos contratados, conforme gráfico a seguir:

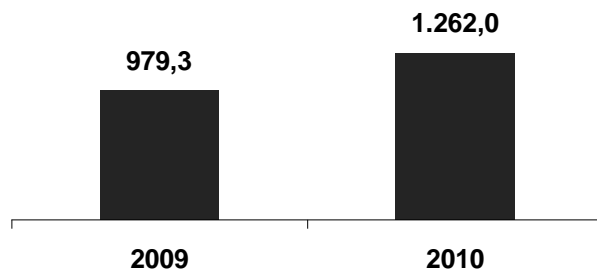


Gráfico 13 – FNE – Volume de recursos contratados, exercícios de 2009 e 2010

Do total de recursos do FNE aplicados no exercício de 2010, R\$ 623,2 milhões (49,4%) foram destinados a Micro e Pequenas Empresas localizadas na região semiárida, e R\$ 638,8 milhões (50,6%) direcionados às MPEs que atuam na área fora do semiárido, conforme a seguir.

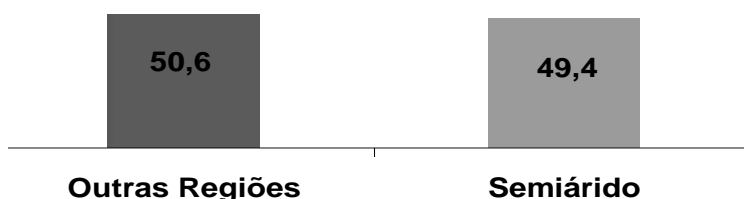


Gráfico 14 - Participação do valor contratado com recursos do FNE, exercício de 2010

Relativamente aos setores econômicos, as aplicações com recursos do FNE tiveram a seguinte distribuição: R\$ 539,8 milhões para comércio (42,8%); R\$ 462,0 milhões em serviços (36,6%), R\$ 236,2 milhões para indústria (18,7%) e R\$ 23,9 milhões para os demais setores (1,9%), conforme gráfico abaixo.

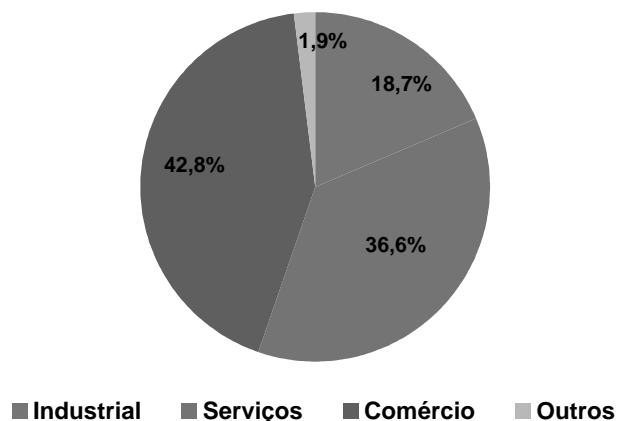


Gráfico 15 – Participação do valor contratado com recursos do FNE, por setor econômico, exercício de 2010

AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2010

Em 2010, as ações do Ambiente de Micro e Pequena Empresa foram direcionadas para consolidar as estratégias traçadas no ano anterior, mas buscaram identificar novas oportunidades de negócios, dando sequência ao processo de ampliação do volume de negócios e a base de clientes ativos do Banco, visando o cumprimento do objetivo estratégico estabelecido.

Franquias

O mercado de franquias no Brasil encontra-se em estado já bastante amadurecido, nesses 23 anos efetivos de atividades. Oferece grandes oportunidades de negócios a todas as empresas que atuam no segmento, em especial as que estão estabelecidas ou pretendem se estabelecer no Nordeste, em virtude de seu reconhecido grau de crescimento econômico, fato que torna a Região um terreno fértil para a atuação do Banco.

De acordo com a Associação Brasileira de Franchising – ABF, o Brasil está entre os cinco maiores países do Mundo em número de franquias. Em 2010, segundo o Portal do Franchising (www.portaldofranchising.com.br), da ABF, o segmento de franquias deverá atingir faturamento superior a R\$ 75 bilhões, congregando um universo de mais de 72 mil estabelecimentos, organizados em cerca de 1.643 redes de franquia que, juntas, geram mais de 715 mil postos de trabalho.

Adicionando mais informação sobre o potencial de mercado disponível ao Banco, a ABF estima em 250 mil os potenciais candidatos a franqueado, com investimento médio previsto de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil por unidade.

De acordo com a ABF, o Nordeste tem se consolidado como um dos maiores mercados consumidores do país e também como um pólo favorável ao empreendedorismo, em face do crescimento econômico alcançado pela Região nos últimos anos.

Assim, visando ampliar a participação do Banco do Nordeste no segmento, tornando-o referência para o setor na Região, várias ações foram viabilizadas pelo Ambiente de Micro e Pequena Empresa no exercício de 2010, a exemplo de:

- Participação na Franchising Nordeste 2010, realizada em Recife/PE, de 22 a 25 de abril de 2010. A Franchising Nordeste 2010 foi a primeira feira de franquias realizada na Região. O Banco do Nordeste esteve presente com um estande montado na feira, onde gestores das agências de Pernambuco deram atendimento a franqueadores e franqueados interessados em financiar seus empreendimentos.
- Participação na ABF Franchising Expo 2010, realizada em São Paulo/SP, de 09 a 12 de junho de 2010, com estande e equipe para atender aos franqueadores e franqueados com planos de expansão dos negócios para o Nordeste.

- Participação no Prêmio ABF Destaque Franchising, 2º Simpósio de Comunicação da ABF: Os Desafios da Comunicação Corporativa, Prêmio ABF AFRAS Destaque Responsabilidade Social, eventos conduzidos pela ABF e que tratam dos negócios do setor de franquias no país.

É oportuno ressaltar que iniciativas de aproximação e prospecção de negócios com o segmento de franquias vêm sendo realizadas no Banco já há um bom tempo, sendo que apenas em 2010 começou a ocorrer de forma mais consistente, com a participação do Banco do Nordeste em eventos relacionados ao mercado de franquias, que vem resultando em importantes manifestações da parte de empresários interessados em expandir suas atividades para a Região.

Registre-se ainda a expansão dos negócios com franquias, tendo como escopo a concessão de créditos qualificados às empresas do segmento, reconhecidamente melhor estruturadas que as empresas que atuam isoladamente no mercado, além de participantes de um dos setores com maior nível de crescimento no Brasil e no Mundo. Nessa frente é destaque o cadastramento de mais 58 franqueadoras somente em 2010, elevando para 113 o número de marcas habilitadas a realizar operações no Banco, no âmbito do Nordeste Franquias – estratégia de negócios implantada em 2009 para o atendimento às empresas do segmento de *franchising* na área de atuação do Banco.

Serviço de Transporte Complementar de Passageiros

No período em análise, está sendo construída a estratégia de prospecção de negócios com segmentos de atividade específicos, a exemplo do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros (transporte alternativo), visando a ampliar o volume de contratações com os permissionários do serviço. Foram importantes para essa estratégia o patrocínio do Banco ao 11º Encontro Nacional do Transporte Alternativo (ENATRAL) que aconteceu no mês de abril e a visita ao Rio Grande do Norte para divulgação da estratégia e negociação com as representações dos permissionários e do Poder Público, com vistas a levar àquele Estado o modelo bem sucedido posto em prática no Ceará e em Pernambuco, onde já foram financiados 104 micro-ônibus, com recursos liberados da ordem de R\$ 14 milhões.

Fornecedores e prestadores de serviços ao Banco do Nordeste

Merecem destaque os trabalhos iniciados com os fornecedores e prestadores de serviços do Banco do Nordeste, em parceria com o Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística, com o intuito de ensejar uma maior aproximação de referido público com a área negocial do Banco. Com esse objetivo, as agências passaram a ser orientadas no sentido de agilizar a abertura das contas correntes dessas empresas, especialmente aquelas que recentemente celebraram contratos de fornecimento/prestação de serviços com o Banco do Nordeste.

Em 2010 as ações junto a esse segmento de público foram intensificadas, de forma a consolidar essa nova iniciativa, inclusive através da celebração de acordos de cooperação para a indução de novos negócios.

Interação com as Equipes de Agências

No exercício de 2010, gestores do Ambiente de Micro e Pequena Empresa estiveram reunidos com os gerentes de negócios das Carteiras de Clientes MPE de todas as unidades do Banco. Os encontros aconteceram nas sedes das Superintendências Estaduais e possibilitaram a troca de informações com as equipes das agências, visando elevar o conhecimento dos gerentes acerca da estratégia do Banco para o segmento MPE, além de prestar orientações sobre ações e procedimentos necessários à melhoria de desempenho das agências no Programa de Ação.

Programa de Atualização de Gerentes de Negócios - Carteiras MPE 2009

Em 2010 foi dada continuidade ao Programa de Atualização de Gerentes de Negócios, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com o objetivo de levar aos Gerentes de Negócios responsáveis pelas carteiras de clientes MPE informações sobre o funcionamento e as formas de relacionamento das empresas do segmento no mercado.

É oportuno ressaltar que está em curso a elaboração do Módulo II, para complementar a capacitação dos gerentes de negócios, a ser aplicado no segundo semestre, com conteúdos específicos sobre a operacionalização dos negócios com as MPE, no âmbito interno do Banco do Nordeste.

Participação no Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

O Banco do Nordeste esteve presente, no exercício de 2010, em eventos de apresentação e defesa de propostas com o objetivo de simplificar, desonerar e dar mais agilidade ao processo de concessão de créditos às MPEs, mediante participação efetiva nos Comitês Temáticos do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, organizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), cuja agenda bimestral é voltada para o debate e a conjugação de esforços entre Governo e Setor Privado, visando à consecução de ações e políticas públicas orientadas às MPEs.

Campanha Publicitária para MPE

Numa ação inédita no Banco do Nordeste, foi produzida e veiculada, no início de 2010, campanha publicitária voltada especialmente para o público formado por microempresas e empresas de pequeno porte, visando estimular os negócios com o segmento em toda a área de atuação do Banco.

Composta de folders, publicação em jornais e revistas, além de inserções no rádio e televisão, a Campanha, que foi ao ar no primeiro semestre de 2010, mostra, de forma objetiva e bastante criativa, as vantagens dos produtos de crédito do Banco do Nordeste, tanto para Investimento como para Capital de Giro, permitindo aos empresários compará-los com o que oferece a concorrência.

Acompanhamento das Carteiras de Clientes MPE e Atendimento MPE

Dando sequência à atribuição do Ambiente no que se refere à disponibilização de ferramentas gerencias para acompanhamento dos negócios com MPE, foram definidos novos modelos de gerenciamento, com informações referentes às contratações realizadas, ao desempenho das Carteiras MPE e Atendimento MPE e, principalmente, à adimplência dos negócios com o ativo, com destaque para o acompanhamento da qualidade do ativo por programa.

3.2.9 Ações desenvolvidas pelo Banco do Nordeste para o incremento das aplicações no semiárido;

Vide item 3.3.2.1 do relatório

3.2.10 Detalhamento das operações de acordo com os encargos pactuados;

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	SALDO (2)
a) Total das operações que permanece com os encargos que vigoravam anteriormente ao da TJLP, com rebate sobre os encargos totais.	
b) Montante dos contratos que permanecem com os encargos da TJLP mais juros de 6,0% a.a, com rebate sobre os encargos totais.	113.271
c) Valor global dos contratos que permanecem com encargos de IGP-DI mais juros de 8% a.a, com rebate sobre a taxa de juros.	24.410
	5,00% 1.088.200
	6,75% 1.897.917
d) Montante das operações contratadas de acordo com as taxas de juros estabelecidas pela Lei nº. 10.177, de 12.01.2001 (Saldo Líquido).	7,25% 437.136
	8,25% 1.799.827
	8,50% 3.660.434
	9,50% 3.030.211
	10,00% 9.542.976
e) Valor total dos financiamentos com outros encargos financeiros (Saldo Líquido).	3.635.533
f) PRONAF / PROGRAMA DA TERRA	4.326.077
TOTAL(1)	29.555.992

Quadro 11 - FNE - Detalhamento das Operações de Acordo com os Encargos Pactuados – Posição: 31.12.2010.

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Exclusive PROAGRO a Receber, no valor de R\$ 4.629 mil, Repasses ao BNB, no total de R\$ 1.101.847 mil e Repasses a Outras Instituições no montante de R\$ 224.967 mil. (2) O "Saldo" não considera Rendas a Apropriar.

3.2.11 Quantidade e valor das operações liquidadas pelo equivalente financeiro, na forma especificada pelos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com redação dada pela Lei nº 11.945, de 04.06.2009;

Vide item 5.3 do relatório e CD-ROM (2)

3.2.12 Estudo com utilização da metodologia *propensity score*;

Vide publicação: Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB nº6 - "Avaliação de Impactos do FNE: emprego, massa salarial e salário Médio".

3.2.13 Previsões dos impactos econômicos e sociais decorrentes dos empréstimos contratados, baseadas na metodologia da Matriz de Insumo Produto;

Vide item “4.4 - Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Exercício de 2010”, do relatório.

3.2.14 Anexo II – Parte A da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27.10.2010.

Referimo-nos ao Ofício nº 1875/2010-TCU/SECEX-CE, emitido por esse Tribunal, em 26/11/2010, que nos solicita providências em consonância ao Acórdão nº 6612/2010-TCU-2ª Câmara. Segue, então, Plano de Ação para o item 1.6.2.7 – “Construir indicadores de eficiência relativos à aplicação dos recursos do FNE, que compreendam os impactos dos níveis de inadimplência, do provisionamento, da apropriação de prejuízos e da recuperação de créditos sobre a saúde financeira do Fundo e sua capacidade para suprir novas demandas de financiamento (itens 121/128; 236/246)”.

Determinação / Recomendação	Responsável	Ação (Atividade)	Prazo
1.6.2.7. Construir indicadores de eficiência relativos à aplicação dos recursos do FNE, que compreendam os impactos dos níveis de inadimplência, do provisionamento, da apropriação de prejuízos e da recuperação de créditos sobre a saúde financeira do Fundo e sua capacidade para suprir novas demandas de financiamento (itens 121/128; 236/246);	ETENE	Desenvolver exercício metodológico para construção de indicadores que possam mensurar a eficiência do FNE. Para tanto, encontra-se em processo de contratação consultoria externa, que trabalhará em conjunto com o corpo técnico da Célula de Avaliação de Políticas e Programas do BNB/ETENE, assegurando o caráter misto da Avaliação do FNE, conforme preceitua a Metodologia de Avaliação do Fundo ¹⁴	31/12/2011

¹⁴ Sobre esse assunto, ver SOUSA, Jânia Maria; NOTTINGHAM, Philippe Théophile; GONÇALVES, Marcos Falcão. **Metodologia de Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**. Fortaleza: BNB, 2010. Em consonância com referida Metodologia, foram realizadas avaliações do FNE, tais como SOUSA, Jânia Maria Pinho; SOARES, Ricardo Brito; PEREIRA NETO, Antônio. **Avaliação de Impactos do FNE: emprego, massa salarial e salário médio**. Fortaleza: BNB, 2009. e SOUSA, Jânia Maria; GONÇALVES, Marcos Falcão; CASTELO BRANCO, Elizabeth; SOUZA, Jane Mary Gondim de; AIRES FILHO, José Valdo Mesquita; TELES, João Agostinho. **Avaliação da Execução, Resultados e Impactos do FNE-PROATUR**. Fortaleza: BNB, 2010. Tais obras encontram-se em anexadas a este Ofício.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, R. C. de. (2002). **Nordeste: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento**. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

Alves (2008). **Transferência de Recursos Provocada pela Intermediação Financeira: o caso do Nordeste**. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

ANUALPEC 2008 - **Anuário da Pecuária Brasileira**. AgraFNP Pesquisas Ltda, São Paulo, SP.

ANUALPEC 2009 - **Anuário da Pecuária Brasileira**. AgraFNP Pesquisas Ltda, São Paulo, SP.

BANCO DO NORDESTE. **Documento Referencial das atividades do agronegócio - UVA, 2008** (mimeo).

_____ Programação FNE/2010 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, set/2009.

BANCO DO NORDESTE-Etene. **Análise dos impactos das contratações do FNE no Nordeste, sob a ótica da matriz de insumo-produto** (1989 a Julho de 2008) (mimeo).

BNB. **Proatur Copa disponibiliza R\$ 523,6 milhões para hotelaria**. Notícias do BNB – Edição nº 9/2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**. Janeiro, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 6.367 de 30 de janeiro de 2008**. Dispõe sobre os encargos financeiros das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177,

de 12 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br>>. Acesso em 16/03/2010.

Carvalho, O. de. (1988). **A Economia Política do Nordeste** – Secas, Irrigação e Desenvolvimento. Editora Campus: Brasília.

Carvalho, O. de e Egler, C.A.G. (2003). **Alternativas de Desenvolvimento para o Nordeste Semiárido**. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

FURTADO, C. **Sem ciência social, economia é pura álgebra**. Nossa História, p. 58-63, out. 2004. Entrevista.

HOLANDA, Antonio Nilson Craveiro. **Avaliação de Programas: conceitos básicos sobre a avaliação “ex-post” de programas e projetos**. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios - resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010> >. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. **Contagem da População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007>>. Acesso em: 01.ago.2009.

_____ (2009). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro.

_____. **Contas Regionais do Brasil - 2004-2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. (2008). **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>;

_____. **Produção Agrícola Municipal/2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em 22.02.2011.

_____. **Produção Física Regional/dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em 22.02.2011.

_____. **Em 2010, produção industrial cresceu em todos os 14 locais pesquisados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/> Acesso em 23.02.2011.

INSTITUTO FNP. **AGRIANUAL. Anuário da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Instituto FNP, 2008.

Lemos, J. de J. S. (2008). **Mapa da Exclusão Social no Brasil** – radiografia de um país assimetricamente pobre. Banco do Nordeste: Fortaleza.

Ministério da Indústria e Comércio Exterior (2009). **Balança Comercial por Unidade da Federação**. <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>. Acesso em 10.ago.2009.

Ministério da Integração Nacional (2004). **Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro**. Brasília.

Ministério da Integração Nacional (2005). **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido**. Brasília.

Ministério da Integração Nacional (2006). **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: desafios e possibilidades para o Nordeste no século XXI**. Brasília.

NASCIMENTO, Alessandra. **Investimentos ampliam agroindústria da Bahia**. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias>. Acesso em 25.02.2011

Oliveira, C. M. S. (2007). **O Nordeste e a Ação do Setor Público** – 1991-2005. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

PIRES, I. J. B. P. **Conceitos e indicadores do mercado de trabalho**: uma visão estatística. Fortaleza: RTM, 2003.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

Serra e Miranda (2009). **Entraves ao Desenvolvimento Regional**: Uma Análise a Partir dos Fluxos Comerciais da Região Nordeste do Brasil. In: BNB Conjuntura Econômica, Fortaleza, nº 21, abr-jun, 2009.

SILVA, S.C. da; CARVALHO, P.C. de F. **Foraging behaviour and herbage intake in the favourable tropics/subtropics**. In: XX International Grassland Congress. Ireland, june-july, 2005. p. 81-95.

STEVENSON, W. G. **Estatística aplicada à administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. V. 1.

Tribuna da Bahia. **2010, o ano da agroindustrialização da Bahia**. Bahia, 21 out. 2010. Disponível em: <http://www.tribunadabahia.com.br/>. Acesso em 25.02.2011.

ANEXOS

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
I – RURAL, AQUICULTURA E PESCA		
1. FNE RURAL		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL DO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento da agropecuária e do setor florestal da área de atuação da SUDENE, com observância da legislação ambiental e o conseqüente incremento da oferta de matérias primas agroindustriais através de: fortalecimento, ampliação e modernização da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos agropecuários e florestais; diversificação das atividades e melhoramento genético dos rebanhos e culturas agrícolas em áreas selecionadas.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos rurais, contemplando: investimentos, custeio agrícola e pecuário, inclusive retenção de crias bovinas e beneficiamento e comercialização de produtos agropecuários.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas). ▪ Associações formalmente constituídas e cooperativas de produtores rurais. ▪ Incorporadores, pessoas jurídicas (projetos enquadrados como distritos privados de irrigação). ▪ Pessoas físicas ou jurídicas (projeto de florestamento ou reflorestamento com fins econômicos). <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
2. FNE AQUIPESCA		

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E PESCA DO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento da aquicultura e pesca através do fortalecimento e modernização da infraestrutura produtiva, uso sustentável dos recursos pesqueiros e preservação do meio ambiente.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos de aquicultura e pesca, contemplando: investimentos, custeio e beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas físicas ou jurídicas, inclusive cooperativas e associações de produtores, que desenvolvam, ou pretendam desenvolver, atividades de aquicultura e pesca. <hr/> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
3. FNE PROFROTA PESQUEIRA		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA PESQUEIRA NACIONAL 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento da frota pesqueira nacional, estimulando a competitividade do setor, o compromisso do uso sustentável de recursos pesqueiros e a preservação do meio ambiente e a geração de emprego e renda.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a construção, aquisição, reforma e modernização de embarcações pesqueiras destinadas à pesca oceânica (Lei nº 10.849/2004 e Decreto nº 5.474/2005).</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas pesqueiras industriais (Art. 1º Decreto nº 5.474, de 22.06.2005); ▪ Pessoas físicas equiparadas a pessoas jurídicas; ▪ Cooperativas que se dediquem à atividade pesqueira. <hr/> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta</p>

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
		na programação do FNE 2010.
II – INDUSTRIAL, AGROINDUSTRIAL E TURISMO		
1. FNE INDUSTRIAL		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE APOIO AO SETOR INDUSTRIAL DO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Fomentar o desenvolvimento do setor industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, ampliação da capacidade produtiva e inserção internacional.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e realocização de empreendimentos industriais, inclusive do setor de mineração contemplando: investimentos, inclusive a aquisição de empreendimentos em unidades industriais já construídas ou em construção; capital de giro associado ao investimento e aquisição isolada de matérias-primas e insumos.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas industriais privadas (pessoas jurídicas e empresários registrados na junta comercial), inclusive de mineração, constituídas sob as leis brasileiras. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
2. FNE AGROINDUSTRIAL		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA DO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, expansão,</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas agroindustriais (firmas individuais e pessoas jurídicas), cooperativas e associações formais de produtores que se dediquem às atividades de transformação ou beneficiamento de matérias-primas

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	<p>modernização, reforma e realocação de empreendimentos agroindustriais, contemplando: investimentos, inclusive a aquisição de empreendimentos em unidades já construídas ou em construção; capital de giro associado ao investimento e aquisição isolada de matérias-primas e insumos.</p>	<p>agropecuárias.</p> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
3. FNE PROATUR		
<p>▪ PROGRAMA DE APOIO AO TURISMO REGIONAL</p>	<p>OBJETIVO: Integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos, contemplando: investimentos, inclusive a aquisição de empreendimentos que constituam meios de hospedagem, com unidades já construídas ou em construção; capital de giro</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas privadas (empresários registrados na junta comercial e pessoas jurídicas) as quais tenham como objetivo econômico principalmente a atividade turística desenvolvida pelos segmentos indicados a seguir: <ul style="list-style-type: none"> a) Agências de viagens e turismo e operadoras turísticas; b) Meios de hospedagem (<i>resorts</i>, hotéis, hotéis históricos, hotéis-fazenda,

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	<p>associado ao investimento fixo; aquisição isolada de insumos; aquisição de veículos de passeio nacionais novos, apenas para empresas locadoras de veículos, podendo a aquisição ser financiada de forma isolada e aquisição, conversão, modernização, reforma ou reparação de embarcações utilizadas no transporte turístico de passageiros, inclusive de forma isolada.</p>	<p>barcos-hotel, pousadas, hospedarias de turismo ecológico ou ambiental, pousos rurais e alojamentos de selva);</p> <p>c) Transportadoras turísticas;</p> <p>d) Organizadoras de feiras;</p> <p>e) Organizadoras de congressos;</p> <p>f) Empresas prestadoras de serviços especializados que sejam terceirizadas e prestem serviços exclusivamente a eventos;</p> <p>g) Empresas que atuem com parques temáticos;</p> <p>h) Empresas que atuem com áreas de <i>camping</i>;</p> <p>i) Serviços de alimentação: restaurantes e lanchonetes localizados nos corredores turísticos;</p> <p>j) Empreendimentos destinados a proporcionar a prática de turismo náutico (a exemplo de marinas);</p> <p>k) Empreendimentos destinados a proporcionar a prática de turismo cultural (a exemplo</p>

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
		<p>de museus);</p> <p>l) Empreendimentos destinados à realização de eventos de negócios (a exemplo de centros de convenções);</p> <p>m) Empreendimentos que promovam atividades de animação (a exemplo de casas de espetáculos);</p> <p>n) Empreendimentos destinados a proporcionar prática de ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura e de esportes;</p> <p>o) Empreendimentos destinados à promoção turística;</p> <p>p) Empresas de planejamento e consultoria turística;</p> <p>q) Locadoras de veículos;</p> <p>r) Restauração de edifícios históricos para fins turísticos;</p> <p>s) Arenas multiuso, de responsabilidade da iniciativa privada, entendidas como ginásios, ou estádios que incorporem tecnologia e flexibilidade estrutural para diversos tipos de eventos de entretenimento e lazer, contemplando anexo, restaurantes,</p>

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
		<p>bares, lojas, instalações de apoio, serviços, etc.</p> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
III – COMERCIAL E SERVIÇOS		
1. FNE COMERCIO E SERVIÇOS		
<p>▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA OS SETORES COMERCIAL E DE SERVIÇOS</p>	<p>OBJETIVO: Contribuir para o desenvolvimento e ampliação dos setores de comércio e serviços, apoiando a integração, estruturação e aumento da competitividade, especialmente de micro e pequenas empresas.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos, contemplando: investimentos, inclusive serviços de complexos prisionais de ressocialização, de responsabilidade da iniciativa privada, viabilizados por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs); capital de giro associado ao investimento; aquisição isolada de bens, com o fim de formação de estoques para vendas, como parte constitutiva de sua</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas privadas comerciais e prestadoras de serviço (inclusive empresários), constituídas sob leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, na forma da Lei. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4 (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	atividade comercial regular; aquisição isolada de insumos pelas empresas prestadoras de serviços.	
IV – INFRAESTRUTURA		
1. FNE PROINFRA		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DA REGIÃO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover a ampliação dos serviços de infraestrutura econômica, dando sustentação às atividades produtivas da Região.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos, contemplando créditos para investimento e capital de giro associado ao investimento, para os seguintes setores: geração e distribuição de energia oriunda de fontes convencionais; obras de expansão de rede de distribuição de energia elétrica; oferta de água de boa qualidade para uso múltiplo; infraestrutura de transporte e logística; saneamento básico; sistemas telefônicos fixos ou moveis em comunidades;</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas jurídicas e firmas individuais; ▪ Consórcios de empresas constituídas para a finalidade de conduzir o empreendimento financiado; ▪ Empresas públicas não-dependentes de transferências financeiras do poder público, nos empreendimentos considerados prioritários para a economia, em decisão do conselho deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção</p>

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	exploração de gás natural.	ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.
V – PROGRAMAS ESPECIAIS		
1. FNE INOVAÇÃO		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INOVAÇÃO 	<p>OBJETIVO: Promover atividades e empreendimentos inovadores, o desenvolvimento da indústria regional de software e das empresas prestadoras de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).</p> <p>FINALIDADE: Financiar empreendimentos inovadores, tanto na ampliação da sua capacidade de desenvolver inovações, incluindo o apoio a iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, quanto na incorporação de tecnologias já disponíveis para o aprimoramento significativo de produtos, serviços e/ou processos e financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e realocação de empresas desenvolvedoras de <i>software</i> e prestadoras de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas privadas (firmas individuais e pessoas jurídicas), constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, na forma Lei, bem como os produtores rurais, atendidos individualmente ou por meio de suas entidades associativas. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4 (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
2. FNE-VERDE		

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À CONSERVAÇÃO E CONTROLE DO MEIO AMBIENTE 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento de atividades produtivas que propiciem ou estimulem a preservação, conservação e/ou recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade e competitividade das empresas e das cadeias produtivas.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos, contemplando créditos para: investimentos; custeio; capital de giro associado ao investimento; aquisição isolada de matérias-primas e insumos; beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produtores rurais e empresas rurais, industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, cooperativas e associações legalmente constituídas que desenvolvam em linhas gerais: <ul style="list-style-type: none"> a) Projetos de fabricação e/ou comercialização de produtos ou serviços direcionados ao controle da poluição ambiental em quaisquer de suas formas (hídrica, do solo, do ar, sonora, radioativa, etc.), ou para utilização eficiente de recursos naturais e energia; b) Projetos cujos produtos e serviços apresentam um diferencial de ganho ambiental dentro dos setores dos quais fazem parte; c) Projetos de uso racional de recursos naturais e energia, de disposição e tratamento de resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), de controle da geração de ruídos, de construção civil com eficiência ecológica e

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
		<p>semelhantes;</p> <p>d) Projetos de recuperação da qualidade ambiental em espaços territoriais;</p> <p>e) Projetos de manejo florestal e de reflorestamento, inclusive para fins econômicos (produtos e serviços florestais);</p> <p>f) Projetos para implantação de melhorias ambientais em seus processos produtivos ou que precisam atender requisitos legais para regularização de suas atividades.</p> <p>g) Projetos para implantação de melhorias ambientais em seus processos produtivos ou que precisam atender requisitos legais para regularização de suas atividades.</p> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4 (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
3. FNE PROCULTURA		

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
<p>▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO A CULTURA</p>	<p>OBJETIVO: Estruturar e desenvolver a economia da cultura, integrando e induzindo a produção, circulação e comercialização de produtos culturais, em reconhecimento às especificidades locais e regionais, contribuindo para o aumento da oferta de empregos na Região.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor cultural, bem como a produção, circulação, divulgação e comercialização de produtos e serviços culturais mediante a concessão de créditos para: investimento; capital de giro associado ao investimento; aquisição isolada de insumo pelas empresas prestadoras de serviços.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <p>▪ Empresas privadas (empresários registrados na junta comercial e pessoas jurídicas), exclusive fundações, conforme a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Produtoras de espetáculos de artes cênicas; b) Produtoras de espetáculos de música; c) Produtoras, gravadoras, editoras e distribuidoras de discos (CDs, DVDs) e outras mídias; d) Produtoras de audiovisual; e) Produtoras de artes visuais; f) Editoras de livros e outras publicações, excluindo jornais e revistas; g) Salas de exibição, casas de espetáculos, teatros, galerias de arte; h) Museus, bibliotecas, centros culturais; i) Comerciantes atacadistas e varejistas de produtos culturais,

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
		<p>excluindo bancas de revistas;</p> <p>j) Fabricantes de instrumentos e acessórios musicais;</p> <p>k) Escolas de artes cênicas, de música, de audiovisual, de artes visuais, de literatura e de restauração de patrimônio histórico.</p> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4 (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
4. FNE PRO-RECUPERAÇÃO AMBIENTAL		
<p>▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À REGULARIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DEGRADADAS</p>	<p>OBJETIVO: regularizar e recuperar áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, em atendimento às seguintes diretrizes:</p> <p>a) Promoção do desenvolvimento de atividades produtivas que propiciem ou estimulem a recuperação de reserva legal ou área de preservação ambiental;</p> <p>b) Incentivo ao produtor rural para se ajustar à legislação ambiental</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produtores rurais, empresas rurais, industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, cooperativas e associações legalmente constituídas que desenvolvam projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas.

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	<p>vigente;</p> <p>c) Estímulo à implantação de sistemas produtivos sustentáveis, priorizando a recuperação de áreas degradadas;</p> <p>d) Disseminação do conceito de agronegócio responsável e sustentável, agregando características de eficiência, boas práticas de produção, responsabilidade social e preservação ambiental.</p> <p>FINALIDADE: Financiar os investimentos necessários à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas.</p>	<p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4 (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
5. FNE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS		
<p>▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS MPES</p>	<p>OBJETIVO: Fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas (MPes), contribuindo para o fortalecimento e aumento da competitividade do segmento.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e realocação de empreendimentos,</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <p>▪ Empresas privadas (pessoas jurídicas e empresários registrados na junta comercial), classificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo os critérios da lei geral das MPes.</p>

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIARIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	<p>contemplando: investimentos; capital de giro associado ao investimento; aquisição isolada de bens, com o fim de formação de estoques para vendas, como parte constitutiva de sua atividade comercial regular, aquisição isolada de insumos e matérias-primas.</p>	<p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
6. PRONAF		
<p>▪ PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR</p>	<p>OBJETIVO: Destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, observadas as condições estabelecidas, entendendo-se por atividades não- agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.</p> <p>FINALIDADE: Os créditos do PRONAF podem destinar-se a custeio, investimento ou integralização de cotas-parte de agricultores familiares em cooperativas de produção.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São beneficiárias do PRONAF, as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovarem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Investimento e Custeio.</p>

Quadro 1.A – FNE – Programas Passíveis de Financiamento.

Fonte: Elaboração Própria a partir da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE 2010 (Objetivos e Beneficiários/Itens Financiáveis), do Manual Básico de Operações de Crédito do BNB (Finalidade) e do MCR – Manual de Crédito Rural do Banco Central (PRONAF).

¹⁵ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) segue regras específicas, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), podendo sobrepor-se às condições estabelecidas neste documento para os programas do FNE.

Tabela 1.A - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estados e Setores na Região Semiárida - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/ Total (%)
Alagoas	39.481	2.344	3.851	-	15.043	60.719	1,3
Bahia	311.943	5.864	24.829	284.132	102.526	729.294	16,0
Ceará	279.707	946	886.454	-	290.530	1.457.637	31,9
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	179.738	702	13.711	-	30.732	224.883	4,9
Paraíba	65.047	1.492	22.955	240.000	61.558	391.052	8,6
Pernambuco	214.491	7.393	155.254	166.066	122.144	665.348	14,6
Piauí	126.061	1.354	3.438	93.811	25.848	250.512	5,5
Rio Grande do Norte	116.895	5.098	76.667	398.750	79.649	677.059	14,8
Sergipe	73.230	15.061	13.141	-	10.324	111.756	2,4
Total	1.406.593	40.254	1.200.300	1.182.759	738.354	4.568.260	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 2.A - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/ Total (%)
Alagoas	81.161	41.463	256.765	-	25.474	404.863	6,5
Bahia	828.211	45.916	422.225	421.321	204.987	1.922.660	31,1
Ceará	53.588	4.788	190.248	-	277.734	526.358	8,5
Espírito Santo	59.386	10.162	9.837	-	41.600	120.985	2,0
Maranhão	592.057	247	61.121	45.675	230.060	929.160	15,0
Minas Gerais	213.063	-	1.899	-	47.972	262.934	4,3
Paraíba	27.612	22.517	37.166	18.126	38.901	144.322	2,3
Pernambuco	49.654	458	515.671	226.407	170.091	962.281	15,6
Piauí	255.061	473	54.591	126.189	86.974	523.288	8,5
Rio Grande do Norte	5.725	1.238	20.771	-	32.758	60.492	1,0
Sergipe	85.179	53.028	95.857	-	95.496	329.560	5,3
Total	2.250.697	180.290	1.666.151	837.718	1.252.047	6.186.903	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratação" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 3.A - FNE - Contratações por Estado e Zona Climática - Exercício de 2010

Estado	Semiárido	Fora do Semiárido	Valores em R\$ mil	
			Total Valor	(%)
Alagoas	60.719	404.863	465.582	4,3
Bahia	729.294	1.922.660	2.651.954	24,7
Ceará	1.457.637	526.358	1.983.995	18,5
Espírito Santo	-	120.985	120.985	1,1
Maranhão	-	929.160	929.160	8,6
Minas Gerais	224.883	262.934	487.817	4,5
Paraíba	391.052	144.322	535.374	5,0
Pernambuco	665.348	962.281	1.627.629	15,1
Piauí	250.512	523.288	773.800	7,2
Rio Grande do Norte	677.059	60.492	737.551	6,9
Sergipe	111.756	329.560	441.316	4,1
Total	4.568.260	6.186.903	10.755.163	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 4.A - FNE - Ativo, Comprometimentos e Disponibilidades por Zona Climática Posição: 31.12.2010

Especificação	Semiárido	Fora do Semiárido	Valores em R\$ mil	
			Total Valor	(%) de (A)
Ativo Total (A)	16.663.316	16.663.315	33.326.631	104,6
Recursos Comprometidos (B)	11.989.045	17.856.225	29.845.270	94,2
Recursos Aplicados	11.228.544	16.860.112	29.673.498	88,9
Operações de Crédito	12.264.795	17.291.197	29.555.992	88,6
Provisão para Operações de Crédito	(819.694)	(398.897)	(1.218.591)	(3,7)
Relações Interfinanceiras	347.878	983.567	1.331.445	4,0
Títulos do PROAGRO/Dívida Agrária	632	891	1.523	-
Outros Créditos	1.298	1.831	3.129	-
Recursos Comprometidos c/Op. Crédito	760.501	996.113	1.756.614	5,3
Recursos a Comprometer (C) = (A - B)	4.674.270	(1.192.910)	3.481.360	10,4
Valores a Comprometer Ops. Contratadas (D)	887.808	944.924	1.832.732	5,5

Valores em R\$ mil

Especificação	Semiário	Fora do Semiário	Total	
			Valor	(%) de (A)
Demanda nas Agências (E)	1.924.339	2.696.535	4.620.874	13,9
Insuficiência/Excesso de Demanda (F) = (C - D - E)	1.862.123	(4.834.369)	(2.972.246)	(8,9)

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 5.A - FNE - Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados - Exercício de 2010

Estados	Valores em R\$ mil		
	Contratações Setor Rural (A)	PIB Setor Primário (B)	A / B (%)
Alagoas	120.643	1.376.135	8,8
Bahia	1.140.154	8.991.256	12,7
Ceará	333.296	3.721.447	9,0
Espírito Santo	59.385	1.973.840	3,0
Maranhão	592.058	7.682.047	7,7
Minas Gerais	392.801	2.765.507	14,2
Paraíba	92.658	1.409.177	6,6
Pernambuco	264.144	3.234.189	8,2
Piauí	381.122	1.630.614	23,4
Rio Grande do Norte	122.620	1.020.813	12,0
Sergipe	158.409	908.999	17,4
Total	3.657.290	34.714.024	10,5

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2003 a 2007.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os valores que deram origem aos percentuais apresentados para estes estados, se referem apenas ao somatório dos municípios do Norte de Minas Gerais e do Norte do Espírito Santo, pertencentes a área de atuação do BNB, conforme dados disponibilizados pelo IBGE. (3) O PIB de 2007 foi atualizado para 2009 pelo deflator implícito agropecuário do Brasil, único disponibilizado pelo IBGE. Como o deflator implícito do PIB é um índice médio, a atualização de 2009 para jun-10, foi feita pelo fator resultante da divisão do IGP-DI médio do primeiro semestre de 2010, pelo IGP-DI médio de 2009.

Tabela 6.A - FNE - Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Estados	Contratações Setor Industrial/Turismo (A)	PIB Setor Secundário (B)	A / B
Alagoas	260.615	4.041.190	6,4
Bahia	447.054	29.530.061	1,5
Ceará	1.076.702	12.449.490	8,6
Espírito Santo	9.837	2.643.614	0,4
Maranhão	61.121	5.838.415	1,0
Minas Gerais	15.609	3.158.708	0,5
Paraíba	60.123	4.952.322	1,2
Pernambuco	670.925	13.105.532	5,1
Piauí	58.029	2.421.441	2,4
Rio Grande do Norte	97.438	5.690.437	1,7
Sergipe	108.998	5.807.448	1,9
Total	2.866.451	89.638.658	3,2

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2003 a 2007.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os valores que deram origem aos percentuais apresentados para estes estados, se referem apenas ao somatório dos municípios do Norte de Minas Gerais e do Norte do Espírito Santo, pertencentes à área de atuação do BNB, conforme dados disponibilizados pelo IBGE. (3) O PIB de 2007 foi atualizado para 2009 pelo deflator implícito industrial do Brasil, único disponibilizado pelo IBGE. Como o deflator implícito do PIB é um índice médio, a atualização de 2009 para jun-10, foi feita pelo fator resultante da divisão do IGP-DI médio do primeiro semestre de 2010, pelo IGP-DI médio de 2009.

Tabela 7.A - FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência por Risco – Posição: 31.12.2010

Valores em R\$ mil

Risco	Aplicações	Inadimplência	%
Exclusivo FNE	5.679.400	518.498	9,1
Compartilhado FNE / BNB	23.453.505	516.317	2,2
PROCERA	211.798	82.899	39,1
Integral BNB	211.289	5.823	2,8
Total	29.555.992	1.123.537	3,8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 8.A - FNE - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa do Empreendimento e Programa – Posição: 31.12.2010

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agro-industrial	Industrial	Turismo	Infra-estrutura	Comércio e Serviços	Financ. à Exportação	Programa da Terra	Programas Especiais				Total	
									Rural	Agro-industrial	Industrial	Infra-estrutura		Comércio/Serviços
Alagoas	421.699	152.697	264.188	38.531	52.477	144.167	85.400	26.359	216.257	617	13.252	-	30.979	1.446.623
Bahia	2.617.317	86.691	915.276	108.894	1.085.439	696.058	9.571	44.592	928.175	4.474	158.685	-	198.403	6.853.575
Ceará	1.132.211	136.822	849.389	77.534	794.238	616.988	87.366	8.705	689.689	4.270	289.957	-	403.236	5.090.405
Espírito Santo	172.556	66.486	10.727	2.529	-	44.044	19.578	-	57.260	4	4.550	-	8.053	385.787
Maranhão	1.337.492	178.946	177.511	51.884	500.899	420.607	44.938	23.711	713.834	1.925	43.199	-	105.037	3.599.983
Minas Gerais	793.483	5.752	27.492	1.320	11.754	84.610	-	2.825	537.523	314	9.588	-	77.201	1.551.862
Paraíba	308.116	25.975	232.059	9.496	286.031	177.064	13.271	24.873	232.291	2.545	65.112	13.632	62.802	1.453.267
Pernambuco	805.398	42.257	459.875	58.498	786.023	447.818	39.420	34.043	576.662	624	319.018	-	156.542	3.726.178
Piauí	911.419	10.089	40.641	11.305	351.751	199.494	4.768	1.345	405.030	2.634	15.734	-	78.620	2.032.830
Rio Grande do Norte	490.152	24.025	121.642	36.058	471.702	218.931	11.460	21.114	297.832	1.576	250.554	-	85.174	2.030.220
Sergipe	416.934	231.127	190.860	45.256	38.307	158.089	7.675	24.231	169.865	430	20.416	-	82.072	1.385.262
Total	9.406.777	960.867	3.289.660	441.305	4.378.621	3.207.870	323.447	211.798	4.824.418	19.413	1.190.065	13.632	1.288.119	29.555.992

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 9.A - FNE - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa do Empreendimento e Porte de Tomadores - Posição: 31.12.2010

Valores em R\$ mil

Estado	Cooperativas/ Associações	Micro e Mini	Pequeno	Médio	Grande	Total
Alagoas	60.564	397.654	120.968	197.344	670.093	1.446.623
Bahia	61.796	1.597.620	651.964	957.534	3.584.661	6.853.575
Ceará	56.568	1.249.226	694.268	994.531	2.095.812	5.090.405
Espírito Santo	-	58.962	40.931	92.460	193.434	385.787
Maranhão	20.968	876.049	294.230	444.442	1.964.294	3.599.983
Minas Gerais	23.463	506.990	282.117	235.097	504.195	1.551.862
Paraíba	23.726	415.697	193.399	222.954	597.491	1.453.267
Pernambuco	39.885	899.337	347.447	562.586	1.876.923	3.726.178
Piauí	33.803	647.231	219.577	198.090	934.129	2.032.830
Rio Grande do Norte	62.441	447.928	257.284	277.233	985.334	2.030.220
Sergipe	4.983	362.365	206.761	368.564	442.589	1.385.262
Total	388.197	7.459.059	3.308.946	4.550.835	13.848.955	29.555.992

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 10.A - FNE - Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa – Posição: 31.12.2010

Valores em R\$ mil

Porte									Programas Especiais				Total	
	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infra-estrutura	Comércio e Serviços	Financ. à Exportação	Programa da Terra	Rural	Agroindustrial	Industrial	Infra-estrutura		Comércio e Serviços
Cooperativas/Assoc	291.506	26.273	9.804	-	-	5.124	-	53.065	797	26	30	-	1.572	388.197
Mini/Micro	2.457.853	1.724	16.634	8.129	-	152.896	-	112.400	4.407.576	1.049	33.124	-	267.674	7.459.059
Pequeno	1.432.538	30.941	104.639	67.445	-	305.701	640	46.299	19.816	18.338	279.324	-	1.003.265	3.308.946
Médio	1.257.175	250.456	828.438	307.652	141.464	1.325.933	21.798	4	67.468	-	327.919	13.632	8.896	4.550.835
Grande	3.967.705	651.473	2.330.145	58.079	4.237.157	1.418.216	301.009	30	328.761	-	549.668	-	6.712	13.848.955
Total	9.406.777	960.867	3.289.660	441.305	4.378.621	3.207.870	323.447	211.798	4.824.418	19.413	1.190.065	13.632	1.288.119	29.555.992

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 11.A - FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia – Posição: 31.12.2010

VIDE CD-ROM (1) ANEXO

Tabela 12.A - FNE - Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento - Posição: 31.12.2010

Valores em R\$ mil

Programas	Semiárido			Fora do Semiárido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
AGRIN	809.157	17.313	2,1	234.296	9.075	3,9	1.043.453	26.388	2,5
AGRIN-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AQUIPESCA	170.967	4.888	2,9	140.496	3.854	2,7	311.463	8.742	2,8
DITEC-PRODESA	1.011	111	11,0	125.119	15.401	12,3	126.130	15.512	12,3
DITEC-PRODIR	-	-	-	2.014	2.014	100,0	2.014	2.014	100,0
DITEC-PROINTEC	490	37	7,6	21.244	2.116	10,0	21.734	2.153	9,9
FNE INDUS-INUNDACOES/2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE RURAL-INUNDACOES/2000	20	9	45,0	-	-	-	20	9	45,0
FNE VERDE/SERVICOS	437	-	-	-	-	-	437	-	-
FNE VERDE-COMERCIAL	3	-	-	-	-	-	3	-	-
FNE VERDE-INDUSTRIAL	555.246	1.228	0,2	320.908	311	0,1	876.154	1.539	0,2
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	13.632	-	-	-	-	-	13.632	-	-
FNE VERDE-RURAL	322.469	420	0,1	97.236	321	0,3	419.705	741	0,2
FNE-AQUISICAO DE CTN	446	30	6,7	550	95	17,3	996	125	12,6
FNE-COMERCIO	1.304.872	18.956	1,5	460.556	11.241	2,4	1.765.428	30.197	1,7
FNE-ESTIAGEM/98	8.525	1.633	19,2	58.060	8.848	15,2	66.585	10.481	15,7
FNE-MPE-AGROINDUSTRIA	12.239	53	0,4	7.175	14	0,2	19.414	67	0,3
FNE-MPE-COMERCIO	320.697	4.546	1,4	383.745	3.538	0,9	704.442	8.084	1,1
FNE-MPE-CULTURA/COMERCIO	36	-	-	-	-	-	36	-	-
FNE-MPE-CULTURA/INDUSTRIA	-	-	-	7	-	-	7	-	-
FNE-MPE-CULTURA/SERVICOS	732	-	-	528	6	1,1	1.260	6	0,5
FNE-MPE-INDUSTRIA	108.242	950	0,9	118.322	956	0,8	226.564	1.906	0,8
FNE-MPE-SERVICOS	333.125	1.428	0,4	233.204	701	0,3	566.329	2.129	0,4
FNE-MPE-TURISMO	53.626	325	0,6	29.453	234	0,8	83.079	559	0,7
FNE-OP.EST/98 ADQ.-LEI 11322	1.244	103	8,3	5.670	542	9,6	6.914	645	9,3
FNE-OP.EST/98 CONV-LEI10464	917	109	11,9	10.848	1.534	14,1	11.765	1.643	14,0
FNE-OP.ESTI/98 CONV-LEI10696	1.947	169	8,7	14.600	1.277	8,7	16.547	1.446	8,7
FNE-OP.PRONAF ADQ.-LEI 11322	2.537	248	9,8	3.639	330	9,1	6.176	578	9,4
FNE-OP.PRONAF CONV-LEI10464	31.021	4.250	13,7	199.301	27.859	14,0	230.322	32.109	13,9

Programas	Semiárido			Fora do Semiárido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
FNE-OP.PRONAF CONV-LEI10696	14.444	1.889	13,1	30.243	3.145	10,4	44.687	5.034	11,3
FNE-OUTR.OP.ADQ.-LEI 11322	67.190	5.259	7,8	158.234	13.355	8,4	225.424	18.614	8,3
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10464	11.626	1.711	14,7	79.306	10.767	13,6	90.932	12.478	13,7
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10696	19.316	1.957	10,1	96.136	9.405	9,8	115.452	11.362	9,8
FNE-SERVICOS	1.196.365	9.810	0,8	286.612	3.631	1,3	1.482.977	13.441	0,9
INDUSTRIAL	2.443.130	29.292	1,2	995.161	19.755	2,0	3.438.291	49.047	1,4
INOVACAO-COMERCIAL	84	-	-	20	-	-	104	-	-
INOVACAO-INDUSTRIAL	-	-	-	80	-	-	80	-	-
INOVACAO-SERVICOS	641	-	-	-	-	-	641	-	-
MINERAL-CONC.LICENCIAMENTO	-	-	-	199	-	-	199	-	-
MINERAL-PESQUISA	-	-	-	4.967	2.319	46,7	4.967	2.319	46,7
MINERAL-PME	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OP.FAT PRONAF RECLASSIF-FNE	2.297	347	15,1	133	22	16,5	2.430	369	15,2
OP.FAT/ESTIAG-RECLASSIF-FNE	127	9	7,1	267	18	6,7	394	27	6,9
OP.SECURIT/MIX-RECLASSIF.P/FNE	65	-	-	-	-	-	65	-	-
OUT.OP.C/MIX-RECLASSIF.P/FNE	28.183	1.696	6,0	14.062	923	6,6	42.245	2.619	6,2
OUTRAS OP.FAT-RECLASSIF-FNE	6.612	295	4,5	14.202	405	2,9	20.814	700	3,4
PROAGRI	96.134	8.075	8,4	54.297	5.496	10,1	150.431	13.571	9,0
PROATUR	397.065	10.438	2,6	44.240	2.374	5,4	441.305	12.812	2,9
PROCAR	76	1	1,3	193	1	0,5	269	2	0,7
PROCOOP	650	51	7,8	5	-	-	655	51	7,8
PROCULTURA-COMERCIO	6.295	-	-	-	-	-	6.295	-	-
PROCULTURA-SERVICOS	8.528	-	-	231	-	-	8.759	-	-
PRODESA	936	157	16,8	14.771	1.765	11,9	15.707	1.922	12,2
PRODETEC INDUSTRIAL	1.433	45	3,1	1.990	215	10,8	3.423	260	7,6
PRODETEC RURAL	-	-	-	2	-	-	2	-	-
PRODETEC-COMERCIAL	69	1	1,4	102	31	30,4	171	32	18,7
PRODETEC-INCUBADAS	468	65	13,9	7	7	100,0	475	72	15,2
PRODETEC-P&D	47	47	100,0	-	-	-	47	47	100,0
PRODETEC-PROINTEC	1	1	100,0	-	-	-	1	1	100,0

Programas	Semiárido			Fora do Semiárido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
PRODETEC-PROTEC	237	-	-	-	-	-	237	-	-
PRODETEC-SERVICOS	140	24	17,1	-	-	-	140	24	17,1
PRODETEC-TRANSFER	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-MET.MEC.-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-METAL MECANICA	14	14	100,0	9	-	-	23	14	60,9
PRODIN-MIN.N.METAL.-GIRO ESP.	107	28	26,2	-	-	-	107	28	26,2
PRODIN-MINERAL N.METALICO	410	148	36,1	221	79	35,7	631	227	36,0
PRODIN-QUIMICO	637	40	6,3	2.010	353	17,6	2.647	393	14,8
PRODIN-QUIMICO-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFIBRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFROTA PESQUEIRA	17.144	-	-	-	-	-	17.144	-	-
PROGER	111.098	17.057	15,4	169.674	24.103	14,2	280.772	41.160	14,7
PROGRAMA DA TERRA	130.433	53.562	41,1	81.365	29.337	36,1	211.798	82.899	39,1
PROINFRA	2.642.505	-	-	1.736.116	-	-	4.378.621	-	-
PROIR-AGRICULTURA IRRIGADA	95.853	6.783	7,1	208.017	22.905	11,0	303.870	29.688	9,8
PROMICRO - FNE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROMOC	236	38	16,1	752	263	35,0	988	301	30,5
PROMOC-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF (FNE)	24.868	2.982	12,0	49.017	6.038	12,3	73.885	9.020	12,2
PRONAF FLORESTA - FNE	3.769	-	-	1.601	-	-	5.370	-	-
PRONAF GRUPO "A" - FNE	536.690	39.213	7,3	534.734	39.658	7,4	1.071.424	78.871	7,4
PRONAF GRUPO "B" - FNE	368.354	42.825	11,6	563.254	48.581	8,6	931.608	91.406	9,8
PRONAF GRUPO "C" - FNE	184.574	20.850	11,3	538.454	49.373	9,2	723.028	70.223	9,7
PRONAF GRUPO "D" - FNE	195.578	22.584	11,5	308.150	32.179	10,4	503.728	54.763	10,9
PRONAF GRUPO "E" - FNE	6.174	471	7,6	6.723	502	7,5	12.897	973	7,5
PRONAF GRUPO A/C - FNE	6.978	2.056	29,5	9.899	3.636	36,7	16.877	5.692	33,7
PRONAF JOVEM - FNE	1.001	74	7,4	1.849	88	4,8	2.850	162	5,7
PRONAF MULHER - FNE	21.708	1.130	5,2	79.289	4.522	5,7	100.997	5.652	5,6
PRONAF SEMI-ARIDO - FNE	-	-	-	107.187	4.060	3,8	107.187	4.060	3,8

Programas	Semiárido			Fora do Semiárido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
PRONAF/AGREGAR (FNE)	-	-	-	46	41	89,1	46	41	89,1
PRONAF-A/FAT OP.ADQ.P/FNE	14.891	2.169	14,6	7.023	1.005	14,3	21.914	3.174	14,5
PRONAF-AGRINF (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	-	-	-	39	-	-	39	-	-
PRONAF-AGROINDUSTRIA (FNE)	555	30	5,4	1.540	79	5,1	2.095	109	5,2
PRONAF-COMUM (FNE)	82.183	2.735	3,3	163.277	4.839	3,0	245.460	7.574	3,1
PRONAF-ECO (FNE)	352	-	-	2.194	-	-	2.546	-	-
PRONAF-EMERGENCIAL/2009	1.293	298	23,0	3.678	645	17,5	4.971	943	19,0
PRONAF-GRUPO									
A/RECUPERACAO/FNE	3.707	54	1,5	3.848	115	3,0	7.555	169	2,2
PRONAF-MAIS									
ALIMENT/REVITALIZA	131	-	-	328	-	-	459	-	-
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	80.585	19	-	205.573	46	-	286.158	65	-
PROPAN	118	-	-	-	-	-	118	-	-
PROPEC	301.801	27.366	9,1	924.415	101.639	11,0	1.226.216	129.005	10,5
PROPEC-ENGORDA ESPECIAL	-	-	-	815	-	-	815	-	-
PRO-RENDA	13	-	-	9	2	22,2	22	2	9,1
PROTAD-BEBIDA/COMIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-CONFECÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/CALCADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/PELE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-MADEIRA/MOBIL.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-PRODS.ALIMENT.	8	1	12,5	230	34	14,8	238	35	14,7
PROTAD-PRODS.ALIMENT.G.ESP.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-TEXTIL	18.394	948	5,2	13.552	353	2,6	31.946	1.301	4,1
PROTAD-TEXTIL-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-V.CALC/ART.COURO-G.ESPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-VEST.CALC/ART.COURO	5.224	1.446	27,7	94	26	27,7	5.318	1.472	27,7
RECOOP	21.577	799	3,7	1.191	201	16,9	22.768	1.000	4,4
REN.DIVID-RES.2471/98-FNE	322.198	5.237	1,6	320.024	11.008	3,4	642.222	16.245	2,5

Valores em R\$ mil

Programas	Semiárido			Fora do Semiárido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
RES.2471-FAT S/MIX RECLASS-FNE	10.407	279	2,7	42.979	634	1,5	53.386	913	1,7
RES.2471-MIX RECLASSIF.P/FNE	3.227	113	3,5	35.150	1.204	3,4	38.377	1.317	3,4
RURAL	3.458.363	110.849	3,2	2.038.681	81.812	4,0	5.497.044	192.661	3,5
RURAL/PRODECER III-COM RISCO	53.502	-	-	-	-	-	53.502	-	-
RURAL/PRODECER III-SEM RISCO	3.747	-	-	-	-	-	3.747	-	-
RURAL-CACAU/MP 432-LEI 11.775	30.855	-	-	788	-	-	31.643	-	-
RURAL-CRED.PGTO.JUROS-RES.2471	2.260	3	0,1	433	1	0,2	2.693	4	0,1
RURAL-INUNDACOES 2004 E 2008	8.677	96	1,1	1.261	2	0,2	9.938	98	1,0
RURAL-PGT.JUROS/2471-OP.RECLAS	22	-	-	57	-	-	79	-	-
Total	17.128.018	490.273	2,9	12.427.977	633.264	5,1	29.555.995	1.123.537	3,8

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 13.A - FNE- Contratações em Mesorregiões – Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Mesorregiões	Programação FNE 2010	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	260.300	8.047	845.676
Chapada do Araripe	207.500	15.136	224.128
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	225.880	10.728	179.096
Xingó	122.770	17.980	333.456
Bico Papagaio	194.100	3.913	158.844
Seridó	61.000	9.278	60.200
Total	1.071.550	65.082	1.801.400

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 14.A - FNE- Contratações em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		49.852	704.991
	Chapada das Mangabeiras	3.724	47.175
	Chapada do Araripe	15.136	224.128
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.734	40.032
	Xingó	17.980	333.456
	Seridó	9.278	60.200
Outras Regiões		15.230	1.096.409
	Chapada das Mangabeiras	4.323	798.501
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	6.994	139.063
	Bico Papagaio	3.913	158.845
	Total	65.082	1.801.400

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 15.A - FNE- Contratações por Mesorregiões - Setor Rural - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
FNE RURAL (Exceto PRONAF)	637	666.321	403	20.368	375	93.518	1.056	57.683	320	8.997	183	65.347	2.974	912.234
PRONAF	7.028	22.566	13.843	52.992	10.055	28.036	16.358	56.942	8.406	21.347	3.626	14.276	59.316	196.159
Total	7.665	688.887	14.246	73.360	10.430	121.554	17.414	114.625	8.726	30.344	3.809	79.623	62.290	1.108.393

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 16.A - FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Agroindustrial - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado	5	12.472	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	12.472
Fruticultura	-	-	-	-	-	-	3	746	-	-	-	-	3	746
Ind. Prod. Alimentícios	-	-	-	-	1	138	-	-	-	-	-	-	1	138
Laticínios	-	-	-	-	2	534	1	50	1	38	1	73	5	695
Moagem e Benef.	5	188	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	6	192
Proces. Benef. Cana de Açúcar	-	-	-	-	1	28.659	-	-	-	-	-	-	1	28.659
Proces. Benef. Frutas e Hortaliças	1	15	-	-	-	-	8	2.571	-	-	-	-	9	2.586
Total	11	12.675	1	4	4	29.331	12	3.367	1	38	1	73	30	45.488

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 17.A - FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Industrial - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado	-	-	-	-	1	18	-	-	-	-	-	-	1	18
Alimentação	-	-	1	40	-	-	-	-	3	117	-	-	4	157
Com. Atacadista	-	-	-	-	1	31	-	-	-	-	-	-	1	31
Com. Varejista	-	-	2	120	-	-	1	200	2	59	-	-	5	379
Edifícios e Obras de Eng. Civil	-	-	1	56	-	-	-	-	1	42	-	-	2	98
Ind. Eletroeletrônica	-	-	5	311	-	-	-	-	-	-	-	-	5	311
Ind. Gráfica	1	74	6	1.200	1	50	3	154	1	21	-	-	12	1.499
Ind. Metal - Mecânica	3	97	9	526	-	-	5	177	1	13	1	20	19	833
Ind. Calçados	-	-	45	22.813	-	-	-	-	1	13	-	-	46	22.826
Ind. Celulose, Papel e Prod. Papel	-	-	1	11	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11
Ind. Mobiliário	2	50	3	107	2	30	-	-	1	195	1	1.266	9	1.648
Ind. Prod. Alimentícios	5	165	19	1.260	12	1.398	12	254	28	1.179	-	-	76	4.256
Ind. Prod. Limpeza, perfumaria, cosméticos	2	156	11	195	3	56	-	-	2	43	-	-	18	450
Ind. Prod. Minerais não Metálicos	3	263	62	13.220	1	200	4	179	33	3.709	2	825	105	18.396
Ind. Prod. Plástico	1	56	6	1.077	-	-	3	9.248	1	31	-	-	11	10.412
Ind. Têxtil	-	-	-	-	-	-	28	2.786	14	697	1	91	43	3.574
Ind. Vestuário e Acessórios	-	-	14	545	3	78	6	420	16	1.030	2	679	41	2.752
Laticínios	2	20	1	31	-	-	-	-	2	152	-	-	5	203
Moagem e Benef. Ecológico	-	-	6	277	-	-	-	-	-	-	-	-	6	277
	-	-	-	-	-	-	-	-	1	33	-	-	1	33

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Proces.Benef.Castanha de Caju	-		1	498	-		-		-		-		1	498
Ind.Gelo	-		3	427	-		1	50	-		-		4	477
Ind.Prod.Borracha	-		2	264	1	25	-		-		-		3	289
Ind.Tintas,Vernizes e Esmaltes	-		1	1.029	-		-		-		-		1	1.029
Ind.Bebidas, Exceto Agroindústria	-		1	25	1	4.235	-		-		-		2	4.260
Ind.Madeira, Exceto Mobiliário	-		1	71	1	1.732	-		-		-		2	1.803
Ind.Couros e Peles	-		4	251	-		-		-		-		4	251
Proces.Benef.Frutas e Hortaliças	-		1	75	-		-		-		-		1	75
Curtume	-		-		-		1	900	-		-		1	900
Ind.Transportes	-		1	82	-		-		-		-		1	82
Extração de Minerais Metálicos	-		-		-		-		3	518	1	155	4	673
Ind.Prod.Farmaceuticos e Defensivos Agrícolas	-		2	21.994	-		-		1	49	-		3	22.043
Ind. De Transformação Intermediação	-		2	118	-		1	40	-		-		3	158
Financeira	-		-		-		1	152	-		-		1	152
Ind. Siderúrgica	-		-		-		-		-		2	5.371	2	5.371
Extração de Minerais Não Metálicos	-		1	25	-		-		6	1.009	-		7	1.034
Total	19	881	212	66.648	27	7.853	66	14.560	117	8.910	10	8.407	451	107.259

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 18.A - FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Turismo - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	1	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25
Ativs.Aux.Transportes	-	-	1	19	2	515	1	34	-	-	-	-	4	568
Transp.Turismo	-	-	-	-	1	435	-	-	-	-	-	-	1	435
Hospedagem	1	50	2	10.825	6	2.323	-	-	2	252	2	750	13	14.200
Total	2	75	3	10.844	9	3.273	1	34	2	252	2	750	19	15.228

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 19.A - FNE - Contratações em Mesorregiões - Infraestrutura - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Prod. Distr. Eletricidade, Gás e Água (1)	1	126.189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	126.189
Ativs.Aux.Transportes	-	-	-	-	-	-	1	166.066	-	-	-	-	1	166.066
Total	1	126.189	-	-	-	-	1	166.066	-	-	-	-	2	292.255

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Somente Energia Elétrica.

Tabela 20.A - FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Comercial/Serviços - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	10	352	25	2.545	13	1.020	11	529	10	221	2	147	71	4.814
Assessoria, Consultoria e Treinamento	-	-	1	35	1	21	-	-	4	235	2	273	8	564
Ativs.Aux.Transportes	3	447	4	421	-	-	10	608	3	420	-	-	20	1.896
Comércio Atacadista	12	2.391	36	4.114	8	478	31	3.184	30	2.610	14	668	131	13.445
Comércio Varejista	272	11.103	504	37.135	199	11.780	368	22.160	311	11.339	50	7.920	1.704	101.437
Edifícios e Obras de Eng.Civil	2	246	6	447	-	-	3	341	6	778	7	52.720	24	54.532
Educação	5	93	5	839	3	232	2	132	4	276	-	-	19	1.572
Entretenimento	-	-	2	418	-	-	3	268	2	91	-	-	7	777
Fruticultura	-	-	-	-	-	-	1	200	-	-	-	-	1	200
Ind. Eletro - eletrônica	-	-	1	24	-	-	-	-	-	-	-	-	1	24
Ind. Gráfica	-	-	1	43	-	-	-	-	2	51	-	-	3	94
Ind. Mobiliário	-	-	-	-	1	55	-	-	-	-	-	-	1	55
Ind.Prod.Alimentícios	-	-	-	-	1	11	1	10	-	-	-	-	2	21
Ind.Prod.Limpeza, perfumaria, cosméticos	-	-	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	1	25
Ind.Prod.Minerais não Metálicos	-	-	3	144	-	-	-	-	1	50	-	-	4	194
Ind. Têxtil	-	-	-	-	-	-	2	161	-	-	-	-	2	161
Ind. Vestuário e Acessórios	-	-	2	33	-	-	-	-	-	-	-	-	2	33
Laticínios	-	-	-	-	-	-	4	18	-	-	-	-	4	18
OBRAS DE INSTALACOES	1	151	-	-	-	-	-	-	-	-	1	83	2	234
Reparação e Conservação	7	515	5	513	2	172	3	176	8	321	1	538	26	2.235
Saneamento Básico	-	-	1	63	-	-	-	-	-	-	-	-	1	63
Saúde, Serv. Médicos/Veterinários	1	34	23	2.148	10	1.037	21	1.769	7	445	3	873	65	6.306
Serv. aux. a Industria	-	-	-	-	1	30	-	-	-	-	-	-	1	30

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Serv.Aux.Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	1	10	1	153		-		-	1	30	1	21	4	214
Serv.Pessoais		-	13	1.163	1	846	2	133	3	41		-	19	2.183
Transporte Rodoviário	1	7	9	1.891	7	520	10	569	6	595	1	894	34	4.476
Serv.Aux. Construção	3	250		-		-		-		-		-	3	250
Com.Varej. Turístico		-	1	12	1	15		-		-		-	2	27
Hospedagem		-	1	14		-	4	369	3	28	1	8	9	419
Atv.Associativas		-		-		-	1	26		-		-	1	26
Serv. Aux. Adm. Empresas	4	81	4	289	1	5	4	171	1	36		-	14	582
Aluguel Maquinas e Equipamentos.		-	7	6.531		-		-	9	1.177	2	4.477	18	12.185
Telecomunicações		-	1	126		-	1	15	4	282		-	6	423
Informática		-		-		-		-	1	35		-	1	35
Alimentação Preparada		-	2	214	1	50		-	1	105	1	30	5	399
Ind.Madeira, Exceto Mobiliário		-	1	7		-		-		-		-	1	7
Ind.Prod.Farmaceuticos e Defensivos Agrícolas		-		-	1	87		-		-		-	1	87
Imobiliárias e Aluguéis	21	863	2	222	1	209	1	3.868	3	243		-	28	5.405
Ind. De Transformação		-	1	50		-		-		-	3	163	4	213
Preparação do terreno	2	356	6	13.094	1	186		-	2	370		-	11	14.006
Infraestrutura para Energia Elétrica e Telecomunicações		-		-		-		-	3	540		-	3	540
Outras atividades relacionadas ao lazer	2	16	4	399	2	250	2	71	6	227	1	1.171	17	2.134
Intermediários do Comercio	1	7	2	185	3	81		-	1	109	1	6	8	388
Técnicos	1	48		-		-		-		-		-	1	48
Total	349	16.970	674	73.272	258	17.085	486	34.803	432	20.655	91	69.992	2.290	232.777

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Tabela 21.A - FNE - Contratações com Clientes que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez – Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

UF	MINI		MICRO		PEQUENO		MEDIO		GRANDE		TOTAL	
	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor
AL	4.995	14.340	52	2.547	84	9.980	8	11.417	1	2.886	5.140	41.170
BA	18.738	58.932	309	15.859	543	63.853	86	45.119	17	290.207	19.693	473.970
CE	15.756	79.825	729	39.720	470	146.003	69	152.677	7	502.026	17.031	920.251
ES	104	3.818	9	204	33	3.029	6	8.981	1	1.126	153	17.158
MA	13.556	71.709	47	2.456	299	39.427	31	22.501	11	87.301	13.944	223.394
MG	9.571	31.794	207	9.773	168	15.781	29	19.708	8	22.875	9.983	99.931
PB	7.252	20.326	154	5.986	203	25.099	5	5.201	4	250.072	7.618	306.684
PE	13.128	56.320	259	12.857	489	65.692	38	38.065	10	545.629	13.924	718.563
PI	9.467	35.327	56	2.235	213	16.870	29	26.843	7	13.976	9.772	95.251
RN	4.213	15.047	123	4.479	267	21.484	21	16.029	1	90	4.625	57.129
SE	2.635	9.747	115	6.430	183	15.869	28	11.175	2	3.789	2.963	47.010
Total	99.415	397.185	2.060	102.546	2.952	423.087	350	357.716	69	1.719.977	104.846	3.000.511

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 22.A - FNE - Contratações de Valor Superior a R\$ 10 milhões – Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

UF	Tipologia	Localização	Programa	Valor do Financiamento
AL	BAIXA RENDA	ANADIA	RURAL	10.566
AL	BAIXA RENDA	CORURIBE	AGRIN	30.000
AL	BAIXA RENDA	CORURIBE	RURAL	23.184
AL	ALTA RENDA	MACEIO	INDUSTRIAL	229.650
AL	ALTA RENDA	MACEIO	PROATUR	10.491
BA	DINÂMICA	BARREIRAS	AGRIN	10.864
BA	DINÂMICA	BARREIRAS	RURAL	43.501
BA	ALTA RENDA	CANDEIAS	INDUSTRIAL	97.000
BA	ALTA RENDA	CANDEIAS	PROINFRA-2	382.253
BA	DINÂMICA	CORRENTINA	RURAL	32.440
BA	ESTAGNADA	ITABUNA	INDUSTRIAL	11.994
BA	ESTAGNADA	JACOBINA	PROINFRA	284.132
BA	ESTAGNADA	LAJEDAO	AGRIN-2	28.659
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	PROATUR	250.000
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	PROINFRA	39.068
BA	DINÂMICA	SAO DESIDERIO	RURAL	33.822
BA	ALTA RENDA	SIMOES FILHO	INDUSTRIAL	10.194
CE	ESTAGNADA	ARACATI	FNE-VERDE/INDUSTRIAL-2	144.205
CE	ESTAGNADA	BARBALHA	INDUSTRIAL	19.594
CE	DINÂMICA	BEBERIBE	PROATUR	28.778
CE	ALTA RENDA	CAUCAIA	INDUSTRIAL	42.842
CE	ALTA RENDA	FORTALEZA	FNE-COMERCIO	12.915
CE	ALTA RENDA	FORTALEZA	FNE-SERVICOS	53.226
CE	DINÂMICA	HORIZONTE	INDUSTRIAL	12.875
CE	ALTA RENDA	ITAITINGA	INDUSTRIAL	20.238
CE	BAIXA RENDA	ITAPAGE	INDUSTRIAL	19.500
CE	ESTAGNADA	JUAZEIRO DO NORTE	FNE-MPE-TURISMO	10.338
CE	ESTAGNADA	LIMOEIRO DO NORTE	FNE-SERVICOS	27.460
CE	ALTA RENDA	MARACANAU	INDUSTRIAL	19.454
CE	DINÂMICA	SANTA QUITERIA	INDUSTRIAL	492.206
MA	DINÂMICA	BALSAS	RURAL	18.518
MA	BAIXA RENDA	CODO	RURAL	12.764
MA	BAIXA RENDA	GRAJAU	RURAL	29.988
MA	ESTAGNADA	IMPERATRIZ	FNE-COMERCIO	48.470
MA	DINÂMICA	SAMBAIBA	RURAL	36.626
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	FNE-COMERCIO	17.088
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	INDUSTRIAL	29.987
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	PROINFRA	45.675
MA	BAIXA RENDA	URBANO SANTOS	FNE VERDE-RURAL	10.777

UF	Tipologia	Localização	Programa	Valor do Financiamento
MG	DINÂMICA	JEQUITINHONHA	RURAL	14.625
MG	ESTAGNADA	MONTES CLAROS	RURAL	68.179
PB	ESTAGNADA	CAMPINA GRANDE	PROINFRA	240.000
PB	BAIXA RENDA	MATARACA	FNE VERDE- INFRAESTRUTURA	18.126
PE	ESTAGNADA	CABO DE SANTO AGOSTINHO	INDUSTRIAL	49.929
PE	ESTAGNADA	CARUARU	INDUSTRIAL	39.650
PE	ESTAGNADA	GRAVATA	FNE VERDE-INDUSTRIAL	72.240
PE	ESTAGNADA	IGARASSU	INDUSTRIAL	14.358
PE	ESTAGNADA	IPOJUCA	INDUSTRIAL	13.660
PE	ESTAGNADA	IPOJUCA	PROINFRA	199.785
PE	ALTA RENDA	JABOATAO DOS GUARARAPES	INDUSTRIAL	24.745
PE	ALTA RENDA	JABOATAO DOS GUARARAPES	INDUSTRIAL-2	47.367
PE	ESTAGNADA	MACAPARANA	FNE VERDE-INDUSTRIAL	21.840
PE	ESTAGNADA	PETROLINA	RURAL	24.798
PE	ESTAGNADA	POMBOS	FNE VERDE-INDUSTRIAL	18.060
PE	ALTA RENDA	RECIFE	FNE-SERVICOS	51.000
PE	ALTA RENDA	RECIFE	INDUSTRIAL	240.000
PE	BAIXA RENDA	RIBEIRAO	FNE VERDE- INFRAESTRUTURA	26.622
PE	DINÂMICA	SALGUEIRO	PROINFRA	166.066
PI	DINÂMICA	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	RURAL	16.484
PI	DINÂMICA	RIBEIRO GONCALVES	PROINFRA	126.189
PI	DINÂMICA	RIBEIRO GONCALVES	RURAL	40.080
PI	DINÂMICA	SAO JOAO DO PIAUI	PROINFRA	93.811
PI	DINÂMICA	SEBASTIAO LEAL	RURAL	28.979
PI	ESTAGNADA	TERESINA	INDUSTRIAL	15.266
PI	ESTAGNADA	TERESINA	PROATUR	11.951
RN	DINÂMICA	GUAMARE	FNE VERDE- INFRAESTRUTURA	398.749
RN	ESTAGNADA	MOSSORO	PROATUR	10.577
RN	DINÂMICA	PENDENCIAS	AQUIPESCA	27.877
RN	DINÂMICA	PORTO DO MANGUE	INDUSTRIAL	12.706
SE	ALTA RENDA	ARACAJU	INDUSTRIAL	10.009
SE	DINÂMICA	CAPELA	AGRIN	17.458
SE	DINÂMICA	ESTANCIA	INDUSTRIAL	28.920
SE	DINÂMICA	NOSSA SENHORA DAS DORES	AGRIN	12.455
Total				4.883.904

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 23.A - FNE - Valores Repassados a Outras Instituições Financeiras - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

UF	Instituição Financeira	Valor
RN	AGENCIA DE FOMENTO DO RN	4.757
SE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A	64.801
BA	DESENBAHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A	49.554
Total		119.112

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 25.A - FNE - Contratações por Tipo de Município – Exercício de 2010**VIDE CD-ROM (1) ANEXO****Tabela 26.A - FNE - Contratações por Município – Setor Rural - Exercício de 2010****VIDE CD-ROM (1) ANEXO****Tabela 27.A - FNE - Contratações por Município – Setor Não Rural - Exercício de 2010****VIDE CD-ROM (1) ANEXO****Tabela 28.A - FNE - Contratações por Município – Porte do Tomador - Exercício de 2010****VIDE CD-ROM (1) ANEXO**

Tabela 29.A - FNE - Setor Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor – Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Faixa de Valor	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf - Demais Grupos		Outros Programas Rurais		Total	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Operações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	335	167	4	1	38	12	377	180
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	2	1	9.342	9.108	115	95	33	26	9.492	9.230
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	844	4.968	321.211	589.754	14.564	86.581	1.790	11.301	338.409	692.604
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	6.440	127.960	-	-	12.496	208.502	4.275	87.540	23.211	424.002
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	11	533	-	-	1.000	64.395	3.142	187.073	4.153	252.001
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	5	765	-	-	63	7.217	2.275	639.870	2.343	647.852
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	428	1.158.213	428	1.158.213
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	12	158.105	12	158.105
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	9	315.103	9	315.103
Acima de R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	7.302	134.227	330.888	599.029	28.242	366.791	12.002	2.557.243	378.434	3.657.290

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 30.A - FNE - Não Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor – Exercício de 2010

Faixa de Valor	Valores em R\$ mil									
	Industrial/ Agroindustrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio/ Serviços		Total	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	3	3	3	3
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	238	1.635	-	-	9	70	2.833	19.539	3.080	21.244
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	938	21.230	-	-	40	1.005	7.358	163.297	8.336	185.532
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	783	46.535	-	-	92	5.213	4.600	266.177	5.475	317.925
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	739	216.150	-	-	99	33.123	2.575	592.004	3.413	841.277
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	151	496.301	-	-	26	85.673	265	739.220	442	1.321.194
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	15	218.446	1	18.126	4	43.358	2	30.003	22	309.933
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	14	563.067	4	205.177	1	28.778	4	180.158	23	977.180
Acima de R\$ 100.000.000,00	4	1.076.411	7	1.797.174	1	250.000	-	-	12	3.123.585
Total	2.882	2.639.775	12	2.020.477	272	447.220	17.640	1.990.401	20.806	7.097.873

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 31.A - FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações com Risco Compartilhado - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	20.098.104	20.428.218	20.667.132	20.863.520	21.146.377	21.384.098
Atraso (B)	431.561	442.664	470.054	450.669	463.191	483.409
Até 60 dias	108.195	87.741	103.768	115.849	119.823	129.770
De 61 a 180 dias	135.191	162.159	161.452	161.719	165.337	157.226
De 180 a 360 dias	170.237	175.543	182.283	172.830	177.323	196.221
Acima de 360 dias	17.938	17.221	22.551	271	708	192
Total Aplicações (C=A+B)	20.529.665	20.870.882	21.137.186	21.314.189	21.609.568	21.867.507
% (B/C)	2,10	2,12	2,22	2,11	2,14	2,21

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	21.608.806	21.852.127	22.101.215	22.426.201	22.677.038	22.937.310
Atraso (B)	490.549	506.819	524.254	520.528	564.213	516.195
Até 60 dias	112.745	101.554	110.883	114.826	153.185	139.626
De 61 a 180 dias	184.155	207.355	206.277	182.878	175.920	157.520
De 180 a 360 dias	191.292	197.079	206.963	222.059	235.005	217.864
Acima de 360 dias	2.357	831	131	765	103	1.185
Total Aplicações (C=A+B)	22.099.355	22.358.946	22.625.469	22.946.729	23.241.251	23.453.505
% (B/C)	2,22	2,27	2,32	2,27	2,43	2,20

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 32.A - FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco
Integral do FNE - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	5.385.803	5.394.990	5.382.016	5.376.755	5.366.290	5.363.143
Atraso (B)	435.060	458.879	481.290	432.507	441.187	473.396
Até 60 dias	74.953	51.610	69.507	85.061	92.366	102.217
De 61 a 180 dias	139.932	161.468	154.536	141.875	138.193	132.235
De 180 a 360 dias	199.882	200.479	200.494	205.340	205.802	220.458
Acima de 360 dias	20.293	45.322	56.753	231	4.826	18.486
Total Aplicações (C=A+B)	5.820.863	5.853.869	5.863.306	5.809.262	5.807.477	5.836.539
% (B/C)	7,5	7,8	8,2	7,4	7,6	8,1

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	5.353.475	5.347.711	5.344.971	5.320.242	5.276.144	5.160.902
Atraso (B)	480.157	479.535	484.298	482.791	489.529	518.498
Até 60 dias	97.268	88.543	76.360	74.547	98.108	140.251
De 61 a 180 dias	160.002	183.476	192.841	189.409	163.954	159.298
De 180 a 360 dias	205.923	205.792	214.240	217.952	227.018	218.268
Acima de 360 dias	16.964	1.724	857	883	449	681
Total Aplicações (C=A+B)	5.833.632	5.827.246	5.829.269	5.803.033	5.765.673	5.679.400
% (B/C)	8,2	8,2	8,3	8,3	8,5	9,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 33.A - FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco do PROCERA - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	161.258	157.699	155.703	153.473	152.625	150.549
Atraso (B)	76.296	75.607	75.500	75.496	75.484	75.419
Até 60 dias	123	9	6	38	47	61
De 61 a 180 dias	840	921	308	139	133	52
De 180 a 360 dias	9.043	8.784	9.045	9.203	9.194	1.023
Acima de 360 dias	66.290	65.893	66.141	66.116	66.110	74.283
Total Aplicações (C=A+B)	237.554	233.306	231.203	228.969	228.109	225.968
% (B/C)	32,1	32,4	32,7	33,0	33,1	33,4

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	135.047	130.387	129.142	129.024	129.047	128.899
Atraso (B)	84.727	83.213	83.333	83.281	83.310	82.899
Até 60 dias	8.449	29	266	285	59	95
De 61 a 180 dias	66	8.095	8.018	7.966	8.212	328
De 180 a 360 dias	954	902	306	178	190	7.926
Acima de 360 dias	75.258	74.187	74.743	74.852	74.849	74.550
Total Aplicações (C=A+B)	219.774	213.600	212.475	212.305	212.357	211.798
% (B/C)	38,6	39,0	39,2	39,2	39,2	39,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 34.A - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco Integral do BNB - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	159.480	162.124	165.684	168.081	173.245	175.274
Atraso (B)	2.864	2.762	2.843	2.758	2.998	3.673
Até 60 dias	888	646	359	465	632	1.341
De 61 a 180 dias	1.245	1.530	1.351	1.171	880	725
De 180 a 360 dias	599	514	954	1.121	1.475	1.606
Acima de 360 dias	132	72	179	1	11	1
Total Aplicações (C=A+B)	162.344	164.886	168.527	170.839	176.243	178.947
% (B/C)	1,8	1,7	1,7	1,6	1,7	2,1

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	178.880	183.811	186.237	195.154	201.230	205.345
Atraso (B)	3.823	4.087	3.926	5.200	5.188	5.944
Até 60 dias	1.164	673	563	1.857	1.808	1.850
De 61 a 180 dias	926	1.626	1.821	1.827	1.370	2.347
De 180 a 360 dias	1.733	1.788	1.542	1.496	1.784	1.747
Acima de 360 dias	-	-	-	20	226	-
Total Aplicações (C=A+B)	182.703	187.898	190.163	200.354	206.418	211.289
% (B/C)	2,1	2,2	2,1	2,6	2,5	2,8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 35.A - FNE - Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾ Período: 2003 a 2010

Valores em R\$ mil

Exercício	Valor Renegociado/Recuperado			Total (A + B + C)
	Liquidação à Vista ⁽²⁾ (A)	Amortização com Op. RECIN ⁽³⁾ (B)	FNE ⁽⁴⁾ (C)	
2003	70.276	-	335.542	405.818
2004	78.144	-	697.743	775.887
2005	70.366	-	173.030	243.396
2006	63.439	-	135.715	199.154
2007	72.935	-	137.188	210.123
2008	101.450	-	118.040	219.490
2009	363.171	-	315.223	678.394
2010	274.659	-	176.438	451.097
Total	1.094.440	-	2.088.919	3.183.359

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Exclui as renegociações decorrentes de determinações legais. (2) Montante em atraso ou em Prejuízo pago pelos mutuários no momento da renegociação, exclusive valores oriundos de operações com recursos internos do BNB e os valores

concedidos a título de bônus e dispensas. (3) Total dos valores em atraso ou em Prejuízo pagos com recursos advindos de operações com RECIN do BNB. (4) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados com recursos do FNE exclusive os valores concedidos a título de bônus e dispensas.

Tabela 36.A - FNE - Renegociações ⁽¹⁾ de Operações por Risco – Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Mês	Valor da Operação de Renegociação				Total
	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo BNB	Risco PROCERA	
Janeiro	6.677	10.837	101	49	17.664
Fevereiro	30.777	10.205	118	14	41.114
Março	22.494	16.719	854	30	40.097
Abril	6.169	37.441	455	4.382	48.447
Mai	19.100	63.238	153	-	82.491
Junho	20.878	15.860	-	1.524	38.262
Julho	10.575	18.339	16	6	28.936
Agosto	11.228	10.287	9	12	21.536
Setembro	5.906	17.807	35	-	23.748
Outubro	5.997	35.525	58	1	41.581
Novembro	7.251	19.824	38	1	27.114
Dezembro	22.617	46.556	110	-	69.282
Total	169.668	302.637	1.947	6.019	480.271

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados, exclusive as renegociações decorrentes de determinações legais, bônus e dispensas.

Tabela 37.A - FNE - Cobranças Judiciais⁽¹⁾ Ajuizadas por Risco

Valores em R\$ mil

Mês	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo do Banco	Risco Procera	Total
Janeiro	6.677	10.837	101	49	17.664
Fevereiro	30.777	10.205	118	14	41.114
Março	22.493	16.720	854	30	40.097
Abril	6.169	37.441	455	4.382	48.447
Mai	19.101	63.238	153	-	82.492
Junho	20.878	15.860	-	1.524	38.262
Julho	28.789	26.900	155	31	55.876
Agosto	20.367	23.810	46	-	44.222
Setembro	31.973	34.244	398	584	67.199
Outubro	27.604	26.035	206	656	54.501
Novembro	32.915	45.540	1.118	10	79.583
Dezembro	38.550	31.747	296	11	70.603
Total	286.292	342.577	3.901	7.291	640.061

Fonte: BNB – Ambiente Jurídico.

Nota: (1) Montante dos valores ajuizados nos processos de cobrança judicial.

Tabela 38.A - FNE - Ressarcimento dos Valores de Risco do BNB - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Mês de Referência	Data Prevista Devolução	Data da Devolução	Saldo no Mês de Referência ⁽¹⁾		Saldo na Data da Devolução ⁽²⁾		Ressarcimentos Mensais		
			Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Valor Inicial	Ajustes ⁽³⁾	Valor Líquido
Dez/2009	05.01.2010	05.01.2010	28.345	271	28.230	154	14.269	(80)	14.189
Jan/2010	02.02.2010	02.02.2010	17.938	132	17.817	132	9.040	(62)	8.978
Fev/2010	02.03.2010	02.03.2010	17.221	72	17.187	72	8.666	(51)	8.615
Mar/2010	05.04.2010	05.04.2010	62.850	229	62.686	227	31.570	(114)	31.456
Abr/2010	04.05.2010	04.05.2010	30.513	111	30.405	111	15.314	(109)	15.205
Mai/2010	02.06.2010	02.06.2010	30.603	174	30.404	174	15.376	(66)	15.310
Jun/2010	02.07.2010	02.07.2010	27.149	127	27.075	127	13.665	(76)	13.589
Jul/2010	03.08.2010	03.08.2010	23.907	52	23.757	52	11.931	(87)	11.844
Ago/2010	02.09.2010	02.09.2010	28.404	399	28.326	399	14.562	(120)	14.442
Set/2010	04.10.2010	04.10.2010	29.686	250	29.672	250	15.086	(47)	15.039
Out/2010	03.11.2010	03.11.2010	33.093	456	33.065	456	16.989	(71)	16.918
Nov/2010	02.12.2010	02.12.2010	43.623	672	43.074	672	22.209	(56)	22.153
Total			373.332	2.945	371.700	2.826	188.677	(939)	187.738

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Valor das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso), obtidos na posição de final de mês. (2) Considera os ajustes realizados pelas agências nos saldos das fichas financeiras, com valorização para o último dia do mês de referência. (3) Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB.

Tabela 39.A - FNE - Recursos Previstos X Realizados - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
ORIGEM DE RECURSOS (A)	13.894.522	13.804.237
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	3.550.828	3.550.828
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	4.451.774	4.083.917
Reembolsos Ops. Crédito/Repasse (Líquido Bônus Adimplência)	5.891.920	6.169.492
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	(5.873.664)	(5.332.964)
Resultado Operacional Monetizado	(1.112.673)	(1.067.290)
Remuneração das Disponibilidades	316.905	315.708
Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	178.763	187.738
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	33.186	45.904
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	0	7.451
Taxa de Administração	0	11.075
Del credere BNB - Repasse BNB Lei 7.827 Art 9º A	(883.626)	(816.783)
Del credere BNB - Demais Operações	0	(22.044)
Del credere Instituições Operadoras	(685.415)	(668.182)
Despesa c/Ops. Outras Fontes	(3.915)	(3.891)
Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(394)	(526)
Despesa Auditoria Externa	(67.609)	(71.164)
Bônus/Dispensas Op. Reneg. Lei nº 11.322/11.775	(91)	(71)
Devolução Valores ao BNB por Renegociação Ops. em Prejuízo	0	(1.216)
Rebate Principal Ops. FAT-BNDES - Estiagem-98	0	(30.477)
Bônus Op. Com base Repasses BNB - Art. 9º A Lei nº 7.827	(476)	(247)
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei nº 12.249 - Ônus FNE	0	(5.141)
Cobertura Ops PROAGRO/Fundos de Aval/Prog Terra/Outros	0	(15.424)
Conversão de Ops. Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696	(8.473)	(15.260)
Aquisição de Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.322	(1.080)	(1.660)
Reclassificação Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.775	(548.574)	(45.890)
Desembolsos de Parcelas de Op. Contratadas Exercícios Anteriores	(3.802.864)	(3.802.864)
Repasse de Recursos ao BNB Lei 7.827 Art 9º A	(400.000)	(400.000)
RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O FNE (C) = (A + B)	8.020.859	8.471.273
DISPONIBILIDADES DO BNB - ART. 9º A Lei 7.827 - REPASSE 2009 (D)	593.095	593.095
DISPONIBILIDADE DO BNB - ART. 9º A Lei 7.827 - REPASSE 2010 (E)	400.000	400.000
TOTAL DE RECURSOS ORIUNDOS DO FNE (E) = (C) + (D) + (E)	9.013.954	9.464.368

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

Tabela 40.A - FNE - Contratações⁽¹⁾ por Município no Setor de Infraestrutura - Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Município	Estado	Valor	%
Campina Grande	Paraíba	240.000	11,9
Candeias	Bahia	382.253	18,9
Guamare	Rio Grande do Norte	398.749	19,7
Ipojuca	Pernambuco	199.786	9,9
Jacobina	Bahia	284.132	14,1
Mataraca	Paraíba	18.126	1,0
Ribeirão	Pernambuco	26.622	1,3
Ribeiro Gonçalves	Piauí	126.189	6,2
Salgueiro	Pernambuco	166.066	8,2
Salvador	Bahia	39.068	1,9
São João do Piauí	Piauí	93.811	4,6
São Luís	Maranhão	45.675	2,3
Total		2.020.477	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.